



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Psicologia**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura ó PPG PsiCC**

**Do espaço privado para o público: construções narrativas  
com famílias em situação de abuso sexual**

Marlene Magnabosco Marra

**Brasilia - DF**

**Maio, 2015**



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Psicologia**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura ó PPG PsiCC**

**Do espaço privado para o público: construções narrativas  
com famílias em situação de abuso sexual**

**Marlene Magnabosco Marra**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura ó PPG PsiCC do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília ó IP/UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Liana Fortunato Costa

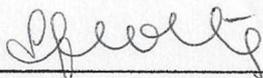
**Brasília ó DF**

**2015**

**Universidade de Brasília - UnB**

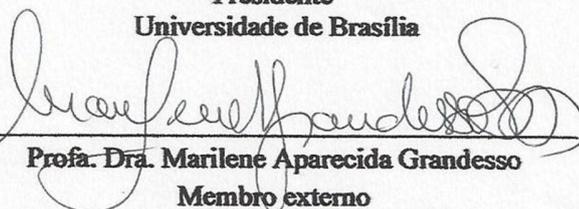
**Instituto de Psicologia ó IP**  
**Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura**

Esta tese foi aprovada pela seguinte Banca Examinadora:



---

**Profa. Dra. Liana Fortunato Costa**  
**Presidente**  
**Universidade de Brasília**



---

**Profa. Dra. Marilene Aparecida Grandesso**  
**Membro externo**  
**Pontificia Universidade Católica de São Paulo**



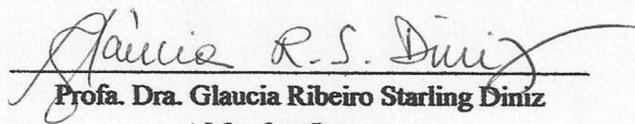
---

**Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera.**  
**Membro externo**  
**Universidade Federal de Uberlândia – MG**



---

**Profa. Dra. Maria Aparecida Penso**  
**Membro externo**  
**Universidade Católica de Brasília**



---

**Profa. Dra. Gláucia Ribeiro Starling Diniz**  
**Membro Interno**  
**Universidade de Brasília**

---

**Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição**  
**Membro suplente**  
**Universidade de Brasília**



**PDF**  
Complete

*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

No he llegado a ninguna conclusión,  
ni he levantado ninguna frontera  
para entrar o salir, que separe  
el interior del exterior:  
no he trazado ningún limite  
como las múltiples actividades de la arena  
que cambia la forma de las dunas y les da  
una nueva forma al día siguiente,  
del mismo modo quiero participar, aceptar  
el pensamiento en devenir,  
no definir ni comienzo ni fin,  
no establecer ninguna muralla.

Não cheguei a nenhuma conclusão  
nem levantei nenhuma fronteira  
para entrar ou sair, que separe  
o interior do exterior:  
não tracei nenhum limite  
como as múltiplas atividades da areia  
que muda as formas das dunas e lhes dá  
uma nova forma no dia seguinte,  
do mesmo modo quero participar, aceitar  
o pensamento em devir,  
não definir nem começo nem fim,  
não estabelecer nenhuma muralha.

**A.R. Ammons, Carson's Inlet**



**PDF  
Complete**

*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

## **Dedicatória**

A todas as crianças, adolescentes e mães que conheci e que estiveram presentes na pesquisa e me proporcionaram a oportunidade de estudar e de me aprimorar. Minha gratidão por confiarem em mim e por compartilharem comigo aspectos tão íntimos de suas experiências de vida. Desejo que encontrem paz e serenidade para seguirem seu desenvolvimento com propostas alternativas de vida e que eu possa devolver a estas e ou a outras crianças tudo que aprendi.

Aos meus netinhos Pedro, Joaquim e Tomas, que trouxeram magia, luz e alegria à minha vida. A estes e aos meus netinhos que ainda vão nascer com a esperança de que as futuras gerações tenham perspectivas mais sensíveis para suas viagens de sentido pela vida, uma dimensão mais poética em suas relações e seus diálogos. Que eles possam representar todas as crianças com sua alegria, simplicidade, espontaneidade e sinceridade.

Aos meus irmãos, que se dispuseram a acompanhar e a cuidar de meus pais, já muito velhinhos, e que me deram o tempo tão precioso para estar fora do Brasil e para me dedicar a este estudo.

## Agradecimentos

Ao exercer meu papel como coordenadora de ensino do Instituto de Pesquisa e Intervenção Psicossocial ó Interpsi - e como representante deste Instituto na coordenação do curso de especialização ó extensão universitária junto à Pontifícia Universidade Católica de Goiás ó PUCGoiás, necessitava completar minha formação de modo a me aproximar mais das questões acadêmicas. Além disso, tinha meu desejo de fazer um doutorado. Dentre todas as atividades que já fiz, em minha vida profissional, almejava ainda ser pesquisadora e contribuir para avançar em aspectos que são relevantes às demandas sociais e culturais. Esse desejo não se desgrudava de mim e, mesmo aos 58 anos, decidi começar esta empreitada. Alimentada pelo sonho e cheia de coragem, enfrentei pouco a pouco, etapa por etapa, esse desafio. Penso que era a pessoa mais velha da turma, mas isso não me esmoreceu e avancei. Agora, aos 62 anos, é hora de dizer adeus e agradecer. Agradecer é sentir no fundo do coração a gratidão por todas as pessoas que me acompanharam nestes quatro anos e que foram muitas: tanto as que estão presentes quanto outras que já se foram, aquelas que vivem aqui e as que moram mais distante.

Quero agradecer primeiro e de forma especial a minha orientadora, Profa. Dra. Liana Fortunato Costa, que desde o início foi a responsável por eu estar hoje aqui. Tive seu exemplo como pessoa, como orientadora e coordenadora do grupo de pesquisa, como professora, como estudiosa, como alguém que sabe e sabe ensinar. Ela acolheu todas as minhas dificuldades e sempre teve uma palavra assertiva e motivadora. Aprendi valores importantes como ser educadora e ética, lutar pelo que escolho, enfrentar dificuldades e medos, reconhecer minhas limitações e minhas potencialidades, valorizar aspectos necessários para cada momento, desistir de algumas coisas e aguardar outras. E, agora, que escrevo esta parte final que é de gratidão, olho para trás e penso como valeu a pena, como foi importante e como preencheu uma lacuna e uma



*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

parte de minha identidade que ainda estava por ser organizada. Obrigada, Profa. Liana, minha eterna gratidão. Aprendi lições de vida, amizade e generosidade.

Quero agradecer também ao meu companheiro e amigo Victor Shebar, que vive distante fisicamente, mas que esteve todas as semanas dentro de minha casa, via Skype. Conversávamos sempre sobre o doutorado, eu contava minhas conquistas e minhas derrotas, meus medos e dificuldades e também discutíamos aspectos da tese que estavam emperrados e que eu não conseguia avançar. Ele tinha sempre a frase: *“E agora me conte do seu doutorado...”* Em nossos encontros pessoais, o doutorado sempre esteve em pauta e ele foi um grande interlocutor e me orientou em diversos momentos. Além do apoio e presença, fez a revisão de todas as minhas traduções para o espanhol. E, ainda, recebeu-me em Israel, proporcionando-me tudo que foi necessário para que eu estivesse bem e com infraestrutura para me dedicar aos estudos. Como professor da Universidade Hebraica de Jerusalém, deu-me apoio e dicas importantes para minha estadia em TelAviv. Sua disponibilidade e seu entusiasmo pelo meu doutorado me foram muito importantes. Muchas gracias, Victor. Todá rabá meod.

Aos meus filhos Brener, Ana Paula e Daniel; ao meu genro e a minhas noras, Carlos Fernando, Júlia e Juliana; e aos meus netinhos Pedro, Joaquim e Tomas, minhas desculpas por ter dado tão pouca atenção, em um tempo que, agora vejo, se passou e que me parece ter sido tão importante para cada um de vocês, por estarem começando a vida e tornando-se pais e mães de meus netinhos. Agora, sinto-me realizada e satisfeita. Prometo seguir com vocês dando o apoio que merecem e precisam. Sei que estaremos sempre bem e felizes. A você, Aninha, que cuidou de minhas coisas e de meus interesses no Brasil na minha ausência, quero agradecer especialmente. Tive tranquilidade de estar em Israel, pois sabia que tudo aqui estava sob

controle. Você cuidou de tudo e de mim, lá e aqui. Minha gratidão. Ao Brenner e Daniel, obrigado pelo exemplo de pesquisadores que são em suas universidades.

A minha família, vão também meus agradecimentos, pois, mesmo sem entender exatamente o que eu estive fazendo, me acompanhou de longe. Agradeço a todos os meus irmãos em nome de minha irmã, Nena, alma boa, gentil, delicada, compreensiva e cordata. Quero dizer-lhes que sou muito grata e que vocês são irmãos do coração. Você, Nena, me ajudou muito com seu entusiasmo e a alegria de ver minhas realizações. Deu-me todo o apoio para ir para fora estudar e se comprometeu a fazer meu papel junto a meus pais, já muito velhos e carentes de cuidados. Você foi muito importante e, a cada vez que conversávamos você nunca me desaprovou e estava sempre com um sorriso para trocar. Obrigada.

Meu grupo de pesquisa também foi uma parceria que merece meus agradecimentos - Marcia, Juliana, Daniela, Mariana, Wladimir e Andreia. Encontrávamo-nos a cada 15 dias na casa de nossa orientadora e lá discutíamos nossos projetos, compartilhávamos nossas histórias, boas e difíceis, e trocávamos favores relacionados a nossas buscas e procuras, para fazer o melhor. Dividíamos nossas alegrias e tristezas e também coisas interessantes e importantes. Ficamos tempos distantes, pois todas nós saímos para realizar um doutorado sanduíche, mas nos mantivemos conectados. Expresso minha alegria de encontrá-las e encontrá-lo.

Em Sobradinho, local do campo de pesquisa, também fiz amigos e parcerias na instituição, representadas por Raquel Rolin, Sara, Rodrigo, Sueli, Kely, Fernanda, Delma, Sr. Geraldo e tantos outros, que me ajudaram consideravelmente. À Sara e ao Rodrigo, meu especial agradecimento. Desde o primeiro contato, meus auxiliares de pesquisa e eu fomos bem recebidos. Todas as informações nos foram passadas e tudo que foi necessário eram

providenciadas por Sara e Rodrigo, responsáveis pelo programa dos Grupos Multifamiliares (GM) no atendimento às vítimas de violência sexual e suas famílias. Muito aprendemos com vocês e tivemos uma grande experiência. Nossa gratidão.

Agradeço de modo especial a minhas meninas e a meu menino, auxiliares de pesquisa. Eram como se fossem minhas filhas e filho, todos muito novinhos. Foram meus alunos na UnB e depois constituímos um grupo de pesquisa. Começamos lendo textos e nos organizando para chegar ao campo. Nenhum deles tinham tido experiência de pesquisa com sujeitos em situação de abuso sexual. Aprendemos muito juntos. Nosso trajeto de ida e volta da UnB a Sobradinho era intenso. Falávamos sobre os procedimentos da pesquisa e discutíamos nossas entrevistas, intervenções e nossa relação com a equipe do CREAS. Mas, também, em momentos de descontração, nos divertíamos, trocando histórias sobre os namorados e sobre as experiências de vida de cada um de nós. Sempre senti um grande afeto por eles e sentia que era recíproco. Continuamos a nos ver depois que acabou a pesquisa. Agradeço a vocês: Marina, Rebeca, Lara e Victor. Vocês foram muito importantes enquanto parte do grupo de pesquisa, nas entrevistas, nas discussões, ricos de detalhes, e nas transcrições. Meu muito obrigado. Acredito que vocês serão excelentes psicólogos. E a você, Marina, que me ajudou até o final, fazendo a revisão das referências e da formatação da tese. Minha gratidão. Você foi muito especial. Que sorte a minha ter você por perto.

Em meu doutorado sanduíche em Israel tive duas experiências muito importantes. A primeira, que possibilitou minha ida, foi a parceria feita com meu co-orientador no exterior, o Prof. Dr. Haim Omer. Conheci o Prof. Haim Omer em uma palestra em São Paulo, nos primórdios da terapia familiar aqui no Brasil. Sabia de seus estudos sobre violência e comecei a maratona de conseguir que ele me recebesse na Universidade de TelAviv. Ele vive em Israel

desde os 18 anos de idade, mas nunca esqueceu o português e, sempre que podíamos, falávamos nesse idioma. Prof. Jaime, como ele me pediu que o chamasse em português, foi um grande colaborador. Com ele, conheci a proposta do *Cuidado Vigilante*, que intervém em crianças e adolescentes com comportamentos autodestrutivos e suas famílias. O Prof. Jaime facilitou minha estadia em Israel e me proporcionou um crescimento como pesquisador e como profissional, que ficará marcado em minha história. Tive a oportunidade de escrever dois artigos com o Prof. Jaime, que muito me honraram. No tempo em que passei em Israel, nos encontrávamos semanalmente. Morei em TelAviv nas proximidades da Universidade e, assim, eu estava sempre disposta a participar das atividades para as quais eu era convidada, como: supervisão, aulas, visitas ao Hospital Schneider, encontros com outros profissionais e seminários. Ainda recebi dicas para conhecer TelAviv, cidade cosmopolita, moderna e linda, sem falar de suas praias limpas e maravilhosas. Foi um tempo importante, pois a partir de seus contatos estive em dois *kibutz*, onde encontrei pessoas dedicadas e disponíveis, como a Rita, uma argentina, e a Varda, que coordenava um kibutz de brasileiros. Nestes kibutzim conheci não só a metodologia ali vivida e aplicada, como também aprendi tantas coisas da cultura do povo israelita. Pude conhecer, ainda, várias pessoas como o Prof. Hermans, um brasileiro responsável pelas relações públicas da Universidade para a América Latina, o Dan, a Rosalí, o Ariel e sua esposa Ziva, a Rita, a Varda, o Jonathan, a Irit, a Marcia e outras pessoas mais, com as quais convivi na universidade. A todos vocês, meu muito obrigado. E a você, Prof. Jaime, minha especial gratidão por ter sido cuidadoso e por ter me proporcionado o melhor. Creio que ainda seremos parceiros na aplicação do protocolo que aí construímos para as mães e suas filhas vítimas de abuso sexual. Eu agradeço a todos vocês. Thank you. Todá rabá meod.

A segunda parte da experiência em Israel consistiu da convivência com duas famílias em Jerusalém. Todos os finais de semana quando fechava a Universidade, eu pegava o trem e ia para Jerusalém - Terra Santa ó, de outra natureza que TelAviv, cidade de religiosos, do muro das lamentações, da Igreja do Santo Sepulcro, da Mesquita da Torre Dourada, dos bairros dos judeus, árabes e cristãos. Nesta cidade tive claramente o conhecimento do povo judeu e todas as suas conjunturas políticas, intercultural e inter-religiosa. A convivência com essas famílias me permitiu participar da vida cotidiana desse povo, perceber como se relacionam, como cuidam de suas crianças e adolescentes, quais são seus costumes alimentares, como vivem os casais e as famílias e como o Estado participa das políticas públicas. Participei de várias festas em família, como a festa de Purim e a mais importante festa de Pessach. Estas famílias me acolheram e me deixaram conhecer suas realidades. Agradeço de coração às duas famílias Shebar: Leila e Yoran e seus filhos Talia, Arbel e Hadar, e também a Paula e Igarl e seus filhos Ofri, Alma e Shajar. Muchas gracias. Thank You. Todá rabá meod.

Quero agradecer com carinho a minha amiga irmã de 35 anos de convivência e, também, sócio na coordenação e propriedade do Instituto de Pesquisa e Intervenção Psicossocial - Interpsi. Obrigada Eveline, por você cuidar com afínco do nosso instituto enquanto estive fora do Brasil e nesse tempo em que estive tão ocupada. Sei que trabalhou muito e eu reconheço. Agradeço e prometo dar o meu melhor depois dessa etapa.

Quero agradecer a um grupo de pessoas que de colegas de turma, uns fazendo doutorado e outros, mestrado, foram se tornando grandes amigos e apoiadores. Tivemos a oportunidade de nos encontrarmos com frequência e de apreciar momentos ricos de afetos, companheirismo e apoio. Agradeço a oportunidade de ter conhecido a Florença, a Jéssica, o Josimar e a Márcia.



**PDF Complete**

*Your complimentary use period has ended. Thank you for using PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Tive, ao longo do tempo, o privilégio de participar de um grupo de estudos. Esse grupo já existia e continuou, embora eu nem sempre o frequentasse durante o tempo do doutorado. Mas, o grupo me manteve e foi se transformando em um grande grupo de apoio e suporte perante minhas dúvidas, incertezas e, às vezes, desespero. Entusiasmavam-se com minhas conquistas e mostravam-se prontos para me ajudarem e lerem meus textos já produzidos. Senti-me bastante apoiada. Agradeço, de coração, a minha amiga irmã, Antônia, mentora e organizadora das ações do grupo. À Ligya, Mazilza, Yeda e Luiza, meu abraço de agradecimento e a esperança de retorno aos nossos estudos.

Gostaria de destacar outro grupo importante, um grupo de mulheres queridas, afetivas, sábias, interessantes, fortes e avós, com quem tenho o prazer de me relacionar há tantos anos. Somos amigas de verdade e apoiamos umas às outras em dificuldades e também nos momentos de festejar os nossos sucessos e conquistas. Esse grupo que me acompanhou de longe, porque eu não tive tempo para essa tão importante e agradável convivência. Sei que todas vocês me deram suporte e me abençoavam à distância, enviando seus fluidos de amor a mim. Meus agradecimentos à Antônia, Maria Laura, Liana e Malu. Sinto grande desejo de retornar a nosso convívio.

Quero agradecer aos meus amigos que comemoraram comigo todas essas etapas, desde a seleção à decisão de ir para o exterior e demais fases do doutorado. São amigos e amigas queridas que fazem parte de minha vida, que estão perto, aqui em Brasília, e aqueles que estão em outras cidades ou países, mas sempre tiveram uma palavra amiga, no sentido de dar força e coragem para avançar. Meu abraço de agradecimento a Malta, Ana Rosa, Angela, Guará, Heloisa Fleury, Márcia Batista, Maite Pi, Maria Cecilia Orozco e tantos outros que já foram mencionados anteriormente.

Agradeço também a meus professores de inglês e de espanhol, Brigitte e Malta, pela paciência e dedicação, sendo mais amigos que professores e me auxiliando em todas as traduções que se fizeram necessárias. Foram tempos em que me divertia enquanto estudava e que pude progredir no aprendizado. Thank you e Muchas Gracias.

Quero agradecer também à secretaria do Interpsi, Karine, pelo tempo que dedicou me auxiliando na formatação e impressão dos textos ao longo desses quatro anos. Muito obrigada. Reconheço seu esforço de a cada dia fazer o melhor.

Meus agradecimentos à banca avaliadora:

Profa. Dra. Marilene Grandesso, minha grande inspiradora do conhecimento Construcionista Social e, mais especificamente, das Práticas Colaborativas. Muito obrigada pela disponibilidade de sua participação e por tudo que aprendi através da sua presença e das leituras de sua autoria.

Prof. Dr. Emerson Rasesa, meu carinho desde que o conheci como professor em meu curso de especialização em Práticas Colaborativas e palestrando sobre narrativas. Agradeço por sua contribuição desde a qualificação do meu projeto de pesquisa. Você é um professor especial.

Profa. Dra. Gláucia, meu carinho especial pela delicadeza e competência em suas aulas maravilhosas nas quais aprendíamos e discutíamos questões de grande relevância social e, também, nos conhecíamos e nos divertíamos.

Profa. Dra. Maria Aparecida Penso, pelo seu exemplo de competência profissional e pelas tantas trajetórias conjuntas de aprendizagem. Muito obrigada.



**PDF**  
Complete

*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Profa. Dra. Inês Gandolfo, pela sua disponibilidade de estar presente e de colaborar neste momento tão especial para mim.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ó CAPES -, que me apoiou e agraciou-me com verba concedendo a oportunidade do doutorado sanduíche na Universidade de TelAviv- Israel.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e ao departamento de Psicologia Clínica e Cultura, na pessoa de Maurício Neubern, e à Universidade de Brasília, por proporcionar ensino de qualidade, sendo uma referência no Brasil. Carrego o orgulho de ter sido aluna dessa instituição. Agradeço a todos os professores, coordenadores, diretores, auxiliares e meus colegas de turma que conviveram comigo enquanto estive na UnB. Foi uma enorme alegria estar junto a vocês. Estarão sempre em minha lembrança, cada um com suas particularidades, da convivência e das situações, às vezes engraçadas, às vezes duras e às vezes sofríveis. Mas, todas importantes e engrandecedoras.

## Sumário

Lista de Tabelas .....	20
Lista de Anexos .....	21
Resumo .....	22
<i>Abstract</i> .....	23
<b>Capítulo I</b>	
<b>Apresentação</b> - õMais vale um pássaro na mão que dois voandoõ .....	24
<b>I. Introdução</b> - "A realidade nunca dá o que a imaginação promete" .....	27
1.2 Justificativa ô "Nem tudo são flores" .....	34
<b>II. Fundamentação teórico-epistemológica</b>	
2.1 Narrativas e suas construções ô "Vão-se os anéis e ficam os dedos" .....	37
2.2 Famílias como Sistema Vivo e falante ô õCada família tem seu corcundaõ.....	41
2.3 O abuso sexual ô "A criança é para ser vista e não para ser ouvida" .....	45
<b>III. Método</b>	
3.1 Pesquisa Qualitativa ô "Tamanho não é documento" .....	48
3.2 Contexto ô "O vento que venta lá venta cáõ.....	49
3.3 Participantes ô "Cada um sabe onde o sapato aperta" .....	51
3.4 Instrumentos ô "Com quantos paus se faz uma canoaõ.....	52
3.5 Procedimentos ô "Não coloque a carroça na frente dos bois" .....	53
3.6 Cuidados Éticos ô "Quem planta colheõ.....	55
3.7 Análise dos Dados ô õDeixemos os pais e avós e sejamos bons por nósõ .....	55
3.8 Estágio Sanduíche ô õFoi num pé e voltou no outroõ.....	56
3.9 Resultado e conclusões ô õAtirou no que viu, acertou no que não viuõ.....	60



Considerações gerais .....	111
<b>Capítulo IV</b>	
<b>O diálogo construtivo e a responsabilidade relacional em casos de violência sexual.....</b>	<b>116</b>
Resumo .....	116
<i>Abstract</i> .....	117
<i>Resumen</i> .....	117
Um olhar para a construção da violência na família .....	121
Crianças e adolescentes: focos do Cuidado Vigilante .....	123
Das vozes que enclausuram aos diálogos que libertam .....	126
Um encontro entre o Construcionismo Social e o Cuidado Vigilante: a responsabilidade relacional .....	130
Considerações gerais .....	134
<b>Capítulo V</b>	
<b>Proposta metodológica para estimular conversações criativas .....</b>	<b>137</b>
Resumo .....	137
<i>Resumen</i> .....	138
<i>Abstract</i> .....	138
Bases epistemológicas do método: experiência, expressão e compreensão .....	140
Pressupostos do Construcionismo Social e sua aplicabilidade na entrevista .....	147
A entrevista de cunho narrativo .....	152
Considerações gerais.....	158
<b>Capítulo VI</b>	
<b>Caracterização do abuso sexual em clientela do CREAS, Brasil .....</b>	<b>161</b>
Resumo .....	161

<i>Abstract</i> .....	162
<i>Resumen</i> .....	162
Método .....	165
Resultados .....	167
<i>Informações sobre vítima</i> .....	167
<i>Informações sobre a configuração familiar</i> .....	168
<i>Informações sobre o abuso sexual</i> .....	169
Discussão .....	171
<i>Informações sobre vítima</i> .....	171
<i>Informações sobre a configuração familiar</i> .....	173
<i>Informações sobre o abuso sexual</i> .....	175
Considerações gerais .....	178
<b>Capítulo VII</b>	
<b>A família em contexto de abuso sexual: Significados e construções narrativas .....</b>	<b>181</b>
Resumo .....	181
<i>Abstract</i> .....	181
<i>Resumen</i> .....	182
A perspectiva Construcionista Social .....	184
Abuso sexual .....	185
Método .....	186
Resultados .....	190
<i>O problema</i> .....	190
<i>A mudança</i> .....	190
<i>Promoção da mudança</i> .....	190

Discussão dos resultados .....	191
<i>O Problema - Narrativas que marcam a revelação do abuso sexual e as reações vividas na família .....</i>	191
<i>A mudança - Inter (ações) que geram mudanças: crédito, atenção, providências e proteção .....</i>	196
<i>A promoção da mudança- Repetindo e atualizando histórias para apropriar-se dos avanços .....</i>	202
Considerações gerais.....	206
 <b>Capítulo VIII</b>	
<b>Política relacional da família em situação de abuso sexual: conjugalidade, parentalidade, fraternidade .....</b>	<b>211</b>
Resumo .....	211
<i>Abstract .....</i>	212
<i>Resumen .....</i>	212
Construcionismo Social .....	214
Violência e abuso sexual .....	216
Método .....	218
Discussão dos resultados .....	221
<i>Conjugalidade: Nadam em águas desconhecidas. Uma andorinha só não faz verão..</i>	222
<i>Parentalidade: O plantio é livre, mas a colheita é obrigatória. Uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto .....</i>	229
<i>Fraternidade: Peças de boliche. Mais cedo ou mais tarde precisamos um do outro..</i>	234
Considerações gerais .....	242
 <b>Capítulo IX</b>	
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>246</b>
 <b>Referências .....</b>	<b>260</b>

## Lista de tabelas

### Capítulo I

Tabela 1: Informações da vítima .....	282
Tabela 2: Informações da Configuração familiar .....	283
Tabela 3: Informações do abuso sexual .....	289

### Capítulo III

Tabela1: Configuração familiar e abuso sexual .....	113
Tabela 2: Tempo entre a revelação do abuso sexual e o atendimento .....	114

### Capítulo VII

Tabela 1: Informações da vítima .....	209
---------------------------------------	-----

### Capítulo VIII

Tabela 1: Informações da vítima .....	244
---------------------------------------	-----



**PDF Complete**

*Your complimentary use period has ended. Thank you for using PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

## Lista de anexos

<b>Anexo A:</b> Roteiro de Entrevista .....	294
<b>Anexo B:</b> Termo de Compromisso assinado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda/SEDEST.....	295
<b>Anexo C:</b> Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para os Familiares e/ou Responsáveis.....	297
<b>Anexo D:</b> Termo de Autorização para os Familiares e/ou Responsáveis .....	299
<b>Anexo E:</b> Termo de Assentimento para os adolescentes .....	301
<b>Anexo F:</b> Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para fins de pesquisa.....	303
<b>Anexo G:</b> Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília ó CEP/IH/UnB .....	304

## Resumo

Este trabalho enfoca o tema do abuso sexual, fenômeno complexo, sócio familiar, uma das formas mais graves de violência contra crianças e adolescentes, com expressão mais frequente no contexto intrafamiliar e influente na qualidade do desenvolvimento das vítimas. Trata-se de um estudo de delineamento qualitativo exploratório, cujo contexto foi o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS)-DF, instituição pública que tem a entrevista de acolhimento como rotina de atendimento psicossocial. O método de entrevista semi-estruturada de cunho narrativo e análise documental de prontuários foi utilizado com quinze famílias com crianças e adolescentes, basicamente as que buscam o Sistema Único de Saúde, que vivenciaram violações dos direitos por ocorrência de abuso sexual. A tese tem como objetivo conhecer e acessar as narrativas, significados e sentidos que a família produz no período entre a revelação e o atendimento do abuso sexual. O referencial teórico proposto é o Construcionismo Social, apreciando a linguagem em ação e a contextualização sócio histórica dos sistemas de significação. Para a realização da construção da análise e interpretação do corpus utilizou-se a Análise Hermenêutica Dialética, a partir das narrativas, significados e sentidos expressos pelas famílias, instrumento com uma perspectiva interpretativa que exige a elaboração de categorias analíticas. Os resultados apontam três estudos: O primeiro estudo informa sobre a vítima, sobre a configuração familiar e sobre o abuso sexual. A estatística descritiva mostra que 66,6% são casos de abuso sexual intrafamiliar; em 11 casos os ofensores são do sexo masculino, padrasto; 46,6% dos casos ocorreram na casa da vítima e o abuso sexual tem uma média de duração de 27 meses desde o ocorrido da violência até o momento da entrevista na instituição; o tempo médio da ocorrência do abuso sexual é de 13 meses antes da sua revelação; e o intervalo de tempo que vai da revelação do abuso sexual à denúncia é de 7 meses. O intervalo de tempo entre a revelação do abuso sexual e as providências para o atendimento são vividas em função da assimilação do ocorrido, além da necessária reorganização familiar, física e/ou emocional. O segundo estudo revela as narrativas e significados que a família produz em seu espaço privado, destacando três núcleos indagados pelo Construcionismo Social: Construção do problema- Narrativas que marcam a revelação do abuso sexual, reações vividas na família; Mudança- Inter (ações) que geram mudanças; Promoção da Mudança- Repetindo e atualizando histórias para apropriar-se dos avanços. O terceiro estudo mostra a conjugalidade, parentalidade e fraternidade implicadas na política relacional dos parceiros conversacionais. Destaca-se três núcleos compreensivos informados pelas narrativas e ditos populares, Conjugalidade, Parentalidade, Fraternidade, que resultam em práticas como: um rompimento e afetamento da conjugalidade; vivências de ambivalência enquanto dimensão da parentalidade e uma distinção e descrição dos papéis sociais vividos na convivência familiar em função de uma hierarquização, na fraternidade. As conclusões apontam para comprovação da tese de que o processo de mudança e transformação das narrativas, dos significados e sentidos produzidos pela família acerca do abuso sexual vivido anunciam possibilidades e potencialidades em contexto de compartilhamento e se faz a partir da própria experiência e vivência da família, considerada matriz relacional da situação, realçando o potencial da família. Há indicador de que existe uma interdependência entre as narrativas de transformação produzidas pela família e os agentes externos promotores da proteção, visto como uma estratégia. Aponta-se a importância da criação de espaços conversacionais implicados nas diferenças culturais e ideológicas que possam ser inclusivos gerando práticas mais contextuais e criativas.

**Palavras chaves:** Família, abuso sexual, construções narrativas, significado, política relacional.

## Abstract

This work focuses on the theme of sexual abuse and family, a complex phenomenon with social and family scope, and one of the gravest forms of violence against children and adolescents. It influences the quality of development of the victims and happens most frequently within an intra-family context. This is a qualitative, exploratory study which took place at CREAS ó a specialised social service public institute, which offers first care treatment and psychosocial support. The semi-structured interview method based on records of narratives and analysis of documents was conducted with fifteen families with children and adolescents; basically those who use the Public Health System (SUS - Sistema Único de Saúde) and who had their rights violated due to sexual abuse. The objective of the thesis is to comprehend and access the narratives and meanings that the family produces in the period between the disclosure and the treatment of sexual abuse. Social Constructionism was used as the theory of reference with appreciation of the language in action and the historical contextualisation of the systems of meaning. The Hermeneutic Dialectic Analysis was used for the construction of the analysis and interpretation of the corpus, taking as a starting point the narratives and meanings expressed by the families - tool with an interpretative perspective that demands the elaboration of analytical categories. The results point to three studies: the first study gives information about the victim, about the family configuration and about the sexual abuse. The descriptive statistics shows that 66.6% are cases of intra-family sexual abuse; 66.6%, in 11 cases the offenders are of the male sex, stepfather that lived with the children and adolescents; 46.6% of the cases took place in the house of the victim and the sexual abuse happened for an average duration of 27 months until the time of the first interview at the social service institution; the medium time of the sexual abuse is 13 months before its disclosure; the time interval that goes from the disclosure of sexual abuse to its denouncement is 7 months. The time interval between the disclosure of sexual abuse and the measures taken for treatment depend on the assimilation of the events and the necessary time needed for physical, emotional as well as family restructuring and adjustment. The second study reveals the narratives and meanings that the family produces in its private space with emphasis on three nuclei investigated by Social Constructionism: Construction of the problem ó narratives that mark the disclosure of sexual abuse, reactions lived within the family; Change ó inter (actions) that generate change; Promotion of change ó repeating and updating stories to appropriate progress. The third study shows the impact that the three comprehensive nuclei of narratives and popular sayings - Partnership, parenthood, fraternity - have on the relationship politics of the interview partners. It results in practices such as: dissolution and other affecting influences on the partnership; a focus of all parties involved on the feelings of ambiguities and ambivalences as dimensions of parenthood, and a distinction and description of the social roles lives within the family in function of a hierarchization, in the fraternity. The conclusions point to the proven thesis that the process of change and transformation of narratives and of the meanings produced by the family about the sexual abuse generate possibilities and potentialities of sharing. The starting point of this process is the own experience of the family considered the relational matrix of the situation, and it emphasizes the family potential; the indicator that an interdependence exists between the narratives of transformation produced by the family and the external agents, promoters of protection, seen as a strategy; importance of the creation of spaces for exchanges comprising eventually inclusive cultural and ideological differences and thus generating more contextual and creative practices.

**Key words:** Family, sexual abuse, narratives construction, meaning, relationship politics.

## Capítulo I

### **Apresentação ó õMais vale um pássaro na mão que dois voandoö**

Acredito que meu encontro e interesse pela população que experimenta vulnerabilidades sociais e pelos temas apresentados na tese nasceram há muito tempo e estão lá na infância. Quando pequena, gostava da rua e das brincadeiras com as crianças mais velhas que estavam por perto, independentes de elas serem ou não da minha õclasse socialö. Tinha muita curiosidade de saber o que tinha na casa delas, que as faziam tão interessantes. Morava em um bairro mais afastado e isso contribuía para estar muito tempo na rua. Muitas das brincadeiras consistiam em contar histórias, mas não as histórias clássicas, como, por exemplo, Chapeuzinho Vermelho ou Branca de Neve. A gente inventava brincadeiras e eu achava bárbaras as histórias das meninas mais velhas e daquelas que tinham menos ainda que eu. Elas tinham brincadeiras muito mais criativas do que as minhas. Essas histórias e seus significados evidentemente nortearam meu desenvolvimento emocional, relacional e cognitivo. Já adolescente, trabalhei com alfabetização de adultos em uma cooperativa rural e depois fui professora, alfabetizando crianças da rede pública. Sou filha de imigrantes italianos, que se instalaram no interior de Minas Gerais, pós-guerra, e lutaram muito para se estabelecerem no Brasil. Eram agricultores, mas não os donos da terra. Meus pais tinham presente na vida deles e na educação dos filhos valores importante, como o encontro fraterno com os irmãos, a ordem, o trabalho e a justiça. Todos esses encaminhamentos direcionaram meu encontro com a psicologia e diferentes formações, por me garantir um modo de ajudar a construir a participação e buscar uma nova cultura política que assegurasse o desenvolvimento do sujeito de direito.

Temas atuais como cenas de violência, pais negligentes com filhos, casais que brigam, se separam e não cuidam de suas crianças e adolescentes, famílias atingidas por abusos de diferentes dimensões, colocando as pessoas na condição de vítimas, mães que sozinhas cuidam

de seus filhos, famílias em contexto de pobreza, falta de condições de trabalho, o paradoxo da globalização, as políticas excludentes e tantas outras questões oprimem e violentam as pessoas e famílias na sociedade contemporânea. No entanto, esses temas e vivências estão presentes no meu cotidiano há muitos anos. Enfrentar essas situações de vulnerabilidade já no início de minha vida profissional me colocou diante de uma responsabilidade que se misturou muito rapidamente ao meu fazer profissional. Sabendo que todas estas situações não estão presentes apenas no meu país, considerado por tantos como um país emergente, tratei de assumir minha parte no equacionamento desses e de tantos outros problemas, principalmente os de natureza sócio familiar, no sentido de incentivar as pessoas a se tornarem agentes de sua própria mudança e transformar suas realidades.

O contato com essa população, além de conduzir minha formação em psicologia, fomentou meu interesse pelo estudo da família, suas formas de organização, construção e sofrimento, devido à crença no potencial da família. Soma-se a isso a preocupação com a capacitação dos profissionais que lidam principalmente com as crianças e os adolescentes. Como um dos produtos advindos dessas reflexões, emergiu a discussão acerca da atuação dos Conselheiros Tutelares no Distrito Federal, tema de minha dissertação de mestrado (Marra, 2004).

Meu trabalho institucional, comunitário e clínico-social ao longo dos anos junto a essas populações, na perspectiva de encontrarmos formas menos agressivas e mais eficazes de combate a estas dificuldades, com perspectivas de futuros alternativos, me renderam várias especializações como em Psicodrama, Terapia de Casal e Família, Práticas Colaborativas e ainda a publicação de uma série de capítulos e a organização de livros junto a outros colegas também empenhados nesta causa. Sempre foi tão presente e emergente este desejo de ajudar essa

população que, junto da profissional Maria Eveline Cascardo Ramos, organizamos uma instituição destinada à pesquisa e à formação de pessoas. É o Instituto de Pesquisa e Intervenção Psicossocial - INTERPSI, que funciona há 35 anos.

Atualmente participo de um grupo composto por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e outros profissionais que atuam nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS. Esta unidade socioassistencial pública oferece serviços especializados a famílias e a indivíduos que experimentam vulnerabilidades sociais e dá ênfase às situações de violência sobre as quais os profissionais intervêm com a ferramenta dos Grupos Multifamiliares - GM (Costa, Almeida, Ribeiro, & Penso, 2009).

A participação no grupo de supervisão, coordenado pela professora Dra. Liana Fortunato Costa, suscitou questões voltadas para o fenômeno do abuso sexual, que orientaram a organização e construção dessa pesquisa. São questões que mostram o impasse dessa realidade, caracterizam, problematizam e definem uma atenção a este fenômeno, e que precisam ser mais estudadas. Esses pontos tornaram-se minhas inquietações, contribuíram para a elaboração desse projeto e suscitaram discussões e rumos a serem perseguidos ao longo dessa trajetória. As construções narrativas das famílias sobre o abuso sexual têm apenas um caráter descritivo-informativo acerca da violência ocorrida? Como acessar as narrativas e significados que a família produz ao longo da experiência vivida? Como compreender as interações das famílias a partir do cenário linguístico e do discurso que as orientam? Essas narrativas provocam uma responsabilidade relacional, fator potencial de transformação? Como valorizar os significados do discurso das famílias buscando uma intervenção que revele o problema, alivie o sofrimento e proponha soluções às situações de violação dos direitos? E, ainda, é possível às famílias construírem mudanças em suas narrativas a partir de suas próprias vivências e apontar

possibilidades de novos discursos para essas experiências? A partir dessas inquietações, o projeto de pesquisa teve como foco conhecer e acessar as narrativas dessas famílias, na perspectiva de compreender como ocorre o processo de diálogo que as famílias produzem ao longo do tempo, que vai da revelação ao atendimento em uma instituição pública.

Percebi que as famílias, ao narrarem suas histórias, falam por metáforas, ditos populares e têm uma linguagem que é própria de sua cultura e modos familiares. Apresento os itens deste texto com subtítulos referentes a expressões que surgem no dia a dia e que se tornam populares e consagradas pelo povo como parte importante de uma cultura. São transmitidas pelas gerações familiares e fazem parte da vida e da herança de um povo. Expressam mitos e significados importantes que estão na fala das pessoas e revelam um conhecimento tradicional, um conceito ou uma experiência coletiva que fala de uma realidade ou é apenas uma provocação no sentido de mostrar algo que muitas vezes é pejorativo.

### **I ó Introdução - ãA realidade nunca dá o que a imaginação prometeö**

A violência contra crianças e adolescentes é condenada universalmente, mas vivida cotidianamente. Prever a incidência e vislumbrar a gravidade de um fenômeno construído em segredo, não expresso pela vergonha, que destrói laços afetivos e que muitas vezes não deixa marcas físicas, é uma questão que deixa todos vulneráveis. A violência está presente na vida cotidiana e na contemporaneidade e traz a dimensão das relações sócias históricas.

A violência com todas as suas formas de manifestação tem sido debatida, inclusive no âmbito da família, e atinge os segmentos sociais mais vulneráveis, como as crianças, os adolescentes, as mulheres e os idosos. Essas pessoas compõem o grupo de risco que exige maior atenção e visibilidade. A história social da infância mostra que desde o período colonial as crianças não eram consideradas sujeitos de direitos, constituindo-se a partir daí grandes

desigualdades geradas no sistema capitalista. Isto contribuiu para que a violência ganhasse espaço de forma abusiva e intrusiva, deixando marcas imponderáveis.

A violência é exercida através das práticas educacionais que constituem manifestação de modos de vida autoritários, de detenção da legitimidade para o uso da força e de coerção e através do enclausuramento das vozes que elegem conviver com um possível segredo. Os atos violentos se expressam desde atos de omissão, não garantias de acesso aos serviços de saúde e educação, trabalhos forçados, métodos disciplinares violentos, até agressões psicológicas ou sexuais, abusos deliberados e exploração sexual (Moura et al., 2008). A violência possui uma lógica social e territorial diferenciada, que não obedece aos mesmos princípios de produção e reprodução da desigualdade. Estamos falando mais precisamente da violência sexual e das consequências deste fenômeno na qualidade do desenvolvimento da criança e do adolescente. Estes dependem do vínculo estabelecido com seus familiares, uma vez que, desde muito cedo, necessitam-se do outro para impulsionar e motivar sua existência e construir sua identidade. Nas últimas duas décadas no Brasil, a violência sexual contra crianças e adolescentes passou a ser notificada como uma questão social e um desafio público, exigindo investimentos e intervenções (Faleiros, 2008). O quadro de violência e desagregação social atual é, provavelmente, o maior desafio a ser enfrentado pela sociedade brasileira nesse início de século XXI.

O abuso sexual é um fenômeno complexo, que percorre os contextos privados e públicos e que ocorre em uma teia de relações sócio familiar. Neste contexto, o título dessa pesquisa tem a intenção de refletir sobre três dimensões ou vieses que perpassam esse trabalho. Como primeira dimensão, compreende-se que olhar a família como um espaço privado e público consiste em compreendê-la como um grupo social em processo contínuo de construção, espaço de organização, desorganização e reorganização, transitando pelo contexto histórico-cultural da

atualidade e pelas transformações que trazem grandes mudanças e desafios para os envolvidos. Ao narrar suas histórias, a família pode reorganizá-las e estabelecer laços entre iguais, produzir possibilidade de ressignificar e reelaborar suas narrativas, promovendo mudanças. E isso é a principal base para sua continuidade (Carrijo & Rasera, 2010; Elkaïm, 2000).

Como segunda dimensão está a violência vivida pela família como um fenômeno que diz respeito não só a ela, mas a todos os outros sistemas envolvidos, como a escola, a vizinhança e demais serviços que prestam atendimento. A família é vista como protagonista social, ao participar das políticas públicas na busca de movimentos e autoria de projetos de vida. Além de ser alvo da atenção das políticas públicas, a família é também parceira e partícipe nos serviços de proteção, socialização, formação e criação de vínculos relacionais (Rizzini, 2010). Portanto, as políticas públicas e sociais estão destinadas a dar suporte a esta instância, com o intento de transformar vidas públicas e privadas.

Por fim, como terceira dimensão, compreende-se a estreita conexão entre relacionamento e democracia dialógica. Cada parte tem iguais direitos e obrigações, qualidade transacional básica para a mutualidade e princípio da comunidade. Soluções mutualmente encontradas são políticas por definição. Compreender o ponto de vista da outra pessoa é essencial. A discussão pública se abre quando isenta do poder arbitrário, quando há uma atmosfera de tolerância mútua, sinônimo de cidadania (Araújo, 2009; Giddens, 2005). A publicização das experiências da família no acolhimento gera mais um diferencial para os recursos relacionais potenciais da família.

A existência de limites para o exercício da cidadania por parte de amplos setores da população brasileira se manifesta através da dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho, à escola, à creche, à alfabetização, aos serviços de saúde e aos produtos culturais

valorizados socialmente. Esta população aqui estudada se configura como os grupos sociais encaminhados pelo Sistema de Garantia dos Direitos para a rede de proteção social. O cotidiano desses grupos em contexto de pobreza e vulnerabilidade é repleto de privações materiais, com sinais de uma estrutura familiar, social e econômica desigual. A população que não teve acesso à escola, à norma culta da língua e aos trabalhos qualificados padece de poucas oportunidades no mercado de trabalho, sofrendo precárias condições de vida material como consequência (Saffioti, 1997). Este é o contexto de estudo desta pesquisa, que se constitui pela carência e pela falta material vivida por famílias atendidas pelas instituições públicas.

O processo de conhecimento das famílias acolhidas e atendidas pelas políticas públicas de assistência social requer que se considerem suas precárias condições de vida material, sua complexidade e sua diversidade relacional e, também, seu esforço pelo constante rearranjo de seus processos de busca de melhor qualidade de vida e bem estar, suas capacidades e habilidades de enfrentamento das diversidades. Essas dimensões possibilitam a luta e a superação das situações percebidas como risco, ultrapassando o determinismo social que ressalta e supervaloriza deficiências e prejuízos e que está pouco atento às estratégias utilizadas pelas famílias para superar diversidades já enfrentadas.

**O objeto do presente estudo** é conhecer a construção narrativa de famílias sobre o abuso sexual vivido, na perspectiva do Construcionismo Social. A aproximação das práticas do Construcionismo Social com grupos familiares tem a perspectiva da negociação de sentidos vividos nestes contextos, da respeitabilidade e da legitimação da pessoa e de suas narrativas. Esta aproximação autoriza pensar na valorização da pessoa no local da produção do conhecimento e as implicações marcantes para os participantes.

A pesquisa tem como **objetivo geral**: conhecer as narrativas das famílias construídas sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes, no intervalo entre a revelação do abuso e o atendimento. E como **objetivos específicos**:

- 1) Acessar as narrativas, significados e sentidos que a família produz na ocasião da revelação da situação de abuso sexual;
- 2) Identificar quais os significados e sentidos que a família atribui a sua experiência de abuso sexual, no momento em que novos sentidos estão prestes a serem construídos no contexto de um atendimento.

**Como tese** para o presente trabalho, entende-se que o processo de mudança e transformação das narrativas, das histórias, significados e sentidos produzidos pela família acerca do abuso sexual vivido se faz a partir da própria experiência e vivência da família. Esse processo de produção de sentido e de ressignificação da experiência se faz com os recursos relacionais presentes nas interações próprias de cada família, fornecendo novos sentidos para o viver.

A qualificação que a família faz de seu sofrimento, quando da revelação das experiências de abuso, através das conversações e do narrar das histórias de violência para membros da família e outros fora do contexto familiar, permite o fortalecimento de suas narrativas e a reconstrução de novos sentidos. Além disso, o re-narrar contribui para a não perpetuação de modelos hegemônicos de convivência.

Essas famílias, ao procurarem ou serem convocadas pelos profissionais do Sistema de Garantia dos Direitos (Resolução nº109, de 11 de Novembro de 2009) para o atendimento, muitas vezes, já vivenciaram a situação de violência por um longo período. Passaram pela

revelação da violência sexual sem o apoio dos profissionais e tiveram que buscar elementos que propiciassem a compreensão da experiência na sua própria dinâmica relacional.

Ampliando um pouco mais o olhar, constata-se a diversidade e a complexidade dessas experiências contidas no funcionamento das relações das crianças e dos adolescentes com suas famílias, no exercício cotidiano de seus direitos e deveres e nas situações adversas que enfrentam. Esse olhar implica não apenas as ações centradas no indivíduo, mas em todo o contexto relacional ao qual pertence e nos diversos serviços de assistência de urgência que compõem a assistência social no Brasil. A família passou a ocupar um marco na reestruturação do "Estado Providência" (Goldani, 2002) e é apontada como responsável pela organização e qualidade de vida de seus membros.

No processo histórico do país, com relação às crianças e adolescentes, vive-se uma transição paradigmática, ou seja, a transição de uma Doutrina da Situação Irregular (1927-1979) para o paradigma da Proteção Integral. Naquele momento sócio histórico, estar fora das normas, ser pobre, estar em situação de abandono, de trauma ou de violência significava viver em patologia social. Com a Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1959 (Organização das Nações Unidas [ONU], 1959) e a Constituição da República Federativa do Brasil (Presidência da República, 1988), nasce a Doutrina de Proteção Integral no Brasil em contraposição ao paradigma da Situação Irregular. Crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direito e cidadãos em condição peculiar de desenvolvimento a partir do ano de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Ministério da Saúde [MS], 2006) e com a consolidação, em 2006, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2006).

Como ferramenta para organização das políticas públicas de atendimento à população, criou-se um sistema de assistência social participativo e descentralizado, denominado Serviço Único de Assistência Social (SUAS) (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MSD], 2005). O SUAS, como modelo de gestão, visa promover e ampliar o acesso e a cobertura do atendimento. As demandas e necessidades sociais de responsabilidade da assistência social são direcionadas aos serviços em seus equipamentos públicos: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Esses serviços são a presença do Estado nos municípios e funcionam como um espaço onde os usuários narram e escrevem parte de suas histórias. São serviços orientados pelo paradigma da Garantia de Direitos e da Proteção Integral, com o intuito de realizar ações especializadas de atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes envolvidos com a violência sexual e com outras formas de violência. A proteção socioassistencial, prestada por esses equipamentos, deve estar organizada nos territórios mais vulneráveis, onde estão localizadas as situações de exclusão, maus-tratos, abandono e negligência, de forma a aproximar a proteção da assistência social daqueles que dela necessitam.

Embora haja todo esse aparato de assistência às famílias, prestada pelo Sistema de Garantia dos Direitos das crianças e adolescentes, estes são submetidos às situações de violência como: agressão de toda ordem, negligência, abandono, assédio, estupro, incesto, exploração, prostituição e pornografia. Pode acontecer em casa, na escola, na rua, nos serviços de assistência e instituição de justiça, em locais de trabalho e nas comunidades em geral. A violência sexual também está presente em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento. Em consequência, essas crianças e adolescentes têm sua saúde agravada a curto e em longo prazo

(UNICEF, 2012a) nos fazendo crer que a realidade nunca dá o que a imaginação promete, e que nem tudo são flores.

### **1.1 ô Justificativa ó õNem tudo são flores"**

Uma criança ou adolescente que experimenta violência sexual recebe profundo impacto sobre sua saúde física, emocional e social. Nesta condição, a vítima está associada a três vezes mais risco de contrair doenças contagiosas, infecciosas, sexualmente transmissíveis, incluindo HIV, em comparação com aquelas não expostas (UNICEF, 2012a). As últimas estimativas apontam que 150 milhões de meninas e 75 milhões de meninos menores de 18 anos haviam experimentado vivências sexuais forçadas e outras formas de violência sexual envolvendo contato físico. Estas mostram ainda que mulheres com idade entre 18 e 24 anos - cerca de 40% na Suazilândia e 3,27% na Tanzânia - relataram ter vivido violência sexual antes de completarem 18 anos de idade. Cerca de um a cada nove homens na Tanzânia experimentaram o mesmo.

Uma pesquisa multipaíses (UNICEF, 2012b), denominada *"Together for girls: sexual violence fact sheet"*, revela que a prevalência de sexo forçado, como primeira experiência sexual das adolescentes menores de 15 anos, varia entre 11% e 48%. Em um estudo realizado entre seis cidades da América Latina, cerca de 3% a 10% dos homens com idade entre 19 e 30 anos relataram ter sido vítimas de abuso sexual na infância, ocorrido entre 4 e 9 anos de idade

No Brasil a situação não é diferente. O Disque Denúncia Nacional, órgão formado pela Polícia Federal, Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e Organização Internacional do Trabalho (Disque 100), considera como criança, de acordo com o ECA (MS, 2006) todos aqueles com idade entre 0 e 12 anos e adolescentes, aqueles de 12 a 18 anos incompletos. Esse universo corresponde a cerca de 30% da população brasileira, segundo o Plano Plurianual (PPA) 2008/2011. Hoje, isso representa cerca de 60 milhões de pessoas, dos

quais 45,9% residem em domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo. De maio de 2003 a março de 2011, este órgão registrou 156 mil denúncias das quais 32% são de violência sexual contra crianças e adolescentes (SDH/PR, 2012).

O mapeamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) nas rodovias federais ó Projeto Mapear - (SDH/PR, 2012) tornou-se referência no delineamento de ações para o enfrentamento desse tipo de crime. A proposta atual buscou inovar e estabelecer critérios científicos para coleta dos dados, contribuindo com os esforços do governo federal em minimizar os efeitos devastadores desse ilícito. O 4º mapeamento, realizado em 2009, identificou um total de 1.820 pontos vulneráveis à ESCA nas rodovias federais. Desse total, 924 foram considerados pontos críticos; 478, com alto risco; 316, com médio risco; e, por fim, 102 pontos foram avaliados como de baixo risco. Em 2011 constatou-se que 73 destes tornaram-se pontos de efetiva ocorrência e 179 pontos com indícios de ESCA, que foram alvo de ações policiais coercitivas com a finalidade de resgatar os menores e responsabilizar os exploradores. No ano de 2012, com a atualização do mapeamento, foram registrados 1.776 pontos vulneráveis à ESCA (SDH/PR, 2012). Avalia-se que esse número não reflete redução real dos pontos vulneráveis, devido à margem de erro de 5% sobre o total de pontos mapeados. Este mesmo relatório apresenta uma análise de risco por níveis das regiões no panorama nacional em 2011. Em ordem decrescente: Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul.

O Distrito Federal está incluído na região de mais alto risco com relação à violência. O relatório *Retrato da Infância e da Adolescência do Distrito Federal* (Companhia de Planejamento do Distrito Federal [CODEPLAN], 2012) reuniu indicadores de violência associados à infância e à adolescência, descrevendo a realidade do DF. Os indicadores de violência mostraram que em 2010 o número de óbitos por agressão era maior nas faixas etárias

de 10 a 14 anos (17 óbitos) e de 15 a 19 anos idade (171 óbitos) no Distrito Federal, e é quase inexistente nas faixas etárias mais baixas. O percentual de crianças e jovens entre 0 e 17 anos em situação de extrema pobreza era de 2,6%, sendo 5.467 (2,9%) entre 0 e 4 anos, 12.931 (3,1%) entre 5 e 14 anos e 2.919 (1,3%) entre 15 e 17 anos. Crianças e adolescentes representavam 45,8% da população extremamente pobre.

Dados registrados pela 1ª Vara de Infância e Juventude do Distrito Federal (VIJ/DF, 2012) revelam diferentes indicadores que nos dão uma ideia da situação de violência que gera cuidados:

- Sobre o sexo das vítimas: 82% meninas e 18% meninos.
- Sobre as formas de ocorrência do abuso sexual: 18% extrafamiliar, 80% intrafamiliar e 2% exploração comercial.
- Sobre a caracterização da violência sexual: 71,3% abuso sexual; 28,7% exploração sexual; 77% atentado violento ao pudor; e 23% estupro.
- Sobre a faixa etária: 58% de 3 a 8 anos; 34% de 9 a 15 anos; e 2,86% de 16 a 18 anos.
- Sobre a relação da criança ou adolescente com o agressor: 83% coabitam com o agressor, sendo 41,6% pai; 20,6% padrasto; e 4% companheiro/namorado da mãe.
- Sobre a duração da violência sexual: 60% mais que um ano; 33,3% período superior a três anos.

Não importa apenas apresentar dados comparativos entre países e regiões para evidenciar onde há mais ou menos violência, mas sim demonstrar que a violência é um problema global que merece atenção das políticas públicas. Nesse sentido, as políticas devem ser enfáticas na proteção da criança e do adolescente, impactar no ambiente em que vivem e possibilitar melhores condições de vida e maior assistência. Há uma verdadeira proliferação de programas

para lidar com tipos de sofrimentos apresentados pelas pessoas que buscam os serviços de ajuda coletiva. Entretanto, esses quase sempre estão fragmentados por um olhar que exclui o contexto das famílias e comunidades em que está inserido o sujeito.

A matricialidade sócio familiar é o eixo fundante das ações de proteção desenvolvidas no âmbito do SUAS, pois a família, uma vez apoiada e protegida, constitui-se em importante referência para a instituição de vínculos e de participação social. Na esfera das políticas sociais e econômicas nacionais e internacionais, tem se ressaltado a centralidade do papel da família no cuidado, formação e educação das crianças e adolescentes. As ações de proteção social às famílias contribuem significativamente para a redução da reincidência dos agravos que provocam a vitimização, a agressão e a violação, promovendo o empoderamento de seus membros.

O processo de revelação dos direitos violados, a compreensão, a aplicação e o acompanhamento das medidas protetivas e de responsabilização do ofensor e o entendimento da construção de falsas memórias e dos traumas são situações complexas. Por esse caráter, necessitam ser sustentadas pelo arranjo relacional de forças cooperativas entre familiares e profissionais envolvidos no caso. Os elementos que configuram a situação da violência se organizam, portanto, de maneira complexa e, por isso, devem ser analisados a partir de seus contextos, das narrativas construídas em torno deles e das circunstâncias mais amplas.

## **II - Fundamentação teórico-epistemológica**

### **2.1 - Narrativas e suas construções ô "Vão-se os anéis e ficam os dedos"**

Propõe-se como base teórica fundamental para este estudo o Construcionismo Social, incluindo neste item as Práticas Colaborativas, as Teorias Narrativas e os Processos Reflexivos. A proposta Construcionista Social considera a linguagem como ação e faz uma contextualização

sócia histórica dos sistemas de significação. Essa ênfase contemporânea das abordagens Construcionista Social interessa-se pelas questões sociais, dentre elas a violência familiar, o sexismo, o multiculturalismo, a justiça social e os direitos humanos.

O enfoque Construcionista Social como uma perspectiva, assume a ontologia relativista que confirma a existência de múltiplas realidades, compreendendo que pesquisador e sujeitos geram o conhecimento sobre a realidade. A metodologia se baseia nos sentidos e nos significados da ação e parte da compreensão de que todos os sujeitos são protagonistas de sua própria história, sendo, portanto, sujeitos competentes e autônomos. Todos esses referenciais correspondem a uma implicação emancipatória de sujeitos e pesquisadores e desenvolvem um processo dialético de produção do conhecimento, reconhecendo e considerando a participação ativa dos mesmos (Andersen, 1997, 1998; Anderson, 1994, 2010, 2011; Anderson & Goolishian, 1988; Gergen, 1985, 1996a, 2010; Gergen & Gergen, 2010; Goolishian & Anderson, 1993, 1996; Grandesso, 2000, 2008; McNamee, 2008; McNamee & Gergen, 1998; Rasera & Japur, 2007, 2006, 2005; Shotter, 1993a; White, 2002, 2012).

Devido ao fato de esta proposta possuir uma perspectiva multidisciplinar, utilizou-se um aporte teórico marcado pelo diálogo entre teóricos de diferentes áreas das ciências sociais, levando em consideração que o conhecimento é uma construção social (Fruggeri, 1998, p. 55). Anderson (2010), Esteves de Vasconcellos (2002), Gergen (1985, 1996b, 2006a), Maturana (2001, 2002), McNamee e Gergen (1998), Grandesso (2000, 2008), Omer (1997, 2004), Rasera e Japur (2007), Sluzki (1997), White (2002, 2012), dentre outros autores, consideram que as transformações não podem ser efetivadas por um único arbítrio, ou seja, por um especialista. Pelo contrário, a transformação é uma questão relacional, que depende da coordenação da (inter)ação de uma série de pessoas. O diálogo é considerado uma forma de conversação, onde todos

participam do co-desenvolvimento de novos significados, novas realidades e novas narrativas. Posto como um parceiro conversacional, o terapeuta é aquele que, especializado em construir contextos de diálogos e relacionamentos colaborativos, coloca-se numa atitude de curiosidade extrema para aprender com o entrevistado sobre suas circunstâncias (Anderson, 2010, 2011).

Para Anderson e Goolishian (1988), o importante não é produzir mudanças, mas abrir espaços para a conversação terapêutica. O diálogo abre novas narrativas e as histórias ainda não contadas podem ser mutuamente criadas. Nesse sentido, mudanças na história e na própria narrativa são consequências inerentes ao diálogo. Ainda segundo esses autores, tanto a identidade pessoal quanto a identidade social e profissional são alicerçadas através de suas histórias e das narrativas contadas pelos integrantes de sua família a respeito de seus comportamentos, suas percepções e seus sentimentos. Assim sendo, profissionais e famílias podem juntos construir novas perspectivas, estratégias e metodologias que favoreçam mais seus processos de intercâmbios conversacionais.

As diversas possibilidades de construção do real e de seus significados, as histórias, as experiências anteriores e as várias interações em seus diferentes contextos são consideradas. As relações humanas surgem por meio das histórias construídas socialmente e suas narrativas particulares se realizam no campo social. Portanto, as narrativas têm papel importante no que tange à formulação de julgamentos e concepções que modelam a vida das pessoas. O sujeito compreendido pela perspectiva Construcionista Social está ligado à linguagem e à cultura, intercomunicando-se constantemente com todo seu aparato relacional, construindo sua realidade a partir de suas experiências (Gergen, 1996b, 2006b; White & Epston, 1993; White, 1994, 2002, 2012).

O processo conversacional se revela no presente texto por meio da participação de múltiplas vozes. Os envolvidos em um diálogo são capazes de criar novas ligações e conexões entre os eventos vividos e a partir das interações revelarem a si mesmo e aos outros suas situações. O diálogo pode ser visto como uma metodologia de mudança. Os problemas são resolvidos quando se propõe a pensar de outras maneiras, seria converter-se a pensar diferente. Os recursos interacionais dos interlocutores se manifestam nas diversas perspectivas que podem ser construídas tornando a experiência compreensível dentro de suas competências. O fato das pessoas narrarem suas histórias em conjunto possibilita uma grande motivação na busca de outros caminhos (Anderson, 2010; Gergen & Gergen, 2010; Shotter, 1993a; White, 2002, 2012; Rasera & Japur, 2007, 2006, 2005).

Mesmo estando em circunstâncias de pobreza material, baixa escolaridade e violação de direitos, as pessoas e a comunidade possuem seus próprios recursos relacionais e tecem suas próprias histórias, a partir de significados e sentidos encontrados nas conversações com seus pares. Esse processo conversacional ou o re-narrar e descrever as histórias que nos afetam, permite a conexão com uma história que é de cada um, mas que é também vivida no contexto social. Goolishian e Anderson (1993, 1996) consideram a importância do self narrador mostrando que a pessoa constitui-se na linguagem e pela linguagem. O self surge, nesta perspectiva do universo intersubjetivo, através de histórias narradas pelos outros e por nós mesmos a nosso respeito. Um evento, crença ou discurso pode ser visto pela família, como uma situação inesperada, um impedimento para continuar a vida à medida que são esperados ou selecionados, enquanto outras ideias, comportamentos ou eventos não são selecionados (Zimmerman & Dickerson, 1998).

O Construcionismo Social foi escolhido como epistemologia capaz de repensar a complexidade das tramas e mitos geracionais das famílias, contidos em suas narrativas e em sua construção de sentidos para seus discursos. Como elementos dessa complexidade, estão os significados presentes nas narrativas entre os envolvidos que ampliam as possibilidades de novos caminhos e novas alternativas. Seria estabelecer ligações entre coisas, situações e eventos já conhecidos e continuar vivendo com fatos antigos, mas com novas formas (Shotter, 1993a). Portanto, vão-se os anéis, mas ficam os dedos. São abertas perspectivas de processos para o sistema familiar e conseqüentemente, perspectivas de produção de novos sentidos do vivido. Esta abordagem dirige-se não para o que causa os problemas, mas nos efeitos crescentes dos problemas vividos pela família.

## **2.2 - Famílias como Sistema Vivo e falante ô õCada família tem seu corcundaõ**

A literatura aponta (Esteves de Vasconcelos, 2002; Nichols & Schwartz, 2007; Hoffman, 1981; Minuchin & Fishman, 1990) que universalmente todas as famílias têm problemas, no sentido de que nem todas as vivências ou empreendimentos são bem sucedidos. A complexidade do campo da família mostra que esta é uma prática que prioriza sempre o contextual, o relacional e o psicossocial. O estudo da família foi orientado tradicionalmente para a cura dos sintomas e solução dos problemas. No entendimento da família, apenas um de seus membros tinha problemas, o que levava à segregação e sobrecarga de um deles. Com o desenvolvimento desses estudos, constatou-se que os membros da família têm uma longa e intensa história conjunta e futuro juntos, constituindo-se como um sistema vivo, um todo orgânico, que se move através de suas interações. Passou-se a entender o comportamento das pessoas no seu contexto, sobressaltando o que Bateson (1972) apontava como sendo o contexto que determina o significado. Portanto, quando se começou a considerar a pessoa no contexto da família, seu

comportamento pareceu menos estranho, deixando de ser considerado o corcunda da família. Outros estudiosos apontam que compreender a família como um organismo vivo vai além da Epistemologia de Bateson (1972) avançando para a Ontologia da Realidade de Maturana (1997), que define o organismo vivo implicado todo o tempo por meio das distinções que faz do vivido. A realidade emerge com base nas distinções, naquilo que é vivido e significado para cada um. A linguagem é constitutiva da existência dos seres humanos e unidades autopoieticas determinadas estruturalmente, que operam em relação ao seu meio. O domínio linguístico emerge dessa ou daquela descrição, dessa ou daquela crença ou teoria. Portanto, o intercâmbio da linguagem constrói realidades. Geram-se conhecimentos e crenças a partir da linguagem. A pessoa transforma-se com as histórias que conta de si mesma. São verdades narrativas que passam a ter mais influência que a verdade histórica. Neste sentido, a família passa a ser não só um sistema vivo, mas também um sistema falante (Bateson, 1972; Esteves de Vasconcelos, 2002; Gergen, 1996a, 2006a; Maturana, 1997; Nichols & Schwartz, 2007).

Nas últimas décadas surgiu um novo direcionamento para compreender como esses sistemas vivos e falantes se organizam em torno da linguagem. Uma proposta de construção da realidade, que entende que a família não é independente e nem está lá fora, mas é construída a partir de uma produção coletiva de significados. A família vivida atualmente tende a propostas e modelos menos rígidos e preestabelecidos. Todos os membros da família estão envolvidos na construção de um compromisso social de mudança, com cultura própria, com sua marca especial de comunicação e interpretação de regras e ritos marcados pelas relações de classe, de etnias e de gênero. Assim sendo, cada membro é diferenciado por sua identidade plural no sentido dos contextos sociais e culturais a que pertence (Carrijo & Rasera, 2010; Féres-Carneiro, 2007, 2011;



**PDF Complete**  
Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Fruggeri, 1998; Fonseca, 2005; Maturana, 2001, 2002; McNamee & Gergen, 1998; Sluzki, 1997).

O grupo familiar é visto como uma prática discursiva, uma vez que o discurso produz realidades, contendo sempre uma dimensão social e histórica (Carrijo & Rasera, 2010). O foco está na linguagem que é construída e com a qual se constrói o mundo, transformando a linguagem performática gerada pelo discurso dominante em uma linguagem viva em contexto, em interação. À medida que os discursos vão se modificando no contexto social, modificam também a vida individual e familiar, permitindo às famílias reescreverem suas histórias. Essa ãescrita narrativaõ ou o re-narrar ou recontar as vivências e experiências de caráter polifônico, como estruturas escritas, como um posicionamento crítico e reflexivo, promove a reconstrução, por ter uma multiplicidade de vozes e apresentar uma possibilidade de problematização da experiência. É como se estivessem escrevendo um novo texto naquele contexto em que estão mergulhados (Carrijo & Rasera, 2010; Gergen, 1985; Spink & Frezza, 1999).

Por ser um sistema em interação e em construção na linguagem e pela linguagem, o movimento da família amplia suas possibilidades e permite sua evolução e adaptação às novas demandas que se lhe apresentam, não sucumbindo em suas contradições. Esses ganhos qualitativos promovem novas organizações sistêmicas pela auto-organização e auto-referenciação, permitindo conhecer então suas reais possibilidades. É preciso retirar o foco do indivíduo e transpô-lo para o contexto em que as relações ocorrem. Os sistemas humanos são sistemas fluidos e evolutivos de comunicação que existem na linguagem. São sistemas de organização e de dissolução de problemas, entidades complexas compostas de indivíduos que pensam, interpretam, entendem e compartilham significados construídos, como construção social (Anderson, 2010). Assim, a família é compreendida como uma unidade relacional.

O Construcionismo Social reconhece que o conceito de família é uma invenção social. Esta abordagem inspira uma atitude co-criativa e reflexiva, não com ênfase nos fracassos, mas nas novas possibilidades, buscando metáforas mais positivas para compreender os processos vividos pelas famílias (Anderson, 2010; Anderson & Goolishian, 1988; Hoffman, 1981; Minuchin & Fishman, 1990; Nichols & Schwartz, 2007; Omer, 1997, 2011).

A violência sexual contra crianças e adolescentes abordada por esta tese é marcada pelas formas linguísticas (nomes, expressões, palavras, ditos populares e metáforas) que narram e descrevem o mundo e as experiências das pessoas. É por meio da linguagem como prática social que significamos e organizamos as nossas relações (Carrijo & Rasesa, 2010, p.127). Essa linguagem em ação tem um caráter eminentemente dialógico, ou seja, é produzida no interstício entre o eu e o outro (Bakhtin, 1981, 1986). As famílias irão contar e narrar aquilo que selecionaram como sendo importante para reconstrução de suas histórias e expressão de seus valores. O processo conversacional entre os membros da família propicia um deslocamento do comportamento para o significado. Este processo culmina na modificação de sentidos expressos e vividos por essas famílias. Assim, pode-se considerar que o conhecimento produzido na construção narrativa com famílias tem a função de organizar o mundo experiencial do sujeito.

Embora a família seja considerada no senso comum, por muitos, um mal necessário - ora negligenciado por alguns, ora enaltecida por outros - é entendida como mediadora das relações entre seus membros e a coletividade. O indivíduo torna-se sujeito no espaço da família e insere-se na diversidade de formas e arranjos familiares. A família compartilha do processo de construção da realidade que se faz nas vivências de rotina, das interações e trocas sociais, ao longo do ciclo de vida da família e de muitas gerações. A família necessita ser considerada e

entendida como a família de cada um e vista como especial e específica ao tomá-la como objeto de nossa prática.

### **2.3 - O abuso sexual ô "A criança é para ser vista e não para ser ouvida"**

Crianças e adolescentes são afetados de maneira contundente por diferentes manifestações de violência dentro e fora de suas casas. Inúmeros teóricos de diferentes áreas das ciências humanas, sociais e saúde, debruçam-se sobre o tema do abuso sexual em diferentes contextos, propondo ações na promoção da diminuição dos impactos nos modos de existência dessas crianças e adolescentes e de suas famílias (Habigzang et al., 2012; Penso, Conceição, Costa, & Carreteiro, 2011; Costa, Penso, Rufini, Mendes, & Borba, 2007; Sanderson, 2005; Santos, Costa, & Silva, 2011; White, 2002).

No contexto das famílias com interações violentas estão presentes fatores como preconceito, as relações de poder entre adultos e crianças, homens e mulheres, branco e negro. O abuso sexual tem ocorrido predominantemente dentro das famílias, caracterizando-se por longa duração, com intervalo médio de um ano entre o primeiro abuso e a revelação. Alterações ocorrem na vida das crianças, adolescentes e suas famílias, que são acometidas pelo abuso sexual, passando a viver em situação de extrema vulnerabilidade em função de novas demandas que passam a existir e do descaso das instituições de ordem social e legal (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005). Estes autores falam também de uma interrupção e fragmentação na rede de proteção à criança e ao adolescente em virtude dessa banalização e postergação da aplicação de medidas de proteção. Percebe-se que o dito popular aqui ganha força e, em sua transposição e decodificação, mostra a criança desconsiderada em todas as suas áreas do desenvolvimento, afirmando, ainda, que a criança deva apenas ser vista e não ouvida e nem

cuidada, confirmando assim grandes lacunas no funcionamento da rede de proteção (Costa, 2003; Costa et al., 2009; Esber, 2005, 2009; Minuchin, Colapinto, & Minuchin, 2000).

O abuso sexual é um fenômeno determinado por diversos fatores que combina aspectos culturais, socioeconômicos, individuais e familiares. Abuso sexual tal como definido por Azevedo e Guerra (1995) é denotado como:

Ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa (p. 37).

O abuso sexual inclui tanto atividades com contato físico quanto manipulação de genitais e intercurso sexual, situações de exibicionismo e voyeurismo, em que não há contato físico direto. Geralmente a criança e ou adolescente vítimas de abuso sexual experimentam também negligência, abuso emocional e abuso físico (Habigzang & Caminha, 2004; Penso et al., 2011). As definições de outros autores incluem atos e jogos sexuais, relações hétero ou homossexuais, sendo o ofensor sempre com maior idade que o abusado. Nesta caracterização, se presentificam relações de poder e conseqüentemente a não compreensão e o não consentimento por parte da vítima (Habigzang & Caminha, 2004; Costa et al., 2007).

Outros aspectos caracterizam a dependência e vulnerabilidade das vítimas de violência associadas ao abuso sexual: o ciclo repetitivo e intencional; a estimulação e o controle da sexualidade da criança ou adolescente; e a compreensão e a gratificação acerca do ato abusivo. Tanto o ofensor em particular quanto a família em geral, ultrapassam regras sociais e familiares, atuam os estereótipos de gênero e mitos presentes na cultura local e estabelecem relações de poder com a vítima. O abuso sexual, além de ser uma forma de coerção e violência, é também

uma quebra de regras sociais, de consensos éticos e de valores e condutas humana (Moura et al., 2008). É considerado um ato criminoso segundo o ECA (MS, 2006).

Quando a família vivencia uma violência sexual, ela passa por situações de confusão dos papéis, estresse, tensão, distanciamentos e separações. Essas mudanças resultam em desequilíbrios de diferentes dimensões, como pessoais, relacionais e sociais. Todas essas contingências irão modificar o curso de vidas dessas famílias. Há uma inversão na hierarquia entre pais e filhos: o pai passa a ser marido, a mulher aceita perder a função de esposa e de mãe e a filha exerce a função de esposa e mãe de seus irmãos (Furniss, 2002; Santos, Pelisoli, & Dell'Aglio, 2012). As famílias em situação de abuso sexual apresentam relações interpessoais assimétricas e hierárquicas, vivenciadas nas desigualdades e nas relações de subordinação. As crianças que vivem em ambientes em que a violência familiar está presente geralmente fazem dela um aprendizado e a reproduzem posteriormente em suas vidas, contribuindo para a banalização da violência nas relações familiares e os impactos dessa violência nas relações interpessoais.

Os episódios de abuso sexual das famílias atendidas pela rede de proteção nos convida a buscar junto daqueles que sofreram violência sexual uma mudança de perspectiva para suas vidas, através da desconstrução de suas justificativas ante às condutas abusivas para novas e potenciais narrativas de futuro. Propõe-se revisar e avaliar os argumentos a partir da aproximação Construcionista Social dos significados e da construção de narrativas e postular um desenvolvimento situado sócio historicamente, que dê relevância ao contexto sociolinguístico e ênfase na narrativa ou forma de relato do significado (Rasera & Japur, 2007). Vê-se aí que o Construcionismo Social postula um ouvir para a criança e o adolescente, não os deixando fora dos processos de mudanças.

Nessa compreensão, o abuso sexual é visto como parte de um discurso dominante da família e que a denúncia vai provocar uma ruptura do equilíbrio doméstico. O significado daquilo que se fala está na interação entre as pessoas e não se apresenta nem nas estruturas do texto nem no sistema de linguagem. De acordo com o Construcionismo Social, como a linguagem é um subproduto da interação, seu principal significado deriva do modo em que está imerso nos padrões de relação (Gergen, 1996a, p. 166). As construções das famílias estão estreitamente ligadas a seus padrões sociais e a sua forma de vida. Pode-se denominar de jogo relacional ou jogos de linguagem em que o uso faz o significado. Os sentidos estão sempre conectados aos contextos.

### III- MÉTODO

#### 3.1 - Pesquisa Qualitativa e "Tamanho não é documento"

A presente proposta de pesquisa se caracteriza como pesquisa qualitativa, com integração entre diferentes momentos de produção do conhecimento. A metodologia qualitativa tem como um dos seus fundamentos a aproximação e o diálogo com o real (Bachelard, 1972; Demo, 2005; Denzin & Lincoln, 2011; Flick, 2009). Como processo de produção de conhecimento de natureza qualitativa, toda construção é um modo de acesso à realidade e, é compreendida por Demo (2004) como geração de conhecimento e instrumento de ação social. Os processos de convivência e participação mostram a qualidade política, ética do indivíduo e o fazem sujeito de direito.

A pesquisa qualitativa envolve o estudo de uma variedade de material empírico, como estudo de caso, narrativas, experiência pessoal, introspecção, história de vida, entrevistas, artefatos, textos culturais e produções (Denzin & Lincoln, 2011). Esse tipo de delineamento de pesquisa vive hoje um processo de intensa e contínua propagação, tendo em conta as recentes

tendências na sociedade e ciências sociais (Flick, 2009). Este autor destaca a relevância da pesquisa qualitativa ao atender aos estudos das relações sociais e cita os princípios que contribuíram para essa relevância: 1) pluralização das esferas da vida; 2) a crescente individualização das formas de vida e dos padrões biográficos e 3) a dissolução de velhas desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida (Flick, 2009, p. 20). Dessa maneira, a pesquisa qualitativa postula o estudo das situações e problemas em seu ambiente natural, interpretando os fenômenos de acordo com os significados que as pessoas dão a eles. A escolha de quais as ferramentas e quais as práticas de pesquisa necessárias é fundamentada pela biografia, pelo gênero, pela classe social, pela raça e etnia dos sujeitos que fazem parte do contexto e do campo de pesquisa. Tamanho não é documento, uma vez que se pode buscar com qualidade, uma configuração diferente de pensar o problema, com ênfase no processo e nos significados que são qualificados e não medidos ou examinados em termos de quantidade ou frequência. A pesquisa qualitativa é, portanto, um processo social e de interação, onde há trocas de ideias e significados, resultando em diferentes percepções que são exploradas e desenvolvidas pelos sujeitos (Denzin & Lincoln, 2011).

### **3.2 - Contexto - "O vento que venta lá venta cá"**

O Centro de Referência Especializada de Assistência Social é o CREAS (Região Administrativa de Sobradinho/DF, que atende as populações de Itapuã, Sobradinho I e II, Fercal e Paranoá) é o contexto dessa pesquisa. Este se configura como um Serviço de Proteção Social de Média Complexidade, que tem por objetivos: 1) Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva; 2) Processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades; 3) Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários; 4) Contribuir para romper com

padrões violadores de direito no interior da família; 5) Contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos; 6) Prevenir a reincidência de violação de direitos (Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009).

O CREAS inclui os seguintes serviços ao público: apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de seus direitos; orientações direcionadas para a promoção de direitos; preservação e o fortalecimento de vínculos familiares comunitários e sociais; e fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as submetem a situações de risco pessoal e social. O atendimento prestado pelo serviço se fundamenta no respeito à heterogeneidade, às potencialidades, aos valores, às crenças e às identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Adotou-se como critério de organização dessa demanda a diversidade de famílias que se apresenta, uma vez que o encaminhamento se faz por diferentes instâncias da justiça e da assistência social e o atendimento acontece em diferentes tempos. Em um estudo mostrado por Pinho (2012), basicamente, as famílias que buscam atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), comparecem com a seguinte configuração - o que se permite dizer que o vento que venta lá venta cá: são famílias com baixa renda e muitas delas em extrema pobreza material. A realidade dessas famílias é de exclusão social e vivências de desigualdades de oportunidades. Grande parte delas é beneficiária de algum programa de transferência de renda do governo, vivenciam situações de gravidez e vivências de relações sexuais fora de uma união formal e passam por dificuldades de acesso a serviços de saúde e, principalmente, aos de educação, sendo significativo o atraso no percurso escolar das crianças, dos adolescentes e dos adultos, que têm

baixa escolaridade. Outro aspecto é um grande número de famílias chefiadas por mulheres, que assumem dupla jornada de trabalho. A criança ou adolescente vítima, geralmente, reside apenas com a genitora e outras crianças na casa.

A equipe que realiza o trabalho do CREAS é formada por psicólogos, assistentes sociais, operadores do direito, pedagogos e demais pessoas que compõem o quadro administrativo, como auxiliares e agentes sociais. Cada técnico tem seu processo de atendimento composto por: visitas domiciliares, entrevistas de acolhimento e acompanhamento das famílias em suas diferentes situações. Esses profissionais acompanharam as entrevistas feitas pela pesquisadora, garantindo o acesso à família. Em cada entrevista esteve presente um dos técnicos responsáveis pelo processo daquela família.

### **3.3 - Participantes - "Cada um sabe onde o sapato aperta"**

Os participantes do presente estudo são as famílias que buscaram o Sistema de Garantia de Direitos como referência para os direitos das crianças e adolescentes e que foram atendidas no CREAS de Sobradinho. Foram 15 famílias, que vivenciaram violações de direitos por ocorrência de abuso sexual. Os membros da família que participaram da entrevista relataram suas vivências cada um a seu modo. A família vai se dando conta de que os relatos de um membro nem sempre são os mesmos contados pelos outros membros, o que nos faz pensar que cada um conta os fatos da maneira como eles significaram para cada um, pois somente a pessoa que usa o sapato sabe onde ele aperta.

Toda a família é convocada para participar da entrevista, o que não significa o comparecimento de todos. A tendência foi vir a mãe, a vítima e mais alguns membros, principalmente as crianças menores, uma vez que a mãe não tem com quem deixá-las. Embora nem toda a família esteja presente, considera-se aqueles que comparecem à entrevista como o

grupo familiar. O que se passa nas interações entre essas pessoas é representado pelo que a mãe trás à entrevista, atendendo ao que Minuchin et al. (2000) falam sobre a acomodação da interação familiar. A mãe trás uma fala que representa a narrativa da família. A ausência de outros membros da família também reflete a dinâmica interacional desta.

Informações acerca das vítimas - crianças e adolescentes que sofreram situações de abuso sexual ó tal como perfil e configuração de suas famílias estão contidas nas tabelas, localizadas no final da tese. Tabela 1 - Informações da vítima; Tabela 2 - Informações da Configuração familiar; Tabela 3 ó Informações do abuso sexual. Os nomes das crianças, adolescentes e dos demais membros da família são fictícios.

### **3.4 - Instrumentos ô "Com quantos paus se faz uma canoaö**

Como instrumento utilizou-se a entrevista semi-estruturada (de cunho narrativo) com as 15 famílias, vítimas de abuso sexual. A entrevista semi-estruturada-narrativa permite ao pesquisador abordar o mundo empírico do entrevistado de um modo abrangente (Bruner, 1991; Chase, 2011). Para Flick (2009), este método considera que os entrevistados possuem uma òteoria subjetivaö, isto é um montante de conhecimento complexo acerca do tema em estudo. A entrevista narrativa é um método de pesquisa de tradição qualitativa com pressupostos de validade e fidedignidade baseado em diferentes concepções. Portanto, um instrumento de geração de dados.

O esquema da narração substitui o esquema pergunta-resposta que define a entrevista. O pressuposto subjacente é que a perspectiva do entrevistado se revele naquilo que expressa, onde o informante está usando sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos. Portanto, a entrevista narrativa segue um esquema autogerador (Anexo A). As entrevistas ocorreram na sede do CREAS de Sobradinho e foi realizada antes da inserção das famílias em

atendimentos de grupo oferecido por esta unidade, como parte do programa de acolhimento às demandas de média complexidade.

Utilizou-se ainda a leitura de Prontuários (Análise Documental) dessas famílias para complementação das informações da vítima, das informações referentes à configuração familiar e ao abuso sexual. Os prontuários são documentos onde se faz o registro de todos os dados das visitas domiciliares, da entrevista de acolhimento e de todos os demais acompanhamentos e serviços realizados pela equipe do CREAS às famílias. Esses documentos (entrevista e prontuários) foram então utilizados com a perspectiva de conhecer e acessar narrativas construídas nas situações de abuso sexual no tempo entre a revelação e o atendimento. Segundo Flick (2009), os documentos devem ser utilizados de uma forma contextualizada, isto é, o pesquisador deve se ater a quem produziu o documento, qual objetivo e para quem. A análise de documentos pode ser instrutiva para compreensão de realidades sociais.

As famílias foram convocadas a participarem de uma entrevista semi-estruturada de duração em torno de 1h30min. A convocação das famílias teve uma ênfase na importância da participação da família, com todos os seus membros. A entrevista foi gravada em áudio e posteriormente transcrita para análise das informações.

### **3.5 - Procedimentos ô "Não coloque a carroça na frente dos bois"**

Realizou-se um estudo piloto para a aproximação da pesquisadora ao campo. A pesquisadora participou de entrevistas de acolhimento realizadas pelos técnicos do CREAS e leu prontuários, com a finalidade de conhecer as demandas existentes na instituição, de compreender como as famílias apresentavam suas queixas e, também, como elaboravam suas histórias de abuso sexual. O acesso ao campo ocorreu durante o ano de 2012, no qual houve uma participação da pesquisadora nas atividades da instituição, em especial nas supervisões clínicas.

Como produto desse projeto piloto, define-se a proposta metodológica para a construção da resposta narrativa ó a entrevista semi-estruturada ou narrativa, que permitiu abarcar o complexo processo de abuso sexual. Uma metodologia que possibilitou a compreensão dos sentidos atribuídos pelas famílias às suas vivências de violência, resultando em três dimensões: tempo, perfil da vítima e construções narrativas das famílias. No projeto piloto entrevistou-se 9 famílias.

A coleta das informações para a pesquisa propriamente dita ocorreu de maio a novembro de 2013 e se deu na entrevista de acolhimento às famílias. A pesquisadora atendeu e respeitou a rotina estabelecida para os atendimentos das famílias na instituição, mostrando que não devemos passar adiante daquilo que já se estabeleceu como rotina no contexto da instituição. As famílias chegam ao CREAS no momento da revelação da ocorrência do abuso sexual ou ainda na ocasião de encaminhamento para inserção em um programa de atendimento solicitado por técnicos da rede de atendimento. O CREAS tem uma rotina para o atendimento psicossocial que consiste em: 1) Recebimento de encaminhamento dos casos enviados pela rede de assistência. A diretora do CREAS distribui os casos aos técnicos. 2) Os técnicos solicitam a presença da família ao CREAS. Quando o técnico não consegue falar com a família, ele faz uma visita domiciliar para encontrá-la e sensibilizá-la ao atendimento. 3) Entrevista de acolhimento, na qual a família relata sua situação de violência. Esta entrevista poderá ser desdobrada em mais de um contato. 4) Encaminhamentos das famílias para o Grupo Multifamiliar - GM, atendimento especializado para situações de abuso sexual.

A pesquisadora realizou as 15 entrevistas com a participação dos técnicos do CREAS. Em cada encontro a pesquisadora contextualizou o momento da entrevista, apresentou-se e apresentou sua equipe, pediu permissão para gravação de áudio, seguida de assinatura do Termo

de Consentimento Livre e Esclarecido e demais documentos (Anexos C, D, E, F) e deu início à entrevista.

### **3.6 - Cuidados Éticos ô "Quem planta colhe"**

A importância de informar a família sobre o que ela estará fazendo ali, dar-lhe permissão para participar ou não daquele evento e respeitar suas decisões, possibilitou que ela fosse cooperativa com a entrevista. A relação de confiança e respeito entre a família e a equipe de pesquisa é mola propulsora da criação de um clima favorável para que a primeira relate suas narrativas acerca das situações de abuso, tão difícil para todos. Assim, quem planta respeito terá boa colheita.

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, via Plataforma Brasil, número do parecer (223.032) e data de aprovação (19/3/2013) (Anexo G). A referida aprovação inclui o termo de compromisso assinado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda/SEDEST (Anexo B). Foram providenciados a todos os sujeitos envolvidos, incluindo a autorização dos pais para a participação das crianças e adolescentes: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C); Termo de Autorização para os Familiares e/ou Responsáveis (Anexo D); Termo de Assentimento para os adolescentes (Anexo E); e Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para fins de pesquisa (Anexo F).

### **3.7 - Análise das Informações ô õDeixemos os pais e avós e sejamos bons por nósö**

Para a realização da análise dos dados dessa pesquisa escolheu-se como caminho possível a Análise Hermenêutica Dialética, proposta por Habermas no seu diálogo com Gadamer. Este é um instrumento que corresponde às dimensões e à dinâmica das relações que se apreendem numa

pesquisa, uma forma de objetivar a práxis de produção do conhecimento. A proposta da Hermenêutica-Dialética possibilita ao pesquisador um quadro referencial mais amplo para a análise do material qualitativo e para a sua operacionalização. Segundo Minayo (2010), após o material ser recolhido em campo (entrevistas e análise documental), o pesquisador busca atingir objetivos tais como:

• Ultrapassagem da incerteza: dando respostas às perguntas hipóteses e pressupostos;  
Enriquecimento da leitura: ultrapassando o olhar imediato e espontâneo em busca da compreensão de significações e de estruturas de relevantes latentes; Integração das descobertas: desvendando a lógica interna subjacente às falas, aos comportamentos e às relações. (Minayo, 2010, p. 300)•

Esta análise do material qualitativo, dentro da proposta de investigação social possui três finalidades: heurística, administração de provas e ampliação de contextos culturais. A interpretação exige elaboração de categorias analíticas capazes de desvendar as relações abstratas e mediadoras para a parte contextual e de categorias empíricas e operacionais, criadas a partir do material de campo, contendo e expressando relações e representações próprias desse grupo. Neste momento o pesquisador vai juntar os dados colhidos e os fundamentos das teorias que fazem parte da elaboração dos conceitos, buscando uma nova aproximação do objeto. O pensamento antigo que é negado evolui para novos encontros alternativos no presente, passando por quatro etapas: ordenação dos dados, classificação dos dados, leitura transversal, análise final (Minayo, 2010).

### **3.8 ó Estágio Sanduiche ô õFoi num pé e voltou no outroõ**

A fim de ampliar o foco na temática da violência e buscar outros e novos conhecimentos técnicos e teóricos a pesquisadora passou quatro meses, de janeiro a abril de 2014, realizando um

estágio sanduíche na Universidade de Tel Aviv - UTA - em Israel, sob a orientação do professor Dr. Haim Omer (School of Psychological Sciences). Ao longo desse pequeno período foi possível acompanhar o professor e seus alunos de mestrado e doutorado no trabalho de pesquisa preventiva e interventiva com famílias que estão em situação de violência, cujos filhos vivenciam comportamentos com diferentes fatores de risco, que justificam um *Cuidado Vigilante* por parte dos pais. A pesquisadora participou de supervisões de atendimento para alunos de graduação, mestrado e doutorado que intervêm no Schneider Children's Medical Center, hospital especializado no atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias, com toda e qualquer situação de violência e risco físico, mental e psíquico. Além disso, também conversou com diferentes profissionais que trabalham com essa problemática, em clínica particular até em instituições do governo, como os *Kibbutz*.

A problematização dessa temática mostrou que as famílias vivem e expressam suas violências, independentemente das culturas em que estão inseridas, e que a dimensão subjacente que determina para a criança a identificação das situações de maus tratos e a gravidade do dano potencial é como ela significou esse ato violento visto ou sofrido e não o tipo de maus tratos (ou seja, físico, sexual, negligência ou emocional). Daí decorre a ideia de que se devem criar possibilidades para adaptar intervenções e atender às diferentes atitudes e perspectivas de diversos grupos sócio-culturais. Pode-se avaliar que as formas de intervenção devem sempre garantir uma relação amorosa e segura entre pais e filhos. Essa experiência confirmou ainda o caminho utilizado pelas universidades (Universidade de Brasília ó UnB - e TelAviv University - UTA) de integração entre universidade e comunidade, que possibilita trocas permanentes de conhecimentos na construção de estratégias mais efetivas para a não violência.

Dentre muitos artigos e capítulos de livro escritos pelo professor Haim Omer (Omer, 1997, 2000, 2004, 2011; Omer & Elitizur, 2001; Omer, Schorr-Sapirb, & Weinblatt, 2008; Omer, Steinmetz, Carthy, & von Schlippe, 2013), duas obras se destacam. A primeira obra (Omer, 2004), *Nonviolent Resistance: A new approach to violent and self-destructive children*, apresenta uma breve descrição dos aspectos da resistência não violenta. O método da resistência não violenta é uma adaptação da doutrina de Gandhi e Martin Luther King ao campo da família e da escola. O livro contém uma descrição dos princípios das intervenções e da maneira como superar dificuldades. Uma análise de problemas de escalada da violência entre pais e filhos serve de base para o tratamento. Os pais aprendem, entre outras coisas, a como reduzir o risco de escalada de violência e aumentar a presença na vida dos filhos, a aumentar a própria presença dentro e fora de casa, a criar uma rede de apoio entre familiares e amigos, e a demonstrar afeição, ao mesmo tempo em que demonstram resistência à violência. A segunda obra (Omer, 2011), *The new Authority: Family, school and community*, apresenta uma abordagem para crianças e adolescentes violentos e auto-destrutivos e possíveis princípios de intervenção. Mostra, ainda, uma maneira de como esta nova autoridade pode ser evidenciada na família, na escola e na comunidade. O Cuidado Vigilante é um modelo que combina vigilância com presença afetiva positiva. O livro define e explicita uma forma de autoridade aceitável para pais e professores em uma sociedade democrática. Partindo de uma análise da problemática da autoridade tradicional, há a necessidade de definir uma nova forma de autoridade, que seja compatível com nossos ideais sobre como crianças devem ser criadas e educadas. A maneira de como esta nova autoridade pode ser evidenciada na família, na escola e na comunidade é detalhada com exemplos práticos relevantes a uma série de problemas e situações. O livro foi traduzido para o hebraico, o inglês e o alemão.

A coorientação do professor Haim Omer possibilitou à pesquisadora escrever dois artigos destacando o conceito de *Cuidado Vigilante*, tema de estudo do professor. *Cuidado Vigilante* é um enfoque psicoeducativo que tem como característica máxima informar e sinalizar à criança e ao adolescente que os pais estão aumentando sua vinculação com eles, produzindo uma resistência não violenta. É uma proposta que combina vigilância com presença afetiva positiva, um monitoramento envolvendo as atividades dos pais para garantir a segurança da criança e do adolescente em situação de risco, através de sua presença pessoal imediata. Trata-se de uma ação com dimensões preventiva e interventiva com famílias que estão em situação de violência, cujos filhos vivenciam comportamentos com diferentes fatores de risco, que justificam um *Cuidado Vigilante* por parte dos pais.

O primeiro artigo construído em conjunto: Marra, Omer e Costa (submetido) - O diálogo construtivo e a responsabilidade relacional em casos de violência sexual. Nova perspectiva Sistêmica. Neste texto discutem-se, à luz do Construcionismo Social, os elementos mais importantes da abordagem do *Cuidado Vigilante*

O segundo artigo: Marra e Omer (Submetido) - O *Cuidado Vigilante*: cambios para familias en situación de abuso sexual. Revista Psychosocial Intervention. Los objetivos de este trabajo son introducir teóricamente el concepto de *Cuidado Vigilante*, y proponer un protocolo de intervención psicosocial para las víctimas del sexo femenino y sus genitoras en situación de abuso sexual. El *Cuidado Vigilante* se describe como una actitud coordinada y flexible de los responsables respecto a los niños y adolescentes que promueve la reducción de los riesgos de violencia, no por medio del control, sino por la presencia activa de los padres en la vida de sus hijos. El protocolo tiene tres fases en las cuales se discuten los siguientes temas: conversación entre mujeres, expresión de afecto y acompañamiento. Cada fase abarca tres sesiones:

comprender y dar significado a la violencia, entender lo que ha sucedido y cambios (fase 1); percepción de la hija, explicando sobre el cuidado vigilante y encontrando a los cuidadores (fase 2); apoyo telefónico, el regreso del ofensor, conversando sobre el atendimento (fase 3). La propuesta del Cuidado Vigilante se adecua a la orientación de atendimento a la familia apoyada por políticas públicas para la situación de abuso sexual infanto-juvenil.

Este texto não está no corpo da tese. A criação conjunta de um protocolo para atendimento às vítimas de abuso sexual e suas mães, pretende ser aplicado no Brasil e há a possibilidade de parceria com a Universidade de Brasília.

Todos esses conhecimentos, junto aos demais encontros com pessoas e alunos dessa excelente universidade, possibilitaram à pesquisadora oportunidades de entrar na cultura e modos de vida da comunidade e experienciar como vivem as famílias e como são suas relações com os serviços oferecidos pelo Estado. Observou-se ainda a importância e o zelo que as famílias têm por suas crianças e adolescentes na perspectiva do futuro. Mas, pode-se observar também a dificuldade tanto no meio acadêmico, quanto no meio popular de falar e conversar sobre as questões de abuso sexual. É como se ainda fosse um tabu. Lá os pesquisadores não têm, como os pesquisadores no Brasil, a chancela do Estado para falar e estudar sobre este tema. Vive-se uma contradição: o cuidado e o zelo pelas crianças e adolescentes junto à indisponibilidade para investigação sobre questões que trazem tanto sofrimento para crianças e adolescentes, quanto para as demais pessoas que vivem situação de abuso sexual.

### **3.9 - Resultados e Conclusões - ãAtirou no que viu, acertou no que não viuö**

A estrutura dessa tese de doutorado foi organizada em formato de artigos. Optou-se por deixar a formatação de cada capítulo nos padrões das revistas (estilo de letra, espaçamento e normas de citação) as quais os artigos foram encaminhados. Esses vários artigos trouxeram a

condição de muitas leituras e conhecimentos, que a cada momento se desdobram em novas possibilidades de contribuição para outros estudos e avanços, deixando um saldo maior do que se podia esperar.

Capítulo 1 - Corresponde à introdução e visa contextualizar a abrangência do estudo realizado, destacando-se: o objeto de estudo e seus objetivos; a tese que se busca na pesquisa; as categorias ou temas estudados; como as famílias vivenciam a situação de abuso sexual; como ocorrem os atendimentos no âmbito da Assistência Social ó CREAS, a partir da Política de Assistência Social no Brasil; a fundamentação teórica; e o método que dá sustentação à pesquisa.

Capítulo 2 - Artigo: El Construccinismo Social como abordaje teorico para la comprension del abuso sexual (Marra, 2014), já aceito e publicado na Revista de Psicologia Pontificia Universidad Católica del Perú - Departamento de humanidades. Endereço eletrônico: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/psicologia/article/view/10948>. Resumo: Este artículo se propone discutir el Construccinismo Social, como marco teórico para abordar el abuso sexual. Dicho marco favorece la construcción de nuevas narrativas, ofrece condiciones de reinterpretación de vivencias de abuso sexual, ayudando a las personas a ingresar en un relato más positivo de sus vidas y de su identidad. Al narrar historias de abuso sexual, las familias conocen y perciben otras y nuevas secuencias narrativas, hallando una pauta de sentido que corresponde al momento vivido. Estas conversaciones especiales incitan a la construcción de una nueva narrativa, invitando a la toma de una postura más reflexiva y crítica en relación a la violencia. Esta postura modifica la relación entre las personas involucradas en la conversación.

Capítulo 3- Artigo: Marra e Costa (Submetido). Entre a revelação e o atendimento: família e abuso sexual. Revista Avances en Psicologia Latinoamericana (Universidad del Rosario, Colombia). Resumo: Há um intervalo de tempo entre a ocorrência do abuso sexual e seu

desvelamento dentro da família, do qual se tem pouco conhecimento. O objetivo deste texto é compreender o que ocorre com as famílias no período entre a revelação do abuso sexual e o início do atendimento especializado. O contexto de pesquisa foi uma instituição pública, na qual foram realizadas dez entrevistas com nove famílias que apresentavam situação de abuso sexual. Resultados dividem-se entre informações sobre a configuração familiar e o período de tempo no qual há um silenciamento sobre a situação do abuso sexual, anterior à publicização da violência:

1) Sobre a configuração familiar - as mães estão presentes na maioria das famílias, o abuso sexual intrafamiliar prevalece sobre o extrafamiliar, e a maioria das vítimas é de meninas, sendo que idade média é de 8 anos e 8 meses. 2) Sobre o período de tempo entre a revelação do abuso sexual e o atendimento - o abuso sexual ocorreu, em média, 27 meses antes do momento da entrevista na instituição; o tempo médio da ocorrência do abuso sexual é de 13 meses antes da sua revelação; e o intervalo de tempo que vai da revelação do abuso sexual à denúncia é de 7 meses. A revelação do abuso sexual é percebida, pela família, como mais uma ameaça aos outros acontecimentos com os quais a família já se depara, gerando reações paradoxais que vão desde a proteção à imobilidade. Quando as famílias se apresentam para o atendimento institucional, encontram-se confusas e distanciadas da situação de violência. O tempo entre o abuso sexual, a revelação e a busca por ajuda é vivido em interação familiar, necessitando ser visto mais como momento de elaboração e assimilação da violência sofrida.

Capítulo 4 ó Artigo: Marra, Omer, e Costa (Submetido). O diálogo construtivo e a responsabilidade relacional. Revista Nova Perspectiva Sistêmica. Resumo: Neste texto discute-se, à luz do construcionismo social, os elementos mais importantes da abordagem do Cuidado Vigilante. O Cuidado Vigilante é um enfoque psicoeducativo que tem como característica máxima informar e sinalizar à criança e ao adolescente que os pais estão aumentando sua

vinculação com eles, produzindo uma resistência não violenta. Trata-se de uma ação com dimensões preventiva e interventiva, com famílias que estão em situação de violência, cujos filhos vivenciam comportamentos com diferentes fatores de risco.

Capítulo 5- Artigo: Marra e Costa. Proposta metodológica para estimular conversações criativas. Resumo: O objetivo deste texto é compreender os recursos e potencialidades da entrevista de cunho narrativo como forma de mobilizar mudanças nas interações e na aquisição de conhecimentos construídos de maneira colaborativa. A entrevista é considerada um método para estimular conversas criativas, uma forma de intervenção e uma proposta para produção de sentidos com a perspectiva de organização do mundo interno do entrevistado que vivenciou situações com potencial de impacto violento. A palavra é um meio pelo qual se constrói e se cria o conhecimento sobre nós mesmos, sobre o outro e sobre as situações sociais. É uma ferramenta que nos possibilita compreender o significado da interação entre interlocutores, instrumentalizando-os a utilizar de seus recursos internos, isto é, de sua capacidade de refletir sobre o vivido, no intento de dissolver os nós relacionais presentes na interação, é como pesquisar o sentido da experiência humana. A cada nova versão daquilo que é narrado, reescreve-se a vida.

Capítulo 6 ó Artigo: Marra e Costa (Submetido). Caracterização do abuso sexual em clientela do CREAS, Brasil. Revista Portuguesa de Pedagogia da Universidade de Coimbra. Resumo: Este texto trata de uma descrição estatística dos resultados de um estudo exploratório qualitativo. O objetivo é conhecer, através de entrevistas de acolhimento, a realidade de uma amostra representativa de quinze famílias, com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, em uma instituição pública de assistência social. Os resultados assinalam três aspectos: sobre a vítima, sobre configuração familiar, sobre abuso sexual. Dados epidemiológicos e

sociodemográficos apontam para vulnerabilidade das situações e riscos em que vivem crianças e adolescentes provenientes de camadas populares desfavorecidas financeiramente. O intervalo de tempo entre a revelação do abuso sexual e as providências para o atendimento são vividas em função da assimilação do ocorrido, além da necessária reorganização familiar, física e/ou emocional. Importante apontar para a mudança na celeridade do atendimento às vítimas pelos órgãos públicos, após a publicização do abuso sexual na comunidade e dos efeitos propulsores em direção ao papel protetor dos diferentes agentes. Palavras Chave: Violência na família, abuso sexual, revelação do abuso sexual, intervenção psicossocial.

Capítulo 7 - Artigo: Marra e Costa. A família em contexto de abuso sexual: Significados e construções narrativas. Resumo: Trata-se de um estudo de delineamento qualitativo exploratório com nove famílias, utilizando entrevistas semi-estruturadas, em instituição pública. O objetivo é acessar e conhecer as narrativas, significados e sentidos que a família produz na ocasião da revelação da situação de abuso sexual. Organizaram-se os resultados em três núcleos indagados pelo Construcionismo Social: Construção do problema - Narrativas que marcam a revelação do abuso sexual, reações vividas na família; Mudança - Inter (ações) que geram mudanças; Promoção da Mudança - Repetindo e atualizando histórias para apropriar-se dos avanços. Núcleos narrativos destacados: histórias dissociadas do tempo, dos fatos, dos afetos; relação mãe /filha; ausência de narrativas relacionais pai/padrasto/filha; percepção da sexualidade presente nas crianças e adolescentes; virgindade, fator determinante; denuncia do papel de mulher; exposição da intimidade conjugal; atenção à proteção; recomposição familiar; reinterpretação, novas descrições. Estas narrativas comunicam dificuldades implicadas na conjugalidade, na parentalidade, na fraternidade e nas dimensões presentes no cotidiano das famílias.

Capítulo 8 ó Artigo: Marra e Costa. Política relacional da família em situação de abuso sexual: conjugalidade, parentalidade, fraternidade. Resumo: A relevância desse estudo de caráter qualitativo exploratório, de orientação construcionista social, consiste em identificar os significados e sentidos que a família atribui às suas experiências de abuso sexual implicadas na conjugalidade, parentalidade e fraternidade. Utilizou-se a ferramenta heurística para a análise dos dados das entrevistas de nove famílias, realizadas em uma instituição pública. Resultados e discussões são apresentados baseados em metáforas e ditos populares que representam narrativas das famílias. Destacam-se três núcleos compreensivos informados pelas narrativas: Conjugalidade - Nadam em águas desconhecidas. Uma andorinha só não faz verão - a conjugalidade é rompida e afetada pelo abuso sexual intrafamiliar, escolha extremada da mãe entre a filha e o marido, resgate da proteção ou sobrevivência e parentalização da filha; Parentalidade - O plantio é livre, mas a colheita é obrigatória. Uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto - o abuso sexual implica em um jogo relacional realizado pela família que leva à construção do problema, todos os membros da família estão envolvidos nessa participação, a filha participa ativamente quando está parentalizada; Fraternidade - Peças de boliche. Mais cedo ou mais tarde precisamos um do outro - descrição e diferenciação dos papéis; ocupação de hierarquias diferentes.

Capítulo 9 - Considerações Finais: õQuem saiu na chuva é para se molharõ.

## Capítulo II

### El Construccinismo Social como abordaje teorico para la comprension del abuso sexual<sup>1</sup>

The social constructionism as a theoretical approach to understanding sexual abuse

### O Construcionismo Social como abordagem teórica para a compreensão do abuso sexual

**Resumen:** Este artículo se propone discutir el Construccinismo Social, como marco teórico para abordar el abuso sexual. Dicho marco favorece la construcción de nuevas narrativas, ofrece condiciones de reinterpretación de vivencias de abuso sexual, ayudando a las personas a ingresar en un relato más positivo de sus vidas y de su identidad. Al narrar historias de abuso sexual, las familias conocen y perciben otras y nuevas secuencias narrativas, hallando una pauta de sentido que corresponde al momento vivido. Estas conversaciones especiales incitan a la construcción de una nueva narrativa, invitando a la toma de una postura más reflexiva y crítica en relación a la violencia. Esta postura modifica la relación entre las personas involucradas en la conversación.

**Palabras clave:** Construccinismo social, abuso sexual, significado, lenguaje, familia.

---

<sup>1</sup> Esse artigo foi aceito e publicado na *Revista de Psicologia* da Pontificia Universidad Católica del Perú. Endereço eletrônico: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/psicologia/article/view/10948>.

**Abstract:** The text aims at discussing Social Constructionism as a technical outline for an approach of dealing with sexual abuse. This referential enables the construction of new narratives creating conditions for the reinterpretation of the situations lived due to sexual abuse. It will furthermore help the person to construct a more positive story of his/her life and identity. While narrating stories of sexual abuse, families get to know and perceive other and new narrative sequences finding a meaning that corresponds to the moment lived. These special conversations invite the reconstruction of a new narrative and enable a more reflective and critical posture about violence. Additionally, there is a modification in the relation between the people involved in the conversation.

**Key words:** Social Constructionism, sexual abuse, meaning, language, family.

**Resumo:** O texto se propõe a discutir o Construcionismo Social, como arcabouço teórico para a compreensão do abuso sexual. Esse referencial teórico favorece a construção de novas narrativas, possibilita condições para reinterpretar vivências de abuso sexual, ajuda a pessoa a ingressar em um relato mais positivo de sua vida, acerca de sua identidade. O indivíduo é concebido como um ser linguístico, que convive em um sistema mais amplo de linguagem e faz parte de uma realidade construída e constrói realidades. Ao narrar as histórias de abuso sexual, as famílias conhecem e percebem outras e novas sequências narrativas, encontram uma pauta de sentido que corresponde ao momento vivido. São conversações especiais que incitam a reconstrução de uma nova narrativa, que convida a tomada de uma postura mais reflexiva e crítica com relação à violência. Essa postura modifica a relação entre as pessoas envolvidas na conversação.

**Palavras chave:** Construcionismo Social, abuso sexual, significado, linguagem, família.

El paradigma post moderno abandona la dualidad entre el individuo y el mundo y se desplaza hacia un encuadre sociolingüístico. Es un conjunto de pensamientos vinculados a la cultura que pone en relieve la realidad tejida en telares lingüísticos compartidos por todos. Además, enfatiza el carácter relacional e histórico de la construcción de la realidad como contexto de un proceso social, racional, histórico, lingüístico y cultural, subrayando el papel del lenguaje en el proceso de cambio terapéutico (Rasera & Japur, 2005, 2007).

El discurso postmoderno implica necesariamente un posicionamiento crítico y una postura filosófica que propone una nueva visión de la persona y del mundo; la convivencia con la inseguridad y la imprevisibilidad; el rechazo de los discursos hegemónicos y mono vocálicos; la presencia del sujeto cognoscente; el lenguaje como un ícono del mundo real, proponiendo la coherencia y la viabilidad como valores epistémicos; la invalidez de la interpretación esmerada de la realidad en la producción del conocimiento; el conocimiento comprendido como una práctica discursiva socialmente construida, con múltiples narrativas, considerando múltiples posibilidades y versiones (Anderson, 1990; Foucault, 1978; Gergen, 1985, 1996a, 1999, 2006b; Grandesso, 2000; Ibañez, 1992).

El Construccionismo Social es un abordaje, representante auténtico del pensamiento postmoderno. El pensamiento de la postmodernidad se configura como un paraguas paradigmático (Grandesso, 2008), que se manifiesta en un conjunto de principios y derivaciones prácticas organizadas por los enfoques constructivistas y construccionista social. El Construccionismo Social reúne un conjunto de contribuciones teóricas (teorías narrativas, prácticas colaborativas y procesos reflexivos) que han contribuido principalmente con la Psicología Social, y más recientemente surgen como contribución a la Psicoterapia en general. Los críticos postmodernos valorizan las conexiones entre las personas y se basan en la creencia

de que las interpretaciones y las intervenciones no ocurren a menudo, y que confirmar el significado de las personas es el punto alto de dicha propuesta (Anderson, 1990; Gergen, 1985, 1996a, 1999, 2006b; Grandesso, 2000; Rasera & Japur, 2005, 2007).

Estos pensadores también sostienen que los terapeutas vienen de un lugar del ño saberö y rechazan la idea de buscar problemas y enfermedades en sus tratamientos clínicos. No existe conocimiento definitivo y útil que se pueda generalizar, o ni tampoco situaciones que definan la esencia última de la persona. El foco está en el lenguaje que construye esos mundos sociales. La vida de las personas se organiza por el significado construido acerca de sus experiencias y se atribuye a esas conexiones. De ese modo, el significado de cualquier vivencia dependerá del contexto, y los recursos para esa significación no siempre se hallan en la persona misma sino en sus relaciones. Dichos recursos son metáforas, significados, discursos y representaciones que constituyen tanto conocimientos como experiencias que son consideradas y legitimadas en los contextos de conversación (Anderson, 2010; Epston, 1997; Gergen, 1985; Grandesso, 2002, 2008; Hoffman, 1993, 2001; White & Epston, 1993).

En este artículo proponemos una discusión: de qué modo el Construccinismo Social como base teórica introduce la posibilidad de la construcción de nuevas narrativas y, en consecuencia, ayuda a las familias a comprender sus vivencias de violencia y abuso sexual. Al narrar historias de abuso sexual, las familias conocen y perciben diferentes y nuevas secuencias narrativas encontrando una pauta de sentido que corresponde al momento vivido. Las familias ingresan de este modo en un relato más positivo de su vida y de su identidad personal y social y comienzan a distinguir entre experiencias y acciones de índole amorosa que expresan cuidados mutuos, de aquellas acciones que constituyen el abuso y la explotación sexual.

Los estudios sobre las familias donde existe el abuso sexual han sido especialmente relevantes para el conocimiento de prácticas que contribuyen tanto para prevenir, como para el conocimiento y tratamiento del fenómeno. Las víctimas y sus familias necesitan manifestar sus percepciones, lo que saben o no a respecto de lo que están viviendo y principalmente, como interpretar esas vivencias y narrar sus historias de abuso. Pero los trabajos existentes demuestran de modo general que intervenciones que no les dan a las víctimas oportunidades para que ellas hablen, deteniéndose en la presentación objetiva de las informaciones acerca del abuso (Habigzang & Caminha, 2004; Santos, Pelisoli, & Dell'Aglio, 2012), no modifican las vivencias de los involucrados y tampoco agregan nuevos significados al proceso.

Por tanto, este texto se refiere a la comprensión de qué es el Construccinismo Social y sus implicaciones como un proceso de auto reflexión, organizado alrededor de los conceptos de construcción mutua, tanto de los problemas como de las soluciones. Este abordaje es considerado un espacio ideal para que la familia exponga sus narrativas. Explore nuevos significados y sentidos para lo que viven, ya que es en los contextos relacionales que las personas construyen sus comprensiones sobre la realidad que las rodea y sobre sí mismas, organizando nuevas construcciones y nuevos arreglos lingüísticos. Al explorar un nuevo enfoque narrativo para sus vivencias de violencia, se posibilita el surgimiento de relatos alternativos que ayudan en la comprensión de esas vivencias y en la promoción del auto respeto.

### **El Construccinismo Social: concepto y breve historia**

El construccinismo social surge en medio de un conjunto complejo de propuestas teóricas de las ciencias humanas en la contemporaneidad. Este abordaje designa un movimiento de crítica a la Psicología Social *ó*modernista*ó* y se fundamenta principalmente en Kenneth Gergen. El pensamiento postmoderno y las ideas construccinistas sociales se aplican a las

prácticas terapéuticas, psicosociales, en la enseñanza, en el consultorio y en la organización (Gergen, 1996b; Gergen & Gergen, 2010; Shotter & Lannamann, 2002).

La postura postmoderna que acompaña los cambios paradigmáticos en los fines del siglo XX se califican como generativos y creadores de una nueva comprensión y una nueva direccionalidad. La principal cuestión que traen teóricos como Anderson, 1990, 2010; Gergen, 1985, 1996b, 1999, 2006b; Grandesso, 2000, 2002, 2008; Omer, 1997, 2011; Rasera e Japur, 2005, 2007; Shotter, 1993a; White e Epston, 1993; White, 1994, 2002, es la metáfora del aprender hablando la lengua de quienes están siendo escuchado. La máxima de esa postura es *o*escuchar para comprender*o*. Se postula una posición de construcción mutua de un conocimiento significativo para los involucrados en la acción, el sentido de autoría y la importancia de las formas especiales introducidas en los diálogos y los procesos, como más significativo que los resultados. El lenguaje y el conocimiento son entidades dinámicas, en constante construcción y reinterpretación. El énfasis está puesto en la trilogía: hermenéutica contemporánea, construcción social y teoría narrativa. Estas ofrecen subsidios para la organización de las experiencias vividas y la evolución del sistema terapéutico, destacando los sistemas lingüísticos, las narrativas, la conversación, el diálogo, las historias, el significado y la cultura. Así, se construyen no sólo los cambios, sino también el individuo y su contexto, un discurso de potencialidades y de construcción de realidades futuras.

Los sistemas lingüísticos, organizados entre transacciones de protagonistas y negociados entre las redes conceptuales de las personas, confirman distintas formas de estar en el mundo, mientras rechazan o evitan otra. Asimismo, estos sistemas posibilitan que determinadas descripciones del sí mismo se modelen, creando un camino de reflexión hacia un conocimiento especialmente activo, construido a diferencia de ser descubierto. Ese sendero epistémico se

considera una práctica crítica de lo social y de lo sociocultural, ordinario y cotidiano. Una micropolítica, que opera, negocia y regula un poder constitutivo de, y omnipresente en, que busca el no ejercicio opresivo de un grupo privilegiado sobre los demás. Asimismo, esta práctica es una experiencia sociocultural positiva, formadora y no restrictiva o represiva. Es una construcción de sentidos con propuestas de nuevas metáforas y discursos alternativos para la descripción de lo vivido (Grandesso, 2002; Pakman, 2011; Rasera & Japur, 2007).

El Construccinismo Social nació y se estableció en el campo académico norte americano, comenzando en la década de los 70, cuando el Behaviorismo y sus presupuestos ontológicos y metodológicos se veían cuestionados. Gergen fue uno de los cuestionadores con su crítica historicista a la Psicología Social, formulada en dos textos: *“Social Psychology as History”* (1973) y *“The Social Constructionist Movement in Modern Psychology”* (1985). Ambos textos han constituido como los marcos iniciales del Construccinismo Social. El autor considera que el esfuerzo para construir leyes generales para el comportamiento social es equivocado y adopta una postura relativista. Define el construccionismo social como un movimiento, un intento de disolver el objeto tradicional de la Psicología, sustituyendo la realidad de la mente y del comportamiento, por convenciones y recursos lingüísticos con una reflexión histórica y contextual como centro de la actividad en la Psicología. Para Gergen (1985, p. 266) *“el Construccinismo Social concibe el discurso sobre el mundo no como un reflejo o un mapa del mundo, sino como un producto de la interacción social”*.

El Construccinismo Social se considera un movimiento que apunta a la discusión de una ética y una política relacional, existente en el grupo familiar y en los demás grupos. Su dimensión ética enfatiza la importancia de las relaciones sociales como espacio de construcción del mundo. La realidad es siempre representada a partir de un punto de vista cultural particular,

en un lenguaje particular. Aunque la realidad de la palabra, como es el caso de cualquier signo, resida entre los individuos, la palabra, al mismo tiempo, se produce por medio del mismo organismo específico, sin cualquier recurso, cualquier equipamiento o cualquier otro tipo de material extracorpóreo (Shotter & Lannamann, 2002).

Al referirse a las principales características epistemológicas y ontológicas del Construccinismo Social, Gergen (1999) apunta cuatro cuestiones esenciales: I) conocer el mundo por la historia y por la cultura; II) tener en cuenta la interacción entre las personas; III) la relación entre conocimiento y acción; IV) el realce de una postura crítica y reflexiva como producción del conocimiento. Se percibe entonces, que este abordaje cuestiona realidades y valores de la vida cotidiana, e implica descubrir la estructura interna de los significados, construyendo significados compartidos. No hay verdades para verificar, sino significados relevantes para cada persona, lo que confirma que la búsqueda de la verdad se basa en la diversidad de sus manifestaciones y nunca se revela en su totalidad. Por lo tanto, es necesario que se problematice el fenómeno revelado para que sea mejor comprendido.

### **Las narrativas y los significados**

Las personas viven de acuerdo con sus historias que construyen sobre la experiencia vivida. Cuando cuentan sus historias, son protagonistas y entienden mejor sus vidas, las alegrías y los sufrimientos por los cuales transcurren. Todas las vivencias sólo tienen sentido porque poseen una historia. Ser el personaje principal significa ser el autor de su propia vida. Los terapeutas construccionistas creen que la persona al narrar un evento de su vida, reescribe su historia. De ahí que los problemas puedan resolverse y o transformarse, creándose nuevas historias y nuevas oportunidades ganan visibilidad. Recrear espacios ya vividos y momentos corajosamente enfrentados, permite abrir nuevos campos y direcciones.

Las narrativas son eventos ligados en secuencia a través del tiempo de acuerdo con un enredo. White y Epston (1993) están comprometidos con este campo del conocimiento en terapia familiar. Esos autores destacan que los relatos no nacen de la ñnada, sino se construyen a partir de una red de procesos integrados por múltiples eventos de manera recursiva. La interacción de diferentes prácticas es construida y construye las situaciones de la vida cotidiana. No existe una definición precisa sobre qué son las narrativas, pero se pueden comprender como formas lingüísticas usadas para contar algo sobre el proceso vivencial y para expresar experiencias y situaciones.

Las narrativas son construcciones complejas alrededor de tramas temáticas, construidas en una dimensión histórica y negociadas socialmente siempre abiertas a la reconstrucción, no constituyéndose en una posesión de las personas, sino de sus relaciones vividas en un sistema social e histórico, modos discursivos reservados por la cultura. Por tanto, no se refieren solamente al mundo interno de la persona o a sus cogniciones, sino también son formas sociales de significar lo ocurrido, y organizar las acciones que forman parte de nuestro proceso conversacional (Gergen, 1996b).

Las narrativas organizan y definen significados y sentidos a las experiencias de las personas, son ñinstrumentos incrustados en las secuencias conversacionalesö (Gergen, 1996a, p. 234) además de recursos culturales que cumplen un propósito social. Una vez comprendidas como instrumentos y recursos, se puede concluir que al narrar una experiencia, se están construyendo relatos y expresiones de la experiencia, promocionando cambios y transformaciones en las vivencias.

Los textos o tramas se estructuran a partir de construcciones lingüísticas y permiten la formulación de relatos conformados por secuencias, que se ordenan en enunciados, argumentos y descripciones. Estos relatos se encuentran ligados de forma imprevisible con otros procesos y o eventos presentes en la interacción entre las personas, estableciendo maneras de percibir las experiencias del sí mismo y de otros sistemas (Gergen, 2006a; Rasera, Guanes, & Japur, 2004; White & Epston, 1993).

Para Gergen (1999) la atribución de significado parte de cambios dialógicos, base para las prácticas narrativas, ya que son procesos sociales dialógicos. Los dilemas humanos son los significados estructurados de narrativas. Etimológicamente, significado en *latín* es *significátus*, *significáre*, dar a entender por signos, indicar, mostrar, significar, dar a conocer, hacer comprender. Por lo tanto, el significado de los sucesos vividos se construye en el lenguaje y se captura por medio de nuestras narrativas. Lo que se enfatiza o se omite de las historias contadas tienen efectos reales sobre las vidas. La forma de atribuir significados a los eventos afecta la manera como se construye la identidad, o como una persona actúa en relación a sus contextos y a los otros. Se depende del lenguaje para generar las propias narrativas, dar sentido a los significados, a la existencia. Se interpreta el mundo y todo lo que en él existe por el lenguaje que surge en el dominio social, a partir de las vivencias cotidianas.

Como el Construccinismo Social es considerado una manera de estar en el mundo, como generación mutua del conocimiento que se construye en el lenguaje y en el relacionamiento, se puede afirmar que tanto la postura colaborativa como el diálogo son aspectos fundamentales para el acercamiento de los significados y la construcción de nuevas narrativas para las vivencias. Muchas historias son vividas simultáneamente y también diferentes historias sobre los mismos eventos. Ninguna de ellas está libre de lagunas, ambigüedades y

contradicciones. Esas historias postulan un desarrollo ubicado socio históricamente, que da relevancia al contexto sociolingüístico, y hace hincapié en la narrativa o forma de relato del significado. Son las historias y los diálogos que posibilitan revisar y evaluar los argumentos de lo vivido, como los atribuidos a los episodios de abuso sexual en las familias (White, 1994, 2002; Shotter, 1993b; Rasera et al., 2004).

Esos argumentos buscan junto con aquellos que han sufrido violencia sexual, un cambio de perspectiva para sus vidas, a través de la deconstrucción de sus motivos justificantes, ante las conductas abusivas, para nuevas y potenciales narrativas del futuro. Asimismo, los argumentos inspiran la apreciación de un mundo plural y diverso con una multiplicidad de prácticas en el que todos recíprocamente se transforman, con perspectivas de nuevas formas de vida que favorezcan una mejor convivencia (Castañón, 2004; Gergen, 1996b, 2006a; Rasera & Japur, 2007).

### **El lugar del abuso sexual: una conexión con las historias dominantes**

Diferenciadas formas de violaciones de los derechos y abusos sexuales de niños y adolescentes son consecuencias de los grandes cambios sociales y tecnológicos, entre otras influencias como los factores económicos y culturales en la actualidad. El cotidiano marcado por la violencia, degrada y descalifica la relación entre las personas. El abuso sexual es una violencia que tiene que interrumpirse, para ello, es necesario que se le vea urgentemente, como nos apunta Faleiros (2008). Aunque con el cambio de comprensión acerca de lo que es un niño o un adolescente en el siglo XXI (Ministério da Saúde [MS], 2006), considerados sujetos de derechos, aún así, la complejidad de esa cuestión está presente en nuestra vida cotidiana. Los niños y adolescentes se desarrollan en ambientes socio-históricos complejos, formados por diversos sistemas que influyen y son influenciados por ellos.

El abuso sexual es un fenómeno determinado por diversos factores el cual abarca aspectos culturales, socioeconómicos, individuales y familiares. La relación sexual es un tipo particular de relación social implicando límites individuales y sociales. En la situación de abuso sexual, la persona elegida es tratada como objeto parcial, o incluso como objeto inanimado (fetiche). La persona no es respetada en su decisión y autonomía. Aunque el hecho ocurra sin violencia, sin marcas físicas evidentes, sí se considera un abuso sexual, dado que el niño y el adolescente están supeditados a una fragilidad física y emocional ante el otro (Azevedo & Guerra, 1989; Cardin, Mochi, & Bannach, 2011; Cohen, 2000; Cohen & Figaro, 1996; Esber, 2009; Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005; Penso, Conceição, Costa, & Carreteiro, 2011; Santos, Costa, & Granjeiro, 2009).

El abuso sexual incluye tanto las actividades en las que hay contacto físico, como manipulación de genitales y acto sexual, como situaciones de exhibicionismo y voyerismo, en los que no hay contacto físico directo. Generalmente el niño y el adolescente, víctimas de abuso sexual, experimentan también negligencia, abuso emocional y abuso físico. Otras definiciones incluyen actos y juegos sexuales, relaciones heterosexuales y homosexuales, siendo que el abusador siempre tiene más edad que el abusado. Estos actos producen violación de las reglas de funcionamiento social y legal, muchas veces bajo el consentimiento y omisión de personas que forman parte y son importantes en la vida de los niños y de los adolescentes. Las víctimas son seducidas e involucradas en acciones que les suenan agradables, y que además son coherentes con el afecto que le brinda la persona abusadora. Empiezan con formas bastante sutiles, involucrando gradualmente a la víctima en situaciones abusivas hasta llegar a las prácticas más violentas. Son formas que varían desde un simple cariño y expresión de afecto, exhibición de películas pornográficas, hasta un contacto con acto sexual completo, independiente de la edad

del niño o de la niña (Azevedo & Guerra, 1989; Costa, Almeida, Ribeiro, & Penso, 2009; Furniss, 2002; Habigzang, Damásio, & Koller, 2013, Habigzang, Hatzenberg, Corte, Stroehrer, & Koller, 2009; Leal & Cesar, 1998; Sanderson, 2005).

Sanderson (2005) afirma que no son las familias que abusan a los niños y adolescentes, sino los individuos. Este fenómeno puede ocurrir en toda y cualquier familia, no solamente en aquellas consideradas pobres, vulnerables, de riesgo, desestructuradas y o disfuncionales. Se entiende que el abuso sexual se debe caracterizar por situar cada caso en particular considerando que difícilmente se abarquen todas sus circunstancias, ya que existe una diversidad de individuos, como cuantas son las acciones y los contenidos de la sexualidad impuestos a las víctimas. El sufrimiento humano respecto a estas cuestiones es, muchas veces, enmudecido, banalizado y tolerado en todas las esferas sociales, dificultando una acción más consciente y modificadora de la realidad. Asimismo es importante incluir las numerosas historias de sufrimiento que se han vivido en silencio, en la invisibilidad social, debido a la demora del tratamiento por parte de los servicios públicos y o la no notificación de la situación a los servicios especializados (Santos, Costa, & Silva, 2011).

Cuando el niño o adolescente se reúne con una persona de su confianza, generalmente la madre, para hablar de la situación tras el abuso ocurrido, este encuentro deja su huella registrada, es decir, su sentido como un indicador de la existencia de problemas que involucran todo el sistema familiar. Esos sentidos se unen a las narrativas cristalizadas, rótulos e historias dominantes del interlocutor, debilitando aún más el vínculo existente entre la víctima y su interlocutor, reforzando los discursos culturales que los mantienen.

Esa marca, indicador del significado, al expresarse en esa conversación, constituye un texto, que es en sí una construcción lingüística. Ese texto construido mutuamente con sus interlocutores, expresa sus pensamientos, sentimientos e sus impresiones acerca de las cuestiones de abuso. Ese intercambio de unidades de sentido puede transformar ese encuentro en un encuentro fomentador de posibilidades, o no. Por ejemplo, muchas veces la persona que oye el relato del niño puede no creer en dicho relato. Esas personas pueden ser vistas como no protectoras, detentoras de creencias y mitos, por sus comportamientos hostiles a cualquier mención de abuso sexual. Poco o nada ayudarán a aquel niño a salir de ese discurso y a buscar formas alternativas de encontrarse con sus posibilidades (White, 2002; Shotter, 1993a).

Muchas veces al interlocutor que oye esos relatos le parece difícil dar otro y nuevo sentido a un suceso que contradice el relato dominante. Responde exactamente al relato dominante, no permitiéndose observar hacia su interior y verificar si es posible plantear un relato alternativo que lo ayude a salir de aquella situación que lo aprisiona. El interlocutor tiene dificultades para ejercitar su toma de consciencia para expandir y articular sus posibilidades. No saben por qué actúan como actúan. Sin embargo, al encontrarse con sus mapas y territorios ya vividos, pero poco o nada narrados e historiados, van a darse cuenta de sus experiencias de abuso sufridas en la niñez. Narrar experiencias y contar historias puede ser curativo, porque es una forma de volver a visitar el sufrimiento, y poder transformar un discurso negativo en otras historias, con innovadoras ediciones y con oportunidades alternativas de un nuevo comienzo (White, 2002; White & Epston, 1993).

Los discursos dominantes se han construido con la ausencia de creer el relato del niño. Para esos códigos, los niños mienten y los adultos dicen la verdad, o las comunicaciones de los niños son menos válidas o menos fiables que las de los adultos (White, 2002). En función de esa

situación, los niños casi siempre están obligados a convivir con la persona que cometió el abuso y a seguir siendo abusada sexualmente. El niño aprende ese discurso dominante muy temprano, lo introduce en su vida, silencia el abuso sexual, y luego cuando se llega a la adultez ve la misma situación ocurriendo con sus hijos, que corresponde a una transmisión transgeneracional de la violencia (Penso & Costa, 2008). A sabiendas de estas situaciones el niño que a menudo sufre abuso, está obligado a no revelar lo que está viviendo. Este proceso continuo por mucho tiempo se transforma en un secreto entre él y el adulto. Este secreto es siempre reforzado por las amenazas de violencia o castigos o, por ganancias secundarias y privilegios que igualmente se basan en la violencia. Esta situación es siempre, un conflicto y un trastorno dañino para el niño (Azambuja, 2006; Borges & Dellø Aglio, 2008; Furniss, 2002; Leal & Cesar, 1998; Lippert, Favre, Alexander, & Cross, 2008). Muchos de esos niños nunca han contado sus historias o han narrado sus emociones y sentimientos vividos, destruyendo y no apreciando su trayectoria de vida. De esa forma, se crean textos para comunicar sus dolores y amarguras en las relaciones con los otros.

### **El Construccionismo Social como propuesta para la comprensión del abuso sexual**

El modo que utilizan las familias para expresar sus sufrimientos sobre las experiencias de abuso sexual vividas son moldeadas por los significados atribuidos al abuso sexual. La forma de expresión confirma el significado, de tal modo, que al analizarse la naturaleza de estas expresiones de abuso, estas se deben considerar como unidades de sentido, es decir, un texto. Texto es un conjunto de palabras con autoría identificada, con forma y contenido original, con una finalidad discursiva que produce efecto sobre las personas involucradas y demás individuos que participan a la red discursiva. Según Bakhtin, (citado por Ponzio, 2010) el texto tiene tres dimensiones: producto, proceso y productor. El texto comprende un enunciado único y

particular, es visto como una unidad básica de comunicación y posibilita la construcción de sentidos sobre la realidad, constituyéndose en un contexto dinámico de la relación social delimitada por un espacio histórico-cultural.

Así, para cada nuevo texto se percibe un reposicionamiento de los interlocutores del diálogo, es decir, una cadena discursiva. Esa cadena es una unidad de sentido que igualmente responde a enunciados anteriores y asimilados en su trayectoria de vida. Bakhtin (citado por Ponzio, 2010, p.56) afirma que cada enunciado es un enlace en la corriente compleja organizada de otros enunciados. Esta cita intenta nos decir que la verdad no se encuentra en la cabeza de uno, sino que nace en medio de las personas que de manera colectiva la buscan en el proceso de su interacción dialógica. Un acto de pensamiento, de sentimiento, de deseo siempre es un acto de autoría propia. El lenguaje se ha desarrollado históricamente para servir al pensamiento participante y sólo recientemente ha empezado a servir al pensamiento abstracto. En todos los momentos, sea de la palabra concepto o de la palabra entonación, ella es plena y única responsablemente significativa. Puede ser la verdad privada, subjetiva y fortuita. El existir ó evento irrepetible y singular, además del acto del que participa, no define la plena adecuación, aunque ella permanezca como un fin. Por lo tanto, texto es un conjunto de palabras con autoría identificada, con forma, contenido original y con finalidad discursiva y produce efecto sobre las personas y sobre los demás que participan de la red discursiva.

Según Bakhtin (citado por Ponzio, 2010) el existir un evento real, que se vive y se proyecta en tonos emotivos-volitivos tiene una correspondencia con un centro único de responsabilidad, y se determina en su sentido de evento singular grave, necesario, en la verdad privada, no en sí mismo, sino en correspondencia directa con la singularidad de cada uno. El

evento, necesariamente, es determinado por cada uno, desde su lugar de existencia. Así, cada uno tiene razón en su propio lugar, no como una razón subjetiva, pero responsable.

Es sabido que las soluciones se encuentran mutuamente cuando se presta atención a nuestro texto y a nuestro interlocutor. El punto de vista narrativo es inclusivo. A medida que la persona narra sus historias compuestas de sentimientos, sensaciones y argumentos, avanza con articulaciones y experiencias sobre otras maneras de ser y de pensar, con valores, compromisos y creencias para arribar relatos alternativos de vida. La postura inclusiva del Construccinismo Social posibilita a aquel que acompaña al sujeto mostrarse interesado en saber cómo ha sido la vida para esas personas, sus relatos y experiencias, explorando con ellas sus experiencias del problema, en una conversación colaborativa (Anderson, 2010; White, 2002). Esta propuesta del Construccinismo Social envuelve, desde su inicio, la creación de un espacio confortable y confiable a fin de que la familia no se convierta en un objeto del cual se habla y sobre el cual se interviene, pero en un espacio de conversación en el que se pueda hablar sobre dificultades, problemas y revelaciones, sin convertirlos en definidores de la identidad de aquel que habla. Por lo tanto, la madre y el niño que se presentan para hablar de la violencia sufrida en el abuso sexual, son colocados en la condición de agentes dentro del proceso de conversación, y a ellos se consideran colaboradores activos para generar alternativas de cambio. Todo ello es darle asistencia a la madre y al niño en la producción de conocimiento, generando sus propias soluciones (Grandesso, 2002; Epston, 1997).

Generalmente la madre y el niño son los protagonistas de la conversación, trayendo sus historias sobre los problemas que involucran violencia, habiendo una narrativa dominante que organiza la relación entre los dos. Esas narrativas dominantes dirigen la atención de la madre y, consecuentemente, del niño, para determinadas situaciones y para la pérdida de informaciones

que no encajan con las historias dominantes. Por otro lado las informaciones que confirman y que comprueban las suposiciones fijas de las madres, presentan una lógica constitutiva de su dilema de modo invariante y sin perspectiva de cambio. Por tanto, las narrativas saturadas de problemas ejercen influencia selectiva sobre las percepciones, disminuyendo las posibilidades de futuro (Grandesso, 2002; White & Epston, 1993).

La desconstrucción de la historia dominante va a ocurrir a través del rescate de la eventualidad de los contextos y de la apertura de las historias para episodios vividos, pero no historiados todavía. El Construccinismo Social valoriza la palabra que da significado a los eventos vividos, la producción de sentido, a través de la conversación que promueve la reflexión y la crítica (White 1994, 2002; White & Epston, 1993) En el abuso sexual hay violencia, pero no siempre hay el reconocimiento de esa violencia, pues es necesaria la atribución de significados a la violencia y su sentido en la percepción del abuso sexual. Por lo tanto, ese abordaje ayuda en la concientización del abuso sexual y en la reconstrucción del sentido de cómo observar distinto y de cómo volver a la vida después de sufrir esa violencia.

Se tratan de conversaciones que incitan la reconstrucción de una nueva narrativa, que invitan a la toma de una postura más reflexiva y crítica con respecto a la violencia favoreciendo la creación de un contexto lingüístico, permitiendo a que todos hablen de sus experiencias. Esa postura reflexiva modifica la relación entre los involucrados en la conversación, principalmente entre la madre y la víctima. La conversación potencializa la madre y le da autorización para hablar, además de poner en relieve las historias que marcan sus mismas vivencias de violencia, generalmente de abuso sexual en su niñez. Además, le da la oportunidad de relatar lo que nunca antes había sido relatado acerca de esos eventos abusivos. La madre halla en este contexto colaborativo un espacio en el cual puede de des construir sus antiguas historias, aun tan actuales,

expresadas en la vivencia de la hija o del hijo (Costa et al., 2009; Penso & Costa, 2008; Grandesso, 2000)

Es en este momento en que la perspectiva de comprensión ocurre, la relación entre ellos se transforma, transformando la narrativa. La mujer, o madre allí presente, se vuelve un asociado calificado de la conversación, una efectiva acción conjunta, un conocimiento caracterizado como una especie de conocimiento que nace desde dentro (Shotter, 1993b), denominado por este autor como un conocimiento de tercer tipo. La madre al darse cuenta de sus experiencias se torna una colaboradora activa en el proceso de reconstrucción de nuevas narrativas.

La narrativa emergente que surge de ese espacio colaborativo, a diferencia de la narrativa dominante saturada de problemas, se organiza como propuesta para lo nuevo, resignificando las personas como autoras de su existencia e invitándolas al rescate de sus recursos de enfrentamiento de la vida. La narrativa emergente crea una historia alternativa, que desarrolla un sentido de protagonismo. Esa reconstrucción, considerada un juego conversacional, está dirigida a delinear los efectos de esa violencia en la vida, en las relaciones, en la visión de sí mismo y en sus expectativas de futuro. Ese espacio de conversación posibilita un lenguaje compartido y pleno de metáforas, signos y sentidos que favorecen la reconstrucción lingüística por considerar cuestiones de género, extracto social, cultura y etnias (Carrijo & Rasera, 2010; Gergen, 1985; Grandesso, 2008). El Construccinismo Social está interesado en desentrañar como las personas determinan lo que son maneras preferibles de vivir, de interactuar consigo mismas y con los demás. Si lo que viven, y la manera cómo viven, no es bueno para ellas, es posible explorar otras maneras de vivir y de pensar, trayendo a tono un reservatorio de historias

acerca de cómo podrían vivir mejor, liberarse de los relatos negativos y dominantes que tienen sobre sí mismos, poner en práctica lo que los significados alternativos posibilitan (White, 2002).

Los eventos humanos sólo se vuelven inteligibles tras haber sido historiados. Por medio de las conversas se forma y se reforma la experiencia de vida y los eventos relacionados con los sufrimientos. Se crean y se recrean los significados y las comprensiones, las construcciones y las reconstrucciones de las realidades y del self. Se interpretan y se reinterpretan activamente las experiencias a lo largo de la vida, y esto ocurre debido a que se accede a algunos marcos de inteligibilidad que sitúan un contexto a la experiencia, posibilitando la atribución de nuevos significados (Hoffman, 1993; White, 2002).

### **Consideraciones Generales**

Actualmente la violencia sexual es vista como un fenómeno social, de orden colectivo. Una construcción social, organizada a partir de valores culturales y sociales, referidos a pensamientos de jerarquía, poder, género y extracto social, influidas por significados que incluyen los aspectos de los fenómenos intrapsíquicos. Las dificultades, los problemas, las situaciones traumáticas vividas evolucionan con los sistemas culturales y con los de significado personal. Se hallan incrustadas en los comportamientos y en las acciones, los cuales influyen en la manera de como uno es, como actúa en el mundo y como cada uno se ve a sí mismo y a los otros. Por ello, al relatar una historia, son los significados los que le confieren sentido a las experiencias y seleccionan los aspectos a los cuales se les dará más importancia, originando contextos de interacción que sostienen, o no, lo que se privilegia (Costa et al., 2009; Gergen, 1999; Grandesso, 2008).

Las experiencias de abuso sexual vividas por los niños y adolescentes en sus familias siempre son privadas, pero los significados son compartidos, por tanto, se tornan públicos. El

compartir el secreto con la familia tiene como reto convertir las relaciones entre sus miembros en relaciones más claras y transparentes, además de posibilitar el descubrimiento de aspectos confusos y contradictorios presentes y expresados en las emociones. Al reinterpretar las narrativas de esas vivencias, la familia busca nuevos significados, rescatando su rol de protección.

El construccionismo social nos posibilita, no una verdad absoluta, pero nos motiva a crear diálogos en la interacción con los demás. Pensar en nuevos puntos de vista, en una nueva manera de hablar de las mismas cosas, en un medio heurístico de resolver nuestras dificultades. Esta perspectiva construccionista se puede identificar en las situaciones de abuso discutidas en este texto. Las interpretaciones y reinterpretaciones que las personas hacen del abuso vivido va a depender de sus historias de vida, pues en las culturas tenemos diferentes sentidos para esas cuestiones como: dificultad para distinguir abuso de protección, abandono de cuidado, explotación de amor. Sabemos entonces que las personas que han sufrido abuso son o están sumamente vulnerables. Cabe a la perspectiva construccionista social proporcionar un contexto adecuado para ayudar a las personas a hacer este discernimiento. Contribuir para que se embarquen en conversaciones que establezcan distinciones entre estas clases de expresión e interpretación, para identificar buenos y eficaces eventos en su vida. Encontrarse en territorios que sean de cuidado consigo mismo, con su capacidad resiliente y ver la vida con mayor claridad. Al narrar sobre los pasos que han experimentado en el trascurso de su historia de abuso sexual, empiezan a cuestionar los modos de vida que se les han sido enseñados y cómo podrían hacerlo de otra manera. Descubren enormes fuerzas que utilizan para reorganizar la vida, y por lo tanto, no son experiencias estériles.



**PDF**  
Complete

*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Para los construccionistas las personas que han sufrido abuso sexual como una experiencia violenta, intrusiva y angustiante, informar nuevamente sobre los hechos produce nuevas vivencias opresivas y abusivas, pero narrar las historias implica en el mayoría de los casos desarrollo de nueva auto-percepción basada en ideas de competencia, elaborando y fortaleciendo sentimientos y experiencias y una nueva versión de sí mismo.

### Capítulo III

#### **Entre a revelação e o atendimento: família e abuso sexual<sup>2</sup>**

#### **Between revelation and first care: Family and sexual abuse**

#### **Entre la revelación y el atendimento: familia y abuso sexual**

**Resumo:** Há um intervalo de tempo entre a ocorrência do abuso sexual e seu desvelamento dentro da família, sobre o qual se tem pouco conhecimento. O objetivo deste texto é compreender o que ocorre com as famílias no período entre a revelação do abuso sexual e o início do atendimento especializado. O contexto de pesquisa foi uma instituição pública, na qual foram realizadas dez entrevistas com nove famílias que apresentavam situação de abuso sexual. Resultados dividem-se entre informações sobre a configuração familiar e o período de tempo no qual há um silenciamento sobre a situação do abuso sexual, anterior à publicização da violência: 1) Sobre a configuração familiar - as mães estão presentes na maioria das famílias, o abuso sexual intrafamiliar prevalece sobre o extrafamiliar e a maioria das vítimas são meninas, com idade média de 8 anos e 8 meses. 2) Sobre o período de tempo entre a revelação do abuso sexual e o atendimento - o abuso sexual ocorreu, em média, 27 meses antes do momento da entrevista na instituição; o tempo médio da ocorrência do abuso sexual é de 13 meses antes da sua revelação; e o intervalo de tempo que vai da revelação do abuso sexual à denúncia é de 7 meses. A revelação do abuso sexual é percebida, pela família, como mais uma ameaça aos outros acontecimentos com os quais a família já se depara, gerando reações paradoxais que vão desde a proteção à imobilidade. Quando as famílias se apresentam para o atendimento institucional, encontram-se confusas e distanciadas da situação de violência. O tempo entre o abuso sexual, a revelação e a busca por ajuda é vivido em interação familiar, necessitando ser visto mais como momento de elaboração e assimilação da violência sofrida.

**Palavras Chave:** Violência na Família, abuso sexual, intervenção psicossocial, aconselhamento.

---

<sup>2</sup> Esse artigo foi submetido à *Revista Avances en Psicología Latinoamericana*, seguindo as normas de formatação e citação da revista (APA). Aguarda-se parecer e avaliação para publicação.

**Abstract:** there is a time interval between the sexual abuse itself and its revelation in the family. There is little known about this time period. The objective of this text is to understand what happens with the families in the period between the revelation of sexual abuse and the start of the specialized first care. The research took part in a public institution where ten interviews were conducted with nine families that lived a situation of sexual abuse. The results were divided between information about family configuration and the period of time in which there was silence about the situation of sexual abuse before it actually became known: 1) About the family configuration - the mothers are present in most of the families with the intra-familial sexual abuse taking precedence over the extra-familial; most of the victims are girls of an average age of 8 years and 8 months. 2) About the period of time between the revelation of sexual abuse and the first care - the sexual abuse happened on average 27 months before the interview at the institution; the average time of the sexual abuse itself is 13 months before its revelation; and the time interval from the revelation of sexual abuse to its denouncement is 7 months. The revelation of sexual abuse is perceived by the family as an additional threat to all the other predicaments with which the family sees itself confronted, originating paradoxical reactions that range from protection to immobility. When families seek out the institution they are confused and distanced from the situation of violence in which they live. The time between the sexual abuse, the revelation and the search for help depends on the family interaction and needs to be seen more as a time for elaboration and coming to terms with the experience that they are suffering.

**Key words:** violence in the family, sexual abuse, psychosocial intervention, counselling

**Resumen:** Hay un intermedio de tiempo entre la ocurrencia del abuso sexual y su desvelamiento dentro de la familia, del cual todavía hay poco conocimiento. El objetivo de este texto es indagar qué ocurre con las familias en el período entre la revelación del abuso sexual y el inicio del atendimento especializado. El contexto de la investigación fue una institución pública, en la cual se realizaron diez entrevistas con nueve familias que presentaban situación de abuso sexual. Los resultados se dividen entre informaciones sobre la configuración familiar y el período de tiempo en el cual hay un silencio sobre la situación del abuso sexual, anterior a la publicidad de la violencia: 1) Sobre la configuración familiar - las madres están presentes en la mayoría de las familias, el abuso sexual intrafamiliar prevalece sobre el extrafamiliar, y la mayoría de las víctimas es de niñas, siendo que la edad media es de 8 años y 8 meses. 2) Sobre el período de tiempo entre la revelación del abuso sexual y el atendimento - el abuso sexual ocurrió, en media, 27 meses antes del momento de la entrevista en la institución; el tempo medio de la ocurrencia del abuso sexual es de 13 meses antes de su revelación; el intermedio de tiempo que va desde la revelación del abuso sexual al denuncia es de 7 meses. La familia ve la revelación del abuso sexual como una amenaza más a los otros sucesos con los cuales ella ya se enfrenta, lo que genera reacciones paradójales que van desde la protección a la inercia. Cuando las familias se presentan para el atendimento institucional, se hallan confusas y alejadas de la situación de violencia. El tiempo entre el abuso sexual, la revelación y la búsqueda por ayuda se vive en la interacción familiar, necesitando ser visto más como un momento de elaboración y asimilación de la violencia sufrida.

**Palabras Clave:** Violencia en la Familia, abuso sexual, intervención psicosocial, aconsejamiento.

A construção do conhecimento e a investigação acerca das vivências de abuso sexual de crianças e adolescentes na família vêm sendo largamente desenvolvida. Esse acúmulo de conhecimento tem favorecido ao Estado a construção de Políticas Públicas dedicadas à intervenções e tratamento das vítimas. Porém, poucos estudos têm investigado a dimensão qualitativa do que ocorre com as vítimas e suas famílias no período de pós-revelação da violência sexual até o momento no qual recebem atendimento psicossocial.

São muitas as dificuldades relacionadas ao processo de revelação. Diversos estudos internacionais, como Hershkowitz, Lanes, e Lamb (2007) e Plummer (2006), abordam as justificativas pelas quais as vítimas negam o fato ou postergam o tempo de revelação. Pesquisas nacionais exploram principalmente aspectos relacionados às dificuldades de notificação do abuso sexual, que são dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam nesta área, e discutem o que se passa com a vítima. Atualmente, pouco se sabe sobre o que ocorre com as famílias e as vítimas enquanto ainda não se estabeleceram ações de cuidado, proteção e responsabilização nesse cenário.

Uma exceção é Santos e DellaAglio (2010), que sustentam como o processo de revelação e notificação do abuso sexual rompe com o equilíbrio da família. Costa, Penso, Rufini, Mendes, e Borba (2007) chamam atenção para a falta de acompanhamento a essas famílias no período entre a revelação/notificação e o atendimento. Nesse tempo em que aguardam atendimento, muitas famílias se veem sozinhas para lidar com todas as ameaças, perturbações e alterações no sistema familiar que a revelação causou. O processo vivido entre o tempo que transcorre da revelação ao atendimento é muitas vezes desarticulado das redes de proteção gerando ações fragmentadas e emergenciais.

O abuso sexual é uma das formas mais graves de violência contra crianças e adolescentes, gerador de efeitos negativos para o desenvolvimento das vítimas. Deixa consequências físicas, emocionais, sociais e psicológicas e tem sua expressão mais frequente no contexto intrafamiliar. O abuso sexual é definido como o envolvimento de uma criança ou adolescente em atividade sexual, a qual não entende e não dá o consentimento, e para qual não está preparada, em função de seu estágio de desenvolvimento. Quase sempre é perpetrado por uma pessoa que cuida e que está em uma relação de responsabilidade, confiança ou força com a criança, sendo que a atividade é destinada para gratificação ou satisfação das necessidades desta outra pessoa (World Health Organization [WHO], 1999).

Estima-se que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que indica que haja anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais 10% são reportados à polícia. Tal informação é consistente com os dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2013) que apontou que em 2012 foram notificados 50.617 casos de estupro no Brasil. A frequência tem variado de 3% a 29% nos homens e de 7% a 36% nas mulheres. Segundo o Plano Plurianual 2008-2011 (Ministério do Planejamento, 2007), registrou-se 156 mil denúncias, das quais 32% são de violência sexual contra crianças e adolescentes (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República [SDH/PR], 2012).

O presente texto enfoca informações obtidas durante o processo de acesso ao campo de uma pesquisa qualitativa, que buscou conhecer o que se passa com as famílias no intervalo de tempo entre o momento em que ocorre a revelação do abuso sexual e o momento no qual se busca atendimento especializado. O objetivo específico é compreender o que acontece com as famílias no período entre a revelação do abuso sexual e o início do atendimento especializado.

Como as famílias se organizam neste período? O que ocorre com as famílias e as vítimas nesse intervalo de tempo? Como as famílias, ainda sem ajuda de profissionais especialistas, prosseguem em sua rotina de vida? Qual significado é dado pelas famílias a esse período de tempo? Essas são algumas questões que nortearam as pontuações enunciadas no presente artigo.

### **Da Revelação ao Atendimento: Aspectos Teóricos**

É no momento da revelação do abuso sexual que aspectos relativos à condição hierárquica submissa da criança em relação ao adulto são percebidos, de forma subjetiva, tanto para cada membro da família quanto para a vítima. Nesse momento, a violência se torna pública, saindo do contexto privado. Nesse processo, a revelação é o primeiro e mais importante passo no qual a vítima conta para alguém sobre a violência que sofreu ou vem sofrendo, dando oportunidade para que a notificação seja decretada, alcançando relações extrafamiliares e também o interesse público.

A década de 1980 é marcada pelos primeiros estudos sobre a temática da revelação, que enfatizaram a importância de se compreender o momento da revelação como um processo. Ao mobilizar diferentes sentimentos, a revelação se torna um momento delicado, que pode ocorrer de forma intencional, quando a criança ou o adolescente já tomou a decisão sobre para quem contar, ou de forma acidental. Na segunda postura, a vítima vai construindo a possibilidade de relatar o abuso, deixando escapar elementos que compõem a situação, mostrando para a pessoa escolhida para a revelação o quanto aquela situação tem aspectos intrusivos (Crisma, Jones, Paci, & Romito, 2004; Lovett, 2004; Plummer, 2006; Hershkowitz et al., 2007).

Diferentes autores (Costa et al. 2007; Jensen, Gulbrandsen, Mossige, Reichelt, & Tjerslandd, 2005) compreendem o processo da revelação em três momentos distintos, gerando também sentimentos distintos: *antecedentes, revelação propriamente dita e repercussões da*

*revelação*. Na *pré-revelação* (antecedentes) estão presentes as vivências de fantasias, sentimentos e expectativas quanto às consequências da revelação. A vítima faz um julgamento com relação ao que viveu com o ofensor, ao fato de não ter conseguido dizer não à violência e aos significados que atribui a isso. A criança ou adolescente vitimado avaliam também os sentimentos e sensações boas ou ruins vivenciados na situação do abuso sexual. O segundo momento é o da *revelação propriamente dita*, que inclui a decisão de como e para quem contar. A vítima escolhe alguém de sua confiança, estabelecendo com esta pessoa um sentimento de proximidade. O terceiro momento do processo, *repercussões da revelação*, agora já público, apresenta as consequências que advém do fato de a vítima ter desvelado o segredo. À medida que a narrativa da vítima se torna pública, surgem os desdobramentos que podem ajudar ou atrapalhar o processo que se segue, mobilizando o aparecimento de crises na família nuclear e extensa (Hershkowitz et al., 2007; Santos & Dell'Aglio, 2010).

Com relação ao tempo de espera para atendimento e possíveis repercussões para as famílias, autores como Serafim, Saffi, Achá, e Barros (2011), Habigzang e Koller (2011), Passarela, Mendes, e Maril (2010), e Clark, Caldwell, Power, e Stansfeld (2010) enfatizam que a situação de violência provoca danos, muitas vezes, irreparáveis. Para esses autores, o que mais chama a atenção é que a vítima, na maioria das vezes, não encontrará em um primeiro momento uma situação favorecedora para a sua denúncia. Pelo contrário, encontrará amparo limitado, escassez e irregularidade dos serviços de assistência, que implicam em um tempo de exposição à violência, que certamente se configurará como um agravante psicopatológico do caso. Esses fatores corroboram para que a família permaneça mais tempo no silêncio e por vezes mantendo o ofensor na mesma casa e a perpetuação da violência.

## Método

O contexto desta pesquisa é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de uma grande capital. Os serviços prestados às famílias e aos indivíduos no âmbito da assistência social no Brasil ocorrem com base na estrutura apresentada pela Política Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], 2005), e pela Lei do Sistema Único de Assistência Social (Lei 12.435, 6 de julho de 2011). Os casos de abuso sexual são atendidos pelos CREAS segundo orientação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº109, 11 de Novembro de 2009). A pesquisa é de delineamento quali/quantitativo, no qual se adotou uma estatística descritiva e um estudo interpretativo das informações presentes nas entrevistas, com o fim de responder o objetivo já apontado.

Um estudo de Pinho (2012), realizado em outra unidade de CREAS da região, identifica nessas famílias: baixa renda familiar, muitas delas em extrema pobreza material; exclusão social e vivências de desigualdades de oportunidades; grande parte das famílias é beneficiária de algum programa de transferência de renda do governo; situações de gravidez e vivências de relações sexuais fora de uma união formal; baixa escolaridade dos adultos presentes; dificuldades no acesso a serviços de saúde e educacional; e atraso significativo no percurso escolar das crianças e adolescentes. Os sujeitos dessa pesquisa são famílias em situação de extrema pobreza material, cujos adultos têm um baixo índice de escolaridade, não atingindo o término do ensino fundamental, com 15% de analfabetos. A renda média é de meio salário mínimo por família e 75% delas são beneficiárias de programas de recurso do governo federal (Bolsa Família e outros).

Foram realizadas 10 entrevistas com nove famílias no período compreendido entre os meses de janeiro e março de 2013. Segundo o cronograma da instituição, este período é o

momento no qual as famílias são acolhidas com o intuito de proceder à organização do atendimento psicossocial que virá a seguir. Todas as famílias aqui descritas apresentaram situação de abuso sexual e chegaram à instituição por meio de demanda espontânea ou por meio de encaminhamento do sistema justiça. Algumas famílias já faziam parte de outros programas de repasse de auxílio financeiro, como bolsa Família, auxilia moradia e outros. Uma família foi entrevistada duas vezes, em razão de necessidade de maior tempo para compreensão da história de abuso sexual.

A aproximação ao campo de pesquisa se deu com o objetivo de conhecer as demandas existentes na instituição. Os objetivos do acesso ao campo foram: conhecer como as famílias se apresentavam à instituição e como apresentavam suas queixas sobre a situação de abuso sexual bem como conhecer as histórias sobre a ocorrência do abuso sexual. Sabe-se que o período de tempo entre a revelação e a mobilização da família para a busca de atendimento pode abranger até dois anos ou mais (Costa et al., 2007). O acesso ao campo ocorreu durante o ano de 2012, durante o qual houve participação das pesquisadoras nas atividades da instituição, em especial nas supervisões clínicas. O acesso aos sujeitos durante esse período (2013) ocorreu, principalmente, por meio de entrevistas de acolhimento, que tiveram como objetivos: o estabelecimento de vínculo da família com a instituição, a orientação sobre o programa específico para situação de abuso sexual e o esclarecimento sobre o motivo do encaminhamento.

Cada entrevista teve duração aproximada de uma hora e meia. A entrevista consistiu de perguntas abertas para que a família pudesse narrar suas histórias de violência familiar. O roteiro norteador, apresentado a todas as famílias, consistiu dos seguintes itens: 1) Gostaria que vocês se apresentassem. Quem são e de onde vêm? É a primeira vez que estão aqui? Já estiveram em atendimento antes? 2) Vocês têm alguma ideia do que vamos conversar hoje? 3) Que historia

vocês vão nos contar sobre quando descobriram a violência na família, o abuso sexual? O que aconteceu com a família quando se descobriu a violência? 4) Como a família estava vivendo neste momento? Como foram vivendo com essa violência, uma vez que já sabiam do que tinha acontecido? 5) E agora que vocês vão receber atendimento aqui no CREAS, como está essa família? Como vocês se sentem sabendo que serão atendidos pelos profissionais do CREAS para tratar da questão do abuso sexual? O que esperam ou imaginam que ira mudar em suas vidas? 6) Vocês gostariam de me contar mais alguma coisa? Este roteiro foi apresentado a todos os membros da família presentes na entrevista, inclusive a vítima. Buscou-se levantar informações objetivas a respeito de intervalos de tempo, de modo a se reconstituir informações sobre o tempo e as vivências experimentadas no intervalo entre a revelação e o momento do atendimento. As entrevistas foram conduzidas pelo técnico da instituição previamente treinado e preparado para este fim. As pesquisadoras apenas interferiam, adaptando alguma pergunta, quando era necessário torná-la mais compreensiva para os membros da família. Em 70% das entrevistas a mãe esteve presente. Estiveram presentes nas entrevistas: sete mães, três pais, nove vítimas, uma avó, e outras pessoas como irmãos e irmãs. As entrevistas foram gravadas em áudio e depois transcritas.

Todas as famílias, por meio de seus responsáveis, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os cuidados éticos referentes à conduta ética na pesquisa com seres humanos foram considerados, e o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do xxxxxxxxxxxx com o parecer número 223032.

A análise das informações foi realizada em dois momentos distintos. Com relação às informações quantitativas, procedeu-se a uma estatística descritiva. Com relação à análise

qualitativa, adotou-se a proposta de construção de núcleos interpretativos, conforme a análise temática de Minayo (2010).

## **Resultados**

A análise das entrevistas apresenta possibilidades de se conhecer a dinâmica de relações e eventos que se passam com a família durante o intervalo de tempo entre a revelação e o atendimento. Foi possível a construção de dois núcleos interpretativos: o primeiro referente à configuração familiar e o abuso sexual (Tabela 1); e o segundo, ao tempo entre a revelação do abuso sexual e o atendimento (Tabela 2). Esses dois núcleos foram construídos a partir do objetivo de se mapear qual a vivência da família entre a ocorrência do abuso e a sua revelação e posterior encaminhamento para atendimento. No entanto, para a compreensão da dinâmica que se instala em família nesse período de tempo, é necessário que se conheça a configuração familiar.

### **A Configuração Familiar e o Abuso Sexual**

a) A configuração familiar caracteriza-se pela presença das mães em sete famílias dentre as nove entrevistadas. A figura paterna é observada em três famílias e verifica-se a presença de outros membros da família extensa em três famílias, como avó, tia (o), primos. b) Seis famílias estão em situação de abuso sexual intrafamiliar e dentre as 13 vítimas, 11 são meninas. A idade média dessas vítimas é de 8 anos e 8 meses. As vítimas foram abusadas em maior número por adultos (seis ocorrências): pai, padrasto, adulto conhecido da família, tio, motorista de van. c) Os abusos cometidos por adolescentes (três ocorrências) foram perpetrados por primos e irmão. d) Em seis entrevistas, a mãe estava presente, juntamente com a vítima. e) Em cinco famílias,

somente o núcleo familiar coabitava. Em outras quatro famílias, havia a presença de outros familiares coabitando, sendo que dessas famílias, em quatro delas, o abusador morava na casa.

### **O Tempo entre a revelação do abuso sexual e o atendimento**

a) O tempo mínimo da ocorrência do abuso sexual, em relação ao momento da entrevista foi de 7 meses; o tempo médio foi de 27 meses; e o tempo máximo foi de 7 anos. b) O tempo mínimo entre a ocorrência do abuso e a revelação foi de 2 meses; o tempo médio foi de 13 meses; e o tempo máximo foi de 16 meses. c) O intervalo mínimo de tempo da revelação à denúncia foi de 2 semanas; o intervalo médio, 7 meses; e o intervalo máximo, 22 meses. d) O intervalo mínimo de tempo ocorrido entre a denúncia e o encaminhamento à instituição foi de menos de 1 mês (ocorreu no mesmo mês da ocorrência do abuso); o intervalo médio foi de 3 meses; e o intervalo máximo foi de 20 meses. e) O tempo mínimo ocorrido entre o encaminhamento e o atendimento foi de menos de 1 mês (no mesmo mês da ocorrência do abuso); o tempo médio, 2 meses; e o tempo máximo, 8 meses. f) Grande número das denúncias foi realizado por membros da família: mãe, irmã, irmão, avó, e a própria vítima. g) As crianças têm maior facilidade que as adolescentes de revelar o abuso sexual às suas mães. h) As instituições que receberam as denúncias foram: Conselho Tutelar (CT), escola, CREAS, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Delegacia de Polícia (DP).

### **Discussão**

A construção da discussão partiu da hipótese de que a família necessita de um tempo organizador de suas primeiras emoções, sofrimentos e perturbações, logo após a revelação do abuso. Esse tempo é vivido em interação entre os membros da família, e sugere-se que essa interação seja elemento fundamental para a elaboração e assimilação da violência, impulsionando a família para uma tomada de decisão fora de suas fronteiras, realizando a

notificação, buscando ajuda ou mesmo fazendo sua própria justiça. O que se passa com a família nesse período de tempo? Fez-se importante conhecer e identificar os conflitos relevantes vividos neste ínterim e a ameaça de surgimento de eventos em curso, mas ainda não conhecidos e os aspectos psicológicos e emocionais despertados em função da revelação do abuso sexual. Estes conflitos podem ser acirrados com a revelação da violência. Nota-se o envolvimento de vários membros da família nuclear, e extensa, nessa rede de ambiguidades e não ditos. O que está se advogando aqui é a compreensão de que o período de tempo é longo, e talvez seja o necessário e indicado, na perspectiva da família, para que esta consiga acolher o novo problema surgido com a revelação, juntamente com os antigos problemas que podem ser acirrados nesse momento. Esta possível explicação para a compreensão do que ocorre com a família, choca-se com a urgência de interromper a violência (Faleiros, 2008), e amplia o contexto de muitos paradoxos que orbitam em torno do fenômeno do abuso sexual.

### **A configuração familiar e o abuso sexual: clientela do CREAS semelhante a outros estudos**

Em nove famílias entrevistadas, seis estão em situação de abuso sexual intrafamiliar e dentre as 13 vítimas, 11 são meninas. Publicações mostram que a maioria dos casos de abuso sexual é perpetrada por membros da família da vítima ou por pessoa próxima, que estabelece com a vítima uma relação de confiança (Azambuja, 2006; Cardin, Mochi, & Bannach, 2011). Autores como Pereda, Guilera, Forns, e Gómez-Benito (2009) e Waiselfsz (2012) apontam que, tanto no Brasil quanto em outros países, há prevalência de ocorrência de abuso sexual contra vítimas do sexo feminino. A mãe da família 6 nos traz uma situação que é a grande quantidade de pessoas que dividem a moradia em um mesmo lote, o qual comporta vários barracos, mas com grande proximidade física entre seus moradores. Mãe: ã...Eu tinha o maior medo de que a minha filha fosse ameaçada lá fora... ela estava sendo ameaçada, dentro de casa, pelo meu cunhado...ö.

Embora todos os membros da família fossem convocados a participar da entrevista de acolhimento no CREAS, em sete das nove famílias pesquisadas houve a presença da mãe e da criança ou do adolescente vítima e mais alguns membros da família. Em apenas uma situação a adolescente vítima compareceu sozinha. E em outro acolhimento, quem compareceu foi o pai. A adolescente da família 3 foi sozinha à entrevista. Sua mãe ligou dizendo que não iria acompanhá-la e que não queria mais cuidar dessa filha. Ambas têm uma relação bastante conturbada. A adolescente fugia da escola para ter relações sexuais com o namorado. ã...Tem muito bate boca entre nós duas..ö. Em nenhuma entrevista observou-se a participação de todos os membros da família. A ausência de outros membros da família apresenta a dificuldade de se dar uma abordagem familiar à situação de abuso sexual. No entanto, fica evidente que as mães se apresentam como a figura protetiva que comparece à instituição e inicia o processo de atendimento psicológico à vítima. Deve haver, portanto um reconhecimento necessário para a mudança de pensamento relativo à conduta materna de, durante o tempo anterior à revelação, ser considerada conivente com o abuso sexual (Costa et al., 2007; Santos & DelløAgljo, 2008).

A idade média das vítimas é de 8 anos e 8 meses A idade média das vítimas coincide com as estatísticas já disponíveis (Costa, Junqueira, Meneses, & Stroher, 2013; Habigzang & Koller, 2011). A maioria das vítimas está em uma escolaridade compatível com sua idade. Nesse grupo as vítimas foram abusadas, em maior número, por adultos do que por adolescentes, coincidente com Pincolini e Hutz (2014). Têm-se três ofensores adolescentes, dois ofensores de 24 anos, dois ofensores com função paterna, um tio e um motorista de van escolar. Esse resultado, embora esteja em consonância com outros números já publicados (Costa et al., 2007), choca-se com uma estatística disponível no site da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal (VIJ, 2012) que

identifica, a partir de 2010, uma tendência ao aumento relevante dos abusos sexuais cometidos por adolescentes em comparação com o número de abusos cometidos por adultos.

A presença de membros da família extensa na configuração familiar surge como uma característica do contexto da cidade na qual a pesquisa ocorre, uma vez que subsiste uma política de assentamento em que várias famílias dividem lotes de terra doados pelo governo (Penso, Costa, Conceição, & Carreiro, 2013). Esse aspecto é sobremaneira relevante, pois é considerado bastante facilitador do abuso sexual, já que os parentes acumulam funções de cuidados com as crianças, especialmente os adolescentes. Há ainda a facilitação de grande proximidade física entre adultos, crianças e adolescentes, além da presença de vários familiares morando na casa, possivelmente outros membros transitando também (Costa, et al., 2013). O pai entrevistado (Família 2) cria os filhos sozinho. Disse ainda estar triste porque o filho (ofensor sexual) desapontou a esperança dele de que seria alguém na vida, e agora está detido por conta de furtos e outras coisas. "Eu não fiz nada com meu filho... porque eu nunca deixei as meninas sozinhas com ele. Mas esse negócio de deixar meninas e meninos juntos, não dá certo. Mas eu nunca vi nada... o jeito que tá... como na televisão o ato sexual aparece mais toda hora. Um moleque de 10 anos vê isso toda hora em filme, desenho, em tudo o que tá passando. Então, vai querer fazer a mesma coisa. E aí pode ter acontecido alguma coisa...".

Outro ponto a se considerar é a presença de duas avós morando no lar, uma é responsável pelas crianças e a outra é responsável pelo lar juntamente com a mãe. Esse aspecto merece atenção, pois a presença da avó pode, quando ela é responsável pela guarda ou cuidado de outros netos adolescentes que vivem com ela, ser um componente a mais para a possibilidade do abuso sexual, como é o caso da família 7.

A coleta dessa amostra se deu no decorrer de apenas dois meses de acesso ao campo da pesquisa, e apresentou nove famílias e 13 vítimas com uma particularidade interessante que é a presença de crianças vítimas na entrevista de acolhimento. Trata-se da disponibilidade das famílias de engajarem a vítima no atendimento desde o seu início, e de uma oportunidade importante a ser observada pelas equipes de atendimento no aproveitamento de acesso às vítimas. Esses resultados apresentam coincidências com estudos apontados em Costa et al. (2007), Santos e Dell'Aglio (2010), e Habigzang e Koller (2011), porém, indicam uma discordância, que pode estar se constituindo em uma tendência: o aumento das denúncias de abusos sexuais cometidos por adolescentes. Neste sentido, Pincolini e Hutz (2014) traçam um quadro de cometimento de violência sexual por adolescentes, que se constitui na metade dos atos cometidos por adultos.

### **O tempo entre a revelação do abuso sexual e o atendimento: muito tempo sem intervenção.**

A partir do momento da revelação, os sentimentos e uma diversidade de posturas, em cada família, mobiliza-a para ações como: silenciar e viver uma angústia paralisante, querer justiça, tomar condutas de abandono, em relação a deixar a vítima continuar convivendo com o agressor e buscar os serviços de proteção e informações nos órgãos especializados. A família explica como vivenciou todo esse período de tempo de acordo com as condições de conflitos que estão acontecendo naquele momento. Pode-se argumentar que, até o momento da revelação, a família estava em funcionamento, provavelmente resolvendo seus problemas cotidianos. A partir do momento em que os conflitos são ressaltados, com o acréscimo da revelação sobre o abuso sexual, ocasiona-se rompimentos de vínculos, sentimentos de desconfiança mútua e insegurança com relação aos papéis dentro da família. O esforço subsequente para buscar estratégias viáveis e restauradoras para a reorganização imediata da família pode não ser eficaz e esta volta a se

desorganizar. Santos & Dell'Aglio (2010), Matias (2006), Pinho (2012) falam da necessidade do atendimento familiar ocorrer logo após a revelação, para ocasionar a redução de sintomas para a vítima de abuso.

A mãe da Família 4 informou que o abusador, pai da adolescente, está preso. Isto se constitui em um fato terrível, pois ela está sozinha e não acredita que a violência tenha acontecido. Melhorou, porque elas estão mais calmas. Eu também. A gente tá mais... tipo assim, na felicidade, sabe? Aquela alegria assim. Parece que saiu foi um... uma coisa assim que parece que estava levando a gente assim lá pra baixo, sabe? Mas é muito difícil ficar sem meu marido...ö.

As informações da Tabela 2 oferecem um quadro mais específico para se compreender o que ocorre com a família desde o momento que a vítima expõe o abuso sexual para os demais membros da família até o momento que se apresentam à instituição. Esses tempos podem ser assim percebidos: as crianças e adolescentes desta amostra viveram o abuso sexual em uma média de 27 meses atrás. O tempo médio entre a ocorrência do abuso e a revelação foi de 13 meses. O intervalo de tempo da revelação à denúncia foi de 7 meses, e o da denúncia ao encaminhamento a uma instituição foi de 3 meses. E, finalmente, o tempo entre o encaminhamento ao atendimento foi de 2 meses.

Excetuando uma vizinha, que ficou responsável pela denúncia (Família 2), e uma ex-namorada (Família 3), todas as outras denúncias foram relatadas por membros da família: mãe, irmãs, irmãos e avó. A literatura discute a condição controversa que a família possui na proteção das vítimas, porém, aqui se encontra um dado que recoloca a família em seu poder protetivo, quando são os parentes próximos os responsáveis pela interrupção da violência (Santos & Dell'Aglio, 2008). Além disso, nota-se que as denúncias são feitas de maneira correta, uma vez que as

famílias têm ocorrido às instituições apropriadas para tal, como o CT, o CREAS, a DPCA e as DPs. Este resultado coincide com Habigzang e Koller (2011).

Há ainda que se destacar a denúncia realizada junto à escola, no caso da Família 3. Essa informação é importante, pois cada vez mais a escola é considerada um contexto de proteção à situação de abuso sexual. Espindola e Batista (2013) apontam a escola como a terceira instituição mais procurada pelas vítimas para denúncia de abuso sexual, vindo após os membros da família. Pode-se inferir que esta posição de referência de proteção se deve à propaganda desencadeada pela política governamental de promoção e garantia de direitos. As devidas orientações direcionadas à comunidade escolar, que vem sendo estampados ao longo do tempo, tem promovido uma discussão mais aberta na sociedade sobre a violência sexual (Ministério da Saúde [MS], 2006; Portaria n°. 1.968, 25 de outubro de 2001; Lei n° 12.845, 1 de agosto de 2013; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA], 2013; Portaria n° 528, 1 de abril de 2013).

O tempo médio da ocorrência do abuso sexual foi de 27 meses e o tempo médio do momento da revelação ao atendimento foi de 13 meses. Essa constatação coincide com a literatura (Habigzang & Koller, 2011; Santos & Dell'Aglio, 2010) e revela que há um tempo relativamente grande, quando se trata de interromper a violência e restabelecer a proteção. A posição de Faleiros (2008) é de que a violência precisa ser interrompida imediatamente, uma vez que os danos provenientes desta intensificam nesse período. Ao cenário dos possíveis danos causados pela violência, acrescenta-se o tempo médio de 7 meses transcorrido entre a revelação feita pela vítima e a denúncia e/ou notificação. Além de ser mais um tempo acrescido à demora já existente, esse dado revela as dificuldades que a família experimenta ao tornar público o acontecimento e, assim, colocar-se à disposição da responsabilização da sociedade. Sabe-se que

muitas famílias efetuam, nesse momento, a tentativa de interrupção da violência por meio da justiça particular, fazendo modificações na organização familiar ou responsabilizando o ofensor, quando ele é um membro intrafamiliar (Costa et al., 2013). A questão é que essas providências visam mudanças que, de fato, não interrompem a violência com efetividade. As famílias 2 e 3 não conseguiram romper com o segredo e buscar atendimento. Foi necessária a intervenção de uma pessoa da rede familiar para se efetuar a denúncia. Este fato corrobora mais uma vez a importância da divulgação midiática dos serviços e programas de atenção à violência e da participação e responsabilização da sociedade, no intuito de minimizar os efeitos das situações de violência por abuso sexual.

Um aspecto importante da tabela 2 é que as crianças têm maior facilidade que os adolescentes de revelar o abuso às suas mães e ou avós (Famílias 1, 4, 7 e 9). Pode-se pensar que as crianças têm menor clareza do que a revelação vai desencadear? As adolescentes parecem ter certo entendimento do significado do abuso, das consequências da revelação e do sofrimento que será gerado em suas mães, e esses elementos podem impedi-las de se exporem. A percepção que a criança e ou adolescente tem de sua mãe ou da pessoa a quem vai contar sobre o abuso, incluindo o contexto familiar, influencia sua disponibilidade para revelar ou não o que lhe aconteceu (Plummer, 2006). Com relação à Família 9, a mãe veio sozinha à entrevista. A filha ia para a escola de van e o motorista abusava dela durante o trajeto. Nessa família são cinco crianças em casa e muitos namorados dessa mãe. A mãe é extremamente violenta com as crianças. Observamos uma múltipla exposição à violência.

Nesta amostra, nas famílias 1, 4, 6 e 8, as filhas e/ou os filhos contaram sobre o abuso à mãe; e nas famílias 7 e 9 as crianças contaram à avó. Constata-se certa acessibilidade das mães e/ou avós para ouvirem as histórias das filhas e/ou dos filhos e lhes darem crédito, ainda que em

alguns casos, do acolhimento à revelação, demore, retardando assim o início de um processo de responsabilização do ofensor. Alguns autores falam da questão da familiaridade com o ofensor, ou da severidade do abuso, ou ainda quando o ato é praticado por alguém com quem a vítima mantém laços afetivos significativos, como indicadores de interferência no processo de revelação (Pelisoli, Pires, Almeida, & Dell'Aglio, 2010; Pelisoli & Dell'Aglio, 2008). Justificadas por estas questões, muitas famílias não conseguem romper com o segredo. Embora a criança tenha conseguido fazer a revelação, a família não avança no processo de responsabilização do agressor. A família 1 informou, por meio da mãe da vítima, que sua maior dificuldade não é a questão do abuso sexual, mas a relação conflitiva que existe entre ela e sua própria mãe. A avó materna mora com a família e exerce função fundamental de ajuda. Quem abusou da vítima foi seu primo, também neto dessa avó, que frequenta a casa. Mãe: ãNão sei. Aí depois ela fica falando pra minha irmã não Ela é muito boa pra mim. Eu saio, e quando chego, tem comida pronta. Ela faz sabão. Faz tudo pra mim. Mas depois ela começa a falar coisa e me xingar. E xinga, e xinga, e bate no meu filho, sem a gente ter feito nadaõ. No decorrer da entrevista, a mãe da vítima acaba por denunciar que também foi abusada sexualmente pelo companheiro de sua própria mãe. Este abuso nunca havia antes sido revelado.

Pode-se certificar este fato nas informações dadas pelas famílias 2, 4 e 5. Como nos aponta Jensen et al. (2005), as reações dos adultos são como indicadores para o que as crianças podem ou não falar. A criança só conta o abuso sofrido a uma pessoa que confia quando esta demonstra estar preparada psicologicamente para escutar, sem dar sinais de desespero, repúdio ou condenação moral.

A família 7 é liderada pela avó, de 67 anos. Na casa vivem várias pessoas de diferentes idades. Os filhos adultos não conseguiram sair da casa até hoje, e não conseguem ter autonomia.

São cinco netos a residirem na casa, sendo que o neto de 15 anos abusou das crianças de 2, 5 e 8 anos de idade. O outro neto de 17 anos já cometeu homicídio e está morando na casa para se esconder e não ser morto. Avó: ãEu fiquei muito abalada na época. Eu senti muita raiva. Eu bati nele. Hoje eu sinto raiva, mas já não é do jeito como estava. Ele debochava dos meninos, mas ele parou, porque toda vez que ele começava a debochar eu brigava com ele. E ele estava colocando na cabeça do A. que ele não gostava de mulher, que ele gostava é de homem. E o A., em um dia de raiva, disse que não gostava de mulher também não. Ah! Foram muitas coisas, muitos motivos. Eles estavam muito nervosos, assim, agitadosö.

Observa-se nas famílias 4, 5 e 6 que os abusos sexuais iniciaram com as adolescentes ainda crianças, demarcando um longo tempo entre o abuso e a revelação. A família que busca denunciar o abuso sexual imediatamente, ao saber dos fatos, tem acesso mais rápido ao atendimento. Pode-se ainda observar que o tempo médio entre o encaminhamento e o atendimento de fato é de 5 meses. Isto significa que as unidades de atendimento têm conseguido iniciar suas intervenções em um tempo mais curto. Algumas famílias conseguem vivenciar o processo da denúncia ao atendimento em menos de um ano, como ocorreu com as famílias 1, 2, 4, 7, 8 e 9. Será que se trata do efeito de uma maior conscientização das famílias em razão do acesso a mais informações sobre a significação do abuso sexual como violência?

Ainda com relação ao tempo médio entre o abuso e a revelação, que foi de 27 meses, pode-se destacar que quase todas as famílias da amostra (2, 3, 4, 5, 6 e 7) viveram um longo tempo em situação de abuso sexual e um longo tempo até a revelação, comprovando o que a literatura diz a esse respeito (Habigzang & Koller, 2011). Este é o tempo que a genitora tem dispendido para compreender os sinais que a vítima vai oferecendo (Plummer, 2006). Nesta amostra os serviços especializados foram eficientes quando a família cumpriu seu papel de fazer

a notificação após a revelação dentro do período de seis meses, como evidenciado pela literatura. Essa resposta mais rápida dos serviços merece um estudo mais aprofundado para compreensão de quais elementos favorecem essa prontidão. Observa-se que, exceto em três famílias (3, 5 e 6), as demais tiveram uma sequência desejável em seus atendimentos na rede de proteção especializada, de tal forma que a denúncia seguiu um contínuo de atendimento sem interrupção. O tempo médio entre a denúncia e o encaminhamento para atendimento na instituição foi de 3 meses e o tempo médio entre o encaminhamento e a entrevista de acolhimento foi de 2 meses, mostrando que os órgãos especializados tendem a cumprir seu papel cada vez mais de forma competente e dentro dos prazos desejados. Faz-se necessária pesquisa no sentido de compreender quais os aspectos que estão facilitando essa maior celeridade no oferecimento de atendimento. As famílias 2, 3, 5 e 6 suscitam reflexões acerca da descrença nos órgãos de proteção, bem como uma dificuldade em aceitar a presença da violência sofrida. Com a demora do tempo de revelação ao de denúncia, as famílias parecem ter se reorganizado e se estabelecido em uma dinâmica relacional desorganizada e confusa que as paralisa diante da situação.

Os dados aqui acumulados possibilitam responder às três questões deste estudo: O que ocorre com a família e a vítima nesse intervalo de tempo? Pode-se constatar que a revelação do abuso sexual é recebida pela família como uma ameaça ao seu *modus vivendi* naquele momento, gerando reações paradoxais que incluem proteção e imobilidade. Ao mesmo tempo em que se configura como uma ameaça ao arranjo familiar anteriormente organizado, a violência é também um pedido de socorro, tanto para a vítima como para a família. A insegurança e as desconfianças geradas pelo relato do abuso sexual, no primeiro momento, impedem uma aproximação necessária entre os familiares para a tomada de decisão de revelar e publicizar a situação. Entretanto, uma vez feita a revelação, parte da família caminha no sentido de estabelecer uma

união entre si em função do objetivo comum, a reorganização familiar. O intervalo de tempo entre a revelação do abuso sexual e as providências para o atendimento parecem ser vividas em função de uma assimilação do ocorrido e uma reorganização familiar até mesmo física e/ou espacial. O que sobrou do horror da minha vida. Esta foi a fala da mãe da família 5, juntamente com outras informações acerca de histórico de internações psiquiátricas, de drogas, de roubo na família, demonstrando claramente dificuldade em associar todos esses eventos e mais a revelação do abuso sexual.

Como a família, ainda sem ajuda de profissionais especialistas, prossegue em sua rotina de vida? Quando as famílias chegam ao atendimento apresentam-se impactadas pela revelação, confusas, distanciadas da situação do abuso, e preocupadas com a nova realidade. Pode-se observar que a família aparentemente apresenta uma inércia em relação ao problema. Uma observação mais acurada oferece a oportunidade de uma interpretação favorável ao movimento de mudança da família, que já se esboça. Há necessidade de um tempo de elaboração psíquica do conflito, e este tempo, necessário para a mudança, é vivido em interação familiar (Boscolo & Bertrando, 1996).

Qual significado é dado pela família a esse período de tempo? É um período de espera, de busca de compreensão do que aconteceu e de prontidão para a tomada efetiva de ações. A mãe, responsável pelo cuidado da criança, demora a desencadear a proteção, muitas vezes porque é ela também que terá que fazer as opções de rompimentos afetivos. No entanto, é ela também a pessoa que terá que dar conta do acúmulo de ações decorrentes da revelação. A mãe da família 8 suspeita que a filha possa ter tido relações sexuais, mas tem dúvidas se foi com o consentimento dela ou por imposição do rapaz. Mãe: Desde pequena, ela foi mais apegada ao pai. O tempo é

empregado em negociações subjetivas, íntimas e familiares, em uma preparação para o advento de uma exposição da intimidade, que leva todos ao âmbito da responsabilização jurídica.

### Considerações Gerais

A realização deste estudo permitiu conhecer uma amostra representativa de crianças e adolescentes e suas famílias vítimas de abuso sexual, além dos tempos e dos processos vividos entre o período da revelação até o atendimento. Certamente esse intervalo de tempo entre a revelação e o atendimento é o tempo em que a família vive grande desordem relacional, psicológica e espacial. Esse período traz muitas ansiedades e outras manifestações e/ou tomada de consciência da existência de disputas e atritos entre membros da família nuclear e extensa, que são agregados à descoberta da violência sexual. Enquanto a revelação já ocorreu unicamente no âmbito familiar, observa-se um sentimento de isolamento para lidar com todas as alterações no sistema familiar que a revelação mobilizou. Os personagens participantes desse longo, sofrido e árduo processo entre a revelação e o atendimento, envolvem famílias, sensibilizadas por diversas questões intra e extrafamiliares, crianças e adolescentes amedrontados. Elementos sociais e culturais, como questões socioeconômicas, de gênero e educacionais, ainda são considerados impeditivos para a revelação/notificação. As famílias se sentem oprimidas diante desta situação que as impulsionam a viver perdas de grandes dimensões para suas vidas.

E, finalmente, o limite do texto está na amostra pequena que não permite generalização, mas que proporcionou condições de levantamento de impressões, que podem explicar o que se passa com a família durante o período de silenciamento, que antecede à revelação do abuso sexual. No entanto, essa amostra pequena se deu no decorrer de apenas 2 meses de acesso ao campo da pesquisa, evidenciando exemplos explicativos sobre a dinâmica familiar vivenciada neste período. Além disso, a carência de estudos nacionais sobre a questão vivida pelas famílias



*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

nesta fase do processo, também limitou a discussão dos achados e sua confrontação com outras pesquisas.

**Tabela 1**

Configuração familiar e abuso sexual

Sexo, Idade e Escolaridade da Vítima	Ofensor	Quem participou da entrevista	Membros da família
<b>Família 1</b> Masc., 8 anos, 2ª a. EF	Primo, 15 anos	Mãe e a vítima	Mãe, vítima, primo ofensor, tia materna, avós maternos.
<b>Família 2</b> Fem., 8 anos, 3ª a. Fem., 9 anos, 4ª a. Fem., 10 anos, 5ª a. EF	Irmão, 15 anos	Pai	Pai, as 3 filhas e o filho ofensor
<b>Família 3</b> Fem., 13 anos, 7ª a. EF	Namorado, 24 anos	Adolescente (vítima)	Mãe, 4 irmãs, 2 irmãos, 1 sobrinho de 1 ano
<b>Família 4</b> Fem., 11 anos, 6ª a. EF	Pai	Mãe, a vítima e duas filhas	Mãe e 3 filhas
<b>Família 5</b> Fem., 8 anos, 2ª a. EF	Padrasto	Mãe, a vítima e um filho de 1 ano	Mãe, filha e filho
<b>Família 6</b> Fem., 16 anos, 6ª a. EF	Tio, 40 anos	Mãe, pai e a vítima	Mãe, pai, dois filhos de 17 e 18 anos, filha de 16 anos
<b>Família 7</b> Fem., 2 anos, não estuda; Masc., 5 anos, pré-escola; Masc., 8 anos, 3ª a. EF	Primo, 15 anos	Avó, duas netas, um neto (os três vítimas)	Avó, 2 filhas, 1 nora, 2 netas, 3 netos
<b>Família 8</b> Fem., 13 anos, 7ª a. EF	Rapaz, 24 anos, traficante.	Mãe, pai e a vítima	Mãe, pai, 2 filhos, 1 filha
<b>Família 9</b> Fem., 4 anos, pré-escola	Motorista de van escolar	Mãe	Mãe, avó, 2 filhas e 3 filhos

**Legenda.** Masc.= masculino; Fem.= feminino; a.= ano; EF = Ensino Fundamental

**Tabela 2**

O tempo entre a revelação do abuso sexual e o atendimento.

Quem denunciou a qual instituição	Quando ocorreu o abuso sexual	Quando ocorreu a revelação	Quando foi feita a denúncia	Data do encaminhamento	Data do acolhimento
<b>Família 1</b> Mãe da vítima, ao CT	AGO/2012	NOV/ 2012 4 ms. depois do início abuso	DEZ/2012 1m. depois da revelação	JAN/2013 1m. depois da denúncia	FEV/ 2013 1m. depois do encaminhamento
<b>Família 2</b> Vizinha	FEV/2011	Pai nega o abuso	DEZ/ 2012 22 ms. depois do abuso	DEZ/ 2012 Mesmo mês da denúncia	FEV/2013 2 ms. depois do encaminhamento
<b>Família 3</b> Ex-namorada do ofensor, à escola da vítima	2º sem. de 2011	FEV/ 2012 6 ms. depois do início abuso	NOV/ 2012 10ms depois da revelação	AGO/ 2012 Encaminhamento anterior à denúncia	FEV/ 2013 8 ms. depois do encaminhamento
<b>Família 4</b> Irmã mais nova, ao CREAS	Desde os 6 anos de idade	FEV/ 2012 5 anos depois do início do abuso	FEV/ 2012 Mesmo mês da revelação	FEV/ 2012 Mesmo mês da denúncia	FEV/ 2012 Mesmo mês do encaminhamento
<b>Família 5</b> Filha mais velha à DPCA	1ºsem. 2010	2º sem. 2010 6 ms depois do início do abuso	2º sem. 2011 12 ms. depois da revelação	FEV/ 2013 20 ms. depois da denúncia	FEV/ 2013 Mesmo mês do encaminhamento
<b>Família 6</b> Irmão seguiu a irmã e descobriu	1ºsem. de 2009	1º sem. 2010 12 ms. depois do início do abuso	1º sem. 2012 24 ms. depois da revelação	DEZ/2012 6 ms. depois da denúncia	FEV/ 2013 1m depois do encaminhamento
<b>Família 7</b> Netos contaram para avó	1º sem. de 2011	FEV/ 2012 12 ms depois do início do abuso	FEV/ 2012 Mesmo mês da revelação	FEV/ 2013 12 ms depois da denúncia	FEV/ 2013 Mesmo mês do encaminhamento
<b>Família 8</b> A filha contou para a mãe, depois de	FEV/ 2012	AGO/ 2012 6 ms. depois do início do	NOV/ 2012 3ms. depois da revelação	NOV/ 2012 Mesmo mês da denúncia	MAR/2013 4 ms. depois do



**PDF Complete**

*Your complimentary use period has ended. Thank you for using PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

muita pressão.

abuso

encaminhamento

<b>Família 9</b>		OUT/ 2012	NOV/ 2012	DEZ/ 2012	MAR/ 2013
Avó, à Delegacia	AGO/ 2012	2 ms. depois do início do abuso	1m. depois da revelação	1m. depois da denúncia	3 ms. depois do encaminhamento

---

**Legenda.** JAN = Janeiro; FEV = Fevereiro; MAR = Março; AGO = Agosto; OUT = Outubro; NOV = Novembro; DEZ =Dezembro; sem. = semestre; m. = mês; ms. = meses; CREAS = Centro de Referência Especializada de Assistência Social; CT = Conselho Tutelar DPCA = Delegacia de Proteção a Criança e Adolescente.

## Capítulo IV

### **O diálogo construtivo e a responsabilidade relacional em casos de violência sexual<sup>3</sup>**

#### **The constructive dialogue and the relational responsibility in cases of sexual violence**

#### **El diálogo constructivo y la responsabilidad relacional en casos de violencia sexual**

**Resumo:** Este texto tem como objetivo discutir, à luz do Construcionismo Social, os elementos teóricos e práticos da abordagem do Cuidado Vigilante (CV). O CV consiste em um enfoque psicoeducativo que tem como característica informar e sinalizar aos filhos que seus pais estão aumentando sua vinculação com eles, produzindo uma resistência à violência. Essa proposta combina vigilância e presença afetiva positiva dos pais, garantindo a segurança da criança ou adolescente em situação de risco, através de sua presença imediata. Trata-se de uma ação com dimensões preventivas e interventivas com famílias. Como objetivo secundário, discute-se sobre o CV como uma forma de diálogo construtivo das narrativas familiares e suas vivências de abuso sexual, contrapondo a crença ancorada na violência como solução educativa e evidenciando a questão da responsabilidade relacional.

**Palavras chave:** violência, construcionismo social, comportamento de cuidado da criança, família, responsabilidade social.

---

<sup>3</sup> Esse artigo foi submetido à *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, seguindo as normas de formatação e citação da revista (APA). Aguarda-se parecer e avaliação para publicação.

**Abstract:** This text has as its objective to discuss the theoretical and practical elements of the approach of Vigilant Care in the light of Social Constructivism. The main psycho-educational focus of Vigilant Care (CV) is to inform and signal to the children and adolescents that their parents are increasing their bonds with them and as such are producing resistance to non-violence. This proposal combines vigilance and affective positive presence through the monitoring of the activity of the parents. This approach is meant to guarantee the security of the child and the adolescent in situation of risk through the immediate personal presence of the parents. It is an action with preventive and interventional dimensions with families. The secondary objective is the reflection about VC as a form of forging a closer link, a constructive dialogue of the family narratives and the experiences with sexual abuse. The relational responsibility is put in perspective rather than the belief that violence should be used as a counter educational approach

**Key words:** violence, social constructivism, behaviour of care towards the child, family, social responsibility.

**Resumen:** Este texto tiene como objetivo discutir, bajo la luz del Construccinismo Social, los elementos teóricos y prácticos del abordaje del Cuidado Vigilante. El Cuidado Vigilante (CV) consiste en un enfoque psicoeducativo que tiene como característica principal, informar y enseñarles a los niños y adolescentes que sus padres están aumentando su vinculación con ellos, produciendo una resistencia a la violencia. Esa propuesta combina vigilancia, presencia afectiva positiva, que propone un monitoreo de las actividades de los padres para garantizar la seguridad del niño y del adolescente en situación de riesgo por medio de su presencia personal inmediata. Se trata de una acción con dimensiones preventiva e interventora con familias que se hallan en situación de violencia, cuyos hijos viven comportamientos con diferentes factores de riesgo. Dichas acciones justifican un cuidado vigilante por parte de los padres. Se pretende, como objetivo secundario, reflexionar sobre el CV como una forma de acercamiento, un diálogo constructivo de las narrativas familiares y sus vivencias de abuso sexual, contraponiendo la creencia ancorada en la violencia como solución educativa, evidenciando el tema de la responsabilidad relacional.

**Palabras clave:** violencia, construccionismo social, comportamiento de cuidado del niño, familia, responsabilidad social.

Diversas temáticas contemporâneas de grande relevância têm sido debatidas no contexto da família, dentre elas a violência em todas as suas manifestações. Violações dos direitos de crianças e adolescentes são frequentes, tanto nas famílias de baixa renda, como nas demais classes sociais. Os atos violentos vão desde atos de omissão, não garantia de acesso aos serviços de saúde e educação, submissão a trabalhos forçados, métodos disciplinares violentos e agressões psicológicas, até abusos sexuais deliberados e exploração sexual. Estes atos violentos desencadeiam sintomas de traumas, prevalência de fatores de risco e consequências associadas à negligência e aos maus-tratos sofridos pelas crianças e adolescentes. Eles são considerados pela literatura como indicadores críticos para a instalação de situações que impedem o cuidado, a saúde e o desenvolvimento, e indicam que a família não está envolvida na proteção de seus membros e que utiliza tais atos para justificar as ações dos agressores como formas de educar e corrigir transgressões de comportamento (Habigzang et al., 2007; Lebowitz, Omer, Holly, & Lawrence, 2013; Moura et al., 2008).

A manifestação e os modos de organização dessas vivências de violência se fazem presentes nas sociedades atuais, variando apenas na sua intensidade e formas de expressão. São configurações que não estão atreladas à classe social, etnia ou gênero, mas à construção social das famílias ou com relação à comunidade, ou dizem respeito à dissonância na estrutura familiar. Em relação aos países de língua inglesa como Canadá, Austrália e Estados Unidos, a violência, a partir da década de 1990, apresenta os índices mais elevados na incidência de diferentes formas de manifestação (UNICEF, 2012). O Canadá em um estudo realizado em três grandes províncias, Ontário, Québec e Albert com dados primários de uma amostragem em 51 instituições de atendimento às crianças vitimadas, totalizaram 7.672 investigações, apontando 25% de casos de

abuso físico como forma primária de violência. Em 23% do total de casos, 10% foram de violência sexual comprovada e 46% de negligência ó falta de supervisão familiar e exposição indevida da criança a riscos ambientais, incluindo violência sexual.

A UNICEF (2012a, 2012b) estudou a morte de crianças por maus tratos em 30 países considerados ricos, incluindo 25 estados europeus, e calculou que a cifra anual de mortes de crianças menores de 15 anos como consequência de agressões físicas e/ou negligência era de 3500. Estas violências se produziam a cada semana na Alemanha e Reino Unido e a cada duas semanas na França. A cada dia, a violência familiar cobra a vida de quatro crianças menores de 14 anos na Europa.

Estudos realizados em Israel, país do meio oriente, mas que se aproxima em algum aspecto sócio cultural dos países ocidentais, mostram uma perspectiva da violência em diferentes âmbitos. Dados coletados com base em relatório dos serviços sociais de casos de maus-tratos durante o ano de 2004 mostram taxas que variaram entre as diferentes localidades do país. Elas foram menores em localidades árabes (9 por 1000 crianças) do que em localidade judaicas (20 por 1000 crianças) e maiores nas grandes cidades e outras localidades socioeconômicas bem situadas (19 por 1000 crianças) (Ben-Arieh & Haj-Yahia, 2006). Outro estudo, realizado ainda em Israel, trata de um levantamento nacional sobre a violência e apresenta uma amostra representativa, por incluir 10400 estudantes entre a 7<sup>a</sup> e a 11<sup>a</sup> série de escolas públicas. Nesta pesquisa, os alunos foram convidados a relatar se haviam sido vítimas de atos específicos de violência na escola durante o mês anterior à pesquisa. Os resultados mostraram que 29,1 % dos alunos foram vítimas de pelo menos um ato de maus tratos. Os atos mais comuns dos agressores foram: mostrar imagens ofensivas ou enviar cartas obscenas, tirar ou tentar tirar parte da roupa do aluno e tentar beijar um estudante. Os grupos mais vulneráveis foram os meninos árabes

estudantes da oitava série. Os relatórios indicam que as taxas mais baixas estavam entre as meninas árabes. O assédio sexual é prevalente em escolas israelenses (Zeira, Anat, Astor, & Benbenishty, 2002).

No Brasil, estudos realizados com atos violentos e maus-tratos intrafamiliares apresentam um expressivo crescimento nas taxas de mortalidade de pessoas na faixa etária de 0 a 19 anos, à semelhança de outros países (Moura & Reichenheim, 2005). As causas violentas foram responsáveis por aproximadamente 120 mil mortes em 2001, representando cerca de 20% dos óbitos registrados no país, sendo as crianças as mais atingidas (Ministério da Saúde, 2002). Nas últimas duas décadas no Brasil, a violência sexual contra crianças e adolescentes ganhou maior atenção e passou a ser notificada como uma questão social e como um desafio público que demanda investimentos e intervenções (Faleiros & Faleiros, 2007).

Neste texto, portanto, tem-se como objetivo primeiro discutir, à luz do Construcionismo Social (Gergen, 1999, 2006a; Gergen & Gergen, 2010; White & Epston, 1993; White, 2002), os elementos teóricos e práticos da abordagem do Cuidado Vigilante (CV) (Omer, 2004, 2011; Omer, Steinmetz, Carthy, & von Schlippe, 2013). O CV é um enfoque psicoeducativo que tem como característica máxima informar e sinalizar à criança e ao adolescente que os pais estão aumentando sua vinculação com eles, produzindo uma resistência não violenta. É uma proposta que combina vigilância com presença afetiva positiva e que institui um monitoramento que envolve as atividades dos pais para garantir a segurança da criança e do adolescente em situação de risco, através de sua presença pessoal imediata. Trata-se de uma ação com dimensões preventivas e interventivas com famílias em situação de violência, cujos filhos vivenciam comportamentos com diferentes fatores de risco, que justificam um cuidado vigilante por parte dos pais. Pretende-se, como objetivo secundário, refletir sobre o CV como uma forma de

aproximação, de um diálogo construtivo das narrativas familiares e suas vivências de abuso sexual, contrapondo a crença ancorada na violência como solução educativa e evidenciando a questão da responsabilidade relacional.

As famílias vivem e expressam sua violência de forma característica, em função da cultura em que estão inseridas. A dimensão subjacente que determina para a criança a identificação das situações de maus tratos e a gravidade do dano potencial é como ela significou esse ato violento visto ou sofrido e não o tipo de maus tratos (ou seja, físico, sexual, negligência ou emocional). Daí decorre a ideia de que se devem criar possibilidades para adaptar intervenções e atender às diferentes atitudes e perspectivas de diversos grupos sócio-culturais.

### **Um olhar para a construção da violência na família**

A ênfase na satisfação pessoal, as grandes exigências por uma vida melhor, os novos espaços assumidos pela mulher no mundo público associado a pouca tolerância com relação à divisão das tarefas domésticas, a necessidade cada vez maior de obtenção de lucros, a crescente responsabilidade das famílias pela qualidade de vida de seus membros e a autoridade dos pais, desgastada por conflitos de geração, são fatores que geram crises e mudanças, nem sempre acordadas por todos os membros da família. Essas mudanças sociais têm impactado as relações interpessoais tanto de famílias de classe média no Brasil e no mundo, quanto de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, agravadas pelo processo de modernização, urbanização e migração, que geram isolamento relacional na família nuclear. Acrescenta-se que as famílias, ao buscarem oportunidade de educação e emprego, afastam-se de suas origens e redes sociais e distanciam-se de seus grupos familiares de origem. Esses avanços urbanos têm produzido desigualdades sociais e milhões de pessoas nas cidades estão marginalizadas,

enfrentando diariamente desafios e privações (Diniz, 2009; Giddens, 2005; Jablonski, 2011; Omer, 2004).

O fenômeno da desigualdade social tipicamente urbana tem consequências diretas nas famílias, pois estas são consideradas grupos sociais dinâmicos em constante transformação, em virtude de processos demográficos e socioeconômicos (Bruschini & Ridente, 1994). Aliado a estes fenômenos, apontam-se aspectos psicossociais, socioculturais e políticos, que interferem na vida familiar, tornando-a vulnerável a situações de violência, à vivência de diversos fatores de risco, à exploração e a outros abusos, expressos de diversas formas. A vida atual apresenta um descompasso entre novos e velhos modelos, o que provoca o surgimento de conflitos na vida familiar (Diniz, 2009; Omer, 2011).

Ao mesmo tempo em que a família é o contexto no qual ocorre a grande gama de maus-tratos às crianças e adolescentes, é também ali que a sociedade deposita a crença de um grupo privilegiado para o enfrentamento e tratamento dessas situações. A família se constitui, portanto, um grupo com potencialidades e competências para responder às exigências dessas questões. As habilidades para lidar com situações de tal natureza são aprendidas pelas famílias, desde que os responsáveis decidam proteger a si e a seus filhos e encontrem serviços especializados (políticas públicas) que os ajudem nessa construção (Habigzang & Koller, 2011; Penso & Neves, 2008; Ramos, 2010; Santos, 2011).

Percebe-se que antes mesmo do acontecimento das situações de violências expressas, as crianças e adolescentes já vivem em ambientes de risco dentro da organização familiar ou da comunidade. São famílias protagonistas de múltiplas formas de violência, como negligência, desrespeito aos direitos humanos fundamentais, falta de comunicação entre seus membros e estresse causado por fatores situacionais e contextuais (Costa et al., 2007; Esber, 2009;

Habigzang & Caminha, 2004; Santos, Costa, & Granjeiro, 2009; Santos, Pelisoli, & Dell'Aglio, 2012; Santos & Dell'Aglio, 2009).

### **Crianças e adolescentes: focos do Cuidado Vigilante**

Várias linhas de pesquisas têm se preocupado com o impacto do trauma da violência e maus-tratos no desenvolvimento humano e com os avanços das intervenções para o enfrentamento adaptativo das vítimas e seus familiares, no sentido de preparar a família para lidar com situações dessa natureza. Algumas destas pesquisas estão baseadas nas práticas narrativas, nas terapias breves, nas terapias orientadas para solução, na dessensibilização do trauma, na terapia cognitiva comportamental e nas neurociências - que têm demonstrado, por meio de neuro-imagens, os efeitos dos maus tratos no cérebro infantil (Deblinger & Heflin, 1996).

Em uma proposta de resgatar a principal função dos pais, cuidadores e figuras proativas na vida dos filhos, tem-se a abordagem do Cuidado Vigilante (CV). Trata-se de uma perspectiva teórica e prática do Professor Haim Omer da Universidade de Tel Aviv, que evidencia os efeitos positivos do conhecimento dos pais sobre a vida dos filhos em situação de risco, resultando em confiança e diálogo mútuos. O CV difere das tentativas de monitoramento e busca aumentar a presença dos pais na vida dos filhos, constituindo-se em uma iniciativa constante dos adultos em saber o que está acontecendo na vida da criança ou do adolescente. Algumas condutas proativas, como conversar com as crianças e adolescentes e acolher os questionamentos de suas vidas, verificando os relatos acerca deles, e entrar em contato com amigos, pais e professores da criança, viabilizam um monitoramento que sustenta e é sustentado pelo diálogo (Omer, 2011).

Esta abordagem pretende reestabelecer uma relação de confiança mútua e de diálogo aberto, na qual o filho sente que não é negligenciado, esquecido ou abandonado, mas que seus

pais sabem sobre sua vida e a conhecem, sem um monitoramento controlador. Os pais trabalham no sentido de criar oportunidades para recuperarem sua presença e encontrarem uma terceira via – que implica na disponibilidade dos pais para encontrarem os filhos, que se contrapõe a uma superproteção ou monitoramento. A perspectiva do CV mostra um envolvimento estreito e contínuo entre pais e filhos como forma de garantir um desenvolvimento positivo, destacando como evitar esses dois extremos que se situam entre a superproteção e a negligência (Omer, 2004, 2011).

No sentido prático, o CV implica em intervenções junto aos pais, à criança e ao adolescente, com a orientação para que os pais tenham uma atitude flexível, porém, informada e coordenada, que implica na redução de fatores de risco para a família. Os pais vão se organizar alternando-se entre níveis de atenção aberta, atenção focada e passos protetores, de acordo com os sinais de alerta que eles detectam. No nível de atenção aberta, os pais primeiramente manifestam um interesse não intrusivo e afetuoso para a criança, ao passo que também estabelecem contatos não inquisitivos e encorajam um diálogo aberto com as pessoas que fazem parte do ambiente da criança (professores, amigos ou outros pais). Contanto que não haja sinais de alerta, os pais permanecem neste nível, que é normalmente mais conducente a diálogo aberto e revelação espontânea da sua presença (Omer, 2004, 2011; Omer, Schorr-Sapirb, & Weinblatt, 2008).

No entanto, se os sinais de alarme tornam-se evidentes (presença de mentiras, atraso escolar, amizades problemáticas, sinais de que a criança/adolescente não está bem), os pais passam ao nível de atenção focada. Neste nível eles começam a verificar e perguntar à criança sobre os detalhes de suas atividades. Eles também oferecem o cuidado especial de clarificar e reafirmar regras que foram deixadas de lado. Se os sinais de alarme retrocedem, os pais retornam

ao nível de atenção aberta. Caso tomar-se claro que a criança está envolvida em atividades problemáticas que implicam em sofrimento, eles passam ao nível de proteção ativa, isto é, eles tomam atitudes ativas para reduzir o risco. O CV se transforma gradualmente em autocuidado (Omer, 2004, 2011).

Considera-se o CV como proposta teórico-prática, um meio heurístico, uma prática discursiva de negociação de sentidos, surgida na tensão da relação familiar, mais precisamente entre pais e filhos. O Construcionismo Social, tal qual o CV, é um convite ao diálogo, através do qual os pais e os filhos ajudam-se mutuamente na construção de uma conversação que vai gerar significados, compreensões e valores colaborativos. O CV está incluído nas abordagens compreensivas, pois surge de um contexto relacional e procede a uma determinada forma de diálogo.

O CV tem uma aproximação conceitual com o Construcionismo Social, pois ambos têm um interesse pela linguagem e partem desta para a compreensão do significado do que fala cada um dos componentes da relação. O diálogo é produzido para se compreender o que o outro está significando ou querendo informar. O diálogo traz outras vozes que possibilitam novas formas de conversação que ajudam a dissolver os problemas. Ao transitar em um diálogo com novas vozes interiores expressas, renova-se também a forma de ver o mundo. A linguagem permite entender a mente individual e é subproduto de uma interação, via pela qual se explora o significado pragmático de um discurso. A riqueza da linguagem possibilita buscar novos sentidos, capacita a modificar e transformar a realidade (Gergen, 2006a).

O diálogo produzido no contexto do CV passa pelo processo que vai da inteligibilidade à compreensão. A linguagem é uma ferramenta que a compreensão humana utiliza para chegar ao significado das coisas e transmití-los aos outros. Precisa-se compreender para dar sentido ao que

se fala ou ao que se ouve. Compreensão é, portanto, diferente de explicação. O processo do CV é ao mesmo tempo mediador e portador de uma mensagem, tornando o que é pouco familiar, obscuro ou distante na relação pais-filhos em algo real, próximo e inteligível. À medida que pais e filhos colocam seus elementos conceituais e suas ferramentas para compreender o que o outro está falando, os membros da família estão construindo um contexto significativo, um círculo hermenêutico, resultando em uma responsabilidade relacional. O significado não reside nem nos pais, nem nos filhos, mas somente na relação de ambos. Tanto a ação quanto o complemento estão todo o tempo coordenados para que o significado ocorra, tanto para o bem quanto para o mal. As vidas são vividas de forma dialógica e a compreensão das dificuldades existentes entre as pessoas desperta para a responsabilidade relacional.

### **Das vozes que enclausuram aos diálogos que libertam**

O conceito de CV integra ideias de um diálogo aberto e transparente, uma atenção protetiva e colaborativa, uma vigilância ativa dos pais em caso de perigo evidente dos filhos. Além disso, o CV leva também em consideração os efeitos negativos do controle dos pais, que impede a criança e o adolescente de exercitarem sua autonomia. Esta abordagem entende que esconder a violência em casa equivale a perpetuá-la. Portanto, o jogo do falar e se calar e as dimensões relacionadas aos diálogos entre os membros da família nos momentos de violência são aspectos que devem ser aprendidos. Há que se atentar para a necessidade de remover as narrativas e os discursos dominantes vivenciados pelas famílias. Pais e filhos são capazes de desenvolver novos conhecimentos construídos sobre si mesmos ao se darem conta do que cada um narra sobre suas vivências e também da dimensão do que está narrando para sua vida numa perspectiva de cuidado (Omer, 2011).

As pessoas vivem suas vidas de acordo com as histórias que constroem sobre a experiência vivida. As vivências e experiências são tecidas e produzidas nas relações familiares como construções sociais. Os contextos relacionais se definem como cenários espaço-temporais nos quais os conteúdos familiares se mantêm ou se transformam. Pode-se afirmar que os textos e suas tramas, criados pelas famílias para explicarem a violência, são compreendidos como conteúdos narrativos que necessitam de novos significados e sentidos. Nos contextos familiares, existem infinitudes de textos entrelaçados com suas respectivas tramas. São padrões de comunicação que conectam a família e seus membros à construção de suas identidades, de suas experiências vitais e formas de ação. Estes textos, por meio de processos conversacionais ou não conversacionais mobilizam a família. Estes textos ou relatos que falam das particularidades ou atributos do sistema familiar, um corpus de narrações descreve e faz as famílias singulares ou únicas e estabelecem valores, princípios e papéis que as caracterizam, constituindo suas identidades familiares (Gallego, 2006). Esse corpus favorece a emergência de histórias e memórias familiares. Neste sentido, observa-se a família como uma referência importante na construção dos relatos. Para a compreensão e mudanças de atitudes, com relação às tramas e relatos, é necessário que se compreenda o significado do que se está vivendo.

As narrativas são eventos ligados em sequência através do tempo, de acordo com um enredo (White & Epston, 1993). Os relatos não nascem do nada, mas se constroem a partir de uma rede de processos integrados por múltiplos eventos de maneira recursiva. Não existe uma definição precisa sobre o que sejam narrativas, mas podem ser compreendidas como formas linguísticas usadas para contar algo sobre o processo vivencial e para expressar experiências e situações. As narrativas são construções complexas ao redor de tramas temáticas, construídas em uma dimensão histórica e negociadas socialmente. Elas estão sempre abertas à reconstrução, não

se constituindo como uma posse das pessoas, mas de suas relações vividas em um sistema social e histórico, modos discursivos disponibilizados pela cultura.

Dessa maneira, as narrativas não falam somente do mundo interno da pessoa ou das suas cognições, mas se constituem formas sociais de significar o ocorrido e organizar as ações que fazem parte de nosso processo conversacional (Gergen, 1999). As narrativas organizam e definem significados e sentidos às experiências das pessoas, e são instrumentos incrustados nas sequências conversacionais (Gergen, 1999, p. 234) e recursos culturais que cumprem um propósito social. Uma vez compreendidas como instrumentos e recursos, pode-se concluir que as narrativas das experiências formulam relatos e expressões que promovem mudanças e transformações nas vivências.

As narrativas, os textos e as tramas estruturam-se a partir de construções linguísticas que permitem a formulação de relatos formados por sequências que são ordenadas em enunciados, argumentos e descrições. Estes relatos encontram-se de forma imprevisível com outros processos e/ou eventos presentes na interação entre pessoas, estabelecendo maneiras de perceber as experiências de si mesmo e de outros sistemas (Gergen, 2006a; Omer, 1997; Rasera, Guanes, & Japur, 2004; White & Epston, 1993).

Modos de vida vão sendo organizados e forças vão sendo mobilizadas na direção da criação de determinados padrões normativos (dominantes) que sustentam determinadas narrativas sobre as situações de vidas. Essas condições de vida influenciam a formação de dificuldades e problemas ligados também às questões da violência de modo geral e aos fatores de risco em especial. Os pais constroem seus modos de viver partindo de narrativas e significados criados e construídos em suas vivências com suas famílias de acordo com a cultura na qual estão inseridos. O CV tem a perspectiva de construir um contexto onde pais e filhos juntos possam

conversar e explicar um ao outro o significado vivido e criado pela família anteriormente, seus medos, anseios e possibilidades futuras. Os pais podem dizer aos seus filhos: "Se até agora só demos conta de fazer assim, podemos pensar em outras formas e encontrar espaços alternativos para construir de um novo jeito, que nos atenda". A vivência do protocolo de atendimento às famílias com histórico de abuso sexual na abordagem do CV possibilita essa conversação (Marra & Omer, 2015).

Acredita-se que os diálogos articulados entre os membros da família potencializam as vozes de conversações com suas dificuldades, medos, ansiedades, sintomas e favorecem a libertação do enclausuramento resultante de concepções totalizantes. A conversação com os familiares e amigos, como também com outras vozes, deve ser considerada (White, 2002). Aliviar o sofrimento da criança consiste em dar voz a ela e às figuras ou protagonistas existentes nela (Cunningham, 2009). A concepção dos processos de construção narrativa favorece a compreensão dos fenômenos humanos e permite interpretar várias dimensões dos relatos, gerando propostas de intervenções que mobilizam e impulsionam os sujeitos ao desejo de relatar sobre suas vidas. O procedimento consiste em ouvir e prestar atenção à criança para que ela tenha voz e para ajudá-la a enfrentar a violência sofrida. Nesse movimento, a linguagem passa a ser uma forma de imagem embutida em sistemas de regras ou em convenções compartilhadas, mas ainda não ressignificadas naquele contexto (Gergen & Gergen, 2010).

As experiências de violência vividas são modeladas pelos significados que as pessoas vão dando a elas. São estes significados que determinam a forma de expressão e que confirmam suas interpretações acerca do vivido. São as expressões, em geral, de culpabilidade e demérito da capacidade de cuidado da pessoa que se coloca na responsabilidade da criança ou adolescente. Portanto, os atos de violência e abuso confirmam as interpretações, tratando-se de um processo

circular: *vivência-significado-interpretação-expressão*. Não existe um significado em si passível de ser capturado de forma correta. É um processo construído, criado e recriado pelo intérprete. O que se compreende não é aquilo que é, pois envolve a pessoa do intérprete. Os seres humanos são seres interpretantes. Ao se interpretar experiências, tem-se acesso a algum marco de inteligibilidade, que possibilita a atribuição de novos significados. As vidas são constituídas através das narrativas e, portanto, é impossível pensar que um relato é melhor ou pior que outro. Não há relativismo moral (Gergen & Gergen, 2010; White, 2002).

### **Um encontro entre o Construcionismo Social e o Cuidado Vigilante: A responsabilidade relacional**

Shotter (1993a), ao considerar uma visão dialógica, tal como fala Bakhtin (1981) propõe uma compreensão ativa e responsiva para entender como as pessoas se constroem. Tal como no Construcionismo social, o CV coloca a responsabilidade relacional a serviço da busca de formas de entendimento sobre nós mesmos e sobre os envolvidos na situação. Como chegar juntos a um sentido, a um caminho, respeitando as diferenças, legitimando o outro? Como se pode focar conjuntamente no processo que se está vivendo, isto é, buscando recursos para as ações? É importante acompanhar o processo que se faz via conversação entre as pessoas envolvidas em uma situação, focar nos processos e não nas pessoas e criar contextos em que múltiplas formas possam coexistir buscando melhor potenciais e futuro de realidades preferidas. Além disso, é importante construir conjuntamente um conhecimento que amplie a visão e que considere uma multiplicidade de discursos. Faz-se, pois, um convite a uma postura crítica e reflexiva das nossas formas de perceber e funcionar no mundo (Shotter, 1993a).

Responsabilidade relacional é uma ferramenta que se centra nos processos microssociais das relações, dentre eles: no processo de produção de conhecimento no qual a verdade não está

em uma polaridade ou em outra, mas em processos interativos que se estabelecem nas relações, ou seja, uma inteligibilidade relacional que ocorre entre os indivíduos. Esses processos interativos geram possibilidades de abertura e ampliação de sentidos; uma ação comunicativa que não seja baseada em antagonismos, mas em multiplicidades e aproximações, acreditando-se que os sentidos e as mudanças se darão nas relações e nas interações e não na mente de indivíduos, como tradicionalmente se buscava alcançar. Os processos geram ainda formas discursivas nas quais caibam diferenças culturais e ideológicas, que gerem espaços inclusivos para que as pessoas possam seguir juntas buscando um cuidado em saúde mais efetivo e gerando práticas mais contextuais. Desta maneira, fracasso, sucesso, problemas e dificuldades não estão localizados em um indivíduo, mas num imbricado processo de coordenação entre as pessoas. Isso possibilita transformar a compreensão tradicional do indivíduo, pois se passa a enxergar as situações como conjuntamente criadas, instituindo assim um diferente espaço conversacional e a geração de corresponsabilidade. Nesta perspectiva, o processo de se relacionar tem potência transformadora, e, por isso, faz-se o esforço em dar visibilidade a ele e investir na prática cotidiana das relações (McNamee & Gergen, 1998).

Os significados originam-se no processo de conversação que ocorre entre as pessoas, que buscam, no decorrer das vivências de situações problemas, organizar uma compreensão e alternativa para suas questões junto àqueles com os quais convivem. Essas conversações desenvolvem recursos resilientes que contribuem para novas respostas para as situações vividas. Esse é o movimento que as famílias fazem ao viver o processo do CV, buscando seus próprios recursos no percurso. Cada família encontra saídas em sua convivência que, para muitos, pode parecer errada, não adaptada ou até mesmo estranha. Nesse sentido, cabe a cada família encontrar seu caminho.

Para os construcionistas sociais, tudo que é real é resultante de uma construção social. A compreensão da realidade sempre parte de uma tradição cultural. Os eventos narrados podem ser idênticos, mas as descrições dos fatos dependem da tradição. Não existem descrições isentas de valores. Os pais e filhos às vezes falam da mesma questão, porém com significados diferentes. O que se fala nem sempre é o que se ouve. O Construcionismo Social busca entender os efeitos reais das histórias que constituem as vidas das pessoas e tem o papel de comprometer-se com as práticas da palavra e com os significados dessas práticas, por exemplo, o comportamento e seus determinantes, a ação e seus sentidos, os sistemas e as metáforas narrativas de vidas.

O Construcionismo Social ainda vincula a ação a seus significados em lugar do comportamento a seus determinantes e reconhece que as pessoas assumem uma responsabilidade por suas escolhas de vida. Ao juntar-se a outras pessoas para narrar suas experiências, o construcionista social assume conjuntamente o propósito de denunciar e desafiar as injustiças. Esta abordagem, tanto quanto o CV, tende a abarcar toda a diversidade de famílias que vivem em situações de violências e risco social. Trata-se de uma tentativa de remover as narrativas e discursos dominantes acerca da violência e desenvolver a capacidade de novos conhecimentos construídos responsabilmente, ao dar-se conta do que cada um está narrando e a dimensão do que está narrando para sua vida (Gergen & Gergen, 2010).

São variadas as unidades de sentido expressas pelas famílias no momento que entram em contato com as histórias vivenciadas pelas crianças e adolescentes, carregadas de sofrimento e marcadas por ciclos de violência e situações de risco. A primeira unidade de sentido pode advir da própria vítima ou de outras pessoas da família, da comunidade próxima ou de outras redes sociais a que pertencem. Essas histórias e relatos são construídos a partir das narrativas privadas que as pessoas têm de suas vidas e a partir daí, representa o marco inicial para a interpretação de

suas experiências vitais. Se o discurso dominante naquela cultura é um discurso que desconsidera tanto os processos vividos por aquela pessoa que está sofrendo a violência quanto os processos dos responsáveis pela criança ou adolescente, então é provável que se atribua um significado de culpa e demérito pessoal. Assim, a pessoa expressa seus relatos de violência de maneira autoabusiva e autodestrutiva (Gergen & Gergen, 2010; White, 2002).

Os relatos constituem-se em marcos de inteligibilidade. Os significados surgidos nos processos de interpretação das violências não são neutros e têm efeitos reais no que as pessoas fazem e nas direções que são dadas a eles. Os significados permitem novas construções, novos relatos e novos arranjos linguísticos. O CV traz o contexto para o aqui e agora. Como o significado para cada um é diferente, pais e filhos podem constantemente ajustar aí sua compreensão e ampliar a visão responsável de cada um pelos significados empreendidos àquelas ocorrências de violência.

O relato ou história própria determina uma forma, como se fosse mapas do território da vida, pois os significados que são atribuídos aos acontecimentos das vidas derivam dos desenhos e mapas que a própria pessoa elaborou ao longo de sua existência. White (2002) aponta que em nossa cultura existe um relato dominante acerca do que significa ser uma pessoa moralmente valiosa, que prescreve uma maneira de ser e pensar, formatando a individualidade. Esta maneira de ser é uma opção preferida de ser, uma especificação ou prescrição de preferências culturais, um relato dominante de gênero e classe. Assim, governa-se o modo de ser e as relações com os outros a serviço da reprodução de uma forma privilegiada ou modo de ser dominante de uma cultura.

Ao contextualizar as experiências de violência e as práticas abusivas, as pessoas percebem que não estão só. O conhecimento das verdades de sua vida junto a outras pessoas

propiciará aos sujeitos a construção de novos significados, a vivência de outras circunstâncias mais favoráveis e potencializadoras e a desconstrução dessas narrativas e reconstrução de outras. Na conversação, é possível cocriar outras possibilidades no universo narrativo, nomeando as vivências e histórias de forma diferente. Este processo é vivido pelas famílias no transcurso do aprendizado do CV. As famílias em situação de risco e violência vão organizando suas experiências à medida que conversam e narram sobre o vivido, produzindo novos vocabulários e significados, entendidos e compartilhados por toda a família. A família converte as informações, os significados e os sentimentos em possibilidades alternativas de vida. A urgência da vida faz com que as situações se reorganizem em novas sequências narrativas e encontrem uma pauta de sentido que corresponde àquele momento (White, 2002).

Quando se conecta a ação ao seu sentido as descrições são liberadas. Assim, na conversação, os pais e os filhos constroem entendimentos de que um fato ou atitude não tem uma verdade única. Declarar a verdade é congelar profundamente a palavra, reduzindo o reino das possibilidades para o surgimento de novos significados que vão trazer esclarecimento ao vivido. O diálogo constante e aberto cede lugar para outra voz, outra visão e expansão na esfera da relação, aumentando o potencial protetor das famílias. É por meio dos contextos relacionais que as pessoas constroem compreensões sobre a realidade e sobre si mesmas. Tal construção se manifesta na vida das pessoas à proporção que os indivíduos necessitam responder uns aos outros, uma consequência natural da interação (Gergen, 1999; White, 2002). Esta é a perspectiva do Cuidado Vigilante (Omer, 2011).

### **Considerações gerais**

O Construcionismo Social não rechaça protocolos e técnicas, mas convida a pensar todas essas ferramentas como socialmente construídas. Neste processo de construção e reconstrução, o

mais importante é que as pessoas estejam juntas e disponíveis para o diálogo, para a reflexividade e para a construção de formas de trabalho que possam atender ao sofrimento das pessoas de forma produtiva e prazerosa. Na medida em que as famílias se propõem a problematizar o fenômeno de maus tratos, violências e riscos, sem estar fixada em encontrar uma solução, mas aberta a criar narrativas diferentes, complexificar e olhar de diferentes lugares, elas podem começar a capturar novas formas de compreensão. Uma vez que tornam sua preocupação pública e se permitem falar sob a perspectiva da busca pela particularidade de seus sentimentos e não pela generalidade, as famílias vão ao encontro da responsabilidade relacional e do Cuidado Vigilante. Este movimento torna-se um contexto de capacitação de processos transformativos. Este contexto qualifica a pessoa, resgata seus recursos para a ação e possibilita o encontro de espaços, onde múltiplas formas de ser possam coexistir.

Tanto o Construcionismo Social quanto o CV abandonam a alternativa de um discurso individualista, contribuindo para um trabalho com famílias, grupos e comunidades. Além disso, ambos vinculam a ação dos envolvidos a seus significados e sentidos. A interação humana é valorizada, dando importância à responsabilidade e à coordenação entre as pessoas na produção dos sentidos e das ações de cada um concretizado no mundo. Tem-se a oportunidade de refletir sobre o significado da construção social relacionado às situações vivenciadas no conjunto e suas implicações para a família e os demais contextos. Busca-se conhecer cada sujeito por meio dos sentidos e significados que cada um dá às suas vivências. A busca da verdade é baseada na diversidade e nunca se revela em sua totalidade. As verdades vêm das crenças, valores e diálogos que são criados com os outros.

O diálogo cooperativo que é desenvolvido entre pais e filhos abre perspectiva para a valorização da pluralidade, busca (re) conhecer novas vozes inseridas na conversação, ampliando



**PDF**  
Complete

*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

espaços para novos significados, divergentes ou convergentes para a convivência, e diminuindo os conflitos. À medida que a conversação entre pais e filhos é desenvolvida em uma construção dialógica e compartilhada da realidade, estes experimentam, cada vez mais e em âmbitos de intimidade, a produção de sentidos e significados e um discurso de inteligibilidade. O marco de compreensão e inteligibilidade são as novas narrativas ou novos significados, possibilidades e oportunidades. Ocorre um conhecimento em espiral (Gergen & Gergen, 2010; White, 2002).

A metodologia do CV se propõe a ser participativa e colaborativa, possibilitando que as soluções sejam construídas de forma mais abrangente e com o envolvimento dos sujeitos na situação. Esta dimensão aproxima essa nova abordagem das teorias relacionais. Enfim, o CV legitima ideias de corresponsabilidade, cooperação, interação e contexto.

## Capítulo V

### **Proposta metodológica para estimular conversações criativas**

### **Propuesta metodológica para estimular conversaciones creativas**

### **Methodological proposal to stimulate creative conversations**

**Resumo:** O objetivo deste texto é compreender os recursos e potencialidades da entrevista de cunho narrativo como forma de mobilizar mudanças nas interações e na aquisição de conhecimentos construídos de maneira colaborativa. A entrevista é considerada um método para estimular conversas criativas, uma forma de intervenção e uma proposta para produção de sentidos com a perspectiva de organização do mundo interno do entrevistado que vivenciou situações com potencial de impacto violento. A palavra é um meio pelo qual se constrói e se cria o conhecimento sobre nós mesmos, sobre o outro e sobre as situações sociais. É uma ferramenta que nos possibilita compreender o significado da interação entre interlocutores, instrumentalizando-os a utilizar de seus recursos internos, isto é, de sua capacidade de refletir sobre o vivido, no intento de dissolver os nós relacionais presentes na interação, é como pesquisar o sentido da experiência humana. A cada nova versão daquilo que é narrado, reescreve-se a vida.

**Palavras Chaves:** Método, entrevista, narrativa, interação, Construcionismo Social.

**Resumen:** Este trabajo tiene como reto la comprensión de los recursos y potencialidades de la Entrevista de abordaje narrativo como forma de movilizar cambios en las interacciones y en la adquisición de conocimientos construidos de manera colaborativa. A la entrevista se considera un método para estimular conversas creativas, una forma de intervención, una propuesta para la producción de sentidos con la perspectiva de organización del mundo interno del entrevistado que ha vivido situaciones con potencial de impacto violento. La palabra es un medio por el cual se construye y se crea el conocimiento sobre nosotros mismos, sobre el otro y las situaciones sociales; es una herramienta que nos posibilita comprender el significado de la interacción entre los interlocutores, instrumentalizándolos a utilizar sus recursos internos, es decir, su capacidad de reflexionar sobre lo vivido, con el intento de disolver los nudos relacionales presentes en la interacción, algo como investigar el sentido de la experiencia humana. A cada nueva versión de lo que es narrado, se reescribe la vida.

**Palabras Clave:** Método, entrevista, narrativa, interacción, Construccinismo social.

**Abstract:** The objective of this text is to understand the resources and potentialities of a narrative interview as a way to mobilize changes in the interactions and in the acquisition of knowledge built of collaborative work. The interview is considered a method to stimulate creative conversations, a means of intervention, and a proposal for the production of meaning with the prospect of organizing the internal word of the interviewee who lived situations with a potentially violent impact. The word is a means by which knowledge about ourselves, about the other and social situations is built and created. The word is also a tool that enables us to comprehend the meaning of the interactions between the interlocutors enabling them to use their internal resources, i.e., their capacity to reflect about the lived experience with the intent of dissolving the relational ties present in the interactions ó it is a means of researching the meaning of the human experience. In each new version of the narrative, life is rewritten.

**Key words:** method, interview, narrative, interaction, social constructivism

Contar histórias é sempre um rearranjo do vivido, é a configuração de uma nova forma de estar no mundo. De tal sorte que nunca se conta uma mesma história, mas a reinventa-se a partir de novos contextos e situações, dos novos percursos vividos. Contar histórias ou reescrever relatos de vida favorece uma espécie de reautoria da própria autobiografia, é como pesquisar o sentido da experiência humana. Porém, deve-se lembrar de que as narrativas de vida nunca serão uma verdade absoluta e determinista, mas sempre uma versão possível (Grandesso, 2008).

O modo narrativo não produz certezas, mas perspectivas de mudanças, construções e expressões subjetivas da experiência (Bruner, 1996). O conhecimento e os sistemas de conhecimento não são fixos e estão em contínua evolução. As histórias, ao se tomarem públicas diante de uma comunidade ou de pessoas, mudam o sentido daquilo que se compreende do mundo. As demandas são amplificadas e as histórias assumem uma apropriação, uma vez que passam a ganhar complexidade e favorecem outras possibilidades de organização da vida e das perspectivas de futuro (Anderson, 2010).

As competências relacionais das pessoas exercitadas em uma conversação possibilitam a criação de pontes entre os envolvidos, instrumentalizando-os a utilizar de seus recursos internos, isto é, de sua capacidade de refletir sobre o vivido, no intento de dissolver os nós relacionais presentes na interação. Cria-se um contexto para reconhecimento e legitimação das experiências daqueles que vivem os problemas. A cada nova versão daquilo que é narrado, reescreve-se a vida. Como em um movimento espiral, volta-se a um determinado ponto que ainda precisa se amplificar para ser reconhecido, e, assim, se apropriar de novos modos construtivos de ver os problemas (Gergen, 1999, 2006a; Grandesso, 2008).

A linguagem e a escrita são ferramentas que a compreensão humana utiliza para chegar às significações das situações e as transmitir aos outros. Quando se tem um diálogo, a pessoa

passa por um processo de trazer à tona uma situação da inteligibilidade à compreensão. O diálogo ou conversação é produzido para compreender o que o outro está significando, o que o outro está querendo informar. A inteligibilidade é o processo de tornar compreensível o que se está falando ou significando, por meio da linguagem. Portanto, o processo é mediador e portador da mensagem que se quer que o outro compreenda (Gergen & Gergen, 2010; Rasera & Japur, 2007).

Vários autores, entre eles Bakhtin (1986) e Habermas (1982, 1987), importantes estudiosos da linguagem no século XX, apontam a fala e a palavra como o modo mais puro e privilegiado de comunicação humana e relação social. A fala é tratada como um fenômeno ideológico, por seu caráter histórico e pela condição de expressão das relações e dos conflitos. A palavra é um meio pelo qual se constrói e se cria o conhecimento sobre nós mesmos, sobre o outro e sobre as situações sociais. É uma ferramenta que nos possibilita compreender o significado da interação entre interlocutores (Grandesso, 2008).

O objetivo deste texto é compreender os recursos e potencialidades da entrevista como forma de mobilização de mudanças nas interações e de aquisição de conhecimentos construídos de maneira colaborativa. A entrevista aqui é considerada um método para estimular conversas criativas, uma proposta para produção de sentidos com a perspectiva de organização do mundo interno do entrevistado.

### **Bases epistemológicas do método: experiência, expressão e compreensão**

**Pesquisa qualitativa** - Método e metodologia, como nos dizem Denzin e Lincoln (2011) e Minayo (2010), são inseparáveis. Entrar nesta seara é discutir e debater ideias e práticas. É tratar questões epistemológicas e instrumentos operacionais. Metodologia e método, segundo Habermas (1987), constitui o caminho do pensamento e de uma prática teórica pensada. Esses

autores definem metodologia qualitativa - contemplando uma visão sociológica - como sendo o caminho concreto a ser percorrido. O estudo do método é capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, desde seu advento até sua transformação, como construções humanas significativas. A metodologia científica literalmente refere-se ao estudo dos pormenores dos métodos empregados em cada área científica específica e, em essência, ao estudo dos passos comuns a todos estes métodos, ou seja, do método da ciência em sua forma geral, que se supõe universal. Método refere-se a um aglomerado de regras básicas de como deve ser os procedimentos a fim de produzir conhecimento científico. É uma particularização, um refinamento dos procedimentos, um quadro eclético de referências teóricas para se chegar a um fim. Desenvolve-se desde a redação de um projeto e à discussão dos resultados, sempre no espírito da interdisciplinaridade. Na maioria das disciplinas científicas, método consiste em juntar evidências empíricas verificáveis.

Teoria, método, metodologia e técnicas são indispensáveis à investigação social. Acrescenta-se a esse tempero a criatividade do pesquisador que corresponde à sua experiência reflexiva e capacidade pessoal. O investigador, portanto não tem como pensar o desenho e a metodologia de uma pesquisa, sem antes saber quem serão os sujeitos e como vai alcançar os objetivos. Contudo, caminha em direção a trilhas que o orienta a aceitar os critérios de historicidade, com todo o dinamismo que o processo social requer (Demo, 2005; Minayo, 2010). Ao problematizar a investigação, o pesquisador informa e organiza os pontos fundamentais que expressam o rigor dos trabalhos empíricos e o marco teórico-metodológico dos seus estudos, campos de abordagens adotados e sistemas de relações, que constroem seu modo de conhecimento (Demo, 2005; Minayo, 2010).

**Abordagem compreensiva** - A pesquisa qualitativa compreende a história, o sentido e a pertinência do processo social, sendo capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade (Denzin & Lincoln, 2011). O universo da investigação qualitativa é o cotidiano e as experiências do senso comum, interpretadas e reinterpretadas pelos sujeitos que as vivem. A questão qualitativa presente nas abordagens compreensivas privilegia a compreensão e inteligibilidade como propriedades especiais dos fenômenos sociais (Denzin & Lincoln, 2011; Gergen & Gergen, 2010; Minayo, 2010). O foco está na experiência vivencial e no reconhecimento de que as realidades humanas são complexas. O contato entre as pessoas se dá no contexto social e a relação entre o investigador e os sujeitos marca um encontro intersubjetivo. De tal modo, não se pode entender a ação humana independente do significado e das instâncias de interpretação da realidade dada pelos sujeitos (Anderson, 1990; Gergen & Gergen, 2010; Minayo, 2010; Palmer, 2011).

As abordagens compreensivas entendem que as pessoas não são apenas objeto de investigação, mas creem que elas constroem seus mundos, suas estruturas, suas histórias, suas ideologias e se enredam nelas, arquitetando um mundo sócio histórico. A compreensão da realidade social e histórica constitui uma das premissas mais importantes quando se visa compreender o ser humano. Todas essas questões aproximam-se do estudo da Hermenêutica (Gergen & Gergen, 2010; Gomez, 2005; Minayo, 2010; Palmer, 2011). Habermas (1987) entende que a Hermenêutica Dialética faz a síntese dos processos compreensivos. Esta busca nos fatos, na linguagem, nos símbolos e na cultura, as situações controversas e não esclarecidas, as sombras, e concretiza uma fala informada, uma crítica sobre estes fatos. A Dialética é a ciência e a arte do diálogo, da pergunta, da controvérsia.

**Hermenêutica** - Para explicar a articulação entre essas duas disciplinas, Habermas (1987, p. 20) diz: ãa mesma razão que compreende, esclarece e reúne também contesta, dissocia e critica. Nesta articulação, situam-se e fundamentam-se as pesquisas qualitativas e os trabalhos de cunho compreensivo, pois ambos trazem em seu movimento interativo os condicionamentos históricos da linguagem, das relações e das práticas, envolvendo sociedades e visões de mundo diversas e conflitos inerentes às relações (Minayo, 2010). A Hermenêutica mostra-se como caminho de articulação e possibilidade de construção teórica e metodológica de base empírica e documental, manifestando-se no como fazer e como pensar. A Hermenêutica entende a compreensão como a categoria metodológica mais potente, quando se tem um movimento de investigação. As categorias filosóficas fundantes são: liberdade, necessidade, força, consciência histórica, o todo e as partes (Gomez, 2005; Minayo, 2010; Demo, 2005).

Palmer (2011) aponta uma visão histórica do problema da constituição da Hermenêutica e do entendimento de que a mesma, como um movimento abrangente e universal do pensamento humano, fundamenta a busca da compreensão de sentido, que se dá na comunicação entre as pessoas, tendo na linguagem o seu núcleo central. Esta linguagem limitada é situada em um ponto no tempo e no espaço, compreendendo seu contexto e sua cultura. A Hermenêutica poderia ser definida como a ciência das regras pelas quais se reconhece o sentido dos signos. Ela torna-se, assim, uma pesquisa prática - mais que uma pesquisa teórica -, pois as regras deveriam ser obtidas a partir da prática. Esta disciplina tem como objetivo captar o pensamento escrito ou mesmo oral de um autor, como ele mesmo desejaria captá-lo. (Gadamer, 1999; Minayo, 2010; Palmer, 2011).

A Hermenêutica tem inevitavelmente duas vertentes: compreensão e explicação. Precisa-se compreender para se dar um sentido. Compreende-se para se explicar para os outros. A

situação de compreensão pertence a uma relação de diálogo, sendo a arte ou o processo de ouvir. A compreensão é vista como um processo de reconstrução e uma operação essencialmente referencial. Compreende-se algo quando se compara com aquilo que já se conhece. O que já se conhece é agrupado em unidades sistemáticas ou círculos compostos de partes. O círculo como um todo define a parte individual, e as partes em conjunto formam o círculo. Uma frase como um todo é uma unidade e só se compreende o sentido de uma palavra quando esta é considerada em sua referência à totalidade da frase. Reciprocamente, o sentido da frase como um todo está dependente do sentido das palavras individualmente. Entre o todo e as partes, cada um dá sentido ao outro. A compreensão é, portanto, circular. (Demo, 2005; Gadamer, 1999; Habermas, 1987; Palmer, 2011).

A Hermenêutica tem como meta a reconstrução da experiência mental do autor, uma reconstrução histórica objetiva e subjetiva de uma dada expressão linguística. O objetivo não é atribuir motivos ou causas aos sentimentos do autor, mas sim reconstruir o próprio pensamento da outra pessoa através da interpretação das suas experiências linguísticas. Neste momento, sai-se de si mesmo e transforma-se no autor, de modo a poder captar diretamente a sua individualidade e, de forma imediata, o seu processo mental. É a partir do discurso e da fala que se conhece o outro. A Hermenêutica parte das condições do diálogo e busca a compreensão. Esta não pode ser concebida independentemente das relações significativas que tem com a experiência anterior. A experiência concreta, histórica e viva tem que ser o ponto de partida e o ponto de chegada da compreensão (Demo, 2005; Dilthey, 1956; Gadamer, 1999; Minayo, 2010; Palmer, 2011).

**Expressão do conhecimento** - Os métodos para os estudos da compreensão do ser humano, que nascem da Hermenêutica, derivam das características da expressão *objetificação*

da vida, da própria experiência vivida e da compreensão que se faz de tal experiência. Estes métodos se baseiam nas categorias de ãsentidoö e nas categorias da história. Estudos dessa natureza não lidam com fatos e fenômenos que silenciam o homem, mas com aqueles que são significativos, por trazerem luz aos processos internos ou às experiências. Esses métodos promovem a possibilidade de compreensão da experiência através do processo de transformação mental, isto é, quando uma pessoa compreende outra pessoa, a primeira pode assumir ou inverter papéis com a última. Neste sentido, a afinidade e universalidade do pensamento podem representar e formar um mundo sócio histórico (Palmer, 2011).

**Experiência** - A transposição real ou incorporação da experiência interna de percepção um do outro, só acontece quando há uma semelhança entre os fatos de nossa experiência mental e os que se passam com a outra pessoa. Dilthey (1956) vê esta transposição como uma reconstrução e uma experiência renovadora do mundo experiencial da outra pessoa. Esse mundo, visto como sócio histórico e que é nosso próprio mundo, é uma comunidade partilhada de sentimentos e reações.

O mundo sócio histórico é simultaneamente produto e manifestação do homem. Assim sendo, a experiência vivida é sustentada por um significado comum. Experiência é cada unidade determinada das partes da vida. É a vida, condição prévia para significação. Experiência seria uma unidade de sentido e um ato de consciência. O significado carrega consigo aquilo que esperamos do futuro e não se liberta da dependência de materiais cedidos do passado. O passado e o futuro constituem de uma unidade formal com o caráter presente de toda a experiência e este contexto temporal é o horizonte de nossa interpretação. O sentido é intrinsecamente temporal e é definido em termos do contexto da vida de cada um ó temporalidade interna da historicidade que

não se impõe à vida, mas lhe é intrínseca. (Gadamer, 1956; Gergen, 1999; Gergen & Gergen, 2010; Palmer, 2011; Rasera & Japur, 2007).

**Historicidade** - A natureza humana não é uma essência fixa, tem liberdade de autoconhecimento pleno e a consciência de ser capaz de querer aquilo que será. Portanto, historicidade é uma série de visões de mundo. Não há padrões determinados e fixos para julgar em qual aspecto uma visão do mundo é superior à outra. O significado é colocado sempre em um contexto horizontal e se estende pelo passado e pelo futuro. Inevitavelmente a temporalidade faz parte da compreensão (Dilthey, 1956; Gadamer, 1999; Gergen, 1996a; Gergen & Gergen, 2010; Palmer, 2011). A historicidade é uma característica da expressão vivida e pode referir-se a uma ideia, a uma lei, a uma forma social, à linguagem, à marca da vida interior do homem e à objetificação da própria vida. São as ideias e as ações, como manifestação da vida (Dilthey, 1956; Palmer, 2011).

**Compreensão** - é um termo reservado para designar a operação na qual a mente capta a mente da outra pessoa. Não é uma operação cognitiva. Palmer (2011) se refere à compreensão como um momento muito especial, em que a vida compreende a vida. Sendo assim, compreensão é um processo mental pelo qual se apreende a experiência humana viva. É o ato que constitui o melhor contato com a própria vida. Não é um mero ato de pensamento, mas uma transposição a uma nova experiência do mundo tal como se capta na experiência vivida. É a operação de um pensar silencioso, que efetua a transposição pré-reflexiva de uma pessoa para outra. Aí então, se redescobre a si mesmo no outro, e a partir daí encontra-se os aspectos especificamente pessoais e não conceituais da realidade (Dilthey, 1956; Palmer, 2011).

O sentido é que une todas as partes. É o que explicita o significado. O sentido é aquilo que a compreensão capta na interação essencialmente recíproca do todo e das partes. O

significado do todo é um sentido que deriva do significado das partes. Um evento ou uma experiência podem alterar as vidas, de tal modo que aquilo que tinha significado pode deixar de tê-lo. Assim, uma experiência passada, aparentemente sem sentido, pode tornar-se retrospectivamente significativa. O sentido e a significação são, portanto, contextuais e partes de uma situação (Dilthey, 1956; Palmer, 2011).

**Interpretação** - A interpretação é colocada sempre na situação em que o interprete se encontra e daí pode haver vários tipos de sentido. O significado é constantemente uma questão de relação e de contexto. O significado surge a partir da relação da parte com o todo e se baseia na natureza da experiência vivida. O sentido não é subjetivo, não é uma projeção do pensamento ou do pensar sobre o objeto, mas é a percepção de uma relação real, dentro de um nexos anterior à separação sujeito-objeto feita pelo pensamento. Significado é o nome dado às diferentes espécies de relação desta interação (Dilthey, 1956; Palmer, 2011).

Ao refletir sobre a interação que acontece em uma comunidade partilhada na entrevista, reconhecemos como parte central o princípio da conversação, a linguagem e o relacionamento, que se encaixam em um pensamento mais amplo: o Construcionismo Social. Este abrange a construção social contemporânea e as teorias hermenêuticas e narrativas, que criticam a autoridade científica como base do conhecimento. O conhecimento é relacional, é gerado na linguagem e em nossas práticas de todo dia (Anderson, 2010).

### **Pressupostos do Construcionismo Social e sua aplicabilidade na entrevista**

A máxima ãescutar para compreender e ãa linguagem é produtivaã traz ordem e significado às vidas e ao mundo, postulando uma posição de construção mútua de um conhecimento significativo para os envolvidos em uma ação. Além disso, traz sentido de autoria e importância às formas especiais introduzidas nos diálogos e nos processos, como algo mais

significativo que os resultados. A linguagem e o conhecimento são entidades dinâmicas, em constante construção e reinterpretação (Anderson, 2010).

Estes pressupostos estão implicados no Construcionismo Social - que se trata de uma abordagem òguarda chuvaõ paradigmática (Grandesso, 2008) - e se manifestam em um conjunto de princípios e derivações práticas organizadas, em um conjunto de contribuições teóricas (teorias narrativas, práticas colaborativas e processos reflexivos) que aportaram principalmente na Psicologia Social (Gergen, 1996a; Gergen & Gergen, 2010).

A postura construcionista social, que acompanha as mudanças paradigmáticas no século XX, é qualificada como generativa e criativa de uma nova compreensão e direção. A principal questão que atrai os teóricos (Anderson, 1990, 2010; Gergen 1999, 2006a; Grandesso, 2002, 2008; Omer, 2011; Rasera & Japur, 2007; Shotter, 1993a; White & Epston, 1993; White, 1994, 2002) é a metáfora do aprender falando a língua de quem está sendo escutado, no caso, o cliente. A ênfase está na trilogia: Hermenêutica Contemporânea, Construção Social e Teoria Narrativa - que oferece subsídios para a organização das experiências vividas. Esta destaca os sistemas: linguística, narrativas, conversação, diálogo, histórias, significado e cultura.

White (1994) ao analisar os ensinamentos de Bateson (1972), aponta que todo conhecimento pode ser compreendido como um ato de interpretação, uma vez que não se pode conhecer a realidade objetiva. Compreende-se a experiência afirmando que o òmapa não é o territórioõ. Os significados que são atribuídos aos acontecimentos da vida derivam dos desenhos e mapas que a própria pessoa elaborou ao largo de sua existência e, da mesma forma, os eventos que não estão acomodados nesses mapas, já inseridos na vida da pessoa, deixam de ter importância. Ainda se referindo a Bateson, White (1994) aponta que a dimensão tempo, no sentido de situar e organizar os relatos em sequências de eventos torna-se um aspecto relevante,

uma vez que a informação decorre da percepção de uma diferença e essa mesma diferença propicia novas respostas nos sistemas vivos. Assim, as mudanças passam a ser percebidas. White (1994) concentrou sua atenção na maneira como as pessoas organizam suas vidas em torno dos significados que conferem às suas experiências. Esses significados forjam suas maneiras de ser no mundo e suas maneiras de sentir, de perceber, de pensar e de agir. Todos esses aspectos estão presentes no contexto de uma entrevista, influenciando o problema vivido pela pessoa e a visão que tem de si, de seus relacionamentos e de sua perspectiva de futuro. Ao ler um texto sobre determinada experiência vivida pela pessoa, por exemplo, em uma entrevista, transita-se pelo território da construção e atribuição de sentidos dado por esta mesma pessoa. White (2012), inspirando-se em Bruner (1996), utilizou textos literários para compreender os relatos de vida e de identidade usados pelas pessoas em suas narrativas. Essa metáfora *“narrativa”* é compreendida por White como sendo os significados dados às experiências vividas, que são convertidas em relatos, histórias e estas, por sua vez, dão forma à vida e suas relações. Cada história está sujeita a novas versões.

Bruner (1996) aponta que os textos literários são indeterminados, podendo ser sempre modificados pelo próprio leitor, que vai agregando significados ao texto através de sua leitura e atualizando a história conforme suas perspectivas. O convite que este autor faz ao leitor de transformar os textos literários e as histórias já escritas, dando-lhe novos significados, foi utilizado por White (2012) para dizer que uma história de vida também se apresenta aberta e com lacunas, prontas a serem transformadas em novos relatos, de acordo com os sentidos atribuídos pela pessoa no momento em que passa a relatar sua história. Novos aspectos que não haviam sido historiados passam a ter importância, contrapondo a história dominante que esvaece, transforma ou desaparece, dando àquela história outra narrativa, que evidencia partes alternativas

e não saturadas pelo problema, mas com perspectivas de futuro possível. Assim, as histórias alternativas vão substituindo as histórias dominantes, saturadas de problemas, em um movimento de vai e vem, em uma ação colaborativa entre aqueles que participam da conversação, possibilitando um ajustamento das estruturas básicas da trama ou do relato em desenvolvimento (Grandesso, 2008).

White (2012) ainda mencionando Bruner (1996), aponta que o processo de contar vivências e histórias estrutura, organiza e compõe, de forma consistente, os eventos da vida. Portanto, ao narrar e renarrar suas experiências, as pessoas reencontram aspectos e eventos já vividos no tempo e no espaço, revisitando sentimentos e emoções já sentidos, mas não mais presentes, por serem doloridos e sofridos. Tais sentimentos e emoções, até então, estavam guardadas no cofre que aprisiona a pessoa na história dominante. Ao ter novas possibilidades de relato, através da entrevista/conversação, a pessoa descobre contradições, ocorrências e equívocos, que ganham novos encaixes na história. Ao tornar público, diante de uma comunidade partilhada, as narrativas dos eventos vividos, muda-se o sentido do mundo no qual se vive. Na entrevista, aqui também chamada de conversação, ao falar para outras pessoas, cria-se um contexto para reconhecimento e legitimidade do indivíduo e de suas histórias.

A entrevista passa a ter outra função e não mais apenas a de informar sobre fatos vividos. O método compreendido nesta perspectiva desenvolve um contexto de conversação criativo, por considerar aspectos negligenciados da experiência, que favoreçam a ampliação do olhar e a compreensão da pessoa e da família sobre suas vidas e relações. O método, ainda procura por significados escondidos, por espaços e tempos de ocorrências não ditas, por lacunas e contradições nas histórias narradas. A entrevista passa a ser um lugar de escuta para além do que é dito. Ela se dirige também para aquilo que está ausente na fala, mas que está implícito no texto.

A escuta, então, está a serviço da compreensão do significado da vida da pessoa e das desconstruções das histórias e de conceitos arranjados, que aparelham as histórias dominantes, deixando sentidos estreitos e difíceis de ultrapassar.

Ao conferir competência relacional às pessoas que contam suas histórias, organizam-se com elas pontes para transitar no contexto e levá-las a outro lugar. É um convite a um relacionamento e a um processo colaborativo e criativo. Anderson (2010), tendo uma ênfase no caráter criativo da linguagem e uma atenção aos processos de produção de sentido com base em uma perspectiva hermenêutica, designa conversação colaborativa como um sistema de linguagem, isto é, um evento linguístico no qual as pessoas envolvem-se em um relacionamento e em uma conversa colaborativa com um esforço mútuo em direção à possibilidade (Anderson, 2010, p. 3). Desta forma, não é o sistema que gera os problemas, mas ao contrário, são os problemas que organizam determinados sistemas. Portanto, participam da conversação todos os incluídos no contexto linguístico do problema, mesmo que sejam as vozes e personagens internos da pessoa. Quando o entrevistador cria um contexto conversacional na entrevista com uma família, por exemplo, ele possibilita a criação de sentido para todos os envolvidos no sistema, que podem ter interpretações diversas. O importante não é a construção da definição consensual do problema, mas a ampliação do sentido para todos eles. O foco está no processo e não no conteúdo do que ocorreu com aquela família. Através do processo de conversação dialógica, isto é, de investigação partilhada, se dá o processo de mudança.

A negociação de significados que ocorre na conversação colaborativa e criativa da entrevista é vista por Gergen (1999) como uma prática discursiva, que constitui um núcleo de inteligibilidade, questões de evolução em formas socialmente negociadas de significado que atuam para sustentar o discurso (Gergen, 1999, p. 14). O tempo de relação entre os participantes

na entrevista é considerado como um contexto em construção. O grupo que se constrói ao se conversar sobre um determinado tema, privilegiando determinados conflitos ou situações com objetivos explícitos ou não, é um grupo que acontece ao longo de um tempo de entrevista com um objetivo específico. É considerado um contexto em desenvolvimento, no sentido de que mudanças ocorrerão, uma vez que aponta para implicações identitárias, assumindo responsabilidade relacional e encontros emergentes de si e do outro. O foco será na linguagem que é construída e com a qual se constrói o mundo, transformando a linguagem performática gerada pelo discurso dominante em uma linguagem viva, contextual e interacional. O processo conversacional incidirá em uma prática colaborativa de descrição do problema, ressignificando e intercambiando os nós presentes na interação, movendo-os para uma inteligibilidade possível da realidade, mais útil e verdadeira (Rasera & Japur, 2007).

À medida que os discursos vão se modificando no contexto social, modifica-se também a vida individual e familiar, permitindo às famílias reescreverem suas histórias. Essa ãescrita narrativaã - ou recontar as vivências e experiências de caráter polifônico -, como estruturas escritas, como um posicionamento crítico e reflexivo, promove a reconstrução, por ter uma multiplicidade de vozes e apresentar uma possibilidade de problematização da experiência. É como se estivessem escrevendo um novo texto naquele contexto em que estão mergulhados (Gergen, 1999, 2006a).

### **A entrevista de cunho narrativo**

A entrevista na pesquisa qualitativa tem como finalidade fazer a mediação entre o marco teórico-metodológico e a realidade empírica. A entrevista com base narrativa e a metodologia a ela vinculada realça a criação de uma conversa qualitativa de estrutura e de experiências responsivas. Este método com um planejamento aberto permite que os pontos de vista dos

sujeitos sejam expressos com mais sensibilidade do que em uma entrevista padronizada ou um questionário. O método é considerado uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas. A técnica recebe o nome da palavra latina *narrare* que significa relatar, contar uma história. Ela se propõe a reconstruir acontecimentos sócios históricos a partir da perspectiva dos informantes, ou seja, o mais diretamente possível. O que é apresentado em uma narrativa é construído durante o processo de narração de uma forma específica. Dessa forma, lembranças dos eventos mais antigos podem ser influenciadas pela situação na qual são contadas no aqui e agora (Denzin & Lincoln, 2011; Flick, 2009; Minayo, 2010).

Os teóricos Bruner (1991), Flick (2009), Minayo (2010) e Denzin e Lincoln (2011) definem narrativa como uma forma distinta de discurso, um modo de compreender a própria ação. Estes autores colocam o foco na relação entre história de vida das pessoas, na qualidade de suas experiências de vida, na ênfase em como essas histórias evoluem, no desenvolvimento das histórias, dos personagens e, às vezes, na estrutura e na sequência do conteúdo. A experiência do dia a dia é o lócus da pesquisa narrativa, que deve começar e terminar na busca de novas possibilidades dentro desta experiência. O objetivo desta abordagem é trabalhar de forma colaborativa com os participantes para melhorar a qualidade de suas experiências.

As entrevistas de cunho narrativo focam na relação entre as histórias das pessoas e o desenvolvimento de suas identidades ou do seu bem estar. Identidade narrativa pode ser definida como sendo histórias de vida internalizadas e sempre em desenvolvimento, compreendidas em três dimensões: como a construção da identidade através da narrativa revela a unidade de si própria, a multiplicidade ou ambas; como o self e a sociedade contribuem para a construção da identidade narrativa das pessoas; como as histórias das pessoas mostram estabilidade, crescimento ou ambas em suas identidades (White & Epston, 1993).

Ao mesmo tempo em que as pessoas condicionam circunstâncias biográficas, sociais, históricas e culturais em suas vidas, são condicionadas e afetadas por essas circunstâncias. O objetivo da pesquisa narrativa é ajudar a pessoa a resolver problemas através de uma nova maneira de contar a história de sua vida. Os pesquisadores que utilizam este instrumento de pesquisa estão interessados na narrativa como experiência vivida e nas ações sociais. Eles estão interessados em como as pessoas narram e no conteúdo da narração. É essencial compreender o que os narradores estão tentando comunicar. A narrativa é, portanto, a prática de uma construção significativa do self, da identidade e da realidade (Chase, 2011).

Os pesquisadores usam entrevistas como método de colher dados narrativos. Eles produzem transcrições detalhadas para poder prestar atenção nas práticas linguísticas do narrador, assim como na escolha das palavras, repetições, hesitações, risos, usos de pronomes pessoais e, também, em como a narrativa se desenvolve entre o pesquisador e o narrador. Essas pesquisas têm interesse em como o narrador constrói sentido ou significado entre a experiência pessoal e o discurso cultural. Neste sentido, eles veem a narrativa como uma janela, que se abre em constantes mudanças, em contraposição aos discursos hegemônicos e dominantes. Por exemplo, ao identificarem os discursos opressivos, os pesquisadores possibilitam a narração e a interpretação do narrador, no intuito de interromper o círculo destrutivo e disjuntivo que o oprime. As pessoas criam e constroem estratégias narrativas em relação aos discursos culturais e isso inibe as histórias individuais, mas não determinam sua ação.

As práticas narrativas são moldadas no jogo entre pessoa e ambiente, em um contexto no qual acontecem: o que é dito ou não, sobre o que é dito, como é dito, porque é dito e para quem é dito. Compreender a realidade narrativa no contexto local é compreender as histórias individuais, a história per se (Chase, 2011; White & Epston, 1993). Contudo, o mais importante é

compreender a relação da história com o contexto no qual ela aconteceu, analisando as considerações sistemáticas dos mecanismos de comunicação, as circunstâncias, os propósitos, as estratégias e os recursos que moldam as narrativas. Cada um desses aspectos condiciona, mas não determinam as histórias que as pessoas contam. Estas sensibilidades etnográficas são necessárias para se compreender o ambiente, mas também as práticas narrativas, que envolvem: o mecanismo de como a prática é ativado e de como o narrador cria e desenvolve significados através da relação com o outro; o mecanismo de como colaborar com o outro, contrapondo o controle sobre o significado da narrativa e como performa sua identidade para uma audiência específica ou consequência específica (Anderson, 2010; Chase, 2011; White, 1994).

A pesquisa narrativa envolve muitas questões concernentes à ética, interpretação e validade. Quando pesquisadores coletam dados na forma de entrevista, eles trabalham na transformação da relação entrevistado-entrevistador e na relação narrador-ouvinte. Isto requer uma mudança na prática convencional de perguntar aos participantes e generalizar suas experiências. A mudança é que esta abordagem tem como guia a narrativa tal como contada. A narrativa é o guia que estrutura a entrevista (Anderson, 2010; Chase, 2011). O objetivo primário dos pesquisadores não é se as histórias são precisas ou refletem os eventos (se é verdade ou não), mas sim os significados que as pessoas dão a esses eventos. (Anderson, 2010; Chase, 2011).

Estudiosos como Anderson (2010), White e Epston (1993), Gergen (1996b, 2006a), e White (2012) veem na narrativa uma possibilidade de mudança pessoal e social, caracterizada pela urgência do entrevistado de falar e ser escutado. O fato de narrar um evento significativo da vida já possibilita mudanças positivas. A narrativa pessoal pode levar à emancipação pessoal. O narrador é sua própria audiência, ele mesmo escuta versões alternativas de sua identidade e isto

trás mudanças. A urgência de tornar suas histórias coletivas e a urgência de diálogo público já implica em mudanças.

A entrevista de cunho narrativo é iniciada com a utilização de uma pergunta generativa de uma narrativa pouco específica, que estimula a experiência principal do entrevistado. A partir daí, o entrevistado vai complementando os fragmentos de narrativas que antes não haviam sido explorados, visando aspectos específicos e temporais relacionados a algum tópico de sua biografia. Ao invés de focar em temas específicos, os pesquisadores primeiro escutam as vozes internas (polifonia) que o narrador trás em seu relato, o que possibilita a ele a construção do conhecimento de si mesmo (Denzin & Lincoln, 2011; Flick, 2009; Minayo, 2010).

Quando as pessoas negociam os sentidos, essas construções linguísticas pertencem a uma determinada tradição cultural. O sentido surge da matriz de relações humanas, não descuidando da participação do mundo não-humano e não-linguístico presentes nesta relação. Porém, sempre deve existir algo mais, além do sentido. Esta premissa nos convida a dar certa importância ao mundo mais amplo, no qual o sentido está imerso. Sendo esse mundo também construído por nós, não se deve essencializar as palavras. É importante ser consciente de que as palavras estão imersas em um vasto mundo (Gergen, 2006a).

Esta orientação e espaço de diálogo com outros, ou consigo mesmo, na interação, leva a um novo espaço de inteligibilidade e de prática. A este espaço, segundo Gergen (2006a), dá-se o nome de *Confluência Criativa*, que é um interesse pelas possibilidades múltiplas de construção e um mundo cheio de significados em busca da inteligibilidade. A Confluência Criativa corresponde a três aspectos: expansão dos limites da terapia, desapareção paulatina da distinção entre o que se tem no interior e o que está no exterior da terapia, e amálgama criativa entre

práticas tradicionais e mentalidades. Na ampliação e na intensificação dos diálogos, reside a esperança e a confiança no futuro.

Vê-se, então, a entrevista de cunho narrativo como uma forma de intervenção para estimular conversas criativas, uma vez que qualifica e dá significados ao contexto e seus arredores, aos sentimentos e às experiências vividas. O entrevistado tem a oportunidade de reelaborar suas histórias de tal maneira que elas não exerçam mais um efeito tão opressor. As responsabilidades do vivido são divididas entre os participantes, estando eles presentes ou não, e as mais importantes são compreendidas pelo caráter colaborativo que se instala na relação do entrevistador e o entrevistado. A entrevista de cunho narrativo cumpre então seu objetivo, que é potencializar o desenvolvimento de diálogos e conversas criativas. Promove a tomada de consciência da qualidade e da construção da narrativa que agencia mudanças na interação e que serve como fermento para prosseguir outras e novas transformações. E ainda, instiga a aquisição de conhecimentos acerca de si mesmo, construídos de maneira colaborativa, e estimula a produção de sentido, com a perspectiva de organização do mundo interno do entrevistado. No jogo intersubjetivo da participação da entrevista, o uso da linguagem consiste em um ato de entendimento mútuo, possibilitando acordos bem fundamentados, aos quais se chega através do diálogo. O diálogo oferece sempre a perspectiva de retornar ao discurso dominante e daí fazer mudanças, uma vez que reconstrói as condições de possibilidade comunicativa.

Contar histórias é diferente de responder perguntas ou de ser interrogado sobre as experiências vividas. Contar histórias é compor de forma reflexiva aquilo que não pensou em relatar. Ao contar a história, aquela experiência que não havia sido selecionada aparece em um contínuo da descrição do texto e passa a fazer sentido aqui e agora. Esse modo de ouvir e receber as vivências das pessoas sai do que é tradicional e ultrapassa o contexto de perguntas-respostas

de tempo limitado, deixando o entrevistado livre para construir e viver um tempo de ação essencialmente reflexivo, não apenas informativo. Quando a escuta está destinada a compreender e não apenas a obter dados informativos, opera-se uma construção mútua, incluem-se sentidos e definem-se autorias. A pessoa, ao contar as histórias sem ser interrogada, capta, na relação, a experiência vivida pelo outro e compreende o outro por dar-se conta de suas próprias vivências. Ela se redescobre na experiência do outro e reconhece o outro. A pessoa responsabilizada pelo processo, com a intenção de desatar nós construídos nas relações conflitivas e de impacto violento, não precisa ser interrogada, necessita ser escutada para ser compreendida, configurando o ciclo criativo e hermenêutico da transformação, tornando os conflitos mais saudáveis e menos injustos, pela dimensão da reflexividade e por ampliar a circularização da informação.

Essa dimensão essencialmente reflexiva contida na Entrevista Narrativa é vista como uma prática, ou seja, a capacidade do entrevistador-pesquisador de não interrogar, mas de deixar que o autor da história siga seu curso. O uso desse instrumento de ação, que é a linguagem, flui como um contexto de construção e um contexto em desenvolvimento.

### **Considerações gerais**

A tarefa metodológica do interprete ou entrevistador não é a de mergulhar totalmente no seu objeto, mas sim a de encontrar modos de uma interação viável entre o horizonte do entrevistado e o horizonte do texto, lembrando sempre que o sentido e a significação são contextuais, parte de uma situação vivida pelo entrevistado. No papel do entrevistador, deve-se deixar que as coisas se manifestassem tais como elas são, sem projetar-se nelas, sem nomear categorias, pensamentos e ações próprias. Deve-se entender que não é o entrevistador quem indica as coisas a serem relatadas, são as coisas que se revelam.

Neste campo ou processo hermenêutico é que o ser se concretiza e se organiza a partir da linguagem, é o campo onde a historicidade e a temporalidade do ser está radicalmente presente, é o lugar em que o ser se traduz em significação, compreensão e interpretação. Neste espaço o entrevistado é considerado como especialista e teórico de si mesmo. A Hermenêutica, como teoria da compreensão, é uma teoria da revelação ontológica, pois a existência humana é em si mesmo uma revelação. A própria palavra tem uma função hermenêutica. A compreensão não se dá pela função da fala, mas pela compreensão através da linguagem (Palmer, 2011).

Este método da entrevista reconstrói a lógica interna dos processos, destacando a narrativa como uma gestalt, que envolve mais do que enunciados e fatos relatados. As pessoas são capazes de relatar muito mais sobre suas vidas do que aquilo que incorporam em suas teorias sobre si mesmas. Este modelo sugere que as pessoas, ao falarem, interroguem a fundo os relatos que constroem sobre si mesmos. A partir da compreensão que se processa no relato de suas narrativas, os sujeitos constroem soluções para seus dilemas (Minayo, 2010).

O uso da Entrevista Narrativa, como instrumento e ferramenta de pesquisa, foi aqui considerado como uma forma de intervenção, uma vez que evidencia um leque de possibilidades de mudanças para os envolvidos, e é indicado para situações de grande complexidade e impactos como: violência, as mais diversas, mas principalmente abuso sexual; drogadição; grandes conflitos intrafamiliares; etc. Além das condições de transformação dos envolvidos, existe também a condição de permitir que essa proposta teórico-metodológica seja vista como uma proposta para outros pesquisadores se sintam encorajados a fazerem mudanças em seus modos de intervir, ousando e avançando em metodologias conversacionais mais coerentes com suas práticas e mais pertinentes aos seus objetos de estudos.

A vantagem da aplicação desse método de coleta de dados é que ele possibilita organizar um processo generativo orientado para o futuro, incitando as pessoas que participam da entrevista a considerar as implicações de novas autoimagens emergentes. Permite ao entrevistado começar a identificar e caracterizar uma maneira de pensar em si mesmo, de modo diferente. Ao narrar suas histórias a partir da entrevista, o participante deposita seus sentimentos e experiências, associados às vivências que afetam todos os demais contextos de sua vida, e dá-se a oportunidade de fazer conexões antes não percebidas, concentrando-se nos efeitos do vivido e nas soluções, ao invés dos problemas (Gergen, 2006b).

Uma crítica que se poderia fazer ao método diz respeito àquela que se faz ao Construcionismo Social, de que não se pode reduzir tudo às palavras, às narrações, às metáforas e à linguagem como formas de construir novos mundos, pois existe um mundo real, pré-linguístico e que não pode permanecer cego diante de realidades tão flagrantes da vida (econômicas, sociais, políticas, diferenças culturais, a família, etc). A vida é mais que a linguagem por meio da qual se descobre e se descreve o mundo (Gergen, 2006b).

O entrevistador narrativo pode ser considerado um ativista sócio-político, aquele que, segundo Grandesso (2008), expõe as práticas culturais que produzem narrativas dominantes e opressivas para as identidades e a vida. É aquele que trabalha contra a discriminação, dominação, injustiça, desigualdades sociais e práticas de subjugação. Ele é um especialista em criar e facilitar um processo dialógico, pois cria um espaço de confiança nas contribuições e na criatividade dos participantes. É um co-investigador que participa da criação do que se descobre, ao narrar as experiências.

## Capítulo VI

### **Caracterização do Abuso Sexual em Clientela do CREAS, Brasil<sup>4</sup>**

### **Characterization of Sexual Abuse of the CREAS Clientele, Brazil**

### **Los Rasgos del Abuso Sexual en la Clientela del CREAS, Brasil**

**Resumo:** Este texto trata de uma descrição estatística dos resultados de um estudo exploratório qualitativo. O objetivo é conhecer, através de entrevistas de acolhimento, a realidade de uma amostra representativa de quinze famílias, com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, em uma instituição pública de assistência social. Os resultados assinalam três aspectos: sobre a vítima, sobre configuração familiar, sobre abuso sexual. Dados epidemiológicos e sociodemográficos apontam para vulnerabilidade das situações e riscos em que vivem crianças e adolescentes provenientes de camadas populares desfavorecidas financeiramente. O intervalo de tempo entre a revelação do abuso sexual e as providências para o atendimento são vividas em função da assimilação do ocorrido, além da necessária reorganização familiar, física e/ou emocional. Importante apontar para a mudança na celeridade do atendimento às vítimas pelos órgãos públicos, após a publicização do abuso sexual na comunidade e dos efeitos propulsores em direção ao papel protetor dos diferentes agentes.

**Palavras Chave:** Violência na família, abuso sexual, revelação do abuso sexual, intervenção psicossocial.

---

<sup>4</sup> Esse artigo foi submetido à *Revista Portuguesa de Pedagogia da Universidade de Coimbra*, seguindo as normas de formatação e citação da revista (APA). Aguarda-se parecer e avaliação para publicação.

**Abstract:** This text deals with the statistical description of the results of a qualitative exploratory study. The objective is to know via first care interviews at a social service institution the reality of a representative sample of fifteen families with children and adolescents victims of sexual abuse. The results of the study point to three aspects: the victim, the family configuration and the sexual abuse itself. The epidemiological and socio-demographic data point to the vulnerability of the situations and risks in which children and adolescents of the less privileged strata live. The time interval between the revelation of sexual abuse and the measures taken to seek help at a social service organization depend on the time needed for coming to terms with what has happened, and the necessary physical, emotional and family reorganization. It is important to highlight the need of speeding up the first care given to the victims at the social services institutions so that it is provided in the immediate aftermath of the sexual abuse and when it becomes known in the community and to take into account the propelling effects on the protective role of the different agents.

**Key words:** violence in the family, sexual abuse, revelation of sexual abuse, psychosocial intervention.

**Resumen:** Este texto presenta una descripción estadística de los resultados de un estudio exploratorio cualitativo. Objetivo es conocer por medio de entrevistas de acogimiento la realidad de una muestra representativa de quince familias, con niños y adolescentes víctimas de abuso sexual, en una institución pública de asistencia social. Resultados revelan tres aspectos: sobre la víctima, sobre la configuración familiar, sobre el abuso sexual. Datos epidemiológicos y sociodemográficos apuntan para la vulnerabilidad de las situaciones y para los riesgos en que viven niños y adolescentes provenientes de capas populares, desfavorecidas económicamente. El intervalo de tiempo entre la revelación del abuso sexual y las providencias para el atendimento se viven en función de la asimilación de lo ocurrido, aparte de la necesaria reorganización familiar, física y/o emocional. Es importante apuntar para el cambio en la celeridad del atendimento a las víctimas por los órganos públicos, tras haber tornado público el abuso sexual en la comunidad, efectos propulsores hacia el papel protector de los diferentes agentes.

**Palabras Clave:** Violencia en la familia, abuso sexual, revelación del abuso sexual, intervención psicosocial.

Este texto tem o objetivo de apresentar, por meio de uma pequena amostra, a caracterização de uma clientela em situação de abuso sexual de um Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Brasil. Buscou-se traçar o perfil dessa clientela, com ênfase no tempo em que essas famílias vivem entre o processo que vai da revelação ao atendimento.

Em se tratando de maus tratos, o abuso sexual é visto como uma das principais formas de violência contra criança e adolescentes e sabe-se que esse comportamento sexual está vinculado ao desrespeito à pessoa e aos seus limites. O abuso sexual indica uma situação em que um adulto utiliza-se de uma criança ou adolescente para sua satisfação sexual. Esta violência acontece com maior frequência nas famílias, sendo praticada pelo pai, padrasto, tio, avô ou pessoa íntima das relações familiares, isto é, alguém que a criança ama e confia. A sedução é a forma mais usada para envolver a criança que, a princípio, não estabelece diferenciação entre as formas de carinho e amor daquele membro da família, que poderá ser, ou não, um pedófilo (Baptista, França, Costa, & Brito, 2008; Costa, Penso, Rufini, Mendes, & Borba, 2007; Costa et al., 2007; Faleiros, 2008; Habigzang & Koller, 2011; Maniglio, 2009; Muthi & Espelage, 2005; Serafim, Saffi, Achá, & Barros, 2011; United Nations, 2008).

As estimativas mais recentes apontam que 150 milhões de meninas e 75 milhões de meninos menores de 18 anos experimentaram vivências sexuais forçadas e outras formas de violência sexual envolvendo contato físico (UNICEF, 2012a). Uma pesquisa multipaíses (UNICEF, 2012b) denominada "Together for girls: sexual violence fact sheet", revela que a prevalência de sexo forçado, como primeira experiência sexual das adolescentes menores de 15 anos, varia entre 11% e 48%. Em um estudo realizado entre seis cidades da América Latina, cerca de 3% a 10% dos homens com idade entre 19 e 30 anos relataram ter sido vítimas de abuso sexual na infância, ocorrido entre 4 e 9 anos de idade. Estes mesmos estudos, realizados pela

Organização das Nações Unidas, consta que a violência contra crianças e adolescentes, ainda é frequentemente silenciada em função da escassez de dados estatísticos e primários que revelam a magnitude dessa problemática.

Estimou-se que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que indica que haja anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados, dos quais 10% são reportados à polícia. Tal informação é consistente com os dados do anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2013), que apontou que em 2012 foram notificados 50.617 casos de estupro no Brasil. Com isso, as estratégias governamentais costumam ser fragmentadas e pouco resolutivas, devido à escassez de recursos financeiros, redundando em medidas nem sempre satisfatórias (Waiselfisz, 2008a). Segundo o Plano Plurianual 2008-2011 (Ministério do Planejamento, 2007), registraram-se 156 mil denúncias, das quais 32% são de violência sexual contra crianças e adolescentes.

A violência sexual contra crianças e adolescentes implica a prática de um ou mais crimes e sugere aspectos complexos que assolam a vida das famílias que a vivenciam. A violência sexual, em suas mais distintas modalidades, afeta de várias formas a saúde, a qualidade do desenvolvimento das crianças e adolescentes e o exercício da cidadania. Ela é fruto de grandes decisões ligadas principalmente à economia e à educação, que programam desigualdades e negam o acesso a bens, a serviços e à dignidade da pessoa como ser humano. As evidências mostram que esses males sociais são obstáculos para o crescimento econômico e o desenvolvimento das nações, como é o caso da América Latina, por exemplo, desgastando o capital físico, humano e social, e afetam desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis (Waiselfisz, 2008b).

## Método

Adotou-se um estudo de corte transversal, estatístico descritivo dos dados primários, obtidos em entrevistas diretamente com as famílias, e dos dados secundários, obtidos em prontuários do CREAS onde as entrevistas foram realizadas. O contexto desta pesquisa é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (Resolução nº109, 11 de Novembro de 2009) de uma grande capital. Os serviços prestados às famílias e aos indivíduos no âmbito da assistência social no Brasil ocorrem com base na estrutura apresentada pela Política Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MSD], 2005) e pela Lei do Sistema Único de Assistência Social (Lei nº 12.435, 6 de julho de 2011). Os casos de abuso sexual são atendidos pelos CREAS segundo orientação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº109, 11 de Novembro de 2009).

Os sujeitos dessa pesquisa são famílias pobres materialmente ou de extrema pobreza, com uma renda média de menos de meio salário mínimo. Dessas 15 famílias, 10 são receptoras dos Programas de Transferência de Renda não Contributiva e/ou participam de demais serviços (66,6%). A escolaridade de 10 crianças e adolescentes está compatível com sua idade cronológica e a escolaridade dos familiares das vítimas abrange desde o nível sem instrução (três pessoas do sexo masculino) até o ensino superior completo (uma pessoa do sexo feminino). A escolaridade média entre os membros da família é o ensino fundamental. Das 15 famílias entrevistadas, oito são naturais da cidade na qual acontece a pesquisa, uma família é da região norte, uma família é da região sudeste e cinco famílias são da região nordeste. A idade dos membros da família vai desde 6 meses aos 59 anos.

O acesso aos sujeitos ocorreu por meio de entrevistas de acolhimento, que tiveram como objetivos: o estabelecimento de vínculo da família com a instituição, a orientação sobre o

programa específico para situação de abuso sexual e o esclarecimento sobre o motivo do encaminhamento e do atendimento especializado que a instituição oferece às famílias vítimas de abuso sexual. Foram realizadas 15 entrevistas com 15 famílias. Segundo o cronograma anual da instituição, as famílias são acolhidas, periodicamente, com o intuito de organizar o atendimento psicossocial que virá a seguir. Todas as famílias aqui descritas apresentaram situação de abuso sexual e chegaram à instituição por meio de encaminhamento do sistema justiça. Algumas famílias já faziam parte de outros programas de repasse de auxílio financeiro, como bolsa família, auxílio moradia e outros.

Cada entrevista teve duração aproximada de 1h30min e consistiu de perguntas abertas para que a família pudesse narrar suas histórias de violência. O roteiro norteador consistiu dos seguintes itens: 1) Gostaria que vocês se apresentassem. Quem são vocês e de onde vêm? É a primeira vez que estão aqui? Já estiveram em atendimento antes? 2) Vocês têm alguma ideia do que vamos conversar hoje? 3) Que história vocês vão nos contar sobre quando descobriram a violência na família, o abuso sexual? O que aconteceu com a família quando se descobriu a violência? 4) Como a família estava vivendo neste momento? Como foram vivendo com essa violência, uma vez que já sabiam do que tinha acontecido? 5) E agora que vocês vão receber atendimento aqui no CREAS, como está essa família? Como vocês se sentem sabendo que serão atendidos, pelos profissionais do CREAS, para tratar da questão do abuso sexual? O que vocês esperam ou imaginam que irá mudar em suas vidas? 6) Vocês gostariam de me contar mais alguma coisa? Este roteiro foi apresentado a todos os membros da família presentes na entrevista, inclusive à vítima. Buscou-se levantar informações objetivas a respeito de intervalos de tempo, de modo a se reconstituir informações sobre o tempo e as vivências experimentadas no

intervalo entre a revelação e o momento do atendimento. As entrevistas foram conduzidas pelas pesquisadoras.

Todas as famílias, por meio de seus responsáveis, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os cuidados éticos referentes à conduta ética na pesquisa com seres humanos foram considerados. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do xxxxxxxxxxxx com o parecer número 223032. A análise das informações foi realizada em dois momentos distintos.

## **Resultados**

A estatística descritiva aqui apresentada permite conhecer o perfil das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, acolhidos em uma instituição pública. Foram verificados dados primários obtidos nas entrevistas ao vivo, ouvidos diretamente das famílias, e dados secundários, obtidos dos prontuários do CREAS onde as entrevistas foram realizadas.

### **Informações sobre a vítima**

Das 15 entrevistas realizadas, 14 vítimas são do sexo feminino (93,3%) e uma do sexo masculino (6,6%). Desse universo, oito são crianças (53,3%) na faixa etária entre 4 e 9 anos (uma do sexo masculino e sete do sexo feminino) e sete são adolescentes (46,6%) na faixa etária de 11 a 17 anos (todas do sexo feminino). A divisão por faixa etária apontou que, em ambos os sexos, as faixas com maior proporção de abuso sexual está entre 4 e 11 anos. A idade média das vítimas quando da ocorrência do abuso é de 2 a 10 anos. Nas 15 famílias entrevistadas, apenas uma família apresentou duas vítimas (13,3%) abusadas pelo mesmo ofensor. E uma família apresentou uma vítima abusada pelo avô e pelo irmão (6,6%). Todas as vítimas nasceram na cidade onde vivem atualmente e todas frequentam a escola, sendo que 10 delas estão na faixa de

escolaridade de acordo com sua idade cronológica (66,6%) e cinco estão em escolaridade não compatível com sua idade, portanto, em atraso (33,3%).

### **Informações sobre a configuração familiar**

Dos dados elencados nas 15 entrevistas, temos a seguinte configuração familiar: uma família com duas pessoas, cinco com quatro pessoas, três com cinco pessoas, duas com seis pessoas e quatro com sete pessoas. As pessoas que compõem a família são pai/padrasto e/ou companheiro, mãe, filhos, filhas, meio-irmão, avô e avó, tio compreendendo ao todo 75 pessoas, portanto, uma média de cinco pessoas por família. Das 15 famílias entrevistadas, oito são naturais da cidade na qual acontece a pesquisa, uma família é da região norte, uma família é da região sudeste e cinco famílias são da região nordeste. A idade dos membros da família vai desde 6 meses aos 59 anos. A escolaridade dos familiares das vítimas abrange desde o nível sem instrução (três pessoas do sexo masculino) até o ensino superior completo (uma pessoa do sexo feminino). A escolaridade média entre os membros da família é o ensino fundamental. A configuração familiar: 1) Em seis famílias a vítima vive com a mãe, o pai/padrasto e/ou companheiro da mãe e os irmãos (40%). Dessas seis famílias, quatro casais são formados por companheiros/padristos e dois são pais biológicos das vítimas. 2) Em duas famílias a mãe não está presente, em uma as vítimas moram com a avó e, em outra, com o pai e madrasta (13,3%). 3) Em sete famílias a mãe não mora com companheiro e é responsável pelos filhos (46,6%). A configuração familiar caracteriza-se, portanto, pela presença das mães em 13 famílias dentre as 15 aqui apresentadas (86,6%).

A figura masculina (pai ou padrasto) está presente em sete famílias (46,6%). Antes da revelação do abuso sexual verificava-se a presença de outros membros da família extensa, como tio, tia, avô, avó e meio irmão. Após a revelação da situação de abuso, apenas três famílias

mantêm outros membros, como avô e avô. O estado civil das famílias, em relação à mãe, fica assim configurado: duas casadas, duas divorciadas, uma separada, duas amasiadas, uma relação estável e sete solteiras. Sobre a ocupação das mulheres responsáveis na família destaca-se que: quatro são do lar, uma é auxiliar de cozinha, uma é auxiliar de limpeza, cinco são diaristas, uma é costureira, uma é prestadora de serviço comunitário, uma é estagiária e uma é design de festa infantil. Dessas famílias, seis responsáveis estão sem emprego e duas são aposentadas. Em quatro famílias a mulher ou o marido/companheiro trabalham e ganham salário mínimo; em uma família apenas o irmão mais velho trabalha; em uma família a mãe é ex-presidiária e faz trabalho comunitário; uma é autônoma. A renda mensal dessas famílias fica entre um terço do salário mínimo e dois salários mínimos, e uma média de meio salário mínimo. Dessas 15 famílias, 10 são receptoras dos programas de transferência de renda não contributiva e/ou participam de demais serviços (66,6%).

### **Informações sobre o abuso sexual**

É importante assinalar que todas as famílias foram encaminhadas pelas instituições da rede de garantia dos direitos da criança: Delegacia de Polícia (DP) - sete famílias (46,6%), Conselho Tutelar (CT) ó três famílias (20%), Centro de Atendimento de Assistência Social (CRAS) - duas famílias (13,3%), Escola - duas famílias (13,3%), Ministério Público (MP) - uma família (6,6%).

As informações revelam diferentes indicadores que nos dão uma ideia da situação de violência dessas 15 famílias. Sobre as formas de ocorrência do abuso sexual, 10 foram casos intrafamiliar (66,6%) e cinco extrafamiliar (33,3%). Sobre a faixa etária, quando da ocorrência do abuso sexual, 10 foram casos entre os 2 e 8 anos (66,6%), dois de 9 a 12 anos (13,3%) e três de 13 a 17 anos (20%). Sobre a permanência da criança ou adolescente com o ofensor: 11 casos

coabitavam com o ofensor (73%) e quatro casos não coabitavam com o ofensor (26%). Sobre o papel do ofensor na vida da criança ou adolescente, identifica-se: cinco padrastos (33,3%); três pais (20,5%); um namorado da adolescente (6,6%); um meio-irmão (6,6%); um companheiro/namorado da mãe (6,6%); um avô (6,6%); um irmão da mãe (6,6%); um vizinho (6,6%); um não revelado (6,6%). Sobre o ofensor: 11 são adultos do sexo masculino (73,3%) e quatro adolescentes do sexo masculino (26,6%). Sobre o local onde ocorreram os abusos: sete na casa da vítima (46,6%), dois na casa do pai (13,3%), dois não se sabe o local (13,3%), um na casa do avô (6,6%), um na casa do namorado (6,6%), um em ambiente da vizinhança (6,6%) e um na casa do vizinho (6,6%). Sobre a duração da violência sexual: 10 anos - um caso (6,6%); 4 anos - um caso (6,6%); 3 anos - um caso (6,6%); 2 anos - seis casos (40%); 1 ano - cinco casos (33,3%); 6 meses - um caso (6,6%). Sobre quando ocorreu a violência (o ano base é em relação a 2014) um caso em 2013 (6,6%), cinco casos em 2012 (33,3%), cinco casos em 2011 (33,3%), um caso em 2010 (6,6%), dois casos em 2009 (13,3%) e um caso em 2003 (6,6%). Sobre quando ocorreu a revelação do abuso (o ano base é em relação a 2014): quatro casos em 2013 (26,6%), seis casos em 2012 (40%), um caso em 2011 (6,6%), dois casos em 2009 (13,3%), um caso em 2007 (6,6%) e um caso em 2003 (6,6%). Sobre a quem a criança revelou: cinco casos à mãe (33,3%), quatro casos à vizinha (26,6%), dois casos à avó (13,3%), um caso à escola (6,6%), um caso à psicóloga (6,6%), um caso ao pai (6,6%), um caso à tia (6,6%). Sobre quem fez a denuncia: seis casos, mãe (40%); três casos, tia (20%); três casos, vizinha (20%); dois casos, escola (13,3%); um caso, adolescente e o namorado (6,6%). Sobre quando foi feita a denuncia: sete casos em 2013 (53,3%), cinco casos em 2012 (40%), um caso em 2011 (6,6%), um caso em 2007 (6,6%) e um caso em 2006 (6,6%). Sobre período do encaminhamento: um caso em março de 2013 (6,6%), dois casos em abril de 2013 (13,3%), seis casos em maio de 2013 (40%), três

casos em junho de 2013 (20%), dois casos em julho de 2013 (13,3%), um caso em agosto (6,6%). Sobre o período do acolhimento na instituição pública (CREAS): um caso em junho de 2013 (6,6%), seis casos em julho de 2013 (40%), seis casos em agosto de 2013 (40%), dois casos em setembro de 2013 (13,3%). Sobre quem participou da entrevista de acolhimento: sete casos, a mãe e a vítima (46,6%); um caso, a mãe e as vítimas (6,6%); dois casos, a mãe (13,3%); um caso, a mãe e o pai (6,6%); um caso, a mãe e o padrasto (6,6%); um caso, a avó (6,6%); um caso, o avô e a vítima (6,6%) e um caso, o pai (6,6%). Sobre a situação da mãe com relação às suas vivências de violência: oito mães sofreram abuso sexual (53,3%), uma mãe sofreu violência física na infância ou adolescência (6,6%), uma mãe é ex- presidiária (6,6%), duas mães fizeram uso de drogas (13,3%), uma mãe tentou o suicídio e colocou fogo na casa (6,6%), duas mães não moram com as filhas (13,3%).

### Discussão

Com relação às informações elencadas na primeira parte dos resultados, **informações sobre a vítima**, este texto está em consonância com autores como: Costa et al. (2007), Fumiss (2002), Habigzang e Koller (2011), Ministério da Saúde (2012) e Pincolini e Hutz (2014), que indicam a predominância e concentração de casos no abuso sexual de meninas (93,3%) do que de meninos (6,6%). Os adultos do sexo masculino são os principais ofensores (adultos 73,3% e adolescente 26,6%). O abuso sexual perpetrado por adolescentes geralmente é cometido por irmão, por primo ou por meio irmão. Também os meninos são abusados, em menor proporção, principalmente quando se trata de abuso sexual intrafamiliar. Em relação a maior incidência de abuso sexual no sexo feminino, alguns autores explicam que a sociedade brasileira adota a concepção machista de culpar aquelas vítimas na faixa etária de 12 a 18 anos de idade. Os abusadores preferem adolescentes e crianças mais jovens, uma vez que a imaturidade dessas

vítimas as torna mais vulnerável à agressão (Habigzang & Koller, 2011; Serafim et al., 2011; Vertamatti, Abreu, Drezetti, Valenti, & Barbosa, 2013).

Destacando a faixa etária em ambos os sexos, observa-se que o abuso sexual sobressai entre as meninas de 2 a 8 anos (66,6%), meninas de 9 a 12 anos (13,3%) e meninas de 13 a 17 anos (20%). Os impactos dessa vivência para a saúde mental das vítimas é controverso. Entre autores produtores de estudos extensos na literatura é consenso que a violência sexual apresenta efeitos mínimos ou nenhum efeito aparente para algumas vítimas. Enquanto que com outras vítimas, há um aumento do risco do desenvolvimento de transtorno mental e comportamentos autodestrutivos (Baptista et al., 2008; Furniss, 2002; Gerko, Hughes, Hamil, & Waller, 2005; Habigzang & Koller, 2011; Maniglio, 2009; Muthi & Espelage, 2005; Pincolini & Hutz, 2014; Serafin et al., 2011).

Das 15 famílias entrevistadas, apenas uma família apresentou duas vítimas (13,3%) abusadas pelo mesmo ofensor. E uma família apresentou uma vítima abusada pelo avô e pelo o irmão. Quando se restringe à análise das informações consideradas críticas, como é a situação dessas duas famílias, pode-se considerar estes fatores determinantes para a ocorrência de agravos cada vez maiores. Há a presença constante de alto risco, contribuindo para uma caracterização do ambiente no qual predominam sentimentos de medo e de desamparo. Finkelhor, Vanderminden, Turner, Shattuck, e Hamby (2014) concentram seus estudos sobre a caracterização estereotipada do ofensor, descrevendo que nem sempre os ofensores mostram evidências de reincidências para o abuso sexual.

É pertinente observar, dentre os dados sociodemográficos apresentados por essas 15 famílias, a relação entre escolaridade e faixa etária. Nesta pesquisa, a escolaridade de grande parte das crianças e adolescentes está compatível com a idade cronológica (66,6%), em

contraposição à escolaridade não compatível com a idade (33%), corroborando com os estudos dos autores Bella e Salmasi de Lagucik, (2007); Costa et al., (2007); Furniss, (2002); Habigzang e Koller, (2011); Penso, Costa, Almeida, e Ribeiro, (2009).

Outro fator que se ressalta é a vulnerabilidade das crianças e adolescentes com relação às condições materiais (10 famílias são receptoras dos Programas de transferência de renda não contributiva - 66,6%). O fenômeno da violência possui causas múltiplas, complexas e correlacionadas com determinantes sociais e econômicos, como desemprego, baixa escolaridade, concentração de renda, exclusão social, entre outros (Ferreira, 2007; Holmes & Slap, 1998; Koller & De Antoni, 2004; Pincolini & Hutz, 2014).

### **Informações sobre a configuração familiar**

A literatura menciona a relação entre o número de pessoas na mesma habitação e a incidência de abuso sexual deixando claro que quanto maior é o número de pessoas residentes na mesma habitação maior é o risco de abuso. A presença de membros da família extensa surge como uma característica do contexto da cidade na qual a pesquisa ocorre, uma vez que subsiste uma política de assentamento, em que várias famílias dividem lotes de terra doados pelo governo (Holmes & Slap, 1998; Pincolini & Hutz, 2014; Penso, Costa, Conceição, & Carreteiro, 2013). Na impossibilidade de recursos para custear cuidadores adultos ou instituições para a educação das crianças pequenas, as famílias pobres costumam se organizar em redes de apoio mútuo, composta por pessoas em torno da casa, onde as crianças circulam, presumindo-se uma maior facilidade para a ocorrência de situações de abuso.

A configuração familiar caracteriza-se pela presença da mãe em 13 famílias dentre as 15 aqui apresentadas (86,6%). É a mãe a figura que comumente acompanha as filhas em sua trajetória desde a revelação até o atendimento pelas intuições especializadas. Correlação

semelhante ocorre quando se observam os indicadores de quem participou da entrevista: a mãe aparece em 80% das entrevistas. Fica evidente a importância da mãe neste processo. O compromisso da mãe com a filha pode estar fundamentado nas características de vulnerabilidade vividas também pela maioria das mães (Cantelmo, Costa, & Cavalcante, 2011; Costa et al., 2007; Oliver, 2007; Santos, 2011, Santos & Dell'Aglio, 2009; Weiss, 2010). Outra questão importante é a presença da vítima na entrevista de acolhimento (60%), gerando uma oportunidade de já ser iniciado um trabalho com perspectiva interventiva e terapêutica, uma vez que a vítima participa da composição da narrativa da vivência sofrida e agora contada por ela e a pela mãe.

Ações, mesmo que pontuais, das mães são vistas pela criança e/ou adolescentes como uma forma de atenção ao que se está vivendo. Este indicador tem altíssimo valor, uma vez que as mães já foram e continuam muitas vezes sendo vistas como cúmplices da situação de abuso. Poucos estudos mostram essa distorção que poderia ser mantida, caso não se considerasse a dificuldade dessas mães e suas limitações para lidar com tais circunstâncias, visto que muitas delas também foram abusadas, mal tratadas e abandonadas em suas trajetórias de vida. No entanto, elas se apresentam como a pessoa mais próxima da vítima e que tem iniciativa para a atitude protetiva (Cantelmo et al., 2011; Costa et al., 2007; Costa, Junqueira, Meneses, & Stroher, 2013; Santos & Dell'Aglio, 2009).

Aponta-se ainda para a importância da credibilidade dada pela mãe à narrativa da criança/adolescente, bem como da sua reação quando da revelação, potencializando ou minimizando os efeitos do abuso e os efeitos da revelação. Sabe-se também que este momento da revelação é crucial para todo o desenrolar do processo a seguir, embora, nem sempre, a mãe consiga afastar o ofensor do convívio com a criança, revelando a dinâmica conjugal presente no sistema familiar. Das 15 entrevistas, sete casos ocorreram na própria casa da vítima, isto é

õdebaixo de minhas saiasö, como dizem algumas mães (Arango & Correa, 2009; Costa & Penso, 2010; Santos, 2011; Santos & DelløAglío, 2009). Estes estudos têm salientado que, apesar de todas essas considerações, a mãe pode atuar como importante mediadora dos efeitos do abuso nas vítimas, auxiliando no processo de recuperação.

### **Informações sobre o abuso sexual**

Relatos nacionais e internacionais descrevem situações de maior incidência nos casos de abuso intrafamiliar (66,6%) quando comparado ao extrafamiliar (33,3%), tal como aqui observado (Baptista et al., 2008; Bella & Salmasi de Lagucik, 2007; Costa et al., 2007; Gerko, et.,al. 2005, Habigzang & Koller, 2011; Omer, 2011; Pelisoli, Pires, Almeida, & DelløAglío, 2010; Serafim et al., 2011; Vertamatti, et al., 2013; Weiss, 2010). O abuso sexual intrafamiliar é considerado uma forma de violência que dificulta ainda mais a sua revelação, ainda que essa dinâmica seja rapidamente interrompida. O ofensorr, quando conhecido da família agredida, é fator determinante no atraso da chegada aos serviços de notificação. Isto se justifica principalmente pela humilhação, medo da desorganização e da destruição da vida familiar. Na comparação com os dados do abuso extrafamiliar, no que concerne ao tempo entre a revelação e o atendimento, estes 10 casos de abuso intrafamiliar levaram mais de 2 anos para serem notificados e/ou acolhidos em uma rede de apoio especializada.

Os principais fatores desencadeadores e mantenedores da violência intrafamiliar consistem em pais e mães abusados ou negligenciados em suas famílias de origem, abuso de drogas e condutas delinquentes, estresse, desemprego, mães passivas e/ou ausentes, isolamento social, pais que sofrem transtornos psiquiátricos, diminuição do rendimento escolar, famílias reconstituídas, falta de comunicação, dentre outras (Holmes & Slap, 1998). Estes dados corroboram com a situação da mãe nas 15 famílias, em relação às suas vivencias de violências

sexual, físicas e outros transtornos, que atingem gravemente a condição do funcionamento familiar. Porém, estudos mostram que o aspecto que mais possui impacto negativo como fator de desencadeamento do abuso sexual é a ausência de vigilância e da presença dos pais na vida dos filhos (Omer, 2011). As formas de violência que mais coexistem com os abusos sexuais são: negligência, abuso físico e abuso psicológico. Muitas vítimas mantêm essas vivências guardadas pela vida afora, trazendo consequências transgeracionais (Penso & Costa, 2008). Com relação ao abuso sexual extrafamiliar, outros fatores impedem sua notificação. Por isso, a criança é duplamente vitimada: primeiro pela ocorrência da violência e segundo pela incredulidade, que muitas vezes ocorre entre familiares e profissionais que atuam na situação (Habigzang, Azevedo, Koller, & Machado, 2006; Habigzang & Koller, 2011; Hatzenberger & Koller, 2008). A idade da vítima, o tipo de abuso (intrafamiliar ou extrafamiliar), o medo das consequências negativas e a responsabilidade diante do abuso estão conectados com o período que as vítimas levam para revelar a violência (Santos, 2011).

É interessante destacar que a violência sexual ainda é vista como um tabu e um escândalo social, permanecendo restrita ao meio familiar no qual ela ocorre. A família, por vergonha e por medo, tenta não desvelar a crise que prevê como desorganizadora. Ela é também pressionada por outros problemas em curso, que impedem que o processo de revelação tenha um contínuo natural que seria: a criança se preparar para contar sua vivência, buscar uma pessoa de sua confiança, contar sua história e receber proteção imediata. A pessoa para quem a criança contou seu segredo faz a notificação e a criança é levada a um profissional para acolhimento e avaliação. Este processo, em relatos da literatura, dura de 6 meses a 1 ano, no máximo. Nesta amostra constata-se que a criança vive o abuso em uma média de 2 anos e que da revelação à notificação ocorre mais um período de tempo, que dura em média 1 ano e 6 meses. Porém, encontrou-se um caso

que levou 10 anos para ser denunciado. O intervalo de tempo entre a revelação do abuso sexual e as providências para o atendimento parecem ser vividas em função da assimilação do ocorrido, além da necessária reorganização familiar, física e/ou emocional, para que, em um segundo momento, seja possível a busca de apoio, de proteção e de cuidados (Costa, et al., 2013; Hershkowitz, Lanes, & Lamb, 2007; Plummer, 2006; Santos & Dell'Aglio, 2010)

Quando as famílias chegam ao atendimento, apresentam-se impactadas pela revelação, confusas, distanciadas da situação e preocupadas com a nova realidade. Há necessidade de um tempo de elaboração psíquica do conflito. O tempo necessário para a mudança é vivido em interação familiar (Boscolo & Bertrando, 1996). É um período de espera, de busca de compreensão do que aconteceu e de prontidão para a tomada efetiva de ações. A mãe, responsável pelo cuidado da criança, demora a desencadear a proteção, muitas vezes, porque é ela também que terá que fazer opções de rompimentos afetivos. É ela, ainda, a pessoa que terá que dar conta do acúmulo de ações decorrentes da revelação. O tempo é empregado em negociações subjetivas, íntimas e familiares, em uma preparação para o advento de uma exposição da intimidade que leva todos ao âmbito da responsabilização jurídica.

Da denúncia ao encaminhamento pode-se interpretar que, desde a aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, no ano 2000 (Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência, 2013), muitas conquistas significativas foram registradas. Foi só em 2011 que as notificações de violência doméstica, sexual e outras passaram a ser feitas de forma padronizada e universal. Sobre quando foi feita a denúncia, pode-se ver uma agilidade do processo a partir desse movimento. A realização de acolhimento tem sido agilizada pelas instituições de atendimento especializado, de modo a atender a gravidade da problemática e a sequência do tratamento.

Os componentes da rede social de atenção à criança e ao adolescente são listados: Conselhos de Direito, Conselhos Tutelares, Promotoria e Juizado da Infância e Adolescência, e outras instituições, como escolas, postos de saúde, hospitais e instituições de acolhimento. Embora o Conselho Tutelar seja apontado pela literatura como o principal órgão de encaminhamento ou de contato das famílias (Espindola & Batista, 2013), nesta amostra vê-se a Delegacia de Polícia como a mais procurada pelas famílias. Pode-se pensar que as famílias ainda consideram a questão do abuso sexual como caso de polícia e não de direitos humanos, como foi encontrado por Holmes e Slap (1998), em realidade americana.

Na complexidade do contexto social vivido pelas famílias em condição de violência sexual, incluindo os laços afetivos e protetivos, percebe-se crenças que desencadeiam e favorecem o abuso sexual e crenças que mantêm o abuso sexual com distorções que contribuem para o desenvolvimento e manutenção de sintomas, culpas e medos. Todos os dados epidemiológicos e sociodemográficos abordados neste texto são relevantes e apontam para a vulnerabilidade das situações e os riscos em que vivem as crianças e adolescentes provenientes de camadas populares desfavorecidas financeiramente.

### **Considerações gerais**

Ao experimentarem a violência sexual, os elementos que a configuram, sua organização complexa e a diversidade nas quais essas situações se apresentam, constata-se um profundo impacto sobre a saúde física, emocional e social de crianças e adolescentes e suas famílias. Esse intervalo de tempo entre a revelação e o atendimento é o tempo que a família vive sua maior desordem relacional, psicológica e espacial. Se não houver um acompanhamento familiar, há um atraso substancial no restabelecimento da proteção.

Após a revelação da criança ou do adolescente à mãe e desta aos órgãos responsáveis pela política de proteção à infância e adolescência, a família se recolhe em seu sofrimento, pois o que foi tornado público não corresponde ao que a família está vivendo em sua intimidade, em relação aos sentimentos, pensamentos e significados construídos ao longo desse intervalo de tempo. O intervalo de tempo entre a revelação do abuso sexual e o atendimento pode ser considerado uma medida de prontidão ou de indisponibilidade para a ação.

Quanto mais as famílias publicizam suas situações de violência sexual, buscando legitimidade para seu sofrimento, mais haverá implicações para elas, para os setores de atendimento e para a comunidade. É sempre uma via de mão dupla. Na medida em que se fortalecem, forma-se um elo de organização que possibilita a celeridade dos atendimentos nas instituições. A maior celeridade dos acolhimentos das situações de abuso sexual nas instituições especializadas consolida os documentos e diretrizes do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2013) que se articula com os Direitos Humanos.

Ressalta-se ainda que a compressão e a influência das famílias, das pesquisas sobre o fenômeno da violência sexual, da divulgação e propaganda do governo - da rede social de atenção à realização de campanhas de sensibilização permanente e periódicas sobre o enfrentamento da violência e demais movimentos -, denominados aqui de propulsores do papel protetor, confluem para uma composição de forças no sentido de divulgar e problematizar a situação. Este fato corrobora mais uma vez a importância da divulgação midiática dos serviços e programas de atenção à violência e da participação e responsabilidade da sociedade, no intuito de minimizar os efeitos das situações de violência por abuso sexual. As famílias, neste sentido, são

vistas como desafiadoras e protagonistas no resgate do papel protetor, representado pelo pequeno núcleo familiar de apoio e construído no silêncio e no segredo do impacto da revelação.

Este aspecto nos mobiliza a pensar que o Estado deve investir mais no sentido de captar recursos para a construção de políticas públicas, com objetivo de desenvolver tecnologias sociais para capacitação de profissionais, bem como instrumentos e ferramentas potencializadoras para o trabalho com as famílias. Sugere-se a construção de ferramentas para intervenção psicossocial e psicoterapêutica e preparação continuada dos profissionais para o atendimento de violência sexual.

O texto apresenta um limite: um número pequeno de famílias entrevistadas. Isto é, uma pequena amostra. Portanto, não podemos fazer generalizações. No entanto, apresenta virtudes no sentido de que traz impressões importantes acerca do comportamento e das vivências das famílias, o que favorece a criação de metodologias de intervenção para o atendimento e para o desenvolvimento de políticas públicas referentes a este período de tempo em que as famílias silenciam e sofrem em função da revelação e, muitas vezes, da manutenção da violência, sendo necessárias providências.

## Capítulo VII

### **A família em contexto de abuso sexual: Significados e construções narrativas**

#### **The family in the context of sexual abuse: meanings and construction of narratives**

#### **La familia en contexto de abuso sexual: significados y construcciones narrativas**

**Resumo:** Este texto enfoca o tema do abuso sexual e família, por meio da perspectiva Construcionista Social e tem como objetivo conhecer e acessar as narrativas, significados e sentidos que a família produz no período entre a revelação e o atendimento em uma instituição pública de serviço social. Trata-se de um estudo de delineamento qualitativo exploratório, utilizando o método da entrevista semi-estruturada de cunho narrativo, com nove famílias em situação de abusos sexual. Organizaram-se os resultados a partir de três núcleos indagados pelo Construcionismo Social: Construção do problema - Narrativas que marcam a revelação do abuso sexual e as reações vividas na família; Mudança - Inter (ações) que geram mudanças; Promoção da Mudança - Repetindo e atualizando histórias para apropriar-se dos avanços. Núcleos narrativos destacados foram: histórias dissociadas do tempo, dos fatos e dos afetos; relação intergeracional mãe/filha/avó; ausência de narrativas relacionais a pai/padrasto/filha; percepção da sexualidade presente nas crianças e adolescentes; virgindade fator determinante; denúncia do papel de mulher; exposição da intimidade conjugal; atenção à proteção; recomposição familiar; reinterpretar novas descrições. Estas narrativas comunicam dificuldades implicadas na conjugalidade, parentalidade, fraternidade, dimensões estas presentes no cotidiano das famílias.

**Palavras chave:** família, construções narrativas, abuso sexual, descrições, significado.

**Abstract:** This text focuses on the topic of sexual abuse and family based on the perspective of Social Constructionism. The objective is to comprehend and access narratives and the meanings that the family produces in the period between the disclosure and the first care given in a public social service institution. It is a qualitative and exploratory study using a semi-structured interview method of narrative character with nine families in situation of sexual abuse. The results were yielded from three nuclei dealt queried by Social Constructionism: the construction of the problem ó narratives that mark the disclosure of sexual abuse and the reactions in the family; change ó inter(actions) that generate change; promotion of change ó repeating and updating stories to appropriate progress. Marked narrative cores were: stories disassociated from time, facts and affections; inter-generational relations mother/daughter/grandmother; absence of relational narratives father/stepfather/daughter; perception of the sexuality present in children and adolescents; virginity as a determining factor; renouncement of the role as woman; exposition of the couplesø intimacy; attention to protection;ø new family composition; reinterpretation of new descriptions. These narratives show the difficulties in the different dimensions of partnership, parenthood, fraternity, which are present in the daily life of the families.

**Key words:** family, constructive narratives, sexual abuse, descriptions, meaning.

**Resumen:** Este texto hace hincapié en el tema abuso sexual y familia, por medio de la perspectiva Construccionalista Social. Tiene como reto conocer y acceder a las narrativas, los significados y los sentidos que la familia produce en el período entre la revelación y el atendimento en una institución pública de servicio social. Se trata de un estudio cualitativo exploratorio, utilizando el método de la entrevista semi-estructurada de cuño narrativo, con nueve familias en situación de abuso sexual. Los resultados se han organizado a partir de tres núcleos indagados por Construccionalismo Social: la construcción del problema - Narrativas que marcan la revelación del abuso sexual e las reacciones vividas en la familia; los cambios - Inter(acciones) que generan cambios; promoción del cambio - repitiendo y actualizando las historias para apropiarse de los avances. Los núcleos narrativos que se han destacado fueron: historias disociadas del tiempo, de los hechos y de los afectos; relación inter-generacional madre/hija/abuela; ausencia de narrativas relacionadas a padre/padrastro/hija; percepción de la sexualidad presente en los niños y en los adolescentes; virginidad hecho determinante; denuncia del papel de mujer; exposición de la intimidad conyugal; atención a la protección; recomposición familiar; reinterpretar nuevas descripciones. Estas narrativas comunican dificultades implicadas en lo conyugal, lo parental, en la fraternidad, dimensiones presentes en el cotidiano de las familias.

**Palabras clave:** familia, construcciones narrativas, abuso sexual, descripciones, significado.

As relações familiares se constituem em um espaço complexo e com diferentes especificidades, e estas são os primeiros sistemas de interações, no qual as crianças e adolescentes, considerados seres em desenvolvimento, experimentam suas primeiras impressões do mundo (Habigzang & Koller, 2011; Santos & Dell'Aglio, 2009). A família, no presente estudo, é considerada um sistema linguístico, uma organização social variável que se constrói dentro da imensa teia de relações, com contornos e limites imprecisos e variáveis, e que se configura sócio-historicamente, criando seus significados e sentidos no transcurso de seu ciclo de vida (Costa, 2011; Grandesso, 2008, 2011).

Os sistemas humanos são sistemas fluidos e evolutivos de comunicação que existem na linguagem. São sistemas de organização e de dissolução de problemas, entidades complexas compostas de indivíduos que pensam, interpretam, entendem e compartilham significados construídos, como construção social (Anderson, 2010; Anderson & Goolishian, 1988). Nesse movimento de construção, nem sempre as famílias representam um espaço de proteção ou cumprem a expectativa da sociedade de proteger a seus membros. Muitas famílias revelam modos de relacionamento marcados por interações abusivas entre pais e filhos, baseadas em violência física, psicológica e sexual. A visão construcionista social, que dá ênfase às narrativas construídas pelas famílias, modifica a perspectiva de se encarar as famílias como deficitárias ou incompetentes, para vê-las como desafiadas na busca de novas possibilidades e reconhecimento de suas potencialidades (Gergen, 2006a, 2010; Grandesso, 2008, 2011; Rasera & Japur, 2005, 2007). Este texto, portanto, enfoca o tema do abuso sexual e família, por meio da perspectiva Construcionista Social, e tem como objetivo conhecer e acessar as narrativas, significados e sentidos que a família produz na ocasião da revelação da situação de abuso sexual.

## **A perspectiva Construcionista Social**

Os teóricos construcionistas sociais não colocam acento nas patologias individuais, e sim na perspectiva interacional e contextual, por considerarem que as dificuldades não se desenvolvem no interior da pessoa, mas sim nas suas interações. Este enfoque entende que o desenvolvimento e a consolidação das situações de abuso sexual, além dos acontecimentos em torno desse mesmo problema tomam esse curso, esse caminho, porque houve restrições que o impediram de seguir outros cursos. Esse caminho não permite a pessoa a ter acesso a uma solução alternativa para suas dificuldades. Os paradigmas modelam os problemas e os problemas sustentam os paradigmas (Anderson, 2010, 2011; Anderson & Goolishian, 1988; Kamsler, 2006).

O mundo das narrativas é acessado quando se conecta as ações aos seus significados e aos seus sentidos. Quando as pessoas contam suas vivências de abuso sexual em forma de pergunta-resposta, não tendo a possibilidade de narrar suas histórias, e não tendo pausas para entrar em conexão com os significados é como se estivessem conectando seus comportamentos unicamente em termos de causa e efeito, não produzindo sentido e não ingressando no território das narrativas. As narrativas, com suas pausas, permitem que os participantes se percebam agentes ativos de sua própria vida, conectando os processos de atribuição de significados às suas experiências. Quando isto não ocorre, a pessoa permanece estática ou paralisada, com uma visão unitária da situação, e não apreende a multiplicidade de interpretações, a que White (2002) chama de condição de vida. Sobre esse termo, o autor afirma: não é a ordem nem o equilíbrio o ponto a ser vivido, mas a contradição. Como em um plano político, tem-se a desigualdade e a marginalização; a dominação e a submissão; a exploração e a resistência; e as lutas pelas questões de gênero, raça, etnia, idade e orientação sexual. Os relatos são constituídos por

acontecimentos que estão conectados a sequências particulares, no curso do tempo, em uma perspectiva processual. A dimensão temporal está implicada e incorporada no conceito de *narrativa*. Bateson (1979, como citado em White 2002, p.78) aponta que é a òdimensão temporal que marca a diferença entre os eventos. A percepção dessa diferença é o que desencadeia as novas respostas nos sistemas vivos. Situar os eventos no tempo é essencial para a percepção e para a compreensão das mudanças, que só assim serão perceptíveis. Bruner (1996) coloca que a estrutura da narrativa destaca a ordem e a sequência em um sentido formal, sendo adequada para as mudanças no ciclo de vida e para qualquer outro processo de desenvolvimento. As narrativas descrevem as pessoas transitando por suas vidas, não contribuindo para a ilusão da atemporalidade que coloca em relevo a estabilidade e o equilíbrio. A narrativa lança a pessoa no sentido de ver as mudanças da vida e sua transitoriedade nas diversas contingências, incertezas e irregularidades da vida. Kamsler (2006) e White e Epston (1993), destacam a índole constitutiva de todas as interações e afirmam que nenhuma pessoa tem *status* de espectador inocente.

### **Abuso sexual**

O abuso sexual pode ser definido como o envolvimento de uma criança ou adolescente em atividade sexual, sobre a qual não entende e não dá o consentimento e para qual não está preparado, em função de seu estágio de desenvolvimento. Quase sempre é perpetrado por uma pessoa que cuida e que está em uma relação de responsabilidade, confiança ou força com a criança. Esta relação é destinada para gratificar ou satisfazer as necessidades dessa pessoa, e não da criança. As práticas eróticas e sexuais são impostas à criança ou aos adolescentes quase sempre pela violência física, ameaça ou indução de sua vontade. Baseia-se em uma relação de poder desigual entre a vítima e o ofensor que se utiliza do seu papel de cuidado, de confiança e de afeto que a criança tem por ele, para iniciar, de forma sutil, o abuso sexual (World Health

Organization [WHO], 1999). A vulnerabilidade e complexidade das situações de abuso sexual colocam as famílias como foco de muitos pesquisadores nacionais e internacionais na atualidade (Baptista, França, Costa, & Brito, 2008; Costa, Penso, Rufini, Mendes, & Borba, 2007; Habigzang & Koller, 2011; Maniglio, 2009; Serafim, Saffi, Achá, & Barros, 2011).

Quando se busca conhecer uma situação de abuso sexual, não se realiza um processo passivo, limitado a um objetivo final de descobrir ou conhecer a verdade e convencer outros, mas se faz uma participação ativa, através da linguagem, entre o entrevistador e as pessoas. Procura-se prestar mais atenção no que a pessoa diz e conta, tornando distinta a diversidade das situações de abuso sexual apresentadas, uma vez que cada situação implica em diferenças culturais, históricas, raciais, étnicas e etárias (Anderson, 2010; Kamsler, 2006).

### **Método**

O contexto desta pesquisa é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de uma grande capital. Os serviços prestados às famílias e aos indivíduos no âmbito da assistência social no Brasil ocorrem com base na estrutura apresentada pela Política Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MSD], 2005) e pela Lei do Sistema Único de Assistência Social (Lei nº 12.435, 6 de julho de 2011). Os casos de abuso sexual são atendidos pelos CREAS, segundo orientação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº109, 11 de Novembro de 2009).

A pesquisa é um estudo de delineamento qualitativo exploratório, no qual se adotou entrevistas semiestruturadas (narrativas), consideradas fonte de dados primários, e análise documental dos prontuários das famílias em atendimento no CREAS, considerada fonte de dados secundários. Foi realizado também um estudo interpretativo das informações presentes nas entrevistas, com o fim de responder ao objetivo da pesquisa. O universo aqui pesquisado são

famílias em extrema pobreza, cujos adultos têm um baixo índice de escolaridade, sendo 15% deles analfabetos. Algumas famílias atingem o término do ensino fundamental. Essas famílias disponibilizam de uma renda em torno de meio salário mínimo por família e 75% delas são beneficiárias do Bolsa Família e de outros auxílios financeiros governamentais. A Tabela 1 mostra, ainda, outras características da população participante da pesquisa, confirmando os estudo de Pinho (2012).

O acesso aos sujeitos ocorreu por meio de entrevistas de acolhimento, que teve como objetivos: o estabelecimento de vínculo entre a família e a instituição; a orientação sobre o programa específico para situação de abuso sexual; e o esclarecimento sobre o motivo do encaminhamento e do atendimento especializado que a instituição oferece às famílias vítimas de abuso sexual. Segundo o cronograma anual da instituição, as famílias são acolhidas periodicamente com o intuito de proceder à organização do atendimento psicossocial que virá a seguir. Todas as famílias aqui descritas apresentaram situação de abuso sexual e chegaram à instituição por meio de encaminhamento do sistema justiça. Algumas famílias já faziam parte de outros programas de repasse de auxílio financeiro.

Foram realizadas 15 entrevistas com 15 famílias. Para o procedimento da análise deste estudo selecionou-se uma amostra por conveniência, diversificada e intencional de nove famílias. A leitura extensiva das entrevistas mostrou que havia uma saturação das narrativas descritas nas situações de abuso sexual, o que levou a uma seleção de nove famílias, dentre as quinze, observando uma relativa distribuição por sexo, idade, configuração familiar e situação de abuso.

Cada entrevista teve duração aproximada de 1h30min e consistiu de perguntas abertas para que a família pudesse narrar suas histórias de violência. O roteiro norteador consistiu dos seguintes itens: 01) Gostaria que vocês se apresentassem. Quem são vocês e de onde vêm? É a

primeira vez que estão aqui? Já estiveram em atendimento antes? 2) Vocês têm alguma ideia do que vamos conversar hoje? 3) Que historia vocês vão nos contar sobre quando descobriram a violência na família, o abuso sexual? O que aconteceu com a família quando se descobriu a violência? 4) Como a família estava vivendo neste momento? Como foram vivendo com essa violência, uma vez que já sabiam do que tinha acontecido? 5) E agora que vocês vão receber atendimento aqui no CREAS, como está essa família? Como vocês se sentem sabendo que serão atendidos pelos profissionais do CREAS para tratar da questão do abuso sexual? O que vocês esperam ou imaginam que irá mudar em suas vidas? 6) Vocês gostariam de me contar mais alguma coisa? Este roteiro foi apresentado a todos os membros da família presentes na entrevista, inclusive à vítima. Buscou-se levantar informações objetivas a respeito de intervalos de tempo, de modo a se reconstituir informações sobre o tempo e as vivências experimentadas no intervalo entre a revelação e o momento do atendimento. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

As narrativas das famílias apresentadas variam conforme o contexto e a situação de abuso sexual vivenciada, não se reproduzindo com contornos uniformizados conforme um conjunto de determinantes a priori, pois são sempre afetadas pelo modo de vida das famílias e pelas condições externas, não necessariamente coerentes e constantes. Para a organização das informações contidas nas entrevistas e a construção do corpus deste estudo seguiu-se: transcrição das entrevistas; leitura extensiva das mesmas; e organização de categorias empíricas e operacionais criadas a partir do material de campo, que contêm e expressam relações e representações próprias desse grupo, levando em conta três aspectos indagados pelo Construcionismo Social, a saber, **a construção do problema, a mudança e como promover a mudança** (Rasera & Japur, 2007).

O **problema** é aqui considerado como as construções discursivas produzidas nas relações entre as pessoas implicadas no contexto da ocorrência do abuso sexual, narradas nas entrevistas. Ele constitui-se nas descrições e distinções que as pessoas fazem a seu respeito ou a respeito das situações de abuso sexual vivida. Visto deste ângulo, o problema se situa nas formas pelas quais as pessoas constroem os discursos sobre o abuso sexual (Rasera & Japur, 2007). **As mudanças** são as novas nuances de ver o problema, novos modos de reescrever o problema, responsabilização e negociação de sentidos (Gergen & Gergen, 2010). As novas descrições vão tomando lugar das antigas e novos significados são atribuídos às situações (Rasera & Japur, 2007). **A promoção da mudança** está diretamente implicada no *auto agenciamento* ou *agenciamento social*. Auto agenciamento é a percepção pessoal de auto competência para a ação, significa ter habilidade de comportar-se, sentir, pensar e escolher formas de vida mais libertadoras ou simplesmente enxergar que elas existem (Anderson, 2010, 2011).

Para a realização da construção da análise e interpretação do corpus utilizou-se a Análise Hermenêutica Dialética, proposta por Habermas no seu diálogo com Gadamer (Minayo, 2010). Este é um instrumento com uma perspectiva interpretativa que corresponde às dimensões e à dinâmica das relações que se apreendem numa pesquisa. É uma forma de objetivar a práxis de produção do conhecimento. A interpretação exige elaboração de categorias analíticas capazes de desvendar as relações abstratas e mediadoras para a parte contextual. Neste momento, o pesquisador vai juntar os dados colhidos e os fundamentos das teorias que fazem parte da elaboração dos conceitos, buscando uma nova aproximação do objeto, de tal maneira que o pensamento antigo evolui para novos encontros alternativos no presente. Esse processo passa por quatro etapas: ordenação dos dados, classificação dos dados, leitura transversal e análise final (Minayo, 2010; Palmer, 2011). Esta análise do material qualitativo, dentro da proposta de

investigação social possui três finalidades: heurística, administração de provas e ampliação de contextos culturais (Minayo, 2010). Os cuidados referentes à conduta ética na pesquisa com seres humanos foram considerados. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, via Plataforma Brasil, parecer número 223.032.

## Resultados

**O Problema** ó a solidão da família; os sinais emitidos pela vítima da ocorrência do abuso sexual; o percurso que a criança faz para revelar a situação de abuso; a criança decide contar o abuso sexual à pessoa de sua confiança; reações da criança, da mãe, da família e das pessoas envolvidas no problema e no sistema linguístico; a entrada da mãe no õburaco negro; necessidade da família de contar e recontar aspectos da mesma história.

**A mudança** ó é preciso tempo para a família vencer os primeiros momentos de silêncio; necessidade de se dar crédito à história da criança; o rompimento familiar com relações significativas e/ou recuperação de relações antes não valorizadas; as mudanças observadas na mãe e na criança dizem respeito a um maior interesse em mudar o conhecimento mútuo; a revelação do sofrimento, dos sintomas, das inquietações, dos sentimentos de culpa, do desrespeito ao papel da mulher, da perda de pessoas queridas e das dificuldades de estabelecer novas relações amorosas.

**A Promoção da mudança** ó a reinterpretção da mãe sobre o que aconteceu na vida da filha(o) e a busca de uma mudança em sua própria vida; a promoção de mudanças a partir da compreensão da mãe sobre a proteção da vítima.

## Discussão dos Resultados

A discussão dos resultados segue o marco referencial do Construcionismo Social, qual seja: o problema, a mudança e a promoção da mudança. Ao falarem sobre o tema, Gergen e McNamee (2010), afirmam que ão aproximar-se de uma família pela primeira vez, inicia-se um processo de mudança (p.58).

### **O Problema - Narrativas que marcam a revelação do abuso sexual e as reações vividas na família**

Ao longo do processo de construção desses resultados foi-se configurando a importância da relação intergeracional mãe/filha e avó/neta. A presença dessas três gerações revela as influências transgeracionais de sentimentos, fatos, situações e eventos nunca conversados e tampouco compreendidos. A entrevista é o momento onde estas dificuldades intergeracionais estão sendo modificadas e ressignificadas. Embora nem todas as vítimas tenham revelado o abuso sexual diretamente à mãe, por diferentes fatores, percebe-se que é a mãe ou a avó aquela que vai assumir o comando da situação, aproximar-se da vítima, fazer os encaminhamentos para a busca de ajuda e desencadear as soluções. A literatura (Hershkowitz, Lanes, & Lamb, 2007; Santos & Dell'Aglio, 2010) revela que a disponibilidade de denunciar o abuso sexual está associada à qualidade da relação que a criança ou adolescente tem com a pessoa que vai acolher o segredo e as reações que esta última terá frente ao acontecimento.

As mães iniciam a entrevista descrevendo a situação de abuso sexual a partir de duas perspectivas: o segredo e a justificativa. Por se tratar de um tema por vezes aversivo para as mães, que apresentam enormes dificuldades em estabelecer uma conversação franca com as filhas(os) em situação de abuso, elas falam como se fosse às entrelinhas, por signos, como se a filha presente na entrevista não pudesse ouvir falar dela mesma. Referem-se ao abuso como

ãaquilo. Além disso, as mães estão preocupadas em se justificar e explicar sua ausência de casa. Falam de suas aspirações e desejos principalmente referentes ao papel profissional e de como gostariam que este aspecto ocupasse suas vidas e, também, como o mesmo interfere na criação dos filhos. *õMas, é para eles que eu saio muito... é para trabalhar e trazer o dinheiro para casa...ö* Elas parecem pedir desculpas por terem necessidades próprias e por considerarem seus desejos, como se nunca devessem pensar em si mesmas. É como se os desejos e o pensar em si mesma constituísse o grande mal, o causador do abuso e, portanto, elas devessem considerar-se as responsáveis e culpadas pela violência, o que parece paradoxal. Ao relatar essa ambiguidade, as mães reconhecem que as circunstâncias da vida imprimem esta situação. As constantes mudanças de ordem econômica e social marcam o tempo dessas famílias e a situação de abuso sexual extrapola aquilo que já vinha afligindo suas buscas e estratégias de sobrevivência. Agora, a situação impinge mudanças drásticas que implicam na questão orçamentária daquelas vidas. Muitas vezes a mãe não poderá sair mais para o trabalho, pois o pai ou o companheiro teve que sair de casa (Costa et al, 2007; Pelisoli & Dell’Aglío, 2008).

A revelação é vivida pela criança e pelo adolescente em um processo que se constitui em um momento de muita dor, sofrimento, inquietações e sentimentos contraditórios para todos os membros da família. A mãe e a criança passam por um tempo de transtorno em sua interação, uma vez que a mãe pode ser sua primeira confidente ou se tornar uma, após a revelação. Parece que a mãe é vista como a melhor pessoa para receber essa notícia, sendo que esta é uma noção essencialista e fixa da cultura. A cultura é um conjunto de significados narrados vindos do passado, presente e futuro, que são em si definidores e constitutivos (Gergen, 2010). É importante notar que, tal como nas pesquisas de Diniz (2011), Praciano (2011) e Pinho (2012), a mulher é vista como a organizadora das ações da família, demarcando a manutenção de uma

visão tradicional dos papéis de gênero. A mãe, desde o momento em que fica sabendo da violência, é como se entrasse *õnum buraco negroö*. Uma delas relata: *õ... eu não tinha chão naquele momento... Parece que eu saí de lá meio aérea... Parece que eu tinha tomado um choque... Foi muito sofrimento saber dessa história... Fiquei atarantada, nervosa, não sabia o que fazer...ö*. Sabe-se que as famílias com histórico de violência apresentam dificuldades de comunicação entre seus membros e isolamento da rede de apoio, criando dificuldades de aproximação para pessoas conhecidas da família e para profissionais, implicando em grandes transtornos para a família e principalmente para a criança, quando da revelação do abuso sexual (Pelisoli & Dell'Aglio, 2008).

Para crianças entre 8 e 10 anos ou para vítimas já adolescentes, a mãe costuma perguntar: *õ... isto é de fato uma verdade? Isto é muito serio e você não pode mentir sobre isso...ö*. A família, ao se defrontar com a revelação do abuso sexual através da criança ou através de outra pessoa, vive intensamente a dor e o sofrimento, expressando sentimentos e estados de paralização, aprisionamento e silenciamento. As mães se expressam: *õ... nunca pensei viver tamanho transtornoö; õVivi um choque, perdi o chão, entrei em depressão, em muito sofrimentoö; õFiquei atarantada, não sabia voltar para casaö; õFiquei doente, não consegui tomar nenhuma iniciativa. Fiquei louca, não dei mais atenção à minha famíliaö; õPerdi meu controle, virou um inferno a nossa vida. Abalou toda a família, mas o peso só recaiu em mimö; õFiquei gelada, não consegui sair do espantoö; õPerdi pessoas... Confusão na família... Curiosidade da família extensa...ö*. As mães sentem o abuso sexual como ocorrido nelas mesmas. Ficam doentes fisicamente, não suportam o sofrimento e não conseguem ter iniciativas, até que possam se sentir melhores consigo mesmas e com sua individualidade, para então responder a um chamado para a ação. Percebe-se que as mães precisam ter alguém de fora do

sistema familiar afetado pelo evento, que as retirem daquela situação e as acolhem em uma condição de prontidão para iniciativas.

Quando a criança não é capaz de contar diretamente para mãe e esta fica sabendo sobre o abuso sexual por meio de outra pessoa, parece implicar em mais dor e sofrimento. Nesse caso, a mãe sofre duplamente: pela culpa do que aconteceu com a filha(o) e pelo fato de a vítima não ter tido a confiança de lhe contar diretamente ã... *Minha filha guardava um segredo que não foi capaz de me contar...ö. A mãe quase sempre é capaz de prever sobre o que a vítima vai lhe dizer ã... *Aí, ele estava com essas coisas... *Aí eu procurei... *Tem alguma coisa errada... *Só pode ser isso... *Eu imaginei. *Eu levantei hipóteses que fosse isso...ö. Ou então, a mãe espera pela expressão da coragem da filha(o) e esta fica mais uma vez sozinha para realizar a revelação, uma tarefa árdua para a sua condição de criança ou adolescente. Outra mãe assim se exprime: ã... *Às vezes quando chegava à noite em casa, eu ia trocar o filho... *Só para ver se ele tinha alguma marca e meu companheiro perguntava por que estava fazendo isso. *E eu dizia: não só para verö. Depois da revelação, familiares ou a mãe reconhecem que já havia percebido os sinais da violência, mas não tinha coragem de encará-los. Santos e Dell'Aglio (2010) apontam que a descoberta da mãe sobre o abuso sexual não ocorre como um evento, mas em um processo no qual as mães precisam prestar atenção a seus filhos, juntar os fragmentos de sinais que vão surgindo, acreditar no que está percebendo, e ter a coragem de fazer o enfrentamento.**********

Durante a entrevista, as vítimas de abuso sexual (com 9 anos ou mais) permanecem conectadas às suas mães e ao que estas falam, deixando que as mães contem sobre si, e se permitem fazer algumas correções ou completar algum dado que a mãe esqueceu ou omitiu. Parece que, a partir do momento que a criança ou adolescente revela o fato à mãe, esta história passa a ser muito mais da mãe do que da vítima. A criança agora quer ter certeza que a mãe vai

confiar nela, cuidar dela e protegê-la. Porém, a mãe ainda está conectada consigo mesma, na sua dor e nas suas perdas, que são muitas. Mas, neste ponto da entrevista ocorre algo muito importante. No momento em que a mãe se conecta verdadeiramente com o sofrimento da filha, situação que acontece quase sempre ao final da entrevista, ela demonstra querer permanecer na sala e contar sobre sua própria vida. Nesse momento, a criança percebe que a mãe está falando dela mesma, presta atenção e se conecta a ela, surgindo daí uma nova forma de se relacionar. Quando a mãe conta sua história de abuso sexual ou de outras violências sofridas, parece haver uma aproximação maior entre as duas e, também, uma nova possibilidade de relação, pois uma nova unidade de sentido surgiu ali naquele espaço. Há uma correspondência de afeto e compreensão que concretiza a sensação de estarem juntas e sofrerem as mesmas situações. É talvez o momento mais importante da entrevista. White (2002, 2012) coloca que toda formulação que postule significado é interpretativa. Estas formulações são o resultado de uma indagação determinada por nossos mapas ou analogias. As analogias que são empregadas determinam a compreensão de mundo. As perguntas que se formulam acerca dos próprios atos, as realidades que se constroem e os efeitos reais determinam as distinções do mundo.

Existem mitos de que *depois que a criança é abusada, ela fica assanhada e...* Quando chega perto de um homem fica se amostrando... As pessoas constroem o mundo de diferentes formas e estas diferenças encontram-se enraizadas em nossas relações sociais, a partir das quais o mundo se tornou o que é. As afirmações da verdade encontram-se invariavelmente vinculadas às tradições de valor (Gergen, 2010, p. 19). Então, quando ocorre a revelação do abuso sexual, a narrativa da filha com relação à mãe é de sentimentos de abandono, sensação de isolamento, de desproteção, distanciamento por parte da mãe e sensação de que não é vista ou percebida por ela. Já os sentimentos da mãe são de culpabilidade, de negligência, abandono e

falta de atenção. É difícil para a mãe olhar para a situação, a qual muitas vezes ela mesma já viveu e não se sente capaz de lidar. Elas explicitam claramente nas entrevistas que esses sentimentos são os que mais contaminam a relação entre mãe e filha após a revelação.

Ao permitir às famílias que contem suas histórias sem interrupções, estabelecendo uma oportunidade dialógica e explorando a responsabilidade relacional, as narrativas vão brotando. A responsabilidade relacional diz respeito tanto à atitude do entrevistador de possibilitar um clima de flexibilidade para partilha em voz alta dos diálogos internos e privados quanto à mãe ou outro membro da família de refletir sobre suas ações em relação aos outros (Anderson, 2010).

#### **A mudança - Inter (ações) que geram mudanças: crédito, atenção, providências e proteção**

As narrativas em andamento, que se apresentaram no primeiro momento da entrevista, estão inseridas em outras narrativas que se entrelaçam às primeiras. Bruner (1979, como citado em Anderson, 2010) destaca que os humanos não são descritos de maneira fixa e precisa, mas são geradores incessantes de novas descrições. Anderson (2010) assinala que o self é uma autobiografia multifacetada de si e do outro, que está constantemente sendo redigida e editada. À medida que se tenta contar histórias por meio da linguagem, as narrativas se atualizam, envolvendo o self na conversação de transformação e construindo-o e reconstruindo-o por meio de sucessivas interações. O passado, o presente e o futuro são considerados processos reflexivos e estão presentes nas histórias (Andersen, 1997).

A mãe que sofreu abuso sexual tem medo de que o mesmo venha a acontecer a seus filhos, e tem uma permanente tensão em torno dessa situação. Mas, como foi dito anteriormente, afasta sua mente dessa possibilidade e da perspectiva de que possa estar acontecendo o mesmo à sua filha(o). Não conseguindo dimensionar o quanto este tipo de situação pode estar perto de sua família, como esteve em sua própria infância, a mãe relata: ã... *Uma história tão difícil, mas que*

*aconteceu tão rápido... Tão fácil e inesperada... Aí ele veio, me pôs no colo dele, me deu bala e dindin e ficou passando a mão nas minhas partes. Aí quando minha mãe chegou, eu contei para ela, só que ela não acreditou em mim. Aí, por causa disso, acho que eu fui sempre assim, sempre ligada a essas coisas. Sempre tive medo que isso acontecesse. Acho que meu medo que isso acontecesse era tão grande, mas ao mesmo tempo não queria que acontecesse de novo e nem que acontecesse com meu filho...ö* A mãe explica que ela, quando criança, além de ser violentada, ficou confusa diante daquela situação. Ela ficou dividida entre duas percepções tão diversas que aconteceram ao mesmo tempo e se perguntava: *ö... ganhei bala, mas sou mentirosa. Isto pode ou não pode?ö*. Percebe-se que a criança nessas condições só tem a alternativa de guardar a história. Ocorre que ao longo da vida aquela narrativa da criança permanece periférica e, portanto, ela não consegue coragem para olhar para sua experiência e para dizer em voz alta que foi abusada sexualmente. É como se a pessoa soubesse que ainda precisa resolver aquela questão e quando aparece uma oportunidade de atualizar sua história, faz a combinação desses enredos. A mãe, ao contar a história de sua filha(o), pode construir novas compreensões de sua história para compor e recompor sua vida. É imprescindível ressaltar aqui a força da transgeracionalidade, no sentido de compreender os pressupostos de que a família possui uma história que extrapola a família nuclear e envolve a família extensa. Estes pressupostos reatualizam as regras transgeracionais, os padrões de relacionamento dos diferentes sistemas familiares de origem e o movimento de autonomização dos filhos (Penso & Costa, 2008).

As crianças têm dificuldades em avaliar se aquela ação do adulto é considerada violência e se aquela pessoa tem a intenção de submetê-la a tais vivências para satisfação de suas próprias vontades. Algumas mães que sofreram violência em sua infância não tinham clareza de que esta ação que satisfazia o adulto constituía um abuso. Ao contar essa história vivida por sua filha(o),

que agora se conecta com sua própria história, tomam consciência de que sofreram um abuso sexual e conhecimento de que o ofensor deve ser identificado e responsabilizado. As mães começam a se dar conta de que, ao não serem ouvidas por suas próprias mães na infância, é como se tivessem que assumir a culpa, e que elas precisariam ficar escondidas e compreendem que é importante falar com a filha(o) sobre a experiência de violência que a ela/ele está vivendo agora. As mães percebem que a violência sexual vem sempre acompanhada de outras violências, a exemplo do seguinte relato: *õ... Minha filha me conta que quando viveu com meu ex-marido que abusou dela, ele queimava suas bonecas, ele cortou seu cabelo, que era longo e lindo como se ela fosse um menino...ö.*

O mito da virgindade perturba as mães, porque grande parte delas pensa ainda que o abuso só ocorre quando há penetração. A preocupação maior das mães não é se a violação à integridade física, sexual e psicológica da criança ou da adolescente a comprometeu. Elas necessitam em primeiro lugar saber *õ... até onde foram as coisa...ö.* Se houve ou não penetração, se a criança ou adolescente ainda é virgem e, por isso, buscam rapidamente algum serviço, como o Instituto Médico Legal (IML), para fazer esta constatação. Se as mães dizem *önão deu nadaö*, significa que a criança ainda é virgem e que a criança não tem pressa para ser atendida ou pode até nem precisar de atendimento. A partir daí, se o ofensor é um adolescente ou o pai ou o padrasto, a mãe nem sempre faz a notificação. Ela então protege o ofensor, não prosseguindo com a investigação. Isto evita um constrangimento, na opinião dela. Portanto, o mito da virgindade parece ser muito importante, e tem um valor cultural, e *õdireito patriarcalö* do homem se apropriar de mulheres para satisfazer suas necessidades. É um determinante que indica ou não a natureza e a gravidade da violência que aconteceu à criança ou ao adolescente. Uma mãe, ao falar da perda da virgindade da filha aos nove anos, lamenta profundamente o fato da menina não

ser mais virgem e conta sua própria história, na qual mostra mais uma vez que a violência nem sempre vem com a máscara de violência. Assim, desconstrói-se o mito da virgindade: *õ... Ele era irmão de uma vizinha de minha mãe, que veio morar com ela. Eu fiquei encantada porque ele nem conhecia a gente direito e já veio trazendo uma porção de balinhas e chocolate...ö* Outra mãe reproduzindo a fala da filha diz: *õ... Meu pai começou a fazer isso comigo desde que você foi embora e eu fiquei morando com minha avó. Ele fazia cavalinho comigo no colo dele...ö* Vê-se, então, que esses comportamentos que parecem gentilezas vão se tornando violências e que muitas dessas mães só agora entendem o que ocorreu com elas mesmas na infância. As mães começam a compreender que a questão não está no rompimento do hímen. A questão da virgindade vai passando para um segundo plano e elas vão percebendo que é importante a condição psicológica em que suas filhas estão submetidas, impedidas de serem crianças e com medo de se tornarem adultas, tal como elas mesmas.

Algumas mães se sentem revoltadas. O abuso sexual das filhas denuncia questões relacionadas ao papel de mulher e à conjugalidade. Elas se sentem expostas a um tribunal que revela suas deficiências no papel de mulher e nas habilidades e interesses sexuais. A traição do marido com outra pessoa, que é a própria filha, mostra para elas o quanto estão desconectadas de si mesmas e das filhas. Esta pode ser uma narrativa que se mantém em segredo e em ambiguidade, porém, durante o seu relato as mães são capazes de reconhecer a sexualidade como uma necessidade vital.

Ao longo de uma entrevista, a mãe vai se dando conta dos vários momentos em que não protegeu o filho: quando não fala a verdade para a criança; quando não permite que esta lhe conte suas vivências; quando não presta atenção ao que está acontecendo em sua vida; quando não permite que ele conviva com o pai biológico. A atenção da mãe parece estar na relação com

o companheiro ou com o que aconteceu com ela. A mãe sente que não cuidava nem de si mesma. *õ... Como ia cuidar dele?* Ao rever os momentos em que a criança não estava protegida, a mãe pode fazer novamente um paralelo entre sua vida e a vida de sua filho. Parece montar uma colcha de retalhos atualizada de suas experiências com as vivências dela e da criança. O significado presente nas narrativas da família está em constante desdobramento durante a conversação. Shotter (1993a) aponta a importância de reconhecer que há algo além ação em nossas palavras ao serem faladas, além e acima do que existe nos padrões presentes nelas, uma vez que foram faladas (Shotter, 1993a, p. 7). Por isso, também nossos *selves*, entendidos como dialógicos, estão em constante mudança e transformação.

As reações de providência dessas mães e avós, no sentido de restabelecer a proteção e o cuidado com a vítima, só vão ocorrer depois de um tempo que é variável em cada situação, dependendo da gravidade e das condições físicas e psicológicas em que essas mães e avós encontram. Essas reações, que implicam em proteção, são tão diversas quanto às situações onde e como ocorre o abuso. Três mães e uma avó dizem: *õ... As crianças brincam mais e estão mais felizes...õ*. Outra mãe busca ações no sentido de reparar suas culpas e não deixa a criança fazer nada que não esteja sob seus olhares. Já uma terceira, nunca mais falou sobre o abuso sexual com suas filhas adolescentes, pois insiste em dizer: *õO que elas estão contando, não é o que de fato se passou...õ*. Outras não conversam com suas filhas por não saberem o que falar. Uma última chora muito de saudade da filha de 14 anos, que fugiu de casa, juntou-se e vive na casa da sogra com o rapaz. Ela não sabe o que dizer para a filha e tem dúvidas sobre a violência. As mães das crianças com idade entre 4 e 8 anos buscam ajuda na escola.

É importante observar que grande parte das famílias entrevistadas passou por uma recomposição da vida familiar que pode ter ocorrido através: da saída do ofensor de casa; da

saída da filha de casa, seguida de retorno depois de algum tempo; da criança que pede à mãe o retorno do pai à casa e, enquanto isso não acontece, elas dormem juntas; do enteado adolescente que deixa a casa do pai; da mãe e dos filhos que vão morar juntos com a avó; das crianças que saem da condição de abrigadas por causa do abuso sexual e vão morar na casa da irmã da mãe; e da avó que conta ter reencontrado a felicidade quando os netos vêm morar com ela. *õ... Me sentia rejeitada e não era amada. Sem meus filhos, eu era uma mulher sem sal... Mas agora meus netos me amam, sou uma mulher amada... agora meus netos só têm eu...ö* Uma mãe se coloca da seguinte maneira: *õ... viver sem ele é muito difícil. Quase morri, mas aprendi a trancos e barrancos que todos os dias têm tribulações diferentes e que tenho que resolver...ö* Esta mãe faz compreensões dos movimentos da vida e de suas contradições, como aponta White (2002) e reafirma *õ... tem que ter os pés firmes no chão...ö*. Outra mãe recompõe sua relação com o pai biológico da criança que a procura para saber o que se passou com seu filho, com quem nunca conviveu. As mães e a avó reconhecem que a mudança na composição da família muitas vezes implica em mais e novas responsabilidades. Com isso, também se veem muitas vezes impedidas de recomeçar relações amorosas ou não querem fazê-lo, e não vão mais dar chances para essa possibilidade: *õ... Não confio mais nos homens...ö* A mãe se reconhece e diz: *õ... Aprendi a lição. Ver o sofrimento de meus filhos me ajuda não arranjar mais...ö* Porém, vale ressaltar a observação de que em algumas famílias há uma acomodação e reestabelecimento de relações de maior proximidade. Depois da grande revolução, que é a revelação do abuso sexual e as primeiras providências de proteção, a família se recoloca em um novo lugar, que, sem os conflitos e as violências, pode muitas vezes ser estruturador e organizador do crescimento e amadurecimento da família (Costa et al., 2007; Santos, 2011).

Com relação às mudanças que ocorrem no âmbito intrafamiliar, algumas mães reconhecem que depois de um longo tempo parece que a família se une em torno das dificuldades. O fato da iminência do atendimento gera um desconforto diante da possibilidade de falar novamente sobre todas as vivências, fatos e situações decorrentes do abuso sexual, que já estavam acomodados. É como se os sentimentos com relação ao abuso sexual fossem revividos. Algumas famílias buscam atendimento próximo ao evento de violência. Outras reconhecem que o atendimento será muito bom e vai lhes ajudar. Ainda tem aquelas que identificam que já passou tempo demais do ocorrido. Estas relatam que os serviços ditos disponibilizados não deram atenção ao que sentiram naquela época e, agora, a família já se ocupa de outras coisas. Há famílias que realçam o quanto estão felizes por serem agora chamadas e atendidas, e por perceberem que as pessoas querem ajudá-las. Pode-se constatar que o atendimento possibilita mudanças desde o momento da entrevista de acolhimento, que é a primeira ação oferecida pela instituição às famílias. E ainda, evidencia-se a ampliação na rede de apoio dessas famílias, no que tange a uma maior oportunidade de conhecimentos acerca das violências e da convivência com outras famílias que viveram a mesma situação. Isto as ajuda a ter novas compreensões acerca do que é violência e da complexidade que é proteger.

### **A promoção da mudança- Repetindo e atualizando histórias para apropriar-se dos avanços**

As histórias de abuso sexual dos filhos são contadas pelas mães e avó, que ao recontá-las vão se dando conta da semelhança que essas histórias têm com as suas próprias. Só se pode entender a vida quando se é protagonista de sua história. Gergen e Gergen (2010) relatam que quando uma pessoa passa por um sofrimento, este só faz sentido a partir da construção de alguma história. Ao visitar suas memórias de infância, as mães percebem e valorizam as vivências de sofrimento e violências vividas. Elas se dão conta de que sobreviveram

corajosamente, então, podem enxergar novas opções e alternativas que sejam mais otimistas para suas filhas(os). A mudança é inerente ao diálogo. Mudar é contar e recontar histórias familiares. Estas são interpretativas e geradoras de significados, são as descrições que resultam das conversações e se encaminham para o futuro, não abandonando o passado e o presente (White, 2002; Raserá & Japur, 2005, 2007). As pessoas vivem e experimentam seus dilemas e problemas em sistemas interativos e contextuais, tornando-os assim em fenômenos sociais, cujo desenvolvimento, persistência e eliminação só vão ocorrer também dentro de um cenário interativo (Anderson, 2010).

Ao longo da entrevista, a mãe vai se dando conta do que é proteger. Ela não tinha ideia de que contar a verdade ao filho e lhe dar o direito de convivência com o pai, por exemplo, significaria protegê-lo. Cuidar significa proteger. Ao dizer que não tem mais confiança em deixar o filho com a figura masculina, não havia percebido que uma mulher também pode ser agressora. Ela pode constatar isso, ao se dar conta das novas agressões físicas que o filho vem sofrendo com a tia cuidadora. A criança lança mão de uma nova forma para revelar a agressão, e foi capaz de dizer diretamente à mãe e esta foi capaz de perceber e acreditar no relato. Sobre o modo como cuidava do filho, a mãe faz uma narrativa reflexiva: *õ... O que aconteceu comigo está acontecendo com o meu filho. Acho que é falta de cuidado. Eu precisava que minha mãe me protegesse...õ*. Ela começa a pensar na possibilidade de pedir à madrinha do filho para cuidar dele. Outras mães podem agora fazer conexões entre seus desejos e a necessidade de proteger as filhas(o), pois sentem que, ao trabalharem muito, faziam tudo isso também para as filhas(o). Quando a mãe percebe que a criança apresenta comportamentos muito estranhos em relação aos que tinha anteriormente, como por exemplo, ter vergonha do corpo, não querendo mais trocar de roupa e não deixando a mãe cuidar dela, pode perceber o que se passa com a criança e fazer outra

leitura, de que a criança precisa da proteção e do cuidado dela, pois algo lhe acontece e a criança não sabe lidar.

Ao reinterpretar o que aconteceu na vida da filha, a mãe faz uma reflexão sobre o que é ser abusada sexualmente: *õ... Eu não entendia. Agora eu estou entendendo... Vivi relacionamentos tão ruins como os de minha mãe. Tenho onze irmãos, cada um de um pai... E um desses meus padrastos quis abusar de mim... Agora compreendo que o que ele fez foi abuso...ö.* Constata-se que este contexto de conversação possibilita relatos alternativos e que poderão ser honrados. Novos relatos vão se construindo de acordo com a realidade relacional de cada um (White, 2002, 2012). Outra mãe é capaz de reinterpretar a fala da criança quando esta pede o pai de volta. *õ... Eu acho que a (Mara) sente que a gente já foi castigada. E que depois do castigo tudo pode voltar ao normal... Quero dar um bom pai para minha filha.ö*

As adolescentes que foram abusadas pelo mesmo ofensor insistem em mostrar à mãe o quanto sofreram com a agressão, e falam: *õ... A senhora não pode pensar assim... Cada um sente de um jeito... Eu também estou sofrendo, como a Joana. A senhora não deu importância para o que eles fizeram com a senhora, mas a gente não é assim... Eu queria muito que a senhora conversasse com a gente...ö.* Vê-se nesta situação que a mãe apresenta dificuldades em avançar em suas reflexões, mas as duas adolescentes, de 16 e de 12 anos, puderam fazer reflexões, ao se mostrarem cuidadosas uma com a outra e terem a preocupação de cuidar da irmã mais nova, filha do ofensor, e, também, ao manifestarem para a mãe o quanto é importante a conversa entre elas. Certamente, estas reflexões vão continuar ampliando as conversações dessa família e as mudanças serão promovidas através das filhas. Considera-se que estas adolescentes de fato estão empreendendo uma reinterpretação de suas experiências de abuso e reescrevendo os discursos constitutivos que querem modelar nas suas vidas (White, 2002, 2012).

Outra mãe conta que sempre teve muita vergonha de si, sempre se sentiu culpada por conta dessas histórias, mas, o interessante é vê-las falar, usando o verbo no passado. Na entrevista pode expressar: *õ... Hoje sinto que não sou culpada. Contar o que aconteceu com a gente, fez eu pensar em outras coisas, que eu não fui culpada. Eu era como ela inocente e ingênua e precisava de proteção...õ.* Ela faz conexão com suas ambições, com o tempo, com o trabalho, com a proteção e com os filhos, além de pensar em uma vida melhor. White (2002) aponta que com frequência o que leva uma pessoa que sofreu experiências de abuso sexual a buscar atendimento são determinados comportamentos autodestrutivos ou autoabusivos, comportamentos que são vivenciados como ações contra a própria pessoa e que são desfavoráveis à sua vida.

Quando a mãe diz no início da entrevista que seus estudos estavam em primeiro lugar, esta fala tinha para ela um sentido. O homem que abusou de seu filho não é o pai biológico dele. A criança nunca soube disso e a mãe não queria que soubesse. O pai biológico, que a mãe repudia, engravidou sua irmã na mesma época que a engravidou. Portanto, seu filho tem um irmão da mesma idade. Ela quis muito abortar, mas não conseguiu. Ao atualizar sua história, a mãe compreende tudo que fez e como contribuiu para esta situação acontecer. Entende que todos os homens com quem se relacionou a desrespeitou em seu papel de mulher. Fala novos aspectos e nuances da história do filho e envolve também aspecto de sua própria história, como se agora tivesse a dimensão do que aconteceu. Supõe-se que a mãe, ao contar sua história, se liberta dos medos e rancores que a perseguiram por tanto tempo. É possível chegar aos significados através dos relatos privados que a pessoa tem acerca de sua vida e estes podem proporcionar um marco que possibilita a interpretação das experiências vitais da pessoa (White, 2002, 2012). A mãe, que foi abusada por dois tios e pelo o avô, agora reconhece que necessita de atendimento e

compreende que a repetição dessa história precisa mudar. Ela não quer mais que sua filha viva situações que são de seu passado. Vale ressaltar que para as pessoas que de certa maneira sobreviveram aos traumas de abuso é importante inteirar-se de que outras pessoas também sobreviveram a experiências semelhantes de culpa e vergonha. Isso promove uma reformulação das vivências do abuso (White, 2002).

Ao repetir e atualizar as histórias, as mães puderam apropriar-se de suas experiências e avançar em suas reflexões e compreensões de suas próprias vidas. Essa ação parece ter sido uma das grandes finalidades das entrevistas. Percebe-se que atrás das histórias de abuso sexual tem sempre outras histórias que vão se confirmando e compondo um quebra cabeça. São idas e vindas de um fluxo de grande sofrimento, que permite desenvolver entendimentos sobre a vida e seus eventos com múltiplas possibilidades. Nessa perspectiva, a conversação torna-se um evento transformador.

### **Considerações gerais**

Constatou-se que diferentes narrativas acerca da situação de abuso sexual permearam a conversação das famílias durante o tempo percorrido entre a revelação e o atendimento. O diálogo com as famílias (sistemas linguísticos envolvidos no problema), através da entrevista, possibilitou acessar as narrativas, significados e sentidos que elas produzem nos seus âmbitos privados, gerando daí novas compreensões, segundo seus valores, crenças e disponibilidades. Isto é, os membros das famílias participam nas descrições uns dos outros. Muitas possibilidades podem ocorrer quando diferentes construções se encontram no espaço conversacional. Por ser a linguagem um subproduto da interação, sua construção está estreitamente ligada ao contexto social presente e à forma de vida de cada pessoa e de cada família. Ou seja, a questão do abuso sexual está implicada não somente ao âmbito familiar, mas ao contexto familiar e social.

Todas as famílias encontram saídas para as situações vividas, mesmo que estas não sejam resolutivas aos olhos externos. Nas entrevistas fica explícito o movimento contínuo e as interatividades tanto corporais quanto linguísticas, indicativas do fato de que todas as mudanças são trocas conjuntas, sociais ou dialógicas em processo. Novas narrativas e novos discursos vão integrar a construção linguística que se fez no âmbito familiar, quando da permissão e da publicização de suas experiências no acolhimento. A qualificação do sofrimento e a escuta das histórias sem interrupção, na conversação dialógica e na investigação partilhada e pública, possibilita à família problematizar o fenômeno do abuso sexual vivido, complexificá-lo e olhá-lo desde diferentes lugares para capturar novas interpretações e conseqüentemente compreensões.

Como limite do texto, aponta-se a ocorrência de que em nenhuma entrevista a família foi representada por todos os seus membros. A mãe é a figura quase sempre constante, que vinha muitas vezes acompanhada da vítima. Esta ocorrência, além de revelar a dinâmica relacional da família, mostra as dificuldades de desenvolver trabalhos de natureza psicossocial com famílias em contexto de abuso sexual, trazendo também desafios para a investigação. Ao confirmar que a resolução ou a dissolução das dificuldades vividas pela família só vão ocorrer dentro de um cenário interativo, tal como ocorreu em seu desenvolvimento, necessita-se da família para uma maior eficácia do trabalho psicossocial nestes contextos e para as investigações que buscam construir as políticas públicas para as mesmas.

Outro limite a considerar é a pequena amostra da pesquisa. Portanto, tem-se a pretensão de apreciar este estudo como norteador, e não como um documento que emite generalizações a serem seguidas. Este estudo contribui para melhoria do entendimento sobre as narrativas construídas na interação familiar, por ocasião da revelação do abuso sexual, e como essas narrativas interferem e estão presentes no modo como as famílias vivem e atuam em seus tempos

e espaços. Essas contribuições poderão ser úteis na elaboração de novas políticas públicas nas quais se incluam modos de intervenção conversacionais. Uma vez constatado o intenso sofrimento da mãe, advindo da compreensão dos eventos ocorridos com a filha, através da revelação e conversação acerca do abuso sexual, sugere-se outras pesquisas que aprofundem esse conhecimento e que possa indicar a aplicação de um protocolo para atendimento específico para essa idade.

**Tabela 1**  
Informações sobre a vítima

Família	Idade Sexo	Organização familiar antes do abuso	Ofensor	Abuso	Para quem a criança revelou o abuso sexual	Quem fez a denúncia	Situação da mãe	Quem mora na casa atualmente	Quem participou da entrevista
Silva	7 anos Fem.	Mãe Padrasto 2 irmãos 1 enteada	Padrasto	Intra familiar	Vizinha	Vizinha	Não acreditou no ocorrido	Mãe e vítima	Mãe e vítima

Nobrega	7 anos Fem.	Mãe Pai	Meio- irmão	Intra familiar	A mãe viu a movimentação da criança e do irmão	Mãe	Mãe abusada pelo avô, tios e primos	Mãe, pai e vítima	Mãe e vítima
Aranha	9 anos Fem.	Avó Tio 2 netos	Pai	Intra familiar	Avó e tia	Avó	Viciada em crack	Avó, vítima e 2 netos	Avó
Lopes	6 anos Fem.	Mãe 3 irmãs 1 irmão	Avô, Padrasto e Irmão (16 anos)	Intra familiar	Mãe	Tia	Sofreu violência do pai e do marido	Mãe, vítima e 2 irmãos	Mãe
Silveira	13 anos Fem.	Mãe Avó Irmão Irmã	Ex- namorado da mãe	Extra familiar	Ex-cunhada	Mãe	Mãe abusada aos 8 anos. Tentou suicídio	Mãe, avó e vítima	Mãe e vítima
Ribeiro	4 anos Masc	Mãe	Padrasto	Intra familiar	Vizinha	Mãe	Mãe abusada pelo vizinho	Mãe e vítima	Mãe
Jurandir	11 anos Fem.	Mãe 3 irmãos	Pai	Intra familiar	Vizinha	Mãe	Ex- presidiári a. Abusada pelo padrasto	Mãe, vítima e 3 irmãos	Mãe
Jorge	16 anos e 12 anos Fem.	Mãe 3 irmãs	Padrasto	Intra familiar	Tia	Tia	Abusada na adolesc encia	Mãe, padrasto 1 das vítimas e 1 irmã	Mãe e as 2 vítimas



**PDF Complete**

*Your complimentary use period has ended. Thank you for using PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Albuquerque	14 anos Fem.	Mãe Pai 2 irmãs	Namorado	Intra familiar	Mãe	Adolescente e namorado	Casou muito nova	Mãe, padrasto e irmã	Mãe e pai
-------------	-----------------	-----------------------	----------	----------------	-----	------------------------	------------------	----------------------	-----------

---

**Legenda.** Fem. = Feminino; Masc. = Masculino.

## Capítulo VIII

### **Política relacional da família em situação de abuso sexual: conjugalidade, parentalidade, fraternidade**

### **Relationship politics of the family in a situation of sexual abuse: partnership, parenthood, fraternity**

### **La política relacional de la familia en situación de abuso sexual: lo conyugal, lo parental, la fraternidad**

**Resumo:** O objetivo deste texto consiste em identificar os significados e sentidos que a família atribui às suas experiências de abuso sexual implicadas na conjugalidade, parentalidade e fraternidade. Esse estudo, de caráter qualitativo exploratório e de orientação construcionista social, utilizou a ferramenta heurística para a análise dos dados das entrevistas de nove famílias, realizadas em uma instituição pública. Resultados e discussões são apresentados baseados em metáforas e ditos populares que representam as narrativas das famílias. Destacam-se três núcleos compreensivos informados pelas narrativas: Conjugalidade - Nadam em águas desconhecidas. Uma andorinha só não faz verão - a conjugalidade é rompida e afetada pelo abuso sexual intrafamiliar; escolha extremada da mãe entre a filha e o marido; resgate da proteção ou sobrevivência; Parentalidade - O plantio é livre, mas a colheita é obrigatória. Uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto - jogo relacional de ambiguidades e ambivalências, enredado em narrativas leva à construção do problema; Fraternidade - Peças de boliche. Mais cedo ou mais tarde precisamos um do outro - descrição e diferenciação dos papéis; ocupação de hierarquias diferentes. Foi possível conhecer de uma maneira particularizada, aprofundada e contraditórias as dimensões presentes nos três núcleos. Mostra-se que existe outra vertente que vai além dessa perspectiva de considerar a mãe como conivente do abuso sexual. Destaca-se que a compreensão e as mudanças acontecem quando as histórias passam a ser contadas, estendidas e acreditadas.

**Palavras chave:** política relacional, família, abuso sexual, conjugalidade, fraternidade, parentalidade.

**Abstract:** the goal of this text consists in identifying the meanings that the family attributes to the experiences of sexual abuse lived in the context of partnership, parenthood and fraternity. This qualitative and exploratory study based on social constructionism used the heuristic tool for the analysis of the data of the interviews of nine families conducted in a public institution. The results and discussions are based on metaphors and popular sayings that represent the narratives of the families. Three comprehensive nuclei can be distinguished within the narratives: partnership ó òThey swim in unknown watersö. òOne swallow doesn't make a summerö: a partnership/union is dissolved and affected by the intra-family sexual abuse; the grievous choice which the mother has to make between daughter and husband; the rescue of protection or survival. Parenthood ó òThe sowing is free, but the harvest is mandatoryö ó òOne hand washes the other and the two wash the faceö: relational game of ambiguities and ambivalences, woven within the narratives that lead to the construction of the problem. Fraternity ó òPieces of bowlingö. Sooner or later we need one another: description and differentiation of the roles; occupation of different hierarchies. It was possible to determine in a distinguished, deeper and contradictory manner the dimensions present in partnership/unions, parenthood and fraternity. It enables us to show that there is another perspective that goes beyond considering the mother as an abettor to the sexual abuse. When the stories can be told, spilt and believed the understanding and the changes happen.

**Key words:** relationship politics, sexual abuse, partnership, fraternity, parenthood

**Resumen:** El objetivo de este trabajo es identificar los significado y los sentidos que la familia atribuye a sus experiencias de abuso sexual en lo que respecta a lo conyugal, lo parental y la fraternidad. Este estudio de orientación construccionista social cualitativo exploratorio, utiliza la herramienta heurística para el análisis de los datos de las entrevistas de 9 familias, realizadas en una institución pública. Los resultados y las discusiones se presentan basados en metáforas y dichos populares que representan narrativas de las familias. Se destacan tres núcleos informados por las narraciones: Lo conyugal - "nadan en aguas desconocidas". "Una sola golondrina no hace verano": lo conyugal se rompe y es afectado por el abuso sexual intrafamiliar; La elección de la madre entre la hija y su marido; rescate de la protección o la supervivencia. Lo parental - "La siembra es libre, pero la cosecha es obligatoria." "Una mano lava a la otra y las dos se lavan la cara": juego relacional de ambigüedades y ambivalencias, envuelto en las narrativas que conducen a la construcción del problema. Hermandad - "piezas del juego de bolos". Tarde o temprano nos necesitamos mutuamente ": descripción y diferenciación de los roles; ocupación de diferentes jerarquías. Fue posible conocer de forma individualizada, profundizada y contradictoria las dimensiones presentes en lo conyugal, lo parental y la fraternidad. Mostrar que hay otro aspecto más allá de la perspectiva de considerar la madre como connivente del abuso sexual. Cuando las historias se pueden contar y se pueden comprender, los cambios suceden.

**Palabras clave:** política relacional, familia, abuso sexual, lo conyugal, lo parental, la fraternidad

Os direitos humanos ora têm sido incluídos e defendidos por movimentos e entidades nacionais e internacionais, ora têm sido banalizados e racionalizados como compromisso de todos os cidadãos. Essa banalização da violência é muitas vezes manifestada por uma ausência de indignação, embora seja considerado um fenômeno de natureza social e um produto de intercâmbios entre as pessoas, que se originam na convivência dos grupos e nas estruturas da sociedade, inserido na complexidade das relações sociais. As maneiras coletivas de agir e pensar resulta de uma realidade (tradição) exterior aos indivíduos que, em cada momento, a elas se conformam. O conceito de violência apresenta dimensões fundamentalmente negativas, quando nega os valores presentes na cultura e quando atenta contra a vida. Constitui-se como uma ameaça de negação da existência física ou simbólica do sujeito, dos grupos e da comunidade e, portanto, a consequência sugere sempre uma punição. O contínuo incremento da violência cotidiana configura-se como aspecto representativo e problemático da atual organização da sociedade, especialmente nos grandes centros urbanos, tornando-se visível nas diversas esferas da vida social. Soma-se a estes aspectos um desconhecimento por parte das pessoas que mais carecem desses direitos humanos elementares à vida (Miotto, 2006; Pereira-Pereira, 2010).

Este manuscrito trata da apresentação dos resultados de um estudo qualitativo e de caráter exploratório, que consiste em identificar quais os significados e sentidos que a família atribui à sua experiência de abuso sexual com relação aos seus parceiros conversacionais, implicados na conjugalidade, parentalidade e fraternidade. Estas intersecções consideradas parcerias conversacionais são aspectos de grande relevância social, presentes na convivência das famílias na contemporaneidade. As interpretações e significados presentes nas conversações favorecem novas experiências e intercâmbios entre as pessoas, que se encaixam em novas narrativas, fazendo sentido para essas famílias - um círculo hermenêutico (Anderson, 2010). A

partir de uma orientação Construcionista Social e utilizando a ferramenta Heurística, compreende-se e interpretam-se as narrativas vividas pelas famílias em situação de abuso sexual.

### **Construcionismo Social**

A expressão dos modos de vida culturalmente elaborados, destacados por Vygotsky em sua teoria, coloca em evidência a linguagem como um lugar de constituição. A palavra tem grande realce, porque carrega consigo tanto o significado quanto o sentido. Para Vygotsky (2008), o significado se refere ao sistema de relações objetivas formadas no processo de desenvolvimento da palavra. Já o sentido, reporta-se à significação da palavra atribuída pela pessoa. Este autor acredita que dominando a natureza, domina-se a si mesmo, pois é a interiorização da ação manifesta que faz o pensamento, e particularmente a interiorização do diálogo exterior leva o poderoso instrumento da linguagem a exercer influência sobre o fluxo de pensamento. Os instrumentos e seus produtos são os fluxos em desenvolvimento da linguagem interiorizada e do pensamento conceitual, que em algumas vezes caminham paralelamente e, em outras, se fundem, um influenciando o outro. Assim sendo, é no sentido dado à palavra, a partir das experiências vividas com os outros, que residem as vivências afetivas, unificando a dimensão afetiva e cognitiva. O *círculo não expresso*, que Anderson (2010) toma emprestado de Gadamer, significando a *infinitude do não dito*, se refere ao pensamento e às conversações internas das pessoas; assim como o *discurso interno* (Vygotsky, 2008) ou o processo de colocar pensamento em palavras, é um recurso que está presente nos aspectos inventivos e criativos de linguagem e narrativa. Esta capacidade está presente no processo linguístico, habilidade de estar em um linguajar com as pessoas. Este processo linguístico cria e desenvolve as realidades que têm significados para as pessoas, reorganizando, a partir daí, suas vidas mutuamente. Assim, as

peças desenvolvem autodescrições que podem possibilitar relatos tanto de empoderamento quanto relatos de incapacitação (Shotter, 1993a).

De acordo com o pensamento pós-moderno, a realidade é compreendida como construída nas relações e na linguagem e há uma infinidade de realidades possíveis, dependendo de quanto são os envolvidos em descrever ou narrar uma experiência ou acontecimento. Gergen (2006a), ao conceituar o processo que denomina de Política Relacional, diz que este algoritmo é a expressão prática de sua concepção de teoria: "Cada um de nós é constituído pelo outro. Não podemos deliberar ou decidir sem implicar a condição do outro. Somos participantes do mundo mesmo antes de conhecê-lo." (Gergen, 2006a, p.19).

A aproximação das práticas do Construcionismo Social com os grupos familiares informa sobre os processos de intercâmbio entre as pessoas, busca o entendimento entre os significados privados e públicos e tem como perspectiva a negociação de sentido vivido neste contexto. Ao considerar a respeitabilidade e a legitimação da pessoa e de suas narrativas, permite-se afirmar que a significação não tem origem na mente de uma só pessoa, mas é fruto de uma história de relacionamento, na qual determinados significados servem para coordenar as ações humanas, e entender que sempre existem emoções nas palavras; existem também palavras em outras palavras e às vezes histórias completas, às vezes toda uma vida (Gergen, 2006a; Rasera & Japur, 2007). As intersecções que ocorrem na política relacional das famílias com relação à conjugalidade, parentalidade e fraternidade movem-se não para um entendimento universal e cognitivo dessas intersecções. O Construcionismo Social move-se em direção a uma nova forma de olhar ou participar da compreensão dessas intersecções, que se desdobram em conversações, criando continuamente novas ligações e conexão entre os eventos. Dentro dessas interações, os envolvidos em um diálogo com o outro podem se revelar a si mesmos e ao mundo. É nestes

momentos instituídos entre as pessoas que possibilidades totalmente novas podem ser criadas e as pessoas podem experimentar soluções para seus problemas, que só podem ser encontradas em reflexões conjuntas. As reflexões conjuntas, denominadas por Shotter (1993a) de uma espécie de poética social, são entendidas como novas maneiras de compreender as coisas já conhecidas e criar novas formas de continuar a vidas através da interligação e relação de fatos antigos em novas e criativas formas.

### **Violência e Abuso Sexual**

Atualmente incluem-se e nomeiam-se como violência fatos e ocorrências que passavam anteriormente por práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais, como a violência intrafamiliar contra a mulher e contra crianças, a violência simbólica contra grupos, categorias sociais ou etnias, ofensas contra os direitos humanos, etc. Quando as pessoas coordenam suas ações em uma comunidade, invariavelmente geram uma linguagem funcionalmente integrada às suas práticas (Gergen, 1996b, 2006a). Essas contingências estão presentes nas ocorrências da situação de maus tratos e abuso sexual considerada complexa e multifacetada, não restrita a determinadas áreas ou sociedades. As crianças e adolescentes sofrem com estas circunstâncias, mas à medida que passam para outras fases do seu ciclo de vida, muitas delas vão se tornar aqueles que praticarão a violência, os ofensores. A violência é aprendida na interação social e na vida familiar, se tornando um ciclo repetitivo e constante. Alguns elementos consensuais demarcam o tema como: noção de coerção ou força; dano que se produz em indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes à determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia. A noção de violência pode ser entendida quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus

variáveis, seja em sua integridade física, sexual, seja em sua integridade moral ou psicológica, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais (Pereira-Pereira, 2010).

A violência estrutural responsável pela desigualdade no Brasil contribui com o desenvolvimento da violência interpessoal nos diferentes segmentos sociais, especialmente nas interações familiares, influenciando o comportamento de seus membros. É neste contexto de sobrecarga emocional que as famílias sujeitos dessa pesquisa vivem as situações de abuso sexual. A violência circula entre as pessoas da família, mostrando nada mais que o exercício e o direito da autoridade dos homens sobre as mulheres e sobre os filhos, crianças e adolescentes. Esta situação se configura mudando a lógica dos relacionamentos e conformando com a lógica da ordem social vigente. As narrativas que se constroem neste espaço de sofrimento e dor ficam muitas vezes silenciadas e o segredo se institui. São compreendidas como narrativas saturadas pelo problema e estão relacionadas ao contexto social, político, econômico, religioso, moral e cultural dessas famílias. Estas narrativas também se conectam à família extensa e às múltiplas gerações (Baptista, França, Costa, & Brito, 2008; Costa, Penso, Rufini, Mendes, & Borba, 2007; Maniglio, 2009; Serafim, Saffi, Achá, & Barros, 2011; Diniz, 2011).

Entender o significado do silêncio e do segredo nas situações de abuso sexual consiste em entender a linguagem como um veículo de comunicação que apresenta suas dificuldades, pois tanto seus significantes quanto seus significados, aparentemente iguais para todos, escondem e expressam a realidade conflitiva das desigualdades, da dominação, da exploração e também da resistência e da conformidade. Os significados trazem considerações importantes acerca das relações sociais, historicamente dinâmicas, antagônicas e contraditórias entre classes, grupos e culturas e expressam dimensões pessoais, relacionais e sociais, as quais são complexas nas situações de violência (Diniz, 2011). A construção social da família e suas narrativas em torno da

vida familiar doméstica, das situações de abuso sexual e da inter-relação entre seus membros faz com que cada membro busque seu lugar social nesta família e construa suas narrativas sempre em uma visão relacional, portanto imersa na linguagem.

As práticas discursivas das pessoas são entendidas como formas pelas quais são criadas as realidades relacionais, e, portanto o relacionamento torna-se o alicerce do processo de significação. O significado se constrói na relação entre as pessoas, e o que é expresso só começa a ter sentido quando outras pessoas acrescentam algo a esses enunciados. Assim sendo, o significado do que foi expresso não está na interação entre as pessoas, e não se mostra nem nas estruturas do texto nem no sistema de linguagem (Gergen, 1996b, 2006a; Rasera & Japur, 2007). As narrativas podem ser subjugadoras e impeditivas de criação de novas possibilidades ou podem ser ampliadoras de novas competências e recursos por meio da revisão das ideias próprias e dos problemas.

### **Método**

O contexto desta pesquisa é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de uma grande capital. Os serviços prestados às famílias e aos indivíduos no âmbito da assistência social no Brasil ocorrem com base na estrutura apresentada pela Política Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MSD], 2005) e pela Lei do Sistema Único de Assistência Social (Lei nº 12.435, 6 de julho de 2011). Os casos de abuso sexual são atendidos pelos CREAS segundo orientação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº109, 11 de Novembro de 2009).

A pesquisa é um estudo de delineamento qualitativo exploratório, no qual se adotou entrevistas semiestruturadas (narrativas), consideradas fonte de dados primários, e análise documental dos prontuários das famílias em atendimento no CREAS, considerada fonte de dados

secundários. Foi realizado também um estudo interpretativo das informações presentes nas entrevistas, com o fim de responder ao objetivo da pesquisa. O universo aqui pesquisado são famílias em extrema pobreza, cujos adultos têm um baixo índice de escolaridade, sendo 15% deles analfabetos. Algumas famílias atingem o término do ensino fundamental. Essas famílias disponibilizam de uma renda em torno de meio salário mínimo por família e 75% delas são beneficiárias do Bolsa Família e de outros auxílios financeiros governamentais, conforme mostra também os estudos de Pinho, 2012) A Tabela 1 mostra características da população pesquisada. Os nomes das vítimas e de suas famílias são fictícios.

O acesso aos sujeitos ocorreu por meio de entrevistas de acolhimento, que teve como objetivos: o estabelecimento de vínculo entre a família e a instituição; a orientação sobre o programa específico para situação de abuso sexual; e o esclarecimento sobre o motivo do encaminhamento e do atendimento especializado que a instituição oferece às famílias vítimas de abuso sexual. Segundo o cronograma anual da instituição, as famílias são acolhidas periodicamente com o intuito de proceder à organização do atendimento psicossocial que virá a seguir. Todas as famílias aqui descritas apresentaram situação de abuso sexual e chegaram à instituição por meio de encaminhamento do sistema justiça. Algumas famílias já faziam parte de outros programas de repasse de auxílio financeiro.

Foram realizadas 15 entrevistas com 15 famílias. Para o procedimento da análise deste estudo selecionou-se uma amostra por conveniência, diversificada e intencional de nove famílias. A leitura extensiva das entrevistas mostrou que havia uma saturação das narrativas descritas nas situações de abuso sexual, o que levou a uma seleção de nove famílias, dentre as quinze, observando uma relativa distribuição por sexo, idade, configuração familiar e situação de abuso. Cada entrevista teve duração aproximada de 1h30min e consistiu de perguntas abertas para que a

família pudesse narrar suas histórias de violência. O roteiro norteador consistiu dos seguintes itens: 01) Gostaria que vocês se apresentassem. Quem são vocês e de onde vêm? É a primeira vez que estão aqui? Já estiveram em atendimento antes? 2) Vocês têm alguma ideia do que vamos conversar hoje? 3) Que historia vocês vão nos contar sobre quando descobriram a violência na família, o abuso sexual? O que aconteceu com a família quando se descobriu a violência? 4) Como a família estava vivendo neste momento? Como foram vivendo com essa violência, uma vez que já sabiam do que tinha acontecido? 5) E agora que vocês vão receber atendimento aqui no CREAS, como está essa família? Como vocês se sentem sabendo que serão atendidos pelos profissionais do CREAS para tratar da questão do abuso sexual? O que vocês esperam ou imaginam que irá mudar em suas vidas? 6) Vocês gostariam de me contar mais alguma coisa? Este roteiro foi apresentado a todos os membros da família presentes na entrevista, inclusive à vítima. Buscou-se levantar informações objetivas a respeito de intervalos de tempo, de modo a se reconstituir informações sobre o tempo e as vivências experimentadas no intervalo entre a revelação e o momento do atendimento. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

Para a construção dos resultados e discussão dos dados colhidos nas entrevistas, utilizou-se a Análise Hermenêutica Dialética, proposta por Habermas no seu diálogo com Gadamer (Minayo, 2010). Este é um instrumento com uma perspectiva interpretativa, que corresponde às dimensões e à dinâmica das relações que se apreendem numa pesquisa, uma forma de objetivar a práxis de produção do conhecimento. A organização das informações contidas nas entrevistas e a construção do corpus deste estudo ocorreram da seguinte maneira: transcrição das entrevistas, leitura extensiva das mesmas e organização de categorias empíricas e operacionais criadas a partir do material de campo, contendo e expressando relações e representações próprias desse

grupo. As narrativas emergiram como uma estratégia metodológica adequada para conhecer e acessar as experiências das famílias. Os resultados e as discussões serão apresentados por meio de metáforas e/ou ditos populares. Essas categorias analíticas (metáforas e ditos populares) foram capazes de desvendar as relações abstratas e mediadoras para a parte contextual. Juntaram-se os dados colhidos aos fundamentos das teorias que fazem parte da elaboração dos conceitos, buscando uma nova aproximação do objeto. Desse modo, o pensamento antigo evolui para novos encontros alternativos no presente, passando por quatro etapas: ordenação dos dados, classificação dos dados, leitura transversal, análise final (Minayo, 2010; Palmer, 2011). Esta análise do material qualitativo, dentro da proposta de investigação social possui três finalidades: heurística, administração de provas e ampliação de contextos culturais (Minayo, 2010). Os cuidados éticos referentes à conduta ética na pesquisa com seres humanos foram considerados, e o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, via Plataforma Brasil, número do parecer (223.032).

### **Discussão dos resultados**

Os resultados e as discussões serão apresentados por meio de metáforas e/ou ditos populares, alguns nomeados pelas famílias em suas narrativas e outros criados no processo de interpretação, inspirados pelas narrativas das famílias. Narrativas são as histórias que servem de recursos comunitários e que as pessoas utilizam em seus relacionamentos (Gergen, 1996a, p. 189). Ditos populares são expressões do dia a dia das pessoas, que se tornam populares e informam um conhecimento tradicional, anunciando uma realidade ou uma provocação. As metáforas são ferramentas auxiliares na conversação, que oferecem uma possibilidade de sentido àquilo que se tem dificuldade de expressar ou decodificar. É uma palavra ou expressão utilizada em um contexto para dar sentido a outro (Grandesso, 2011). As metáforas e os ditos populares

falam por si e refletem a descoberta de uma realidade de sofrimento, que se contrapõe à todas as convicções com as quais as famílias se sentiam vinculadas. Estas falas ou narrativas têm componentes de valores que descrevem um julgamento moral e comunicam um modo de vida ou uma deficiência. Segundo Grandesso (1995), a realidade da vida das pessoas é uma criação delas mesmas. Bateson (1972) e Maturana e Varela (2003), confirmam essa ideia ao afirmarem que é o observador quem cria as distinções a que chamamos realidade. Os eventos narrados podem ser idênticos, mas a descrição dos fatos depende da tradição segundo a qual um estiver escrevendo (Gergen & Gergen, 2010, p.28).

Os núcleos analisados estão implicados na intersecção dos parceiros conversacionais no cotidiano das famílias. Destacam-se três núcleos compreensivos que se referem à conjugalidade, parentalidade e fraternidade, assim discriminados: 1) Conjugalidade - Metáfora: Nadam em águas desconhecidas. / Dito popular: Uma andorinha só não faz verão; 2) Parentalidade - Metáfora: O plantio é livre, mas a colheita é obrigatória. / Dito popular: Uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto; 3) Fraternidade - Metáfora: Peças de boliche. / Dito Popular: Mais cedo ou mais tarde precisamos um do outro.

### **Conjugalidade: Nadam em águas desconhecidas. Uma andorinha só não faz verão**

*õ... Coloquei meu marido para fora de casa. Estava construindo com ele uma vida conjugal, uma história juntos... -Pega as coisas e someø.. Parece que esta postura de bom marido que ele tinha é porque este homem já estava fazendo coisas que não tinha respeito para com a criança e a família...ö* Esta é a fala de uma mulher com relação ao seu ex-marido, quem abusou da criança, um menino de 4 anos.

As entrevistas mostraram vários matizes da violência contra as crianças e adolescentes. É no atendimento que se conhece e se revela a dimensão real da violência vivida pela família e

seus significados produzidos em torno do abuso sexual, considerados discursos dominantes, perturbando a ordem estabelecida entre todos os arranjos da organização familiar em construção. A mulher que colocou o marido para fora de casa, dito anteriormente, tinha a sensação de estar construindo algo em conjunto, uma vida conjugal. Sua fala identifica os sonhos e sua decepção. *õA gente passeava, fazia piquenique... e agora uma andorinha sozinha não faz verão...õ.*

Discursos dominantes são histórias saturadas de problemas que apresentam uma força contextual, conforme delimita um território. Tais discursos criam um campo de sentido que passa a moldar a vida da pessoa, uma visão de si mesma e dos relacionamentos fechados; são experiências e referências que se encaixam nos eventos que a pessoa privilegia daquelas histórias e aí adquirem visibilidade (White, 2002; 2012). Seria uma espécie de õimã linguísticoõ como citado por Grandesso (2011, p.105). Este seleciona eventos que encaixam em algumas histórias e negligenciam outras. Os relatos dominantes impedem que outras formas e organizações de vida sejam ampliadas e restringem alguns significados em detrimento de outros, dificultando o encontro de novas compreensões de si mesmo. A violência sexual que acontece a família vai sendo construída, não ocorre de repente ou ao acaso. Vão se organizando enredos, cenários e narrativos que geram processos de intercâmbio entre as pessoas, promotores de uma prática de violência. Este intercâmbio, não se estrutura como uma relação de ação-reação, mas de ação conjunta, uma ação suplementar, na qual um enunciado comunicado, só faz sentido se a outra pessoa na interação considera-lo (Gergem, 1996b, 2006a; Rasera & Japur,2007). Esse processo de suplementação vai se ampliando, organizando e se estabelecendo entre os membros da família, permitindo que a violência seja manifestada.

As narrativas das famílias informam uma diversidade de fenômenos relacionais que passam a ter sentido e significado nas interações deste jogo relacional, da ação suplementar entre

as pessoas que compõe o sistema linguístico. São descrições que a família produz sobre o impacto da violência na conjugalidade, provocações, falas paradoxais e apontamentos que expressam como vivem. A maior parte das narrativas gira em torno da relação mãe/filha(o), uma triangulação formada pelo pai ou padrasto/mãe/filha(o). Cria-se no primeiro momento dessa relação triangulada uma rivalidade e desconfiança entre mãe e filha(o). Quando a última manifesta narrativa sexualizada, em função do acúmulo da experiência de abuso sexual, ocorre a descoberta, por parte da mãe, de que a filha é também uma mulher. Outras descrições giram em torno da cisão do papel de homem/pai/padrasto; mãe dividida entre seu papel de mulher e mãe; mudanças nos papéis sexuais entre os cônjuges; privacidade e intimidade do casal exposta. Ainda pode-se falar em construção social de gênero, hierarquização do homem sobre a mulher; planos conjugais falidos e ou conjugalidade frágil e destituída de dimensões de proteção, interferindo no exercício da parentalidade. As narrativas dizem, ainda, da ambivalência da mãe ao ter que decidir entre ficar com a filha ou o marido e das pressões familiares, sociais e comunitárias advindas da exigência dessa decisão. Existem medo e vergonha da mulher por não ter um marido, um homem, e por se sentir em posição de desvalorização na sociedade, fatos que dificultam novos vínculos. Em função de todos esses fatores a conjugalidade fica destruída, interferindo intrinsecamente na condição da parentalidade, fraternidade, e as relações entre mãe e filha(o) necessitam atenção para serem reconstituídas.

Entende-se que homens e mulheres ao diferirem na forma de interpretar o mundo tendem a expressar atitudes e dilemas distintos em relação às diversas esferas da vida cotidiana e às demandas que dela se originam (Diniz, 2011). O tempo modifica as relações em função do ocorrido, e o que não é dito ou qualificado as tornam incompreensivas, ambíguas e confusas, como se essas pessoas em interação nadassem em águas desconhecidas, tal como aponta a

metáfora, pois não se compreende o que se está vivendo e, portanto, não se amplia o conhecimento. *õ... Hoje não quero ver mais este homem. Ele foi à casa da minha mãe e ficou lá dizendo: eu não fiz nada disso, ela é muito nervosa, foi me pondo para fora de casa, não quis nem saber...õ.*

Vale ressaltar que muitas mulheres demonstram o quanto estão decepcionadas com o marido ou companheiro. Elas jamais pensaram ou perceberam qualquer coisa e, embora decepcionadas, têm sempre uma ação ambivalente em relação aos maridos. No primeiro momento da entrevista, as mulheres os enaltecem: *õ... Ele sempre foi um bom pai, nunca deixou faltar nada para as crianças...õ.* Uma mãe assim expressa: *õ... Não... ele não é homem para isso...õ.* Algumas mulheres não conseguem falar em voz alta para si mesma que eles são ofensores e que as desrespeitaram e as suas filhas (os). Outra mãe fala da autoridade do homem na casa e diz que não houve violência: *õ... Ele não estava violentando nenhuma de nós duas, nem eu nem a menina. E inclusive essa última agora ele está até preso. Vai fazer dois meses. Foi uma denúncia anônima... É a Maria da Penha...õ.* Esse movimento de vai e vem de enaltecer e decepcionar-se é o exemplo dessa ambivalência vivida pelas mulheres, e simboliza o primeiro núcleo de sentido, cujo desenho ou metáfora informa o quanto a mulher fica entre a filha(o) e o marido. A criança precisa e pede proteção, e a mãe quer proteger, mas ao mesmo tempo o marido pede atenção e ela quer dar atenção a ele. A mãe-mulher se volta para a criança e o marido e estes também se voltam para ela. Essa posição ambivalente, angustiante e confusa na qual a mãe se encontra conseqüentemente a paralisa, impedindo-a de fazer algo no sentido de uma resolução. A existência do triângulo configura uma questão de conflito, um design ou quadro vivido por esses três personagens, pai/padrasto, filha/filho e mãe, mostrando claramente uma violência intrafamiliar.

Algumas mulheres relatam o quanto se sente culpadas por terem dado atenção primordial ao marido, na fala delas: *õ... Mais atenção a ele que aos meninos...ö*. Esta é uma questão ambígua, pois a mulher fica sempre em dúvida se deveria ou não atentar também para seus desejos e vontades. Algumas mulheres se envergonham de terem exercido sua sexualidade, não querem mais saber de homens e de outras relações amorosas, se dizendo *õfriasö*. Outras querem encontrar outro parceiro o mais rápido possível, não se preocupando com a relação desse futuro companheiro com seus filhos.

A igualdade de direitos no plano da cidadania e trabalho trouxe para o cenário uma reflexão de que tanto o homem quanto a mulher são construídos socialmente. Percebe-se assim que a construção social de gênero se faz arbitrariamente tanto para o homem quanto para a mulher. As estruturas dos sistemas contaminaram o fato de se nascer macho ou fêmea com significados de superioridade para os homens e inferioridade para as mulheres. Mas, não há como falar de homem e mulher sem a perspectiva relacional. A construção de significados para esta questão está delineada em nossa sociedade por uma hierarquização do homem sobre o feminino (Diniz, 2011). Esse encaminhamento possibilitou a organização de uma conjugalidade, na qual mulheres e homens foram forçados a exercerem papéis estereotipados e prescrições sociais, resultando em assujeitamentos, definidos pela questão de gênero (Diniz, 2011; Féres-Carneiro, Ziviani, & Magalhães, 2011; Giddens, 2005; Jablonski, 2011). A conjugalidade é intrinsecamente afetada por estas circunstâncias. Quando se atribui a alguém a capacidade de pensamento próprio, age-se de forma a sustentar a democracia relacional (Gergen, 2006a). Quais serão os valores sustentados pelo discurso de gênero?

As mulheres relatam que muitas vezes o marido não quer sair com elas e não permite que elas saiam com as crianças, ficando todos isolados e sem o contato com outras pessoas: *õ...*

*agora sei por que ele não queria sair, ir na casa da minha família, porque ele temia. Ele não queria se amostrar para ninguém e queria segurar minha filha para ele...ö* Muitas mães se perguntam: *ö Como isso poderia ter acontecido se eu não vi? ... Estou sempre com as meninas. Aonde vou, levo as crianças...ö.* Depois elas ficam sabendo que tudo ocorria em sua própria casa, *ödebaixo de minhas saiasö.* A mãe sofre ao perceber que a relação afetiva que ela tinha com a filha e a outra relação afetiva que ela tinha com o marido, o pai ou padrasto da criança, se transformaram em um triângulo, onde os sentimentos e os afetos circulam. Os sentimentos sobre esta situação são os mais difíceis de serem ditos, por que ela compreende que está implicada em uma relação de competição pelo marido com sua filha. E assim, uma delas se refere: *ö... uma moeda tem dois lados...ö.* Às vezes a metáfora é oferecida pela família espontaneamente, ao falar de um modo mais fácil que lhe dá maior possibilidade de ser compreendida. Observa-se que as metáforas convertem-se em uma possibilidade para essa modalidade conversacional, impulsionando a família e facilitando seu processo de narrar suas histórias (White, 2002, 2012).

Parece que os relacionamentos conjugais não são mais permeados pelos acordos entre os parceiros conversacionais, dificultando a comunicação e contribuindo para que cada cônjuge pense e viva situações separadas e individuais quanto aos seus desejos e realizações, sem uma conversação. Surgem daí, narrativas, indagações e descrições muito distintas, de acordo com histórias que não são compartilhadas e vão se acumulando em situações e vivências internas saturadas de problemas. Com todos esses componentes que já realçam as dificuldades conjugais, os sujeitos dessa pesquisa são ainda assolados por uma tragédia da qual não se previa. O abuso sexual, principalmente intrafamiliar, ocasiona uma fonte adicional de conflitos. Esse grande transtorno à organização da vida doméstica, provocado pela situação de violência que se

configura no abuso sexual, modifica a vivência dos papéis sexuais entre os cônjuges, além das diversas demandas consideradas antagônicas que surgem daí.

Foi observado neste grupo de famílias que alguns casamentos são de breve duração, geralmente entre pessoas muito jovens, não tendo tempo suficiente para organizar uma família autônoma, desde o ponto de vista afetivo e econômico. Dessa forma, o casal não estabelece um sistema conjugal claramente definido em função dos diversos fracassos, deixando enormes lacunas e insatisfações afetivas, complementadas por outras questões individuais, que contribuem enormemente para um exercício dos papéis parentais frágeis e não efetivos. Sugere-se daí que as crianças e adolescentes possam ter menos oportunidades de viver e presenciar uma relação amorosa, de cooperação, de mutualidade, e organizadora da vida relacional da família, que poderia ser uma a relação de parceria entre seus pais.

Em síntese, pode-se considerar que as narrativas das famílias referenciadas tanto no dito popular *“Uma andorinha só não faz verão”* quanto na metáfora *“Nadam em águas desconhecidas”* completam seus sentidos ao adentrar na situação de ambiguidade do contexto de abuso sexual e informam que este afeta consideravelmente a conjugalidade, impulsionando-a a um rompimento. Quando a mãe se dá conta do abuso sexual da filha na revelação, ela é impelida a fazer uma escolha extremada: ficar com a vítima ou ficar com o marido. Se a mãe busca a participação de algum serviço de ajuda como um recurso ou se aceita um encaminhamento ou uma colaboração vinda de um emprego ela consegue, ela costuma fazer a escolha pela filha e busca o resgate e a proteção da filha. Isto implica em abrir mão da conjugalidade, pois sofre muitas pressões sociais e necessita notificar o que aconteceu. Por isso, os trabalhos de intervenção com famílias em condições socioeconômicas desfavorecida exige a participação dos Serviços Sociais no sentido de ajudar a mãe a fazer a escolha direcionada para a proteção da

filha. Muitas mães sozinhas não conseguem fazer esta escolha, uma vez que a separação do companheiro lhe é penosa e ela depende do dinheiro do marido. A mãe precisa dessa ajuda e do apoio socioeconômico do Estado para seguir a vida com sua família, senão poderá readmitir o companheiro, sendo que a volta do marido parece não ser pela conjugalidade e sim pela sobrevivência.

**Parentalidade: O plantio é livre, mas a colheita é obrigatória. Uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto**

Nesta amostra apenas um pai acompanhou a entrevista, mas foi a mãe aquela que dava sustentação à conversação. As histórias, com seus relatos implícitos ou explícitos, mostram claramente o que a metáfora expressa: o plantio é livre, mas a colheita é obrigatória. No sentido de que, ao narrar, coloca-se na mesa os eventos vividos, que são ali compartilhados com as pessoas presentes, mesmo que estes eventos não sejam os preferidos da família. Toma-se consciência de que esses eventos foram sendo construídos ao longo de um tempo. A mãe, aquela que assume junto da criança a denúncia e depois o atendimento, deve agora ir adiante, buscar ajuda no sentido da proteção. Sem a figura do companheiro - aquela que simbolizava uma união conjugal do tipo expresso pelo dito popular "uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto" - ela agora sente que não pode mais esmorecer e tem de caminhar com os filhos.

*õ... Hoje eu aprendi a ver que tem coisas que eu tenho que resolver e não fazer de minha filha uma válvula de escape. Eu colocava ela no meio dos problemas meus e do meu marido. Quero aprender a não fazer isso... Meu marido bebia muito e eu tinha que cuidar dele. Agora está preso... ö* Esta fala de uma das mães revela com clareza o que se passa na relação entre pais/padrasto e filhos, corroborando os relatos de tantas outras mães que informam sobre: relações amorosas de pouca cooperação e mutualidade; papéis parentais frágeis e pouco afetivos; avós exercendo pseudo papel parental; conjugalidade exercendo influência na parentalidade;

famílias monoparentais; figura paterna periférica. Outras narrativas confirmam: cuidar da violência é papel da mulher; as crianças e adolescentes se mostram ambivalentes com relação ao afeto dos pais, pois amam e sofrem ao mesmo tempo; as mães sentem que fracassaram na proteção e os pais adotam as filhas como objeto de satisfação pessoal. E ainda, inversão da hierarquia familiar entre pais e filhos, seguida por um conflito entre cuidados e afagos; os pais não dão conta de assumir as responsabilidades com relação ao cuidado e proteção dos filhos.

Na dimensão da parentalidade vale apontar que os diversos arranjos e possibilidades de interação entre o casal e a filha(o) colocam todos em um jogo relacional de ambiguidades e ambivalências, enredado em narrativas decorrentes de acontecimentos atreladas ao mundo experiencial da família. Esse processo construído imprime à família um modo de relacionar e interagir, concretizando espaços ambíguos de insegurança e proteção ao mesmo tempo, constituída e constituinte de relações afetivas bastante confusas e tensas, consistindo em um jogo relacional e crenças sobre si mesmo. A partir daí cada pessoa ocupa o lugar que já tinha em suas famílias de origem, repetindo uma fala dominante, estendendo esse jogo relacional às filhas(os).

As experiências das crianças e adolescentes com relação aos pais são de ambivalência de afetos, de responsabilidades, de cuidados, de atenção, de papéis, de poder e de formas de manifestação da amorosidade. Essa ambivalência fica mais potencializada quando ocorre a revelação do abuso sexual em que os recursos relacionais e de interação ficam sob tensão aumentando uma dependência afetiva mútua entre todas as pessoas implicadas na construção do problema. A criança e o adolescente participam ativamente dessa construção quando são parentalizados. Pode-se dizer que há uma dança de participação diferente em momentos e graus diferentes, onde todos estão incluídos, não ficando nenhum membro de fora do jogo. O que se quer salientar é que as diferentes possibilidades de participação não dependem unicamente do

conteúdo dessas construções, mas do jogo que se está jogando neste espaço de manifestação de diferentes significados e sentidos expressos nos sistemas linguísticos organizadores do problema. Quando se remete à palavra jogo, refere-se aos jogos de linguagem- ação conjunta, denominados momentos interativos entre as pessoas, nos quais elas têm que reagir uma às outras espontaneamente. O uso da linguagem faz o significado e os sentidos estão sempre conectados aos contextos (Shotter, 1993a).

Por parentalidade entende-se um conjunto de práticas que constituem um padrão global de interação pais-filhos em diversas situações, gerando um clima emocional que perpassa as atitudes dos pais e cujo efeito é alterar a eficácia das práticas disciplinares específicas, além de influenciar a abertura ou predisposição dos filhos à socialização. Um modelo integrador propõe associar três instâncias fundamentais para o exercício relacional entre pais e filhos: as características dos pais, as características dos filhos e as características do contexto social. As funções paternas consistem em: acompanhar, educar, proteger, preparar para o futuro e propiciar carinho, amor e proteção (Grzybowski, 2007). O contexto parental abarca, portanto, a rede de apoio (escola, vizinhança, amigos), a relação conjugal e as experiências ocupacionais dos pais. Todas essas questões influenciam diretamente na situação que ocupam nas estruturas sociais, na parentalidade e no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Compreende uma relação de complexidade abrangendo diferentes fatores que estão implicados na socialização e educação dos filhos. As tradições desse discurso devem ser postas em contato com todos da família para que as conjunções criativas possam dar lugar às tensões e dar origem a meios mais eficazes de relacionar-se com o mundo externo. As medidas dos resultados somente serão inteligíveis se os significados forem construídos mutuamente e inevitavelmente vinculados à formulações

particulares de bem e desejadas. Um diálogo autêntico é indispensável para construir o futuro (White, 2002, 2012).

Cuidar da violência vivida pelas crianças é quase sempre tarefa das mulheres/mães. Elas dirigem sozinhas as próprias vidas, as de seus filhos, e às vezes as de seus netos, com responsabilidades pelas relações, educação e renda. A inserção em atividades remuneradas é afetada pelas representações sociais das atribuições femininas definidas a partir da tradicional divisão sexual do trabalho, a mãe ocupa, portanto, um lugar marcado pela sobrecarga afetiva. Essas mulheres geralmente não contam com a presença masculina quer na criação dos filhos, quer como companheiros conjugais (Féres-Carneiro et al., 2011). As atividades do casal parental e conjugal poderiam ser entendidas como ações conjuntas no que se refere aos filhos. Shotter (1993a) define ação conjunta como todas as ações das pessoas envolvidas com outras em um grupo social. Estas ações estão conectadas de um modo dialógico e responsivo, incluindo as ações anteriores, presentes e futuras. Os múltiplos contextos desse relacionamento influenciam as *suplementações* (Gergen, 1996a) e os significados desenvolvidos nesta unidade relacional ou díade. Suplementação é um processo recíproco no qual uma pessoa responde ou acrescenta às ações ou o modo de expressar da outra.

Certamente, os pais e mães, por não terem tido em suas infâncias relações familiares favoráveis ao seu desenvolvimento, a mãe supervaloriza esta função e deposita muitas expectativas quer seja no papel conjugal ou na maternidade. E o homem permanece com um forte componente de filho-marido, que demonstra dependência e ao mesmo tempo autoritarismo com a esposa e filhos. Minuchin e Fishman (1990) apontam que nessas circunstâncias fica caracterizada uma figura paterna periférica, estabelecendo uma falta de sentido para a responsabilidade, como também uma profunda desconfiança de suas capacidades para esses

papéis afetivos. Assim, constrói-se uma relação flutuante, sendo esporádica sua presença na estrutura familiar. Alguns homens resolvem este abandono físico ou psicológico através do alcoolismo e drogas ou investem nas relações de poder, nas violências das diversas formas, respondendo a um discurso dominante já estabelecido e vivido.

Alguns aspectos referentes à ausência do pai/padrasto despontam como positivos nesta situação de abuso sexual vivida pela família e narrada na entrevista. O plantio referenciado na metáfora, que implica na organização familiar e na situação de abuso sexual, sobrecarrega sobremaneira a mãe. No entanto, mesmo sem a mão do marido, como diz o dito popular *õuma mão lava a outra e as duas lavam o rostoõ*, a mãe consegue vivenciar aspectos positivos diante da situação, como: 1) A mãe mostra sua intensão na recomposição da família, mesmo que venha a ser sem a presença da figura masculina; 2) A oportunidade que a mãe/mulher tem de se reconhecer e confirmar sua capacidade e recursos de organização da vida familiar e de seguir avançando em um processo de busca e organização da vida doméstica e outras conquistas, inclusive pessoais, após os primeiros transtornos da revelação; 3) Muitas famílias relatam que depois de algum tempo a vida ficou mais tranquila e as crianças mais felizes; 4) Mães falam que não tinham contato com a família e que era cada um por si, e que depois do abuso passaram a receber ajuda da irmã e da mãe e estabeleceram convivência mais próxima com os parentes. Elas reconhecem que a situação do abuso sexual contribuiu para as relações serem mais afetivas e compreensivas; 5) As mães se interessam mais pelo desempenho escolar das crianças; 6) Uma vez responsável pelo núcleo familiar, a mãe contribui para o surgimento das chamadas famílias conviventes, monoparentais femininas, mais autônomas e felizes. Deve-se entender que sujeitos e discursos são compreendidos a partir de sua heterogeneidade constitutiva, levando em conta as

múltiplas, criativas, contraditórias e subversivas possibilidades inscritas em determinado tempo e espaço sócio histórico (Rasera & Japur, 2007; Gergen, 2006a).

Como síntese desse segundo núcleo pode-se afirmar que este é também um quadro de violência intrafamiliar, uma vez que as experiências de ambivalência das crianças e adolescentes com relação aos afetos, responsabilidades e papéis dos pais estão presentes na convivência com os filhos e a ambiguidade da mãe com relação à filha(o) e marido. No primeiro núcleo, que é a conjugalidade, viu-se um quadro de três personagens, pai/padrasto, filha(o) e mãe, vivendo um conflito. Na parentalidade, vê-se um design ou configuração em que a filha(o) fica parentalizada com a mãe e o pai/padrasto fica fora da relação. Existia o casal, mas a mulher-mãe escolhe a filha(o) e o pai fica fora do quadro. Portanto, na parentalidade tem-se a resolução do conflito. Quando a mãe é chamada e convocada a fazer uma escolha e escolhe fazer a proteção da filha(o), ela decide por um, pois não consegue fazer as duas coisas: proteger a filha(o) e dar atenção ao marido. Embora o quadro mostre uma resolução de conflito naquele momento, é também considerada uma violência intrafamiliar.

### **Fraternidade: Peças de boliche. Mais cedo ou mais tarde precisamos um do outro**

Abuso, violência, agressão, conflito, rivalidade e bullying são alguns dos termos utilizados de forma indiscriminada para se referirem às divergências e violências que ocorrem entre irmãos. Segundo Relva, Fernandes, e Alarcão (2012), é impingida aos irmãos a convivência e, sobretudo, a amarem-se, mesmo que sintam o contrário. Sentimentos como a competição entre os irmãos por amor, afeto e atenção de um ou de ambos os pais ou a competição por algo que ambos desejam, são aspectos que circundam essa convivência, muitas vezes gerando conflitos ou violência mais graves, conforme a dinâmica familiar vai estabelecendo.

O jogo de interesse entre irmãos revela uma constante tensão no ambiente e trás um significado para a interação entre os irmãos. Como cada um reage a estas circunstancias e às expectativas almeçadas, que estão sendo impedidas ou restringidas, organiza um modo de se estabelecer na relação e ganha aquele irmão que mais consegue ou tem poder sobre o outro. Essa ação conjunta ou modo de construir vai configurando descrições que moldam um modo de relacionar. É como se estabelecesse um jogo no qual os participantes têm que ficar atentos ao que se passa no ambiente para colocar-se onde poderá ter mais proveito. A interação entre os irmãos figura-se como peças de boliche. Conforme os irmãos se movimentam, eles podem ter mais ou menos ganhos na política relacional da família e esses ganhos são decorrentes da maneira como atribuem significados aos fatos da vida. Esses significados são construídos socialmente, privilegiando uns significados e deixando outros periféricos. A mãe relata: *õ... Eu tive onze irmãos, cada um de um pai, a gente brigava muito e foi cada um prum lado, era cada um por si. Hoje minha irmã que me ajuda. Ela às vezes vai lá em casa cedo e leva o pão para os meninos. Se não fosse ela me levar para a igreja e me ajudar eu não teria os meninos. A união faz a força...Hoje posso parar e pensar que mais cedo ou mais tarde precisamos um do outro...ö*

Estudos como os de Eriksen e Jensen (2009), Omer, Schorr-Sapirb, e Weinblatt (2008) e Relva et al. (2012) enfatizam que a violência entre irmãos é provavelmente a violência mais frequente e menos estudada e conhecida, apesar de sua gravidade e prevalência. Finkelhor e Dziuba-Leatherman (1994) apontam que a violência contra irmãos deveria ser agrupada numa categoria de vitimização de crianças que designaram de *õpandêmicaö*.

Muitas vezes, os irmãos passam muito tempo juntos na ausência de um adulto, principalmente nas famílias das camadas populares, o que fornece oportunidades para a ocorrência de situações de violência. Portanto, parece ser no contexto familiar o local onde mais

acontece a violência entre irmãos. Pais e profissionais tendem a considerar a violência entre irmãos aceitável, pois este comportamento abusivo parece ser visto como um fenômeno que ocorre com todas as crianças e muito mais entre irmãos. No entanto, não é dada a devida atenção em todas as famílias. Anderson (2010) relata que as pessoas vivem e experimentam seus dilemas e problemas em sistemas interativos e contextuais, considerados fenômenos sociais cujo desenvolvimento, persistência e eliminação só vão ocorrer também dentro de um cenário interativo.

*õ... Quem abusou de minha filha foi seu meio-irmão...ö* Nesta circunstância a mãe fica ambivalente, pois a menina é sua filha e o adolescente é filho de seu marido, que é também pai da menina. A mãe conta que o adolescente ensina a irmã a fazer com ele o que ele gosta sexualmente, para que a irmã faça o mesmo com seus priminhos menores. Conta, ainda, que sempre que via os dois irmãos juntos no sofá, ela dizia: *õ... eu não quero saber de vocês juntos no sofá... Eles brigavam muito por causa do computador e ele dizia que não gostava de morar ali com a gente, com o pai dele, queria voltar para casa da mãe. Lá ele era solto e vivia na rua... As pessoas me diziam como você tem coragem de por eles juntos? Depois que isso aconteceu a família inteira de meu marido brigou com ele, principalmente as irmãs, tias do menino (...)* Não tive coragem de denunciá-lo porque me disseram que ele iria sofrer muito...ö Sabe-se que o abuso sexual infanto-juvenil não só acontece com um adulto em relação a uma criança, mas envolve qualquer prática sexual realizada por uma pessoa em relação a outra com menor nível de desenvolvimento psicosssexual (Habigzang et al., 2008).

Muitas vezes diante de situações tão difíceis as famílias sentem que seria melhor ficar em casa, cuidar da vida e deixar as coisas irem se resolvendo e criando novas formas de acomodação. As famílias estabelecem e encontram outros recursos relacionais para seguir a vida.

Porém, o receio do que possa ocorrer aos filhos impulsiona muitas famílias a terem coragem para buscar o atendimento. É como se a família precisasse manter uma conversa interna com ela mesma até que consiga passar à ação. Esse espaço reflexivo necessário à família confirma o que Rasesa e Japur (2007) falam sobre a natureza dialógica da vida e seus aspectos polifônicos. Todas as pessoas são compostas por diferentes vozes internas que contêm traços de todos os sujeitos com os quais convivem, e suas características. As vozes internas da família precisam ser decodificadas para que ela se disponha a sair de si mesma. Essa decodificação se dá na família mesma, desde que tenha a oportunidade de se encontrarem e mutuamente desconstruir e reconstruir suas narrativas. É na oportunidade de contar suas narrativas que vão organizando temporalmente suas histórias para compreender os significados e sair dali com alternativas de vida a prosseguir.

As formas de violência mais prevalentes entre irmãos são física, psicológica e o abuso sexual. A violência psicológica é a mais comum no espaço fraternal, mas subnotificada. Este tipo de violência precede a violência física e sexual e pode ser considerada a mais prevalente e de difícil comprovação. Com relação à violência sexual, autores (Caffaro & Conn-Cafarro, 1998; Eriksen & Jensen, 2009; Relva et al., 2012) a consideram abusiva quando o irmão perpetrador tem no mínimo cinco anos de diferença da vítima e diferença de poder. O abuso sexual por irmãos inclui atividades sexuais não desejadas em conversas, fotografias pornográficas ou exposição à pornografia, contato sexual inapropriado como o tocar, fazer carícias, exposição indecente, masturbação, tentativa de penetração, relações sexuais.

Ao fazer uma correlação com os aspectos da conjugalidade e da fraternidade, uma mãe revê toda sua vida pessoal, passada e atual, e mostra sua indignação pelo que sua irmã fez. *õ... O pai de meu filho engravidou minha irmã e o menino tem um irmão- sobrinho, 2 meses mais novo*

que ele. *Ele já vivia comigo e fez isso. Não posso confiar nos homens. Mas, minha irmã é muito assanhada e vivia pegando tudo quanto é homem... Como compreender uma situação como essa?* Compreender é compreender-se, mas significa também sempre estar exposto a erros e antecipações de juízos. Em síntese, compreender uma situação implica a possibilidade de interpretar, de estabelecer relações e extrair conclusões em todas as direções. A compreensão só alcança sua verdadeira possibilidade quando as opiniões prévias com as quais se inicia uma relação não são arbitrárias (Palmer, 2011).

Uma mãe relata que, quando ela saía e deixava a criança com o irmão de 16 anos, a criança dizia: *õ... Mãe eu não quero ficar com ele não. Eu não vou ficar mais com meu irmão não, mãe, ele manda eu coçar ele...õ* E a mãe continua: *õ... Eu não sei mais o que fazer, lá em casa tem um beliche, mas ele cisma de dormir com a menina... Mas, eu não sei...õ* Além de ser molestada pelo avô a criança é também vítima do irmão de 16 anos, que diz: *õ... mãe vai deixar ela comigo que eu vou olhar ela...õ* O irmão diz que a irmã vem *õcurtarõ* ele. E a mãe diz: *õ...eu não sei, eu não vejo maldade... Só que acho estranho ele gostar tanto de deitar com ela...õ*

Autores como Caffaro e Conn-Caffaro, 1998; Button e Gealt, 2010; Finkelhor e Dziuba-Leatherman, 1994; Eriksen & Jensen, 2009; e Relva et al., 2012 apontam que o incesto entre irmãos é comum. Embora a sociedade continue a ignorar ou minimizar as suas consequências para as vítimas e suas famílias, sabe-se que seus efeitos são nefastos. Alguns fatores são considerados para justificar esta falta de atenção: a relutância das famílias em relatar às autoridades a ocorrência do incesto entre irmãos, a minimização do problema pelos pais e a ameaça sob a qual as vítimas são colocadas quando o abuso ocorre. Há uma percepção de que o contato sexual entre os irmãos se encontra dentro dos valores normais de aceitação da brincadeira sexual ou exploração entre irmãos, não sendo os detalhes desta curiosidade

totalmente compreendidos. Os ofensores tendem a serem igualmente vítimas e autores do controle coercivo. Quanto ao irmão vítima parece existir uma diferença no desenvolvimento (física, observada na força e no tamanho, ou intelectual) em relação ao ofensor. Sabe-se que a linguagem é relacional e pragmática. Os significados se constroem a partir do uso social da linguagem, portanto, não surge do interior de cada indivíduo, mas da relação entre as duas pessoas (Gergen, 1996a, 2006a).

O contexto em que estas situações de violência entre irmãos ocorrem são gerados por tensão como a monoparentalidade, o caos em que vivem certas famílias, a instabilidade financeira, a discórdia conjugal, o consumo de drogas ou álcool, a existência de perturbações psicopatológicas nos pais, o estresse familiar e o divórcio. Os conflitos conjugais, a violência sobre mulheres e crianças, o envolvimento em discussões verbais entre os pais, a ausência de disponibilidade e a falta de supervisão parental estão frequentemente implicadas na ocorrência da violência entre irmãos e são considerados, por excelência, fatores que influenciam na sua manifestação (Caffaro & Conn-Caffaro, 1998; Button & Gealt, 2010; Finkelhor & Dzuiba-Leatherman, 1994; Eriksen & Jensen, 2009; Relva et al., 2012).

As narrativas construídas e informadas pelas famílias acerca da fraternidade e a perspectiva de compreensão dessa dimensão é uma consequência do jogo relacional no qual todos os membros da família participam. Ao buscarem seu lugar social nesta família, os irmãos constroem suas narrativas sempre em uma visão relacional imersa na linguagem e traduzida pela forma de participação e/ou convivência. Na busca de um lugar social na família, ocorre entre os irmãos uma distinção, uma autodescrição, uma diferenciação dos papéis que cada um tem na convivência familiar, levando a uma relação desigual de poder, um empoderamento ou uma falta de confirmação de seus recursos relacionais, uma inabilidade para a convivência entre pares.

Esta diferenciação ou autodescrição dos papéis ocorre porque cada um começa a ocupar hierarquias diferentes neste jogo relacional, querem um lugar específico na família. Essa diferenciação motiva significados que estão fortemente conectados com os sentimentos de rivalidade, competição, mais atenção dos pais, jogo de interesse, expectativas a serem alcançadas, tensões no ambiente com relação à inversão da hierarquia familiar entre pais e filhos ou ainda a organização para a sobrevivência da família. A convivência entre os membros da família é intensamente afetada pelo rompimento da conjugalidade dos pais, as relações de pouca cooperação e mutualidade parental e a fragilidade dos papéis parentais. Porém, ocorre uma evolução gradativa de descrição centrada na dimensão individual e de interesse próprio, o que cada pessoa pensa de si e para si, para descrições que incluem o universo relacional, de todos os membros da família entre si. Isto é, essa descrição-diferenciação implica nas descrições dos demais e à medida que os irmãos vão encontrando seu lugar na família e este não é mais almejado pelo outro irmão, na percepção daquele, não necessita mais de usar o poder e a violência como forma de realizar seus desejos.

Como síntese desse quadro ou configuração da fraternidade vista a partir das narrativas das famílias, e que enfoca a violência sexual e outras violências entre irmãos, podemos também considera-lo como uma violência intrafamiliar. Neste quadro os personagens são todos os membros da família. A violência entre irmãos não estabelece uma dinâmica diretamente entre pais e filhos ou entre marido e mulher. Fala-se de outro design ou organização, pois a criança aqui não é abusada pelo pai/padrasto, mas pelo irmão, um par que deveria ter igualdade de poder em seu espaço na família. Na situação das famílias em vulnerabilidade o adolescente fica muitas vezes responsável pelo trabalho doméstico e esse aspecto informa sobre sua organização familiar. É geralmente o responsável pelo cuidado das crianças como dar banho, alimentar,

vestir, levar para a escola, passando todo o dia sozinho com elas. A mãe ao se ausentar de casa para buscar a sobrevivência, define o papel que cada filho vai assumir na organização familiar. O adolescente apresenta dificuldades de conter e atualizar seus impulsos sexuais, além de ter uma situação familiar propícia que funciona como um meio oportunizador potencializando suas dificuldades de manter-se no papel dado pela mãe familiar (Costa, Junqueira, Ribeiro, & Menezes, 2011). Quando a mãe retorna ao lar, coloca cada filho novamente no seu anterior papel ou no seu antigo lugar, segundo suas exigências, perturbando, dessa forma, a percepção de cada um e seus papéis na organização.

A Hermenêutica sustenta que o entendimento é sempre interpretativo e que não existe um só ponto privilegiado para o entendimento, assim como não existe um significado verdadeiro ou uma representação que seja a correta. A verdade nunca pode ser totalmente revelada. Cada razão e cada interpretação é apenas uma versão da verdade (Anderson, 2010; Palmer, 2011). O jogo de boliche pode ser visto como uma violência da qual terá que sair um vencedor e um perdedor, ou pode ser visto de outro prisma. As narrativas demonstram também que aos irmãos não só é impingida a convivência, no sentido de focar a violência entre eles, mas apresenta outros significados que podem também ser construídos na relação de fraternidade. A interação entre irmãos pode ser significada como uma oportunidade de convivência, pela troca, pela cooperação, pela ajuda e pelo apoio. Pode-se jogar boliche de uma forma cooperativa, na qual a diversão e o ato de estar junto são compensatórios e traz um bem. Então, quando se precisa de um irmão mais cedo ou mais tarde ele estará disponível para ajudar, como expressa o dito popular. Na fratria pode-se gerar violência, mas pode-se também encontrar recursos, que inspiram relações de apoio e colaboração.

## Considerações gerais

Ao identificar os sentidos e significados que as famílias dão às vivências de abuso sexual, através das narrativas colhidas na entrevista, foi possível conhecer de uma maneira particularizada e aprofundada as contraditórias dimensões presentes na conjugalidade, parentalidade e fraternidade. Através das narrativas foi possível ir além e conhecer o que acontece com a mãe-mulher e considerar que ela não pode ser vista apenas como conivente das situações de abuso sexual, como se dizia nos estudos anteriores (Furniss, 2002; Felipe, 1999; Laird, 2002; Camargo, 1998; Narvaz, 2005). Mostrou-se que existe outra vertente que vai além daquela perspectiva, uma vez que a mãe é vista nesta pesquisa, no centro do processo reflexivo e desencadeador de iniciativas de proteção, por considerá-la, deixando-a falar e dando-lhe mais atenção. Estes resultados serão possíveis se deixar que as histórias venham, principalmente a partir das mães; acreditar nas histórias; dar oportunidade para a mãe falar o que sente e pensa, sem fazer perguntas que interrompam seu fluxo narrativo; e deixar o ambiente propício para essa entrega das mães, o que muitas vezes os CREAS não conseguem, por não terem profissionais com essas habilidades ou disponibilidade. Quando as histórias passam a ser contadas e recontadas a compreensão e as mudanças acontecem.

Esse conhecimento, muitas vezes expressos por metáforas e ditos populares, trouxeram descrições e distinções que possibilitaram acessar quadros ou designs da organização familiar diferente, todos em relação ao abuso sexual e confirmando a violência intrafamiliar. O primeiro resultado destaca na conjugalidade a ambiguidade vivida pela mulher-mãe e a instalação do conflito; na parentalidade, a ambivalência da criança e adolescente com relação aos pais, a parentalização e a resolução do conflito, quando a mãe faz sua escolha; e na fraternidade, a

diferenciação e distinção dos papéis vividos pelos irmãos e o jogo relacional de todos os membros da família.

Não se pretendeu elaborar um estudo que apresentasse resultados generalizadores e conclusivos, mas úteis para serem aplicados como porta de entrada para a construção de novas contribuições para o tema do abuso sexual e para a expansão de possibilidades de discussão e apreensão de conhecimentos que enfatizam as relações com os parceiros conversacionais em interação. As narrativas não provam ou trazem algum status de verdade único, mas ampliam a compreensão daqueles que, interessados no tema, buscam expandir suas reflexões.

O texto indica outras pesquisas preocupadas na construção de práticas parentais e conjugais. Vale ainda ressaltar a importância de compreender e considerar os processos diferenciados de desenvolvimento psicossocial desses grupos familiares como um desafio aos setores que trabalham com a assistência social. Neste sentido, torna-se importante o desenvolvimento de trabalhos com enfoque interventivo que dão ênfase às práticas conversacionais, processos geradores de significados para as vivências das famílias, que só podem ser transformadores a partir do seu uso.

**Tabela 1**

Informações sobre a vítima

Família	Idade Sexo	Organização familiar antes do abuso	Ofensor	Abuso	Para quem a criança revelou o abuso sexual	Quem fez a denúncia	Situação da mãe	Quem mora na casa atualmente	Quem participou da entrevista
Silva	7 anos Fem.	Mãe Padrasto 2 irmãos 1 enteada	Padrasto	Intra familiar	Vizinha	Vizinha	Não acreditou no ocorrido	Mãe e vítima	Mãe e vítima
Nobrega	7 anos Fem.	Mãe Pai	Meio- irmão	Intra familiar	A mãe viu a movimentação da criança e do irmão	Mãe	Mãe abusada pelo avô, tios e primos	Mãe, pai e vítima	Mãe e vítima
Aranha	9 anos Fem.	Avó Tio 2 netos	Pai	Intra familiar	Avó e tia	Avó	Viciada em crack	Avó, vítima e 2 netos	Avó
Lopes	6 anos Fem.	Mãe 3 irmãs 1 irmão	Avô, Padrasto e Irmão (16 anos)	Intra familiar	Mãe	Tia	Sofreu violência do pai e do marido	Mãe, vítima e 2 irmãos	Mãe
Silveira	13 anos Fem.	Mãe Avó Irmão Irmã	Ex- namorado da mãe	Extra familiar	Ex-cunhada	Mãe	Mãe abusada aos 8 anos. Tentou suicídio	Mãe, avó e vítima	Mãe e vítima
Ribeiro	4 anos Masc	Mãe	Padrasto	Intra familiar	Vizinha	Mãe	Mãe abusada pelo vizinho	Mãe e vítima	Mãe

Jurandir	11 anos Fem.	Mãe 3 irmãos	Pai	Intra familiar	Vizinha	Mãe	Ex- presidiária. Abusada pelo padrasto	Mãe, vítima e 3 irmãos	Mãe
Jorge	16 anos e 12 anos Fem.	Mãe 3 irmãs	Padrasto	Intra familiar	Tia	Tia	Abusada na adolescência	Mãe, padrasto 1 das vítimas e 1 irmã	Mãe e as 2 vítimas
Albuquerque	14 anos Fem.	Mãe Pai 2 irmãs	Namorado	Intra familiar	Mãe	Adolescente e Namorado	Casou muito nova	Mãe, padrasto e irmã	Mãe e pai

**Legenda.** Fem. = Feminino; Masc. = Masculino.

## Capítulo IX

### Considerações Finais

Para concluir esse estudo é preciso remeter-se às questões preliminares do trabalho e a qualificação da tese. Ações mesmo que pontuais refletem o desejo do pesquisador de sempre arriscar-se e dedicar-se por novos caminhos ou, melhor dizendo, por muitos caminhos na ânsia de construir práticas que assegurem o acolhimento, a intervenção e a reflexão da população atendida. Deseja-se também incorporar uma diversidade de micropolíticas, de descrições dos conceitos e metodologias e de atender a uma multiplicidade de vozes. Vozes da família atendida, da pesquisadora, da orientadora, da equipe de pesquisa, dos serviços e das instituições contextos da pesquisa. O fato é que também o pesquisador vive mudanças tanto no seu processo pessoal, quanto no processo de construir a pesquisa. O pesquisador que trabalha com narrativas aprende a contar histórias. E aqui conta-se a história do processo da pesquisa.

A concretização desse estudo permitiu visualizar desde o princípio a importância e grandeza de seus desafios ao **adentrar** no campo das narrativas das famílias em situação de abuso sexual. Inserir-se neste contexto é estar **compromissado** com uma proposta de transformação da realidade dessas famílias, de forma **inclusiva**, considerando a magnitude dessa relevância social e a urgência de mudar a situação, no sentido de minimizar seus sofrimentos e inquietações, e contribuir para uma transformação. Portanto, conferiu-se a este estudo não só a necessidade de produção do conhecimento como também uma interação com a postura de **mudança**.

As **narrativas** da família sempre estiveram no **centro da pesquisa**. A questão era como articular a epistemologia Construcionista Social, marco referencial, como prática clínica, em cujo contexto está a **política relacional** da família atendida em uma instituição pública. Como refletir de forma compromissada sobre os significados socialmente construídos, que ressoam neste grupo

que é a família, na instituição, na comunidade. Esta pesquisa inseriu-se no primeiro momento em um contexto, no qual já havia uma estrutura, uma rotina estabelecida de acolhimento e atendimento às famílias em situação de abuso sexual, que são formas de intervenção já validadas, com procedimentos especificados, que são os Grupos Multifamiliares - GM (Costa, Almeida, Ribeiro, & Penso, 2009).

A **conversa**ção que se produziu à época da qualificação da tese mostrou um campo marcado por dificuldades decorrentes da necessidade de definir qual proposta narrativa se buscava na perspectiva de ajustar os caminhos, já que existia naquele momento um ponto de bifurcação. Um pergunta instigante e ao mesmo tempo orientadora, e estimulante, permeava toda a construção da tese: **Qual o lugar da Narrativa neste estudo?** Os objetivos da tese sugeriam uma atenção à construção das narrativas. A entrevista era descrita como interventiva porque se falava em construção linguística, em linguagem como prática social, em entrevista transformadora. Na descrição da fundamentação teórica destacava-se uma visão da narrativa como processo em construção.

Visualizou-se naquele momento duas possibilidades de estudar as narrativas: estudar quais **narrativas** determinado grupo **produz** ou como determinada situação ocorre e suas implicações para aquelas pessoas, naquele contexto. Desse modo faz-se uma grande pergunta e permite-se ao sujeito contar todas as suas percepções, sentimentos, lembranças, crenças, etc.. Depois, analisa-se essa estrutura, como todas essas narrativas foram se organizando, entende-se os principais conteúdos, **modos e tensões em torno do tema**. Nesse tipo de pesquisa a entrevista se pretende ampla, busca não ser interventiva e desta forma o pesquisador não objetiva buscar a transformação da realidade, de resignificar as experiências e transformá-las. Este tipo de

pesquisa ajuda e serve para **sensibilizar** o leitor com relação àquela realidade estudada, serve para **aproximar** o leitor daquilo que está sendo constatado.

O outro modo de pensar a **construção narrativa** e estudá-la está mais conectado à terapia familiar. O pesquisador propõe que através dessa conversa a que se está chamando de entrevista, o terapeuta pesquisador está interessado em **construir novas realidades**. Então ele faz perguntas que convidam o sujeito a construir uma nova descrição da história vivida, mas ainda não pensada ou contada, uma história periférica. Nesta perspectiva o pesquisador vai ter uma série de posturas, **ferramentas conversacionais**, para junto com a pessoa, ou a família, produzir novas narrativas. O objetivo do pesquisador é então, conversar de uma forma que outra narrativa possa ser produzida, e essa situação de sofrimento possa ser transformada. Aquela narrativa que a pessoa ou família traz é uma narrativa dominante, opressiva, que sustenta uma vivência de sofrimento. Neste caso a entrevista teria um roteiro mais detalhado com perguntas que levaria à **transformação das narrativas**.

Ao final da qualificação o estudo já não era mais o mesmo. Os objetivos legitimavam a diversidade de possibilidades. Tinha-se como marco importante o **ser humano socialmente** inserido na família, no grupo, na instituição, na comunidade e a clareza de que esse estudo não buscava uma intervenção, mas estava inserido em um contexto de intervenção. Buscou-se a partir daí, acessar e identificar as narrativas produzidas pela família com situação de abuso sexual, em um contexto de intervenção que é o CREAS. Tratava-se de como as narrativas das famílias **anunciavam possibilidades e potencialidades em contexto de compartilhamento** e da **intensidade e força** que essas narrativas têm a partir de sua ampliação no contexto de narrar, renarrar e historiar suas histórias.

O percurso feito pela pesquisadora possibilitou refletir que se buscava outra perspectiva, ainda pouco estudada. Saiu-se então do contexto já estabelecido e organizado, que direcionava para uma ação externa e de intervenção e dirigiu-se para uma perspectiva mais **relacional, individualizada**, no sentido de se voltar para conhecer um aspecto **de produção interna** da pessoa, da mãe, da filha (o), da irmã e da família, mas produzido e construído na interação entre todos. Seria compreender mais que explicar dar atenção ao processo, ao multiverso ou pluralidade das narrativas e às **diferentes interpretações**. A mãe não produz essa narrativa sozinha. Ela produz essa narrativa na medida em que ela está nesse **ambiente relacional**. Essa produção é interna da mãe e ocorre a partir de sua vivência na relação com o marido, que ela acabou de saber que abusou de sua filha, da filha que ela suspeitava não estar bem, mas que não teve coragem de perguntar, e agora, constata que de fato não está bem, da família que tem curiosidade de saber tudo como aconteceu e das pressões sociais que está vivendo. Desse modo a pesquisa possibilitou acessar e identificar essa **produção interna**, e perceber que os outros indivíduos, ãeusõ ativos não se movem independentes dos õnósõ. õSeus movimentos não são totalmente seus, como os nossos não são totalmente nossosõ (Shotter, 1993a, p.89).Os movimentos **entrelaçam e novas interações** se produzem, mesmo não havendo conversação explícita sobre o que se vive. A ação conjunta dá origem à experiência de que o que é criado é sentido como algo, como uma **entidade externa, objetiva**, uma realidade com existência própria, construída entre nós e como resultado do nosso envolvimento ó não como sua, nem como minha (Shotter, 1993a).

A nova direção da pesquisa possibilitou constatar também que não é possível **desconectar e dissociar** estas narrativas, a produção interna, da intervenção. As soluções e/ou dissoluções dos problemas não podem ser encontradas somente nas teorias e metodologias de promoção de

mudanças, mas devem ter um olhar para o mundo que nos cerca, para a concretude da experiência, e então, desenvolver uma **prática de reflexão** que coordena as duas partes do **processo interno/externo, como trocas conjuntas**. É um **processo interdependente**, no qual existem vários **círculos concêntricos**, como a metáfora da pedra que cai na água e vai formando vários círculos, do centro para a periferia. Esses círculos concêntricos e interdependentes, nomeados aqui de **círculos de ambiente**, mostram a importância dessa intercomunicação, do intercâmbio das narrativas produzidas pela família e sua conexão direta com as mudanças que ela quer empreender em sua vida.

Necessário se faz construir, com as famílias, **narrativas transformadoras e/ ou modificadoras**, para que a família tenha outro olhar para a situação vivida. As narrativas da família estão no centro dos círculos concêntricos. São considerados panos de fundo compartilhados entre as pessoas, que são vistos, mas não percebidos por elas. Mas sabe-se que não se consegue manter essa narrativa e **materializá-la** se não se tem um olhar mais amplo para uma **concretude de ação**. Assim sendo, não se consegue construir o externo, a ação, se não houver uma construção de sentido que surja no **processo conversacional**. O desenvolvimento desse processo conversacional, de trocas dialógicas, está entremeado por uma **compreensão orquestrada** entre as narrativas transformadoras e todos os demais elementos das interatividades circundantes. Esta premissa está sustentada pela compreensão de que o abuso sexual é um evento que envolve **complexidade, intersubjetividade e contexto** (Esteves de Vasconcelos, 2002). O contexto do abuso sexual não pode ser encarado só como um contexto familiar. Ele está inserido em um contexto **sócio familiar** e ocorre no **intercâmbio** entre as pessoas.

Ao problematizar esse processo interdependente de conhecer e acessar as narrativas da família que ocorre a partir de sua política relacional e os agentes externos implicados na ação dos

serviços de assistência, e outros, remete-se à relevância da pesquisa, no que tange ao desafio de promover as famílias em **agentes sociais de mudança**, na perspectiva apontada por Gergen (2006a). As mudanças só ocorrem quando a **matriz relacional** se converte em seu principal recurso, somando-se a isso, as vozes da equipe que trabalha com a família, da pesquisadora, da instituição, das políticas públicas. Acessar as narrativas da família mostrou-se uma releitura das **possibilidades e potencial da família** e a compreensão do quanto ainda o contexto do abuso sexual é preconceituoso. É um contexto de pouca criatividade e de práticas repetitivas e sem inovação. Dessa maneira, esses contextos não autorizam nem permitem às famílias desenvolverem seu potencial para resolução e dissolução de seus problemas, buscando em **seus recursos internos**, presentificados ao narrar suas histórias, alternativas de mundos melhores e futuros preferidos. A introdução de metodologias narrativas no contexto de abuso sexual instigaria profissionais, pessoas e famílias a tratar o vivido não a partir dos fatos e a sequência do que aconteceu, mas a **dar significados** às suas narrativas, buscando outros **sentidos** para seus problemas. Os **problemas**, por sua vez, não são fatos, mas **interpretação de acontecimentos** atrelados ao mundo experiencial das famílias. O indicador de que existe uma interdependência, uma não dissociação entre as narrativas de transformação produzidas pela família e os agentes externos promotores da proteção, implicados na ação de acolhimento, preventiva ou interventiva, mostra a necessidade de tomar este indicador como uma **estratégia**. Esta estratégia visa promover a participação social, oferecer inteligibilidade para a convergência desses discursos, dando sustentação a novas práticas que garantam posturas mais relacionais e possam gerar interações mais horizontalizadas entre trabalhador de saúde /usuário, possibilitando ações mais dialogadas e a responsabilidade relacional. As narrativas não falam somente do mundo interno da pessoa ou de suas cognições, mas se constituem como formas sociais de significar o ocorrido,

e organizar ações que fazem parte das descobertas feitas, ao contar para si as histórias antes não contadas, as histórias periféricas. **A voz ouvida e compreendida será instrumento e recurso para essa estratégia.** Portanto, as narrativas das experiências narradas na primeira pessoa formulam relatos e expressões que promovem mudanças e transformações nas vivências.

Tendo em vista o ambiente das interações na família em situação de violência, a **criança e o adolescente** parecem ter pela primeira vez a possibilidade e condição de gerir e movimentar a interação entre seus familiares, no tempo que vai da revelação do abuso sexual ao atendimento, mesmo que para isto se sintam cheios de incertezas e angústias. No momento da revelação pode ser a primeira vez que a família olha para a criança e o adolescente e o vê como parte em movimento, como alguém que necessita **ser visto, ouvido e cuidado**. É o momento em que a família para o tempo e percebe que **eventos** transcorreram, sem que alguém desse a eles a devida atenção. Ao relatar suas histórias relacionadas às situações de violência, pode-se dizer, recorrendo-se à metáfora, que as histórias dessa família estão **õquebradas** e suas vidas parecem ter pouco ou nenhum sentido.

White e Epston (1993) consideram que essas **histórias quebradas** estão enraizadas em discursos culturais dominantes. São histórias que desqualificam, limitam ou negam aspectos significativos da experiência que não foi valorizada. Estas histórias dominantes estão saturadas de problemas que escurecem as relações entre as pessoas. Esses sentimentos acompanham a vida das famílias e, mais particularmente, das pessoas envolvidas nas situações de violência, criam significados constroem narrativas na medida em que organizam sua linguagem. Expressam seus sentimentos e ações, passando a dirigir suas vidas conectadas com os eventos através do tempo e refletindo a dimensão temporal da existência. Estes relatos se encontram intimamente ligados à sua identidade e aos contextos culturais. Se esses relatos permanecem silenciados ou aliados aos

discursos culturais que limitam e restringem a experiência, então a pessoa entra ou permanece em sofrimento.

Investigar sobre abuso sexual e olhar para todas as manifestações de violência na família é encontrar **possibilidades e desafios**. É certificar-se de que o abuso sexual é um grave problema de saúde pública pela sua alta incidência e pelo impacto negativo para o desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental das vítimas, e por ser fator de risco para o desenvolvimento psicopatológico, contemplando uma variabilidade de sintomas e alterações na vida da criança, do adolescente e de suas famílias. É olhar esses **relatos dominantes**, histórias saturadas de problemas e que têm uma força contextual imensa ao criar fronteiras precisas, demarcando territórios que deixam as pessoas ilhadas para moldar uma visão de si mesmas e dos problemas e impedir que elas possam ter outras e novas visões do vivido. O **tempo** entre a **revelação e o atendimento** marca todos os sofrimentos e tempos vividos, medidos e descritos na pesquisa, quando da caracterização dessa população (Capítulo 5). O tempo marca como a família se organiza para viver nesse período e o que ocorre com as relações e os movimentos e como a família sem a ajuda de profissionais especialistas, prossegue em sua rotina de vida, além de qual significado é dado pela família a esse período de tempo. Essas são algumas questões que nortearam as pontuações enunciadas na presente tese.

A sucessão **temporal** adquire um sentido e um valor como história. É possível ordenar através de uma história qualquer acontecimento que se converta em uma narrativa e se torne uma realidade, e não a realidade (Boscolo & Bertrando, 1996; Gergen, 2010). Buscar um sentido para a história é aprofundar nos significados que os **atores sociais** compartilham na vivência de sua **realidade**. É ultrapassar a mensagem explícita e atingir os significados não explícitos, isto é, uma abrangência dos aspectos extras discursivos que constituem o **contexto sócio histórico** do

grupo social na busca de compreensão: a história do grupo, de seus ambientes, de suas condições socioeconômicas, políticas, religiosas.

Entrar em contato com as famílias que vivenciam situações de abuso sexual é estar diante de um **quebra cabeça**, em que muitas vezes não se encontra todas as peças para completar a imagem ou desenho. O Construcionismo Social insere-se neste contexto exatamente para mostrar que não é necessário encontrar todas as **peças** e sim que os jogadores são quem farão a articulação entre as peças e darão o sentido e significado que podem e suportam para aquele momento. É compreender as interações das famílias a partir do cenário linguístico e do discurso que as orientam. O tipo de conversação que se vai ter com a família ou mesmo o pensamento do profissional sobre aquela família abre ou não **novas portas** e as histórias e peças do quebra cabeça vão se encaixando, influenciadas por estas premissas. A cada novo **deslocamento** dessas peças, que ocorre nas **conversações** da família em seu âmbito doméstico ou em um atendimento especializado, com abordagens que refletem a experiência, novas possibilidades surgirão e com elas uma sensação de **organizar e agenciar** a vida. Nestes momentos a família ou as pessoas se tornam agentes de sua mudança com uma fala e movimentos responsivos ao invés de estáticos e repetitivos. A família foi tocada e atingida ao refletir sobre suas próprias palavras, por sua própria verbalização enraizando seu discurso em sua experiência de vida. Esse modo de estar com as famílias provoca uma responsabilidade relacional, fator potencial de transformação.

Pode-se avaliar que a pesquisa atingiu seu objetivo ao certificar-se de que a **tese** proposta neste estudo e como ela se expressava pode ser **aprofundada**. Pode se compreender de **outras maneiras** como as famílias relatam suas histórias e o que esse relato **significa** para elas. O material recolhido, as conversas que foram possíveis ter com as mães e o método que se usou, proporcionaram as condições para encontrar a tese que se buscava. Foi ainda possível ampliar e

entender que as mudanças ocorrem, uma vez que se permite às famílias contar e recontar suas histórias. As narrativas das famílias sobre o abuso sexual colhidas nas entrevistas não têm apenas um caráter **descritivo-informativo** acerca da violência ocorrida. A postura narrativa ou Construcionista Social, de não adotar uma posição de julgamento e culpabilização, permitiu às famílias relatarem suas histórias de forma a deixar os significados e sentidos se conectarem com sua **ação**, podendo ser acessadas e identificadas. É possível às famílias construir mudanças em suas narrativas a partir de suas próprias vivências e **apontar indicadores de novos discursos** para essas experiências. Esse processo de produção de sentido e de ressignificação da experiência acessadas na entrevista se fez com as **possibilidades de compartilhamento presentes nas interações próprias de cada família**, no seu âmbito privado, fornecendo novos sentidos para o viver, enquanto esperavam o atendimento vindo das instituições especializadas. A família conta suas histórias de acordo com uma sequência temporal, que possui uma relevância fundamental na compreensão do relato e nas associações causais que este estabelece. Muitas vezes os relatos têm uma visão essencialista, depositando em suas características pessoais as razões para seu destino. Outras vezes atribuem causas contextuais demonstrando uma narração mais funcionalista, mas as possibilidades nascem da **circularidade da interação**.

Destes dados infere-se que a **reconstrução linguística e ressignificação das experiências** é um **processo contínuo** desde qualquer conversação estabelecida pela família. A família é vista como um sistema gerador de significados, criando constantemente narrativas. Na interação com as pessoas, novas ideias e alternativas expandem e alteram as perspectivas de modo que algumas histórias vão se modificando enquanto outras são conservadas. Pode-se considerar a tomada de decisão um novo **õfologõ**, entendido como uma **õporta de entradaõ** para o enfrentamento que garanta no primeiro momento a sobrevivência de todos. O buscar ajuda

já é uma comprovação de que construíram ou reconstruirão novos sentidos e significados para o vivido que os movem a ampliar e desenvolver novos núcleos de inteligibilidade, criando alternativas possíveis para suportar o sofrimento presente na revelação, considerar distintas descrições do vivido, permitir a reconstrução de suas experiências e agenciar mudanças na interação dos membros da família. Conforme se dá voz às palavras, tanto as formas estáticas quanto os padrões descritivos desdobram-se em novos movimentos de produção corporais e linguísticos. Essa **ação conjunta** (Shotter, 1993a) sensível e seletiva possibilita reagir e responder ao ambiente. Portanto, nas entrevistas fica explícito esse movimento contínuo e essas inter-atividades tanto corporais quanto linguísticas, dança de narrativas indicativas do fato de que todas as **mudanças são trocas conjuntas, sociais ou dialógicas em processo**.

Novas narrativas e novos discursos vão integrar sua construção linguística quando da permissão e da **publicização** dessas experiências no **atendimento**. Estes momentos instituídos entre as pessoas possibilitam experienciar soluções para seus problemas, que só podem ser encontradas em **reflexões conjuntas**. Buscar um sentido para a história é aprofundar nos significados que os atores sociais compartilham na vivência de sua realidade. A sucessão temporal adquire um sentido e um valor como história, e a **história narrada** passa a ser mais importante que a **história factual**. Contar uma história em primeira pessoa enfatiza a recuperação do papel de **autor** de sua própria história (Andersen, 1997).

Quando observada a totalidade dos dados colhidos das entrevistas, as narrativas e significados produzidos pela família no intervalo de tempo entre a **revelação e o atendimento**, constata-se que o **lugar da figura materna** nas situações de abuso sexual é figura controversa que se sobrepõe à proteção. O fato de a mãe muitas vezes demorar a desencadear o processo de revelação não quer dizer que ela seja **cumplice ou conivente** com o abuso sexual vivido em sua

família. Ela necessita de um tempo de contato e revisita de suas próprias vulnerabilidades, situações de risco, assumir certa autonomia de seu próprio caminho, antes de acionar processos de mudanças íntimas que serão estabelecidas, necessitando a partir daí **romper** e assumir grande parte dos compromissos que correspondem a esse momento de revelação. Compromissos esses que estão intrinsecamente conectados com a conjugalidade, parentalidade e fraternidade, dimensões consideradas violência intrafamiliar.

Conforme se verifica, é importante salientar que a **entrevista** de cunho narrativo é por si só um **instrumento de intervenção**. Ao permitir o relato da experiência/história sem interferência, o próprio entrevistado encontra no seu relato **pontos de tensão** entre o tempo vivido no passado e a atualização desse tempo no aqui e agora da entrevista. A atualização da história possibilita fazer os encaixes e a combinação de enredos. Essas tensões vão abrindo caminhos em ambientes desconhecidos, fazendo um ziguezague entre o espaço privado e público que reflete o micro e o macro cosmo.

Ao seu término esta pesquisa é capaz de informar novas investigações que desdobram dos achados aqui relacionados. Como preparar e desenvolver, nas famílias, hábitos de **conversação**? Esse processo conversacional necessita ser mais explorado como movimento que qualifica a pessoa de um melhor potencial, pois resgata seus recursos relacionais disponibilizados para a ação. Esses novos sentidos e significados compreendidos a partir da escuta das narrativas necessitam ser organizados, por isso existe um esforço de dar visibilidade a essa prática de conversação. Sugere-se às universidades em conexão com as comunidades desenvolverem pesquisas que invistam na presença e cotidianidade, instituindo **espaços conversacionais**. Esta perspectiva possibilita gerar corresponsabilidade, e assim enxergar as situações como conjuntamente criadas, e construir metodologias conversacionais de intervenção breve de

atendimento clínico com enfoque psicoterapêutico com a finalidade de mediar estas situações e atender características desenvolvimentais das crianças e adolescentes.

O Estado deveria mobilizar a captação de recursos para a construção de políticas públicas, com objetivo de desenvolver **tecnologias sociais** para capacitação de profissionais com estratégias mais relacionais e conversacionais, bem como instrumentos e **ferramentas potencializadoras** para o trabalho específico com as mães, uma vez que podemos comprovar cada vez mais seu papel atuante nas histórias de abuso sexual, tanto vividas como reveladas por suas filhas. A escolha desta **díade** tem amparo nesta pesquisa, pois se encontrou a mãe como centro do processo reflexivo e desencadeador das iniciativas de proteção. Esta pesquisa redefine o lugar da mãe e seu valor no processo de resgate da proteção. Sugere-se, portanto, a Construção de **ferramentas e ou protocolos** para intervenção psicossocial e psicoterapêutica da díade.

Quanto aos limites da pesquisa pode-se considerar que acessar as narrativas em um **contexto institucional**, onde as famílias já têm hábitos de responder aos profissionais de modo a conquistar recursos materiais imprescindíveis à sua vida, pode implicar em mudanças com relação ao que se fala ou se vive. Esse limite pode intervir em suas narrativas originais, isto é, nas suas primeiras impressões do vivido. Outro limite a se considerar é a pequena amostra da pesquisa, de 15 famílias. Estudos quantitativos com uma amostra maior poderão corroborar e/ou confrontar os dados desse estudo. Por exemplo, dados de estimativa de prevalência que confirmam e dão sustentabilidade às ações públicas com relação a esta problemática, propondo intervenções mais específicas. Não se pretende apontar resultados com a possibilidade de apresentar dados passíveis de generalizações. Considera-se que esse estudo contribui para extensas discussões em torno do tema de abuso sexual, quando mostra a diversidade de

possibilidades de adentrar nas narrativas produzidas pela família, e as dificuldades de articular esse processo interdependente no contexto de intervenção.

Enfim, o retrato da violência sexual das 15 famílias acolhidas nesta instituição pública inspira Políticas Públicas voltadas para maior capacitação, divulgação e integração entre diferentes setores envolvidos na questão da violência sexual, que poderão trazer impacto positivo na redução e controle das complexas questões deste tipo de crime. Ao compreender e ampliar o conhecimento sobre a realidade vivida por essas famílias, no intervalo de tempo entre a revelação e o atendimento, torna-se viáveis reflexões acerca da prática profissional, dos atendimentos prestados, e da construção de intervenções que acolham as necessidades dessa população, nesse intervalo que as famílias ficam isoladas e sem atenção por parte das instituições de apoio.

Pretende-se finalizar esta etapa da pesquisa dando ênfase à importância do relato das histórias das mães e à percepção de que a maior parte delas só teve a possibilidade de fazer compreensões de suas vidas porque narrou experiências de suas crianças ou adolescentes em situação de abuso sexual. A pergunta instigante que se deixa aqui é também inspiração para novos e estimulantes estudos que podem ser iniciados a partir de agora: Será necessário que os filhos vivam histórias de abuso sexual para que as mães possam entender a sua própria história?

## Referências

## Referencias

Andersen, T. (1997). *Processos reflexivos*. Rio de Janeiro, Brasil: Instituto Noos.

Andersen, T. (1998). Reflexões sobre a reflexão com as famílias. In S. McNamee & K. J. Gergen. (Eds.), *A terapia como construção social* (pp. 69-85). Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas

Anderson, H. (1990). Then and now: From knowing to not-knowing. *Contemporary Family Therapy Journal*, 12, 193-198.

Anderson, H. (1994). Rethinking Family therapy: A delicate balance. *Journal of Marital and Family Therapy*, 20(2), 145-150.

Anderson, H. (2010). *Conversação, linguagem e possibilidades: Um enfoque pós-moderno da terapia*. São Paulo, Brasil: Roca.

Anderson, H. (2011). Uma perspectiva colaborativa sobre ensino e aprendizado: A criação de comunidades de aprendizado. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 41, 35-53.

Anderson, H., & Goolishian, H. (1988). Los sistemas humanos como sistemas lingüísticos: Implicaciones para la teoria clínica y la terapia familiar. *Revista de Psicoterapia*, 2(67), 41-72.

Arango, M. I. Q., & Correa, F. P. (2009). Significado y respuestas de las madres al abuso sexual de sus hijas(os). *Revista Latino Americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 7(2), 1027-1053.

Araújo, M. F. (2009). Gênero e família na construção de relações democráticas. In T. Feres-Carneiro (Ed.), *Casal e família: Permanências e rupturas* (pp. 2-29). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Azambuja, M. R. F. (2006). Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? *Revista Virtual Textos & Contextos*, 5, 1-19.

Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1989). *Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno polegar*. São Paulo, Brasil: IGLU.

Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1995). *Violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo, Brasil: Robe.

Bachelard, G. (1972). *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro, Brasil: Tempo Brasileiro.

Bakhtin, M. (1981). *The dialogic imagination*. Austin, TX: University of Texas Press.

Bakhtin, M. (1986). *Speech genres and other late essays*. Austin, TX: University of Texas Press.

Baptista, R. S., França, I. S. X., Costa, C. M. P., & Brito, V. R. S. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um programa Sentinela. *Revista Acta Paulista de Enfermagem*, 21(4), 602-608.

Bella, M. E., & Salmasi de Lagucik, A. (2007). Abuso sexual infantojuvenil: Una lectura cuantitativa y cualitativa de las variables que influyen en esta problemática. *Revista da escola da Saúde Pública*, 11(1), 18-24.

Ben-Arieh, A., & Haj-Yahia, M. M. (2006). Geography of Child Maltreatment in Israel: Findings From a National Data Set of Cases Reported to the Social Services. *Child Abuse & Neglect*, 30(13), 991-1003.

Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of mind*. New York, NY: Ballantine Books.

Borges, J. L., & Dell'Aglio, D. D. (2008). Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 371-379.

Boscolo, L., & Bertrando, P. (1996). *Los tiempos del tiempo: Una nueva perspectiva para la consulta y la terapia sistémica*. Barcelona, Espanha: Paidós.

Bruner, J. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Bruner, J. (1991). The Narrative Construction of Reality. *Critical Inquiry* 18(1), 1-21.

Bruschini, C., & Ridente, S. (1994). Família, casa e trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 88, 30-36.

Button, D. M., & Gealt, R. (2010). High risk among victims of sibling violence. *Journal of Family Violence*, 25(2), 131-140.

Caffaro, J. V., & Conn-Caffaro, A. (1998). *Sibling abuse trauma: Assessment and intervention strategies for children, families, and adults*. New York, NY: Haworth Press.

Camargo, M. (1998). *O lugar da mulher na relação de violência: O mito da passividade e a construção da identidade de gênero em nossa sociedade*. Porto Alegre, Brasil: Casa de Apoio Viva Maria, Secretaria Municipal de Saúde.

Cantelmo, A. C., Cavalcante, T. P., & Costa, L.F. (2011). A menina mãe: Incesto e maternidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 23 (1), 137-154.

Cardin, V. S. G., Mochi, T. G., & Bannach, R. (2011). Do abuso sexual intrafamiliar: Uma violação aos direitos da personalidade da criança e do adolescente. *Revista jurídica Cesumar*, 11(2), 401-432.

Carrijo, R., & Rasera, E. F. (2010). Mudanças em psicologia de grupo: Reflexão a partir da terapia narrativa. *Psicologia Clínica*, 22(1), 125-140.

Castañon, G. A. (2004). Construcionismo social: Uma crítica epistemológica. *Temas em Psicologia da SPB*, 12(1), 67-81.

Chase, S. E. (2011). Narrative inquiry: Still a field in the making. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.). *The sage handbook of Qualitative Research*. Londres, Inglaterra: Sage.

Clark, C., Caldwell, T., Power, C., & Stansfeld, S. A. (2010). Does the influence of childhood adversity on psychopathology persist across the lifecourse? A 45-year prospective epidemiologic study. *Annals of Epidemiology*, 20(5), 385-394.

Cohen, C. (2000). O incesto. In M. A. Azevedo, & V. N. A. Guerra (Eds.). *Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento* (pp. 211-225). São Paulo, Brasil: Cortez.

Cohen, C., & Figaro, C. J. (1996). Crimes relativos ao abuso sexual. In C. Cohen, M. Segre, & F. C. Ferraz (Eds.). *Saúde mental, crimes e justiça* (pp.149-169). São Paulo, Brasil: Edusp.

Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência. (2013). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Retrieved from <http://www.comitenacional.org.br/>

Companhia de Planejamento do Distrito Federal. (2012). *Retrato da Infância e da Adolescência do Distrito Federal*. Retrieved from <http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/publicacoes/publicacoes-1/retrato-da-infancia-e-da-adolescencia-no-distrito-federal>

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socio-educativo: SINASE*. Brasília, Brasil: CONANDA.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2013). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Retrieved from <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contra-crianca-e-adolescentes>

Costa, J. S. (2011). *Terapia de família e seus significados: narrativas sobre as experiências dos clientes*. (Unplished doctoral dissertation). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil. Retrieved from <http://familia.med.br/imagens/file/Tese%20Juares%20S%20Costa%202011.pdf>

Costa, L. F. (2003). *E quando acaba em malmequer? Reflexões do grupo multifamiliar e da visita domiciliar como instrumentos da psicologia clínica na comunidade*. Brasília, Brasil: Editora Universa.

Costa, L. F., Almeida, T. M. C., Ribeiro, M. A., & Penso, M. A. (2009). Grupo Multifamiliar: Espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 21-30.

Costa, M. C. O., Carvalho, R. C., Santa Bárbara, J. F. R., Santos, C. A. S. T., Gomes, W., & Sousa, H. L. (2007). O perfil da violência contra crianças e adolescentes segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 12(5), 1129-114.

Costa, L. F., Junqueira, E. L., Meneses, F. F. F., & Stroher, L. M. (2013). As relações familiares do adolescente ofensor sexual. *Psico USF*, 18(1), 33-44.

Costa, L. F., & Penso, M. A. (2010). A dimensão clínica das intervenções psicossociais com adolescentes e família. In M. M. Marra & L. F. Costa (Eds.), *Temas da clínica do adolescente e da família* (pp. 201-214). São Paulo, Brasil: Ágora.

Costa, L. F., Penso, M. A., Rufini, B.R., Mendes, J. A. A., & Borba, N. F.F. (2007). Família e abuso sexual: Silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2), 245-255.

Costa, L.F., Junqueira, E. L., Ribeiro, A., & Meneses, F.F.F. (2011). "Ministério da obrigação adverte": é preciso proteger os adolescentes ofensores sexuais. *Avances en Psicologia Latinoamericana*, 29(1), 33-46.

Crisma, T. P., Jones, L. M., Paci, D., & Romito, P. (2004). Adolescents who experienced sexual abuse: Fears, needs and impediments to disclosure. *Child Abuse & Neglect*, 28(10), 1035-1048.

Cunningham, A. (2009). A escuta de crianças abusadas sexualmente para compreensão do processo de auto-revelação. In L. C. A. Williams & E. A. C. Araújo (Eds.), *Prevenção do Abuso sexual infantil: Um enfoque interdisciplinar* (pp.89-103). Curitiba, Brasil: Juruá.

Deblinger, E., & Helfin, A. H. (1996). Abuso sexual infantil. In F. M. Dattilio & A. Freeman (Eds.), *Estratégias cognitivo-comportamentais para intervenção em crise: Tópicos especiais* (pp.229-253). São Paulo, Brasil: Editorial Psy.

Demo, P. (2004). *Pesquisa e construção do conhecimento: Metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro, Brasil: Tempo Brasileiro.

Demo, P. (2005). *Argumento de autoridade x autoridade do argumento: Interface da cidadania e da epistemologia*. Rio de Janeiro, Brasil: Tempo Brasileiro.

Denzin, N. K., & Lincoln. Y. S. (2011). *The sage handbook of qualitative research*. Londres, Inglaterra: Sage Publications.

Dilthey, W. (1956). *Introducción a las ciencias del espíritu*. Madri, Espanha: Revista de Occident.

Diniz, G. R. S. (2009). O casamento contemporâneo em revista. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Casal e família: Permanências e rupturas* (pp. 135-155). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Diniz, G. R. S. (2011). Conjugalidade e violência: reflexões sob uma ótica de gênero. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia* (pp.27-42). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Elkaïm, M. (2000). *Terapia familiar em transformação*. São Paulo, Brasil: Summus.

Epston, D. (1997). ðI am a bearö: Discovering discoveries. In C. Smith & D. Nylund (Eds.), *Narrative therapy with children and adolescents* (pp. 53-70). New York, NY: Guilford Press.

Eriksen, S., & Jensen, V. (2009). A Push or a Punch Distinguishing the Severity of Sibling Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(1), 183-208.

Esber, K. M. (2005). *Pessoas que cometeram violência sexual: Patologia individual ou questão familiar?* (Monografia de pós-graduação em Terapia Familiar e Casais). Universidade de Goiás, Goiania, Brasil.

Esber, K. M. (2009). *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. Goiânia, Brasil: Cãnone Editorial.

Espindola, G. A., & Batista, V. (2013). Abuso sexual infanto-juvenil: A Atuação do Programa Sentinela na Cidade de Blumenau/SC. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 33(3), 596-661.

Esteves de Vasconcellos, M. J. (2002). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas, Brasil: PAPIRUS.

Faleiros, V. P. (2008). Parar o abuso e desenvolver a proteção. In L. F. Costa, & H. G. D. Lima (Eds.), *Abuso sexual: A justiça interrompe a violência* (pp. 159-170). Brasília, Brasil: Liber Livros.

Faleiros, V. P., & Faleiros, E. S. (2007). *Escola que protege: Enfrentando a violência contra criança e adolescente*. Brasília, Brasil: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Felipe, S. (1999). Violência sexual na família e cumplicidade institucional. *Texto & Contexto*, 8 (2), 77-100.

Féres-Carneiro, T. (Ed.). (2007). *Família e casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Féres-Carneiro, T. (Ed.). (2011). *Casal e família: Congjugalidade, parentalidade e psicoterapia*. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Féres-Carneiro, T., Ziviani, C., & Magalhães, A. S. (2011). Arranjos amorosos contemporâneos: Sexualidade, fidelidade e dinheiro na vivência da conjugalidade. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Casamento e família conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Ferreira, F. H. G. (2007). Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: Luta de classes ou heterogeneidade educacional? In Henriques, R. (Ed.), *Desigualdade e pobreza no Brasil* (pp. 131-158). Rio de Janeiro, Brasil: Ipea.

Finkelhor, D., & Dziuba-Leatherman, J. (1994). Victimization of children. *American Psychologist*, 49(3), 173-183.

Finkelhor, D., Vanderminden, J., Turner, H., Shattuck, A., & Hamby, S. (2014). At-School Victimization and Violence Exposure Assessed in a National Household Survey of Children and Youth. *Journal of School Violence*, 00, 1-24. Retrieved from <http://www.unh.edu/ccrc/pdf/school%20victimization%20published.pdf>

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, Brasil: Artmed.

Fonseca, C. (2005). Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In C. R. Althoff, I. Elsen, & R. G. Nitschke (Eds.), *Pesquisando a família: Olhares contemporâneos*. Florianópolis, Brasil: Papa-livro.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2013). *7ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Retrieved from

[http://www.forumseguranca.org.br/files/files/destaques\\_anuario2013.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/files/files/destaques_anuario2013.pdf)

Foucault, M. (1978). *Historia de la sexualidad: La Voluntad de Saber* (Vol.1). Madri, Espanha: Siglo XXI Editores.

Fruggeri, L. (1998). O processo terapêutico como construção social da mudança. In S. McNamee & J. K. Gergen (Eds.), *A terapia como construção social* (pp. 51-65). Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.

Furmiss, T. (2002). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.

Gadamer, H. (1999). *Verdade e método*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

Gallego, S. U. (2006). *Comunicación familiar: Un mundo de construcciones simbólicas y relacionales*. Manizales, Colombia: Editorial Universidad de Caldas.

Gergen, K. J. (1973). Social psychology as history. *Journal of Personality and social Psychology*, 26(2), 309-320.

Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychology*, 40(3), 266-275.

Gergen, K. J. (1996a). La construcción social: emergencia y potencial. In Pakman, M. (Ed.), *Construcciones de la experiencia humana*. Barcelona: Editorial Gedisa.

Gergen, K. J. (1996b). *Realidades y relaciones: Aproximaciones a la construcción social*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.

Gergen, K. J. (1999). *An invitation to social construction*. Londres, Inglaterra: Sage.

Gergen, K. J. (2006a). *El Yo saturado: Dilemas de identidad en el mundo contemporáneo*. Barcelona, Espanha: Paidós.

Gergen, K. J. (2006b). Understanding as Relationship: Cultural Psychology in Global Context. In J. Straub, D. Wiedemann, C. Kolbl, & B. Zielke. (Eds.), *Pursuit of Meaning: Advances in Cross-Cultural Psychology*. Alemanha: Transcript-Verlag.

Gergen, K. J. (2010). *Construir la realidad: El futuro de la psicoterapia*. Barcelona, Espanha: Paidós.

Gergen, K. J., & Gergen, M. (2010). *Construcionismo social: Um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro, Brasil: Instituto Noos.

Gergen, K., & McNamee, S. (2010). Do discurso da desordem ao diálogo transformador. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 38, 47-62.

Gerko, K., Hughes, M. L., Hamil, M., & Waller, G. (2005). Reported childhood sexual abuse and eating-disordered cognitions and behavior. *Child Abuse & Neglect*, 29(4), 375-382.

Giddens, A. (2005). *O mundo em descontrole: O que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro, Brasil: Record.

Goldani, A. M. (2002). Famílias e gênero: Uma proposta para avaliar (des) igualdades. *Textos didáticos*, 48, 43-62.

Gomez, C. M. (2005). Violência no Trabalho. In E. R. Souza & M. C. S. Minayo (Eds.), *Impacto da violência na saúde dos brasileiros* (pp.241-78). Brasília, Brasil: Ministério da Saúde. Retrieved from [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto\\_violencia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf)

Goolishian, H., & Anderson, H. (1993). Human systems as linguistic system: Preliminar and evolving ideas about the implications for clinical theory. *Family Process*, 27(4), 371-393.

Goolishian, H., & Anderson, H. (1996). Narrativa e self: Alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. In D. F. Schnitman. (Ed.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. (pp.191-199). Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.

Grandesso, M. A. (1995). Equipe reflexiva: uma análise do ponto de vista da construção de significados. *Nova perspectiva Sistêmica*, 7, 31-31.

Grandesso, M. A. (2000). *Sobre a construção do significado*. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Grandesso, M. A. (2002). Terapias pós-modernas: Um panorama. *Sistemas Familiares*, 18(3), 19-27.

Grandesso, M. A. (2008). Desenvolvimento em terapia familiar: Das teorias às práticas e das práticas às teorias. In L. C. Osório & M. P. Valle (Eds.), *Manual de terapia familiar* (pp.104-118). Porto Alegre, Brasil: Artmed.

Grandesso, M. A. (2011). "Dizendo olá novamente": A presença de Michael White entre nós, terapeutas familiares. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, 1(1), 65-78.

Grzybowski, L. S. (2007). *Parentalidade em tempos de mudanças: desvelando o envolvimento parental após o fim do casamento*. (Unplished doctoral dissertation). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Retrieved from [http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=839](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=839)

Habermas, J. (1982). *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Habermas, J. (1987). *Dialética e hermenêutica*. Porto Alegre, Brasil: L & PM.

Habigzang, L. F. et al. (Eds.). (2012). *Violências contra crianças e adolescentes: Teoria, pesquisa e prática*. Porto Alegre, Brasil: Artmed.

Habigzang, L. F., & Caminha, R.M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica*. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2011). *Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: Manual de capacitação*. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 379-86.

Habigzang, L. F., Damásio, B. F., & Koller, S. H. (2013). Impact evaluation of a cognitive behavioral group therapy model in brazilian sexually abused girls. *Journal of child sexual abuse*, 22(2), 173-190.

Habigzang, L. F., Hatzemberg, R., Corte, F. D., Stroehner, F., & Koller, S. H. (2009). Grupos de terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Revista de Saúde Pública*, 43, 70-78.

Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, X. P. (2005). Abuso sexual e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 21(3), 341-348.

Habigzang, L. F., Koller, S.H., Stroehner, F.H., Hatzemberger, R., Cunha, R.C., & Ramos, N.S. (2008). Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia*, 13(3), 285-292.

Habigzang, L. F., Stroehner, F., Corte, F. D., Hatzemberger, R., Cunha, R. C. Ramos, M., & Koller, S. H. (2007). Integrando os cuidadores, a rede e os terapeutas: potencializando a melhora clínica de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. In M. L. P. Leal, M. F. P. Leal, & Libório, R. M. C (Eds.), *Tráfico de pessoas e violência sexual* (pp. 263-274). Brasília, Brasil: Vióles, Ser, Universidade de Brasília.

Hatzemberger, L. F., & Koller, S. H. (2008). Avaliação de um modelo de intervenção psicológica para meninas vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(1), 67-76.

Hershkowitz, I., Lanes, O., & Lamb, M. E. (2007). Exploring the disclosure of child sexual abuse with alleged victims and their parents. *Child Abuse & Neglect*, 31(2), 111-123.

Hoffman, L. (1981). *Foundations of Family Therapy*. New York, NY: Basic Books.

Hoffman, L. (1993). *Exchanging voices: A collaborative approach to family therapy*. Londres, Inglaterra: Karnac Books.

Hoffman, L. (2001). *Family Therapy*. New York, NY: W. W. Norton & Company.

Holmes, W. C., & Slap, G. B. (1998). Sexual abuse of boys: Definition, prevalence, correlates, sequelae, and management. *Journal of the American Medical Association*, 280(21), 1855-1862.

Ibañez, T. (1992). Cómo se puede no ser constructivista hoy en día? *Revista de Psicoterapia*, III(12), 17-27.

Jablonski, B. (2011). O país do casamento segundo seus futuros habitantes: Pesquisando atitudes e expectativa de jovens solteiros. In T. Féres-Carneiro (Ed.), *Casal e família: Conjugalidade, parentalidade e psicoterapia* (pp.27-42). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Jensen, T. K., Gulbrandsen, W., Mossige, S., Reichelt, S., & Tjersland, O. A. (2005). Reporting possible sexual abuse: A qualitative study on Children's perspective and the context for disclosure. *Child, Abuse & Neglect*, 29(12), 1395- 1413.

Kamsler, A. (2006). La formación de la imagen de sí misma: Terapia con mujeres que sufrieron abuso durante la infancia. In M. Durrant & C. White (Eds.), *Terapia del abuso sexual* (pp. 15-53). Barcelona, Espanha: Gedisa.

Koller, S. H., & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp.293-310). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Laird, J. (2002). Segredos das mulheres: O silêncio das mulheres. In E. Imber-Black (Ed.), *Os segredos na família e na terapia familiar* (pp.245-268). Porto Alegre: Artes Médicas.

Leal, M. F. P., & César, M. A. (Orgs.). (1998). *Indicadores de violência intrafamiliar e exploração comercial de crianças e adolescentes: Relatório final da oficina*. Brasília, Brasil: CESE, Ministério da Justiça, CECRIA, Fundo Cristão Para Criança. Retrieved from <http://www.comitenacional.org.br/files/biblioteca/4UNBQDL8ZOT4D5O7KAQN.pdf>

Lebowitz, E. R., Omer, H., Holly, H., & Lawrence, S. (2013). Parent Training for Childhood Anxiety Disorders: The SPACE Program. *Cognitive and Behavioral Practice*, 21(4), 456-469.

Lei 12.435, de 6 de julho de 2011. (2011, 6 julho). *Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social*. Retrieved from [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm)

Lei nº 12.845, de 1 de agosto de 2013. (2013, 1 agosto). *Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual*. Retrieved from [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm)

Lippert, T., Favre, T., Alexander, C., & Cross, T. P. (2008). Families who begin versus decline therapy for children who are sexually abused. *Child Abuse & Neglect*, 32, 859-868.

Lovett, B. B. (2004). Child sexual abuse disclosure: Maternal response and other variables impacting the victim. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 21(4), 355-371.

Maniglio, R. (2009). The impact of child sexual abuse on health: A systematic review of reviews. *Clinical Psychology Review*, 29(7), 647-657.

Marra, M. M. (2004). *O agente social que transforma: O sociodrama na organização de grupos*. Sao Paulo, Brasil: Ágora.

Marra, M. M. (2014). El Construccinismo Social como abordaje teorico para la comprension del abuso sexual. *Revista de Psicologia*, 32(2), 219-242.

Marra, M. M., & Omer, H. (2015). Cuidado vigilante: cambios para familias en situación de abuso sexual. Manuscrito submetido para publicação. Madri: Revista Psychosocial Intervention.

Matias, D.P. (2006). Abuso sexual e sociometria: Um estudo dos vínculos afetivos em família incestuosa. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 295-304.

Maturana, H. R. (1997). *Ontologia da realidade*. Belo Horizonte, Brasil: UFMG.

Maturana, H. R. (2001). *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte, Brasil: UFMG.

Maturana, H. R. (2002). *Emoções e linguagem na educação e política*. Belo Horizonte, Brasil: Palas Athenas.

Maturana, H. R., & Varela, F. (2003). *El árbol del conocimiento: Las bases biológicas del entendimiento humano*. Buenos Aires, Argentina: Lumen.

McNamee, S. (2008). Um estudo sócio-construcionista de expertise terapêutica. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 31, 33-43.

McNamee, S., & Gergen, J. K. (Eds.). (1998). *A terapia como construção social*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas

Mínayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Brasil: Editora Hucitec.

Ministério da Saúde (2002). *Violência intrafamiliar: Orientações para prática em serviço* (Cadernos de Atenção Básica nº 8, série A). Brasília, Brasil: Ministério da Saúde. Retrieved from [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf)

Ministério da Saúde. (2006). *Estatuto da Criança e do Adolescente* (3a. ed., Série E. Legislação de Saúde). Brasília, Brasil: Ministério da Saúde. Retrieved from [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/lei\\_8069\\_06\\_0117\\_M.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/lei_8069_06_0117_M.pdf)

Ministério da Saúde (2012). *Prevenção e tratamentos dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: Norma técnica* (3a ed.). Brasília, Brasil: Ministério da Saúde. Retrieved from [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao\\_agravo\\_violencia\\_sexual\\_mulheres\\_3ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. (2005). *Política Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica* (NOB/SUAS). Retrieved from <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/norma-operacional-basica-do-suas.pdf/view>

Ministério do Planejamento (2007). *Plano Plurianual PPA2008/2011*. Retrieved from [www.planejamento.gov.br/.../plano\\_plurianual/PPA/081015\\_PPA\\_2008](http://www.planejamento.gov.br/.../plano_plurianual/PPA/081015_PPA_2008)

Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (2000). *Pobreza, institución, familia*. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu Editores.

Minuchin, S., & Fishman, C.H. (1990). *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.

Mioto, R. C. T. (2006). Novas propostas e velhos princípios: A assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In M. A. Sales, M. C. Matos & M. C. Leal (Eds.), *Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos*. São Paulo, Brasil: Cortez.

Moura, A. C. A. M., Scodelario, A. S., Camargo, C. N. M. F., Ferrari, D. C. A., Mattos, G. O., & Miyahara, R.P. (2008). *Reconstrução de vidas: Como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes*. São Paulo, Brasil: SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social)/SEDES Sapientae.

Moura, A. T. M., & Reichenheim, M. E. (2005). Estamos realmente detectando violência familiar contra a criança em serviços de saúde? A experiência de um serviço público do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(4), 1124-1133.

Muthi, M., & Espelage, D. L. (2005). Childhood sexual abuse, social support, and psychological outcomes: A loss framework. *Child Abuse Neglect*, 29(11), 1215-1231.

Narvaz, M. (2005). *Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina* (Unpublished master's thesis). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Nichols, M. P., & Schwartz, R.C. (2007). *Terapia Familiar: Conceitos e Métodos* (4a ed.). Porto Alegre, Brasil: Artmed.

Oliver, B. E. (2007). Three steps to reducing child molestation by adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 31(7), 683-689.

Omer, H. (1997). *Intervenções críticas em psicoterapia: Do impasse ao início da mudança*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.

Omer, H. (2000). *Parental presence: Reclaiming a leadership role in bringing up our children*. Phoenix, AZ: Zeig, Tucker.

Omer, H. (2004). *Nonviolent Resistance: A new approach to violent and self-destructive children*. New York, NY: Cambridge University Press.

Omer, H. (2011). *The new Authority. Family, school and community*. New York, NY: Cambridge University Press.

Omer, H., & Elitizur, A. (2001). What would you say to the person on the roof? As suicide-prevention text. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 31(2), 129-139.

Omer, H., Schorr-Sapirb. I., & Weinblatt. U. (2008). Non-violent resistance and violence against siblings: The Association for Family Therapy. *Journal of Family Therapy*, 30, 450-464.

Omer, H., Steinmetz S. G., Carthy, T., & von Schlippe, A. (2013). The anchoring function: parental authority and the parent-child bond. *Family Process*, 52(2), 193-206.

Organização das Nações Unidas (1959). *Declaração dos Direitos da Criança*. Retrieved from <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>

Pakman, M. (2011). *Palabras que permanecen, palabras por venir: Micropolítica y poética em psicoterapia*. Barcelona, Espanha: Gedisa.

Palmer, E. R. (2011). *Hermenêutica*. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Passarela, C. M., Mendes, D. D., & Maril, J. J. (2010). Revisão sistemática para estudar a eficácia de terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes abusadas sexualmente com transtorno de estresse pós-traumático. *Revista Psiquiatria Clínica*, 37(2), 60-65.

Pelisoli, C. L., & Dell'Aglio, D. D. (2008). Do segredo à possibilidade de reparação: Um estudo de caso sobre relacionamentos familiares no abuso sexual. *Contextos Clínicos*, 1(2), 49-60.

Pelisoli, C., Pires, J. P. M., Almeida, M. E., & Dell'Aglio, D.D. (2010). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Dados de um serviço de referência. *Temas em Psicologia*, 18(1), 85-97.

Penso, M. A., & Costa, L. F. (2008). O abuso sexual infantil e transgeracionalidade. In Penso, M.A. & Costa, L.F. (Eds.), *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção*. São Paulo, Brasil: Summus.

Penso, M. A., & Neves, V. L. (2008). Abuso sexual infantil e transgeracionalidade. In M.A. Penso & L. F. Costa (Orgs.), *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção*. São Paulo, Brasil: Summus.

Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F., & Carreiro, T. C. O. C. (2011). *Jovens pedem socorro: O adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual*. Brasília, Brasil: Liber.

Penso, M. A., Costa, L. F., Almeida, T. M. C., & Ribeiro, M. A. (2009). Abuso sexual intrafamiliar na perspectiva das relações conjugais e familiares. *Aletheia*, 30, 142-157.

Penso, M. A., Costa, L. F., Conceição, M. I. G., & Carreiro, T. C. O. (2013). As mães dos adolescentes que cometeram ato infracional social e de natureza sexual. *Interacções*, 9(25), 151-179.

Pereda, N., Guilera, G., Forns, M., & Gómez-Benito, J (2009). The international epidemiology of child sexual abuse: A continuation of Finkelhor (1994). *Child Abuse & Neglect*, 33(4), 331-342.

Pereira-Pereira, P. A. (2010). Mudanças estruturais, política social e papel da família: Crítica ao pluralismo de bem-estar. In M. A. Sales, M. C. Matos & M. C. Leal (Eds.), *Política social, família e juventude: Uma questão de direitos* (pp. 35-41). São Paulo, Brasil: Cortez.

Pincolini, A. M. F., & Hutz, C. S. (2014). Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: Pesquisa em denúncias e sentenças judiciais. *Temas em Psicologia*, 22(2), 301-311.

Pinho, A. R. I. (2012). *O atendimento a famílias em situação de abuso sexual: Um estudo exploratório*. (Unpublished master's thesis). Brasília, Brasil. Retrieved from [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12952/1/2012\\_AlineRoseInacioPinho.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12952/1/2012_AlineRoseInacioPinho.pdf)

Plummer, C. A. (2006). The Discovery process: What the mothers see and do in gaining awareness of the sexual abuse of their children. *Child Abuse & Neglect*, 30(11), 1227-1237.

Ponzio, A. (2010). A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. In M., Bakhtin. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos, Brasil: Pedro & João.

Portaria nº 528, de 1 de abril de 2013. (2013, 1 de abril). *Define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Retrieved from [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0528\\_01\\_04\\_2013.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0528_01_04_2013.html)

Portaria nº 1.968, de 25 de outubro de 2001. (2001, 25 de outubro). *Dispõe sobre a comunicação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Único de Saúde*. Retrieved from [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cgvs/usu\\_doc/ev\\_vio\\_leg\\_portaria\\_1968\\_\\_2001\\_\\_notificacao\\_compulsoria\\_violencia\\_contra\\_criancas.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cgvs/usu_doc/ev_vio_leg_portaria_1968__2001__notificacao_compulsoria_violencia_contra_criancas.pdf)

Praciano, M. S. G. (2011). *Gênero e Transgeracionalidade: Um olhar sobre a condição feminina e as relações familiares de mulheres de baixa renda de Manaus*. (Unpublished doctoral dissertation). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Retrieved from [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10969/1/2011\\_MariadoSocorroGadelhaPraciano.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10969/1/2011_MariadoSocorroGadelhaPraciano.pdf)

Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Retrieved from [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Ramos, M. C. R. (2010). *Mães de meninas vítimas de abuso sexual: Aquilo que não se pode dizer* (Unpublished master's thesis). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Brasil.

Rasera, E. F., & Japur, M. (2005). Os sentidos da Construção social: o convite construcionista para a psicologia. *Paidéia*, 15(30), 21-29.

Rasera, F. E., & Japur, M. (2006). Sobre a preparação e a composição em terapia de grupo: descrições construcionistas sociais. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 19(1), 131-141.

Rasera, F. E., & Japur, M. (2007). *Grupo como construção social: Aproximação entre construcionismo social e terapia de grupo*. São Paulo, Brasil: Vetor.

Rasera, F. E., Guanes, C., & Japur, M. (2004). Psicologia, ciência e construcionismo: Dando sentido ao Self. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (2),157-165.

Relva, I. C., Fernandes, O. M., & Alarcão, M. (2012). Violência entre irmãos: Uma realidade desconhecida. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 46(3), 205-214.

Resolução nº109, de 11 de Novembro de 2009. (2009, 25 de novembro). Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da União nº 225*, seção 1. Retrieved from <http://www.mds.gov.br/acesso-aInformacao/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf/view>.

Rizzini, I. (2010). Para além da centralidade da família. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 7(7), 20-22.

Saffioti, H. I. B. (1997). No fio de navalha: Violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In F. R. Madeira (Ed.), *Quem mandou nascer mulher?* (pp.135-211). Rio de Janeiro, Brasil: Editora Rosa dos Tempos.

Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças*. São Paulo, Brasil: M. Books do Brasil.

Santos, S. S. (2011). *Uma análise do contexto de revelação e notificação do abuso sexual: A percepção de mães e de adolescentes vítimas* (Unplished doctoral dissertation). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Retrieved from <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35028/000794224.pdf?sequence=1>

Santos, S. S., & Dell'Aglio, D. D (2008). Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: Ciclo de violência. *Estudos de Psicologia*, 25(4), 595-606.

Santos, S. S., & Dell'Aglio, D. D. (2009). Revelação do abuso sexual infantil: Reações maternas. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 25(1), 85-92.

Santos, S. S. & Dell'Aglio, D. D. (2010). Quando o silêncio é rompido: O processo de revelação e notificação de abuso sexual. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 328-335.

Santos, S. S., Pelisoli, C., Dell'Aglio, D. D. (2012). Desvendando segredos, padrões e dinâmicas familiares no abuso sexual. In L.F. Habigzang & S.H. Koller. (Orgs.), *Violência contra crianças e adolescentes: Teoria, pesquisa e prática* (pp.55-69). Porto Alegre, Brasil: Artmed.

Santos, V. A., Costa, L. F., & Granjeiro, I. A. C. L. (2009). Intervenção no abuso sexual intrafamiliar: Ingerência invasiva ou proteção devida. *Psico*, 40(4), 516-524.

Santos, S. S., Pelisoli, C., Dell'Aglio, D. D. (2012). Desvendando segredos, padrões e dinâmicas familiares no abuso sexual. In L.F. Habigzang & S.H. Koller. (Orgs.), *Violência contra crianças e adolescentes: Teoria, pesquisa e prática* (pp.55-69). Porto Alegre, Brasil: Artmed.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (2012). *Mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras*. Retrieved from [http://www.namaocerta.org.br/pdf/Mapeamento2011\\_2012.pdf](http://www.namaocerta.org.br/pdf/Mapeamento2011_2012.pdf)

Serafin, A. P., Saffi, F., Achá, M. F. F., & Barros, D. M. (2011). Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 38(4), 143-7.

Shotter, J. (1993a). *Conversational realities*. Londres, Inglaterra: Sage.

Shotter, J. (1993b). *Cultural politics of everyday life: Social constructionism, rhetoric and knowing of the third kind*. Buckingham, Inglaterra: Open University Press.

Shotter, J., & Lannamann, J. W. (2002). The situation of social constructionism. *Theory and Psychology*, 12(5), 577-609.

Sluzki, C. A. (1997). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.

Spink, M. J., & Frezza, R. M. (1999). Práticas discursivas e produção de sentidos: A perspectiva da psicologia social. In M. J. Spink (Ed.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 17-39). São Paulo, Brasil: Cortez.

UNICEF. (2012a). *Situação mundial da infância 2012: Crianças em um mundo urbano*. Retrieved from [http://www.unicef.org/brazil/pt/PT-BR\\_SOWC\\_2012.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/PT-BR_SOWC_2012.pdf).

UNICEF. (2012b). *Together for girls: sexual violence fact sheet*. Retrieved from [http://www.unicef.org/protection/files/Together\\_for\\_Girls\\_Sexual\\_Violence\\_Fact\\_Sheet\\_July\\_2012.pdf](http://www.unicef.org/protection/files/Together_for_Girls_Sexual_Violence_Fact_Sheet_July_2012.pdf).

United Nations. (2008). *Report of the independent expert for the United Nations study on violence against children*. Retrieved from [http://www.unicef.org/violencestudy/reports/SG\\_violencestudy\\_en.pdf](http://www.unicef.org/violencestudy/reports/SG_violencestudy_en.pdf)

Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal. (2012). *Dados consolidados 2011*. Retrieved from [http://www.tjdft.jus.br/trib/vij/docVij/estatis/2010/vij\\_estatisticaViolSex.pdf](http://www.tjdft.jus.br/trib/vij/docVij/estatis/2010/vij_estatisticaViolSex.pdf)

Vertamatti, M. A. F., Abreu, L. C., Drezetti, J., Valenti, V. E., & Barbosa, C. P. (2013). Time elapsed between sexual aggression and arrival at the Brazilian health service. *Journal of Human Growth and Development*, 23(1), 46-51.

Vygotsky, L. S. (2008). *Pensamento e linguagem* (J. L. Camargo, Trad.). São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Waiselfisz, J. J. (2008a). *Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008*. Brasília, Brasil: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça. Retrieved from [http://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/Mapa\\_2008\\_municipios.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/Mapa_2008_municipios.pdf)

Waiselfisz, J. J. (2008b). *Mapa da violência: Os jovens da América Latina, 2008*. Brasília, Brasil: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça. Retrieved from [http://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/Mapa\\_2008\\_al.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/Mapa_2008_al.pdf)

Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Flacso Brasil.

Weiss, K. G. (2010). Male sexual victimization: Examining men's experiences of rape and sexual assault. *Men and Masculinities, 12*(3), 275-2

White, M. (1994). *Guias para uma terapia familiar sistêmica*. Barcelona, Espanha: Gedisa.

White, M. (2002). *Reescribir la vida: entrevistas y ensayos*. Barcelona, Espanha: Gedisa

White, M. (2012). *Mapas da prática narrativa*. Porto Alegre, Brasil: Pacartes.

White, M., & Epston, D. (1993). *Medios narrativos para fines terapéuticos*. Barcelona, Espanha: Paidós.

World Health Organization. (1999). *Child Maltreatment*. Retrieved from [http://www.who.int/topics/child\\_abuse/en/](http://www.who.int/topics/child_abuse/en/)

Zeira, A., Astor, R. A., & Benbenishty, R. (2002). Sexual harassment in jewish and arab public schools in Israel. *Child Abuse & Neglect, 26*(2), 149 -166.

Zimmerman, J., & Dickerson, V. C. (1998). A técnica da Narração no campo da psiquiatria e o trabalho de Michael White. In M. Elkaim (Ed.), *Panorama das terapias familiares* (pp. 252-274). São Paulo, Brasil: Summus.

## Tabelas Capítulo I

**Tabela 1**  
Informações da Vítima

Família	Vítima	Idade no Dia da entrevista	Sexo	Escolaridade	Data da entrevista
1	Mariangela	13 anos	Feminino	7º ano	28/06/2013
2	Marcia	17 anos	Feminino	6º ano	28/06/2013
3	Amanda	7 anos	Feminino	2ª ano	07/08/2013
4	Mara	7 anos	Feminino	2º ano	11/07/2013
5	Marília	9 anos	Feminino	4º ano	11/06/2013
6	Antonia	4 anos	Feminino	Creche	01/08/2013
7	Viviane	6 anos	Feminino	Creche	12/06/2013
8	Marcela	13 anos	Feminino	8º ano	26/07/2013
9	Vera	13 anos	Feminino	7º ano	11/08/2013
10	Suzana	9 anos	Feminino	2º ano	12/06/2013
11	Jussara	9 anos	Feminino	3º ano	13/09/2013
12	Maria	14 anos	Feminino	6ª ano	13/09/2013
13	Conceição	11 anos	Feminino	2º ano	24/10/2013
14	José	5 anos	Masculino	Creche	04/11/2013
15	Mariana	16 anos	Feminino	1º ano / 2º grau	15/08/2013
	Joana	12 anos	Feminino	6ª ano	

\*Os nomes das vítimas são fictícios

Família	Vítima	Composição Familiar antes do Abuso Sexual	Sexo Idade	Escolaridade	Naturalidade	Estado Civil	Ocupação	Quem trabalha na Família	Situação econômica Renda	Participação em outros serviços	Quem mora na casa depois do abuso sexual	Obs.		
1	Mariangela	Mãe	F- 38 a.	6º ano	Brasília	Solteira	Auxiliar de cozinha e babá	A mãe	Meio salário mínimo	Bolsa Família	Mãe	Busca o CREAS em 2008		
		Irmão	M- 17 a.	1º ano do EM									Auxílio Financeiro	Irmão
		Tia				Solteira			Tia					
		Vítima	F- 13 a.	7º ano			Estudante		Mariangela					
2	Marcia	Mãe	F- 35 a.	5º ano	Brasília	Relação Estável	Auxiliar de limpeza	Nenhum membro	Menos de um terço do salário mínimo	Bolsa família	Mãe	3 irmãos		
		Companheiro da mãe	M- 52 a.	Alfabetizado									Auxílio desemprego	Marcia
		Irmão	M- 13 a.	6º ano										
		Irmão	M- 11 a.	3º ano										
		Irmão	M- 7 a.	1º ano										
Vítima	F- 17 a.	6º ano												
3	Amanda	Mãe	F- 44 a.	EF	Brasília	Amasiada	Do lar		Meio salário mínimo	Bolsa família	Mãe			
		Companheiro					Pedreiro				Auxílio		Amanda	

doença 2 irmãos

		Irmão	F- 23 a.									
		Enteada da mãe	F- 21 a.									
		Vítima	F- 19 a.									
			F- 7 a.	2º ano								
		Mãe	F- 30 a.	EM	Brasília	Casada	Do lar	O marido	Um salário mínimo		Mãe	
		Pai	M- 38 a.	EM		Casado	Eletricista				Pai	
4	Mara	Enteado da mãe	M- 16 a.	7º ano							Mara	
		Vítima	F- 7 a.	2º ano								
		Avó	F- 59 a.	6º ano	Água Branca, PI	Divorciada	Costureira	Nenhum membro	Um terço do salário mínimo	Participação no grupo de mulheres	Avó	Estava ligada ao CREAS por outros programas
		Tio	M- 33 a.	3º ano							2 netos	
		Irmão	M- 7 a.	1º ano						Bolsa Família	Marília	
5	Marília	Irmão	M- 5 a.	Creche						Auxilio Vulnerabilidade		
		Vítima	F- 9 a.	4º ano						de		

6	Antônia	Atual marido da mãe	M- 40 a.	Superior Completo	Minas Gerais	Divorciada	Designer de festa infantil	Atual companheiro da mãe	Um salário mínimo		Mãe	Marido da mãe
		Irmão	M- 2 ms.								Irmão	
		Vítima	F- 4 a.	Creche							Antônia	
7	Viviane	Mãe	F- 40 a.		Caracol, PI	Solteira	Desempregada. Não consegue emprego por ter depressão. Trabalha esporadicamente	A mãe trabalha em uma chácara	Assalariado	Não especifica programa no ano de 2013	Mãe	A Família encaminha da pelo CT em 2009
		Irmã	F- 20 a.	6º ano							Viviane	
		Irmã	F- 16 a.								3 irmãs	
		Irmão	M- 15 a.							Consta bolsa família em 2009 e repasses de auxílio de custo. Em 2010, recebe cesta básica.	1 irmão	
		Irmã	F- 2 a.									
		Vítima	F- 6 a.	Creche								
8	Marcela	Pai	M		Brasília	Solteiro	Tratador de animais	O pai	Assalariado		Pai	Busca o CREAS em 2003
		Irmão	M								Irmão	
		Madrasta	F								Marcela e	
		Vítima	F- 13 a.	8º ano							Madrasta	

9	Vera	Mãe	F- 31 a.	EM	Brasília	Solteira	Do lar	Nenhum membro	Um quinto do salario mínimo	Bolsa família	Mãe	
		Vítima	F- 13 a.	7º ano							Avô	
10	Suzana				Brasília	Casada	Do lar		Mãe recebe quatro quintos do salario mínimo como aposentada	Bolsa família	Mãe	
		Padrasto	M- 54 a.								Padrasto	
		Irmão	M- 6 a.								Irmão	
		Irmã	F- 18 a.								Irmã	
		Vítima	F- 9 a.	2º ano							Suzana (que é especial)	
11	Jussara	Mãe	F- 31 a.	2º grau	Brasília	Separada	Desemp.	O irmão mais velho (13 anos)	Um terço do salário mínimo	Bolsa família	Mãe	Busca o CREAS em 2005
		Irmão	M- 13 a.	EF							5 filhos	
		Irmão	M- 11 a.	EF								
		Irmã	F- 3 a.									
		Irmão	M- 2 a.									
	Vítima	F- 9 a.	3º ano									

12	Maria	Mãe	F- 35 a.	6º ano	São Gabriel	Solteira	Diarista	Pai	Autônoma	Mãe	Busca o CREAS em 2005
		Pai	M						Um terço do salário mínimo	Pai	
		Irmã	F- 17 a.	2º ano						3 filhas	
		Irmã	F- 13 a.								
		Vítima	F- 14 a.	6º ano							
13	Conceição	Mãe	F- 29 a.	2º ano	São Miguel	Solteira	Presta serviço comunitári o	A mãe aposentada que mora no Piauí manda 300,00 reais para o aluguel	Ex- presidiária	Bolsa Família  Cesta básica	Mãe  Tia  2 sobrinhos  Conceição
		Irmã da mãe	F	1º ano							
		Marido da irmã da mãe	M								
		2 sobrinhos	M								
14	José	Padrasto	M	Superior incompleto	Carutopera,, AM	Solteira	Estagiária	A mãe	Um salário mínimo	Mãe	A avó de José sofreu VD.
		Mãe	F- 25 a.							José	
		Vítima	M- 4 a.	Creche							

				1º grau	Bertolínia, PI	Amasiada	Desemp. Soldador	Mariana	Aluguel do imóvel: um terço do salario minimo	Bolsa família	Mãe
		Companheiro da mãe	M- 28 a.								Irmã
15	Mariana	Irmã	F- 6 ms				Estudantes				Mariana
	Joana	2 Vítimas	F- 16 a	1º ano do EM					Salário padrasto: 2 salários mínimos e meio.		Joana
			.								Padrasto mora nas proximidad es
			F- 12 a.	6º ano							

**Legenda.** M = masculino; F = feminino; a. = anos; ms. = meses; EM = Ensino Médio; EI = Ensino Infantil; EF = Ensino Fundamental; Desemp. = Desempregado; VD = Violência Domestica.

\*Os nomes das vítimas são fictícios.

Família	Ofensor	Onde ocorreu o abuso	Quando ocorreu o abuso	Quando ocorreu a revelação	Para quem a criança revelou	Quem fez a denuncia e para qual instituição	Quando foi feita a denuncia	Data do encaminhamento	Data do acolhimento	A situação da mãe	Quem participou da entrevista	Situação do abuso
1	Filme Doce Vingança	Relatório escolar 5/12/12	Quando assistiu ao filme	13/12/12	DPCA	Escola CT	4/01/13	5/01/13	8/1/13		Vítima e avó no início da entrevista	A criança foi encaminhada pela escola ao CT e deste ao CREAS para apoio e orientação. A escola identificou que ela escrevia as redações com temas eróticos.
2	Rapaz de 18 anos. Hoje namora um homem de 56 anos	Não se sabe	1/5/13	6/6/13	A mãe imagina	CRAS Fercal CREAS Sobradinho	16/6/13	16/6/13	16/6/13		A mãe e o pai	Marcia ôse perdeuõ aos 13 anos. Está namorando um velho de 56 anos. Suspeita de abuso. Fica com homens casados.

3	Padrasto (46 anos)	Em casa	9/1/12	4/1/13	A vizinha contou para a mãe junto da filha	SAM(polícia) A polícia foi chamada na casa e levou a mãe e a filha	1/7/13	1/7/13	8/7/13	Mãe abusada na infância	A mãe e a vítima	Há suspeita de que tenha ocorrido o abuso, que foi considerado falso alarme. O Pai está preso por lei Maria da Penha.
4	Meio irmão que morava na casa	Na casa	Em 2011	4/1/12	Para a mãe	O casal para o CRAS/Fercal	6/1/12	5/1/13	7/1/13	Mãe abusada pelo avô e tios idade de 10 a 12 anos	A mãe e a vítima	
5	Pai (29 anos)	No lote onde o pai morava	Em 2007. De 4 aos 7 anos	A tia percebeu quando a tia foi dar banho	Avó e tia	Mãe levou para a DP	2007	5/1/13	7/1/13	Dependente de crack	Avó	
						DP						
6	O padrasto	Na casa	Desde 2 anos 12/2011 a 04/2012	A partir de 04/012	A médica e a psicóloga descobriram. A mãe denunciou	IML CT	2/1/13	6/1/13	8/1/13		Mãe, padrasto, Vítima e Irmão	O padrasto agora é outro.

CREAS												
7	Avô de 59 anos e o irmão de 15 anos	Na casa da avó e na casa da criança	Desde 2 anos 07/2009	A criança contou à mãe	Mãe	Mãe	12/1/12	3/1/13	7/1/13	Na adolescência sofreu violência física pelo pai. E sofreu violência conjugal	A mãe	
O pai faz a denuncia no CT												
8	Namorado	Casa do namorado	2012	Pai descobre via telefone	A adolescente conta ao pai	DP	11/1/12	5/1/13	7/1/13	A mãe não mora com a família	O pai	
CREAS												
DP												
9	Mulher vizinha do pai (aos 3 anos) e vizinho do ex-namorado doente mental (aos 6 anos)	Na casa do pai (aos 3 anos) e na casa do ex-namorado (aos 6 anos)	Aos 3 anos de idade e aos 6 anos de idade	Em seguida do abuso	Ex cunhada	Comp. CT	2006 Jovem foi preso e 2013	7/1/13	8/1/13	A mãe foi abusada aos 8 anos. Tentou suicídio. Usou drogas e foi agredida	A mãe e a vítima	Buscou o CT, porque a adolescente ameaçou um colega (especial) na escola. A vítima se embriagava.
CREAS												

10	Irmão da mãe	Na lagoa, perto da casa da vítima.	2/1/13	A policia chegou na hora	A população do entorno chamou a policia	A DP	2/1/13	5/1/13	9/1/13	A mãe foi estuprada aos 16 anos e engravidou da filha, que hoje tem 18 anos.	A mãe e a vítima	Mãe deficiente visual
11	Adolescente de 14 anos	Na casa da vizinha	Em 2011. Jussara tinha 7 anos.	2011	A criança contou para a mãe	A mãe para o CT em 2011 e este não fez nada. Agora a escola encaminhou ao CREAS	2011	8/1/13	8/1/13	Tentou suicídio, colocou fogo na casa. Foi abusada	A mãe e a vítima	
12	Padrasto	Na casa	11/1/12	2012	A adolescente contou à mãe que o padrasto mexia na porta	A adolescente e o namorado (maior) para a DP e CT	1/1/13	4/1/13	9/1/13	Casou-se muito nova, como a filha	Mãe, vítima e irmã	Uma situação de falsa denuncia?
13	Pai	Na casa do pai	De 2011 a 2013	2013	A vizinha viu o pai fazendo sexo oral com Conceição	A vizinha fez a denuncia e as crianças foram para o abrigo CT	4/1/13	6/1/13	8/1/13	Ex-presidiária. Foi abusada na infância pelo padrasto na zona rural	Mãe	
14	Padrasto	Na casa	2012	O aluno relata aos colegas. A escola relata ao CT	A vizinha revelou para a mãe	Escola	1/1/13	5/1/13	8/1/13	Foi abusada aos 7 anos pelo irmão da vizinha	Mãe e a vítima	

CREAS

Mutirão da saúde

15	Padrasto	Na casa	7/1/12	15/8/12	Tio, irmã da mãe.	MP	11/1/13	3/4/13	7/1/13	Foi abusada quando adolescente	Mãe Mariana, Joana e irmãs
----	----------	---------	--------	---------	-------------------	----	---------	--------	--------	--------------------------------	-------------------------------------

CT / CREAS

---

**Legenda.** CRAS = Centro de Referência de Assistência Social; CREAS = Centro de Referência Especializada de Assistência Social; CT = Conselho Tutelar; DP = Delegacia de Polícia de Proteção à Criança e Adolescente; IML = Instituto Médico Legal; MP = Ministério Público.

\*Os nomes das vítimas são fictícios.



**PDF Complete**  
Your complimentary use period has ended.  
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

## Anexos

### **Roteiro da entrevista**

01) Gostaria que vocês se apresentassem. Quem são vocês e de onde vêm? É a primeira vez que estão aqui? Já estiveram em atendimento antes? 2) Vocês têm alguma ideia do que vamos conversar hoje? 3) Que história vocês vão nos contar sobre quando descobriram a violência na família, o abuso sexual? O que aconteceu com a família quando se descobriu a violência? 4) Como a família estava vivendo neste momento? Como foram vivendo com essa violência, uma vez que já sabiam do que tinha acontecido? 5) E agora que vocês vão receber atendimento aqui no CREAS, como está essa família? Como vocês se sentem sabendo que serão atendidos, pelos profissionais do CREAS, para tratar da questão do abuso sexual? O que vocês esperam ou imaginam que irá mudar em suas vidas? 6) Vocês gostariam de me contar mais alguma coisa?

## **Termo de Compromisso assinado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda/SEDEST**

### **ACEITE INSTITUCIONAL**

A Sra. Adriana Pinheiro Carvalho, Coordenadora de Proteção Social Especial, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST, está de acordo com a realização da pesquisa, *Do espaço privado para o público: construções narrativas com famílias em situação de violência*, de responsabilidade da pesquisadora Marlene Magnabosco Marra, aluna de doutorado no Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da professora doutora Liana Fortunato Costa, após revisão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH.

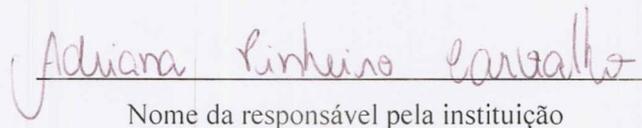
Os objetivos desta pesquisa são: conhecer e analisar os significados e sentidos (narrativas) que as famílias encaminhadas pela justiça, dão às situações de violência vividas, mais especificamente ao abuso sexual intrafamiliar. Compreender as interações das famílias, a partir de suas experiências de abuso sexual intrafamiliar, como formas discursivas, tendo em vista a complexidade e as múltiplas dimensões de seus discursos e apontar possibilidades de reconstrução linguística dessa população com relação às violências vividas. Identificar quais os significados e sentidos são construídos por essas famílias para as medidas protetivas que lhes são aplicadas por determinação judicial.

Os encontros com as famílias serão organizados sempre no Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS de Sobradinho e os procedimentos de pesquisa serão da execução da rotina do programa de Grupos Multifamiliares (GM), já existentes nesta Unidade. Durante o tempo dos cinco encontros relativos ao GM faremos também uma entrevista narrativa com cada família para conversas terapêuticas colaborativas que resultará em esclarecimento de suas dificuldades relacionadas a esse tema e coleta de dados da pesquisa. Os encontros acontecerão uma

00 h cada um. A pesquisa empírica terá duração de outubro/2012 a julho/2015.

Eu, Adriana Pinheiro Carvalho responsável pela instituição, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, 12 de Setembro de 2012.

  
Nome da responsável pela instituição

  
Assinatura e carimbo da responsável pela instituição

GDF/SEDEST/CPSE

Adriana Pinheiro Carvalho  
Coordenadora  
Mat. nº 172.963-2

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS FAMILIARES E/OU RESPONSÁVEIS

Prezado pai, mãe ou responsável,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa *Do espaço privado para o público: construções narrativas com famílias em situação de violência*, de responsabilidade de Marlene Magnabosco Marra, psicóloga e aluna de doutorado em Psicologia Clínica, pela Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dra. Liana Fortunato Costa.

O objetivo desta pesquisa é, compreender e analisar os significados e sentidos que as famílias, encaminhadas pela justiça e demais serviços de assistência social dão às situações de violência vividas, mais especificamente ao abuso sexual intrafamiliar. Criar possibilidades de conversações e diálogos e construir um espaço para um relacionamento colaborativo entre os membros das famílias, com o objetivo de compreender de forma mais significativa suas dificuldades e problemas. Conhecer o que as famílias pensam e sentem com relação às medidas protetivas que lhes são aplicadas por determinação judicial.

Os encontros com as famílias serão organizados por meio do programa de Grupos multifamiliares (GM) que acontecerão sempre no CREAS de Sobradinho. Durante o tempo dos cinco encontros relativos ao (GM)) faremos também duas entrevistas narrativa com as famílias para conversas terapêuticas, que resultará em esclarecimento de suas dificuldades relacionadas a esse tema. Os encontros acontecerão uma vez por semana em um período de 3:00 h cada um.

Sua participação na pesquisa é voluntária e livre de qualquer benefício financeiro, assim como não implica em nenhuma complicação ou ganhos legais relativos às medidas protetivas. Esta pesquisa apresenta risco mínimo, ou seja, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, sair de casa e pegar um coletivo, atravessar a rua, etc.

Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que serão atendidos pela pesquisadora que irá trata-los com padrões profissionais de sigilo. Espera-se com esta pesquisa que você possa contribuir com o conhecimento científico e prático relacionado ao nosso tema.

Os resultados desta pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, podendo ser publicados trabalhos científicos posteriormente. Asseguro-lhe que o seu nome, não será divulgado sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados (escritos e gravação de voz dos atendimentos) e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Você poderá receber todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep\_ih@unb.br. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o senhor (a).

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informado (a) dos objetivos desta



**PDF Complete**  
Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

e esclareci minhas dúvidas. Declaro que concordo em

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
ENDEREÇO: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO INSTITUTO CENTRAL  
DE CIÊNCIAS  
(ICC), DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL, SALA B1, 683.  
E-MAIL: [cep\\_ih@unb.br](mailto:cep_ih@unb.br)

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: MARLENE MAGNABOSCO MARRA  
TELEFONE: (62) 8174.3130 / E-MAIL: [mmarra@terra.com.br](mailto:mmarra@terra.com.br)  
PROJETO ãGrupos Multifamiliares ó CREAS- Sobradinho

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OS FAMILIARES E/OU RESPONSÁVEIS

Prezado pai, mãe ou responsável,

Seu \_\_\_\_\_ está sendo convidado a participar da pesquisa *Do espaço privado para o público: construções narrativas com famílias em situação de violência*, de responsabilidade de Marlene Magnabosco Marra, psicóloga e aluna de doutorado em Psicologia Clínica, pela Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Liana Fortunato Costa.

O objetivo desta pesquisa é compreender e analisar os significados e sentidos que as famílias, encaminhadas pela justiça e demais serviços de assistência social dão às situações de violência vividas, mais especificamente ao abuso sexual intrafamiliar. Criar possibilidades de conversações e diálogos e construir um espaço para um relacionamento colaborativo entre as famílias, com o objetivo de compreender de forma mais significativa suas dificuldades e problemas. Conhecer o que as famílias pensam e sentem com relação às medidas protetivas que lhes são aplicadas por determinação judicial.

Os encontros com as famílias serão organizados por meio do programa de Grupos multifamiliares (GM) que acontecerão sempre no CREAS de Sobradinho. Durante o tempo dos cinco encontros relativos ao (GM) faremos também uma entrevista narrativa com as famílias para conversas terapêuticas que resultará em esclarecimento de suas dificuldades relacionadas a esse tema. Os encontros acontecerão uma vez por semana em um período de 3:00 h cada um.

A participação de vocês na pesquisa é voluntária e livre de qualquer benefício financeiro, assim como não implica em nenhuma complicação ou ganhos legais relativos às medidas protetivas. Esta pesquisa apresenta risco mínimo, ou seja, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, sair de casa e pegar um coletivo, atravessar a rua, etc.

Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação e de seu \_\_\_\_\_ a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que serão atendidos pela pesquisadora que irá tratar a sua identidade e de seu \_\_\_\_\_ com padrões profissionais de sigilo. Espera-se com esta pesquisa que vocês possam contribuir com o conhecimento científico e prático relacionado ao nosso tema.

Os resultados desta pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, podendo ser publicados trabalhos científicos posteriormente. Asseguro-lhe que o seu nome, de seu \_\_\_\_\_ não serão divulgados sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão de informações que permitam identificá-los (a). Os dados (escritos e gravação de voz dos atendimentos) e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Vocês poderão receber todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail

mento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a  
e a outra com o senhor (a).

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do  
documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informado(a) dos objetivos desta  
pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Declaro que autorizo  
meu \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ participar desta  
pesquisa.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ENDEREÇO: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO INSTITUTO CENTRAL  
DE CIÊNCIAS (ICC),

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL, SALA B1, 683.

E-MAIL: [cep\\_ih@unb.br](mailto:cep_ih@unb.br)

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: MARLENE MAGNABOSCO MARRA

TELEFONE: (62) 8174.3130 / E-MAIL: [mmara@terra.com.br](mailto:mmara@terra.com.br)

Programa de Grupos multifamiliares - CREAS de Sobradinho

## TERMO DE ASSENTIMENTO PARA OS ADOLESCENTES

Prezada criança e ou jovem.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *“Do espaço privado para o público: construções narrativas com famílias em situação de violência”*, de responsabilidade de Marlene Magnabosco Marra, psicóloga e aluna de doutorado em Psicologia Clínica, pela Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Liana Fortunato Costa.

O objetivo desta pesquisa é, compreender e analisar os significados e sentidos que as famílias, encaminhadas pela justiça e demais serviços de assistência social dão às situações de violência vividas, mais especificamente ao abuso sexual intrafamiliar. Criar possibilidades de conversações e diálogos e construir um espaço para um relacionamento colaborativo entre as famílias, com o objetivo de compreender de forma mais significativa suas dificuldades e problemas. Conhecer o que as famílias pensam e sentem com relação às medidas protetivas que lhes são aplicadas por determinação judicial.

Os encontros com as famílias serão organizados por meio do programa de Grupos multifamiliares (GM) que acontecerão sempre no CREAS de Sobradinho. Durante o tempo dos cinco encontros relativos ao (GM) faremos também duas entrevistas narrativa com as famílias para conversas terapêuticas que resultará em esclarecimento de suas dificuldades relacionadas a esse tema. Os encontros acontecerão uma vez por semana em um período de 3:00 h cada um.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. A sua participação na pesquisa é voluntária e livre de qualquer benefício financeiro, assim como não implica em nenhuma complicação ou ganhos legais relativos à medida socioeducativa. Esta pesquisa apresenta risco mínimo, ou seja, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, sair de casa e pegar um coletivo, atravessar a rua, etc.

O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. Assim como, você é livre para recusar-se a participar ou interromper sua participação, também a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que será atendido pela pesquisadora que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Espera-se com esta pesquisa que você possa contribuir com o conhecimento científico e prático relacionado ao nosso tema.

Os resultados desta pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, podendo ser publicados trabalhos científicos posteriormente. Asseguro-lhe que o seu nome não será divulgado sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão de informações que permitam identificá-lo. Os dados (escritos e gravação de voz dos atendimentos) e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Você poderá receber todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail

mento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a e a outra com o senhor(a).

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informado dos objetivos desta pesquisa de maneira detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar.

Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desta pesquisa.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Adolescente

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
ENDEREÇO: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO INSTITUTO CENTRAL DE CIÊNCIAS  
(ICC), DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL, SALA B1, 683.  
E-MAIL: [cep\\_ih@unb.br](mailto:cep_ih@unb.br)

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: MARLENE MAGNABOSCO MARRA  
TELEFONE: (62) 8174.3130 / E-MAIL: [mmarra@terra.com.br](mailto:mmarra@terra.com.br)  
PROgrama de Grupos multifamiliares - CREAS- Sobradinho

**Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz  
para fins de pesquisa**

Eu,  
autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado "Do espaço privado para o público: construções narrativas com famílias em situação de violência" sob responsabilidade de Marlene Magnabosco Marra, psicóloga e aluna de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof. Dra Liana Fortunato Costa.

Minha imagem e som de voz serão gravadas em vídeo apenas nos cinco encontros do Grupo Multifamiliar e nas duas entrevistas que ocorrerão antes e após o Grupo Multifamiliar e podem ser utilizadas apenas para análise e interpretação dos dados pela pesquisadora, bem como para apresentações em conferências profissionais e ou acadêmicas e atividades educacionais.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do (a) pesquisador (a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o (a) pesquisador (a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) pesquisador (a)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS / UNIVERSIDADE  
DE BRASÍLIA / CAMPUS



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Do espaço privado para o público: construções narrativas com famílias em situação de violência

**Pesquisador:** MARLENE MAGNABOSCO MARRA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 09207712.0.0000.5540

**Instituição Proponente:** Instituto de Ciências Humanas (IH)

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 223.032

**Data da Relatoria:** 19/03/2013

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de pesquisa de caráter qualitativo que tem como objetivo compreender a construção narrativa de famílias que vivenciaram situações de abuso sexual. Os participantes da pesquisa serão 6 famílias encaminhadas pela Justiça e demais serviços de assistência social para atendimento psicossocial no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) da região administrativa Sobradinho, Distrito Federal. O acesso as famílias será feito mediante o Grupo Multifamiliar (GM). A pesquisadora é parte da equipe do CREAS e participa do Programa de Atendimento Multifamiliar. Os procedimentos de campo serão desenvolvidos na execução da rotina do GM e a pesquisadora também estabelece que poderá realizadas visitas familiares quando couber.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo primário: Conhecer e analisar as narrativas das famílias, construídas em situação de abuso sexual

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC ç ALA NORTE ç MEZANINO ç SALA B1 ç 606 (MINHOCÃO)  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br

intrafamiliar no contexto do CREAS. Objetivo secundário: Compreender as interações das famílias, a partir de suas experiências de abuso sexual intrafamiliar.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos (apontados pela pesquisadora): Ao narrarem suas experiências as famílias podem ser remetidas a histórias de violência ocorridas, levando-as a um sofrimento ou revitimização.

Benefícios (apontados pela pesquisadora): Ao narrarem suas experiências e reconstruírem seus discursos os participantes poderão buscar um novo posicionamento diante da vida, se deslocando da vulnerabilidade para uma perspectiva de futuro.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisadora faz parte da equipe do CREAS e participa do Programa de Atendimento Multifamiliar. A pesquisadora, enquanto psicóloga, aponta como resposta aos riscos apresentados aos participantes da pesquisa que irá oferecer suporte emocional e psicológico.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos apresentados estão em consonância com a resolução CNS 196/96 da CONEP

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto foi considerado aprovado

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC ç ALA NORTE ç MEZANINO ç SALA B1 ç 606 (MINHOÇÃO)  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br



*Your complimentary  
use period has ended.  
Thank you for using  
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to  
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

INSTITUTO DE CIENCIAS  
HUMANAS / UNIVERSIDADE  
DE BRASÍLIA / CAMPUS



BRASILIA, 19 de Março de 2013

---

**Assinador por:**  
**Debora Diniz Rodrigues**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC e ALA NORTE e MEZANINO e SALA B1 e 606 (MINHOÇÃO)  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br